



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

MARIA ALBERTINA PINTO RODRIGUES MUNGUAMBE

**ATRIBUTOS DE COMPETITIVIDADE PARA DESTINOS TURISTICOS
APLICADOS À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: PROPOSIÇÃO DE *FRAMEWORK* PARA
ANÁLISE E ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA**

TESE DE DOUTORAMENTO



Natal, 2024

MARIA ALBERTINA PINTO RODRIGUES MUNGUAMBE

**ATRIBUTOS DE COMPETITIVIDADE PARA DESTINOS TURISTICOS
APLICADOS À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: PROPOSIÇÃO DE *FRAMEWORK* PARA
ANÁLISE E ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA**

TESE DE DOUTORAMENTO

Tese apresentado ao programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em turismo na área de Turismo, Desenvolvimento e Gestão

Orientadora: Rosana Mara Mazaro, Dra

Natal, 2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Munguambe, Maria Albertina Pinto Rodrigues.

Atributos de competitividade para destinos turísticos aplicados á Unidade de Conservação: proposição de framework para análise e orientação estratégica / Maria Albertina Pinto Rodrigues Munguambe. - Natal, 2024.
226f.: il.

Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Rosana Mara Mazaro.

1. Turismo - Unidades de conservação - Tese. 2. Competitividade - Destinos turísticos - Tese. 3. Atributos - Tese. 4. Moçambique - Tese. 5. Parque Nacional de Magoé - Tese. 6. Parque Nacional da Gorongosa - Tese. I. Mazaro, Rosana Mara. II. Título.

MARIA ALBERTINA PINTO RODRIGUES MUNGUAMBE

TERMO DE APROVAÇÃO

Atributos de competitividade para destinos turísticos aplicados á unidades de conservação: proposição de *framework* para análise e orientação estratégica, Tese apresentado ao programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de doutor em turismo na área de Turismo, Desenvolvimento e Gestão

Natal, 06 de junho de 2024

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a). ROSANA MARA MAZARO
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN)
Presidente da Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). LISSA VALERIA FERREIRA
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN)
Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. SÉRGIO MARQUES JUNIOR
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN)
Membro da Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). LUCÍLIA MARIA FERREIRA ALVES CARDOSO
Instituto Politécnico de Leiria-Portugal (Membro externo)
Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. HÉLSIO AMIRO MONTANY DE ALBUQUERQUE AZEVEDO
Universidade Eduardo Mondlane-Mocambique (Membro Externo)
Membro da Banca Examinadora

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais Adriano Alberto (em memória)
e Ana Maria dos Anjos, ao meu esposo Hédio e aos meus filhos
Jacinta, Arianne, Arwen e Ikaro Símbolo do amor incondicional

Agradecimento

Os meus agradecimentos vão a:

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN

A Universidade Eduardo Mondlane-UEM

A Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane-ESHTI

A minha orientadora a professora Rosana Mara Mazaro

Ao corpo docente e secretária do programa de Pós-graduação em Turismo –PPGTUR, em especial ao Prof. Francisco Fransualdo de Azevedo

A Fundo Nacional de Investigação-FNI,

Ao corpo docente da ESHTI, em especial aos Prof. Hélsio Azevedo e Prof Daniel Zacarias

Aos gestores do PNG dr. Pedro Magura, dr. Ângelo Levi, eng. Anibal, dra Larissa, dra. Dalva

Aos gestores do Parque Nacional de Mágoé, dr. Matusse, eng. Priscilla Mkangaza, sr. Matias e a sra. Chissale

Aos gestores do Parque Nacional de Limpopo, o dr. Sérgio Bié, a dra. Rosana Manhiça

Aos meus colegas do curso

A minha Família, em especial o meu Esposo

Aos meus amigos

Enfim, a todos aqueles que estiveram presentes durante toda a minha caminhada acadêmica, me auxiliando com conhecimentos, ferramentas, compreensão atenção, paciência, apoio, carinho e recurso materiais e financeiras.

Muito obrigada (*Tacuta*)

Munguambe, M.A.P.R **Atributos de competitividade para destinos turísticos aplicados as UCs: proposição de *framework* para análise e orientação estratégica.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

RESUMO

Embora a competitividade de destinos turísticos tenha ganhado protagonismo entre os temas que compõem as agendas de acadêmicos e governantes nas últimas décadas, gerando a proposição de robustos modelos de referência e contribuindo para sua definição e delimitação teórica, quando transportados para o campo da aplicação a diferentes contextos, ou, a de um atrativo turístico específico, como é o caso UCs, requerem a adequação de seus critérios e atributos às especificidades do atrativo em si mesmo. A fim de contribuir com esta adequação, esta pesquisa propõe uma estrutura de referência para análise da competitividade de UC enquanto atrativos turísticos, capaz de captar, tanto atributos condicionantes da competitividade já consolidados para destinos, quanto aqueles que possam traduzir o contexto e as especificidades do atrativo turístico na UC. A pesquisa é conduzida usando uma metodologia qualitativa em duas etapas: a primeira foi dedicada ao “trabalho de gabinete” para análise e compilação de modelos já consolidados na temática, a partir da qual foi construído o *framework* conceitual dos atributos de competitividade aplicados a UC proposta na tese, constituído de 4 dimensões 13 atributos e 24 indicadores. Na segunda etapa é a validação da *framework* pela aplicação em 3 UCs em Moçambique caracterizando o estudo multi-caso. As técnicas utilizadas foram análise documental, compilação de dados de fontes secundárias, pesquisa de campo, por meio de visitas presencial para levantamento de dados *in loco*, entrevistas com gestores, legisladores e outros atores das UCs. A leitura e interpretação dos dados foram feitas com base em técnicas como análise de conteúdo, pela interpretação de dados primários e secundários extraídos do levantamento, estudos de casos individual - Magoé, Gorongosa e Limpopo, em Moçambique, África. Os resultados permitiram extrair algumas conclusões a respeito da temática e contexto das condições competitivas e de sustentabilidade das UCs estudadas. A *framework* se mostrou adequada na preposição de atributos que contribuíram para aferir a competitividade turísticas das UCs e que reflitam as premissas da sustentabilidade e as especificidade e complexidade das UCs, permite avaliar a evolução da situação das UCs no atendimento dos atributos, comparação entre si e individual, frente a critérios internacionais de competitividade de destinos, mapear a diferença de situações ou realidades nas UCs analisadas quanto a capacidade de competitividade turística bem como revelar o potencial e trajetórias rumo a posições competitivas mais robustas em termos de competitividade do destino, sendo neste contexto constatado o Parque da Gorongosa com uma situação competitividade forte, o Parque de Limpopo situação competitiva mais vulnerável e finalmente o Parque Magoé mais afastado dos critérios ou menos competitivo. Por isso considerado um modelo teórico válido a um destino como UC.

Palavras-chave: Atributos, Competitividade, UC, Moçambique, Magoé, Gorongosa e Limpopo.

Munguambe, M.A.P.R **Competitiveness attributes for touristic destinations applied to conservation units: proposition a framework for analysis and strategic guidance**. Doctoral Thesis, Postgraduate Program in Tourism, Federal University of Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brazil.

Abstract

Although the competitiveness of tourist destinations has gained prominence among the themes that make up the agendas of academics and government officials in recent decades, generating the proposition of robust reference models and contributing to their definition and theoretical delimitation, when transported to the field of application to different contexts, or that of a specific tourist attraction, as is the case of Conservation Units (CUs), require the adaptation of their criteria and attributes to the specificities of the attraction itself. In order to contribute to this adaptation, this research is concerned with proposing a reference structure for analyzing the competitiveness of conservation units as tourist attractions, capable of capturing both attributes that condition competitiveness already consolidated for destinations, and those that can translate the context and specificities of the UCs tourist attraction. The research is conducted using a qualitative methodology in two stages: the first was dedicated to the office desk for analysis and compilation of models already consolidated on the topic, from which the conceptual framework of the competitiveness attributes applied to the UCS proposed in the thesis was built, constituted of 4 dimensions 13 attributes and 24 indicators. In the second stage, the framework is validated by applying it to 3 UCs in Mozambique, characterizing the multi-case study. The techniques used were document analysis, compilation of data from secondary sources, field research, through in-person visits to collect data on site, interviews with managers, legislators and other UC actors. Data reading and interpretation were based on techniques such as content analysis, through the interpretation of primary and secondary data extracted from the survey, individual case studies - Magoé, Gorongosa and Limpopo, in Mozambique, Africa. The results made it possible to draw some conclusions regarding the theme and context of the competitive conditions and sustainability of the UCs studied. Framework proved to be adequate in preposing attributes that contributed to measuring the tourist competitiveness of conservation units and that reflect the premises of sustainability and the specificity and complexity of UCs. It allows evaluating the evolution of the situation of UCs in meeting the attributes, comparison between themselves and individually, in the face of international destination competitiveness criteria, map the difference in situations or realities in the UCs analyzed in terms of their current capacity for tourist competitiveness as well as reveal the potential and trajectories towards more robust competitive positions in terms of destination competitiveness , in this context, Gorongosa Park was found to have a strong competitive situation, Limpopo Park to have a more vulnerable competitive situation and finally Magoé Park to be further away from the criteria or less competitive. Therefore, it is considered a theoretical model valid for a destination such as UC.

Key words:

Attributes, Competitiveness, Conservation Units, Mozambique, Magoé, Gorongosa and Limpopo

Lista de figuras

Figura 1: Organização do texto	21
Figura 2: Áreas Prioritárias das ODS	25
Figura 3: Modelo de competitividade de Ritchie e Crouch (2003)	27
Figura 4: Modelo de competitividade de Heath, 2003	29
Figura 5: Modelo de competitividade de Dwyer e Kim	30
Figura 6: Modelo de competitividade da Mazaro 2006	30
Figura 7: Modelo de competitividade o Fórum económico Mundial	29
Figura 8: Subdivisão das UC em Moçambique	35
Figura 9: Nichos de mercado no turismo de natureza	44
Figura 10: Abrangência do Turismo de Natureza	44
Figura 11: Atividades do turismo de Natureza	45
Figura 12: Impacto do turismo nas UC	48
Figura 13: Modelo de competitividade sustentável	52
Figura 14: Mapa de localização dos parques e reservas em Moçambique	56
Figura 15: Dimensões da competitividade sustentável	60
Figura 16: Modelo PSR dos atributos de competitividade das UC's	71
Figura 17 : Fases do desenvolvimento da análise do conteúdo	77
Figura 18: Desenho da investigação	82
Figura 19: Mapa ilustrativo do PNM	83
Figura 20: Intervenientes e processo participativo	94
Figura 21: Níveis de decisão do PNM	95
Figura 22: Local onde funciona a administração	97
Figura 23: Competências dos colaboradores	98
Figura 24: Níveis de autoridade no PNM	101
Figura 25: Recursos naturais no PNM	102
Figura 26: Característica da infraestrutura do atrativo no PNM	104
Figura 27: O espaço para campismo.	105
Figura 28: Exemplo de participação em feiras.	106
Figura 29: Exemplo de conteúdo de conservação nas mensagens do PNM	106
Figura 30: Alojamentos para visitantes no PNM	109
Figura 31: Mapa de Localização do parque nacional da Gorongosa	112
Figura 32: Tipo de turismo desenvolvido no PNG	116
Figura 33: Organograma do PNG	122
Figura 34: Convenções e diretrizes de áreas protegidas que afetam PNG	124
Figura 35: Estratégias e metas do PNG	126
Figura 36: Formas de avaliação da implementação das estratégias no PNG	127
Figura 37: Fontes do financiamento do PNG	129
Figura 38: Comunidades Locais em posições táticas e operacionais	130
Figura 39: Recursos naturais do PNG	134
Figura 40: Descrição das Tipologias Infraestrutura turística do PNG	137
Figura 41: Infraestrutura do Acampamento de Chitengo	138
Figura 42: Acampamento do Muzimo	138
Figura 43 : Acampamento de Chicare	139
Figura 44: Feira e mensagem de apelo a conservação	141

Figura 45: Atividades economicas do PNG	145
Figura 46 Introdu��o de coleiras nos animais PNG	149
Figura 47: Estrat��gias de redu��o dos fluxos turistico	149
Figura 48: Localiza��o do PNL	151
Figura 49: Organograma do PNL	160
Figura 50: Forma de participa��o dos intervenientes do PNL	162
Figura 51: �reas de prote��o do parque.	162
Figura 52: Recursos naturais do PNL	167
Figura 53 : Locais de Alojamento no interior do PNL	170
Figura 54: Acampamento de repouso	173
Figura 55 :Acampamento de safari	174
Figura 56: Exemplo dos meios de divulga��o do PNL	175
Figura 57: Casa de reassentamentos das comunidades	176
Figura 58: Atividades de empoderamento social no PNL	177
Figura 59: Programa de produ��o de Viveiros	178
Figura 60: Exemplo de programa de empoderamento social do PNL	178
Figura 61: Infraesturtua da Administra��o do PNL	180
Figura 62: Tipo de material de constru��o em Giriyondo- PNL	181
Figura 63: Mapa de Zoneamento do PNL	182
Figura 64: Atributos de competitividade turistica para UC	196

Lista de Quadros

Quadro 1: Conceito de competitividade	22
Quadro 2: Princípios de desenvolvimento do turismo sustentável	25
Quadro 3: Resumo dos modelos de competitividade	33
Quadro 4: Criação dos parques nacionais em Africa	33
Quadro 5: Categorias de áreas naturais protegidas	36
Quadro 6: Categorias de unidades de conservação em Moçambique	37
Quadro 7: Distribuição das unidades de conservação em Moçambique	40
Quadro 8: Tipologias de turismo associados as unidades de conservação	42
Quadro 9: Conceitos de turismo de natureza	43
Quadro 10: Impactos económicos positivos em unidades de conservação	49
Quadro 11: Impacto positivo ambiental do turismo nas unidades de conservação	49
Quadro 12: Impactos positivos social do turismo nas unidades de conservação	50
Quadro 13: Atributos de competitividade sustentável das UC.	64
Quadro 14: Quadro do PSR dos atributos	71
Quadro 15: Atributos de competitividades das UC's	72
Quadro 16: Dimensão1: Competitividade governativa	78
Quadro 17: Dimensão 2: Competitividade estrutural	79
Quadro 18: Dimensão 3: Competitividade social e cultural	80
Quadro 19: Dimensão 4: Competitividade ambiental	80
Quadro 20: Avaliação final dos atributos de Competitividades Sustentável nas UC	81
Quadro 21: Análise da competitividade sustentável do turismo no PNM	90
Quadro 22: Convenções internacionais que lida com a conservação	96
Quadro 23: Tipo de alojamento e respectivo Preço	117
Quadro 24: Análise da competitividade sustentável do turismo no PNG	118
Quadro 25: Responsabilidade dos intervenientes no PNG	123
Quadro 26: Horizonte temporal dos planos do PNG	125
Quadro 27: Tipo de zoneamento no PNG	147
Quadro 28: Programa de conservação	148
Quadro 29: Análise da competitividade sustentável do turismo no PNL	157
Quadro 30: Objetivos Estratégicos do PNL	163
Quadro 31: Matriz da avaliação da competitividade para as três UC's	185

Lista de Abreviatura

ACTFGL	Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo
ADE	Área de Desenvolvimento Económico
ADT	Área de Desenvolvimento de Turismo
AFD	Agência Alemã Para o Desenvolvimento
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação
APT	Área de Proteção Total
AUC	Área de Uso Controlado
BAD	Banco Alemão de Desenvolvimento
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BIOFUND	Fundação para a Conservação da Biodiversidade
CEETO	Central Europe Eco-Tourism
CEG	Clube Empresarial da Gorongosa
CEP	Comité de Ética e Pesquisa
CHFB	Conflito Homem-Fauna Bravia
CITES	Convenção Sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas
CNN	Cable News Network
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COVID-19	Vírus de Corona em inglês <i>corona virus disease</i> ,
CPLP	Comunidade de Países da Língua Portuguesa
CPMZ	Companhia do Pipeline Moçambique-Zimbabwe,
CSTUC	Competitividade Sustentável do Turismo nas unidades de Conservação
ENH	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
ESHTI	Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane
FACIM	Feira Agro – Pecuária, Comercial e Industrial de Moçambique.
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GLTP	Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IFPELAC	Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo
INATUR	Instituto Nacional do Turismo
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISPG	Instituto Superior Politécnico de Gaza
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
KBA	<i>Key Biodiversity Area</i> (Área chaves de Biodiversidade)
LTA	<i>Long Time agreement</i> (Acordo de Longa Duração)
MAE	Ministério de Administração Estatal

MBA	<i>Master in Business Administration</i> (Mestrado em gestão de Negócio)
METT	<i>Management Effectiveness Tracking Tool</i> (Ferramenta de Rastreamento da Eficácia de Gestão)
MISAU	Ministério da Saúde
MITADER	Ministério de Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural
MIMAIP	Ministério do Mar Aguas interiores e Pesca
MITUR	Ministério do Turismo
OCDE	<i>Organisation for Economic Co-Operation and Development</i> (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico)
ODS	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIU	<i>Park Implementation Unit</i> (Unidade de Implementação do Parque)
PNG	Parque Nacional da Gorongosa
PNK	Parque Nacional de Kruger
PNL	Parque Nacional de Limpopo
PNM	Parque Nacional de Magoé
PPF	<i>Peace Park Fundition</i> (Fundação Peace Park)
PSR	Pressão-Estado-Resposta
SADC	Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SMS	<i>Short Message Service</i> (Serviço de mensagem curta)
SPFFB	Serviço Provinciais de Floresta e Fauna Bravia
T&TCI	<i>Travel & Tourism Competitiveness Index</i> (Índice de competitividade turística)
TFCA	Área de Conservação transfronteiriça
UC	Unidade de Conservação
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNWTO	<i>United Nations World Tourism Organization</i> (Organização Mundial do Turismo)
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> (Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional)
USB	<i>Universal Serial Bus</i> (Porta Serial Universal)
USD	Dolar Americano
WEF	<i>World Economic Forum</i> (Fórum Económico Mundial)
WWF	<i>World Wildlife Fund</i> (Fundo Mundial da Natureza)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO GERAL	13
1.1 Problema	15
1.2 Justificativa	18
1.3 Objetivos do estudo	21
1.4 Organização do texto	21
 CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 Noção de Competitividade	22
2.2 Competitividade dos destinos turísticos	23
2.2.1 Fatores e modelos de competitividade nos destinos	26
2.3 Turismo nas unidades de conservação: Fundamentos e práticas	35
2.3.1 Origem e conceito das unidades de conservação	32
2.3.2 As unidades de conservação como atrativo turístico	41
2.3.3 Contributo do turismo sustentável nas unidades de conservação	46
2.3.4 Unidades de conservação e competitividade turística sustentável	50
2.4 Turismo nas unidades de Conservação em Mocambique	55
2.5 Competitividade nas unidades de conservação: Uma Proposta de Atributos	60
2.5.1 Competitividade governamental	61
2.5.2 Competitividade estrutural	62
2.5.3 Competitividade social e cultural	63
2.5.4 Competitividade ambiental	63
 CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLOGICO	67
3.1 Caracterização e abordagem da pesquisa	67
3.2 Caraterização campo de estudo	69
3.3 Procedimento para construção dos atributos de competitividade para UC	69
3.4 Procedimento utilizado para a colecta de dados	75
3.5 Procedimento para análise, avaliação e interpretação de resultados	76
3.6 Desenho da investigação	81
3.7 Considerações éticas da pesquisa	82
 CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS CASOS	83
4.1 Caso 1: Parque Nacional de Magoé	83
4.1.1 Caracterização do Parque Nacional de Magoé	83
4.1.2 Atrativos turísticos e facilidades do PNM	85
4.1.3 Impacto do turismo no PNM	90
4.1.4 Avaliação da competitividade turística no PNM	90
4.1.4.1 Dimensão 1: Competitividade governamental	93
4.1.4.2 Dimensão 2: Competitividade estrutural	101
4.1.4.3 Dimensão 3: Competitividade social e cultural	106
4.1.1.4 Dimensão 4: Competitividade ambiental	108
4.2 Caso 2: Parque Nacional da Gorongosa	111
4.2.1 Caracterização do Parque Nacional da Gorongosa	112
4.2.2 Atrativos turisticos e facilidades	115

4.2.3 Impacto da atividade turística no PNG	117
4.2.4 Avaliação da competitividade turística do parque nacional da Gorongosa	118
4.2.4.1 Dimensão 1: Competitividade governamental	121
4.2.4.2 Dimensão 2: Competitividade estrutural	132
4.2.4.3 Dimensão 3: Competitividade social	142
4.2.4.4 Dimensão 4: Competitividade ambiental	146
4.3. Caso 3: Parque nacional de Limpopo	150
4.3.1 Caracterização do parque do Limpopo	150
4.3.2 Atrativos turísticos e facilidades do PNL	154
4.3.3 Impacto do turismo no PNL	156
4.3.4 Avaliação da competitividade turística do PNG	157
4.3.4.1 Dimensão 1: Competitividade governamental	160
4.3.4.2 Dimensão 2: Competitividade estrutural	168
4.3.4.3 Dimensão 3: Competitividade social e cultural	176
4.3.4.4 Dimensão 4: Competitividade ambiental	179
CAPÍTULO V: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	185
5.1 O papel do turismo nas três unidades de conservação	185
5.2 Avaliação da estrutura de atributos da competitividade turística nas unidades de conservação de Magoé, Gorongosa e Limpopo	186
5.2.1 Análise comparativa dos resultados de desempenho competitivo das três unidades de conservação	186
5.2.1.1 Dimensão 1: Competitividade governamental	186
5.2.1.2 Dimensão 2: Competitividade estrutural	188
5.2.1.3 Dimensão 3: Competitividade social e cultural	190
5.2.1.4 Dimensão 4: Competitividade ambiental	191
5.2.2 Implicações teóricas do modelo	196
CAPÍTULO VI: CONCLUSÃO	200
6.1 Contexto e objetivos	200
6.2 Procedimentos metodológico	200
6.3 Resultados	201
6.4 Linhas para futuras investigações	203
BIBLIOGRAFIA	204
APÊNDICES	219

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO GERAL

Nas últimas décadas, o setor do Turismo ganhou destaque na economia global. Os efeitos das suas ações são evidentes, assim como a sua relevância na promoção do crescimento de destinos turísticos. Registra-se como uma indústria que atraiu cerca de “1,5 bilhões de turistas internacionais em 2019” (Ministério do Brasil, 2020, p. 115), mostrando uma rápida recuperação no período pós-pandemia. De acordo com a UNWTO (2024, p. 1), aproximadamente “285 milhões de turistas viajaram nos primeiros três meses de 2024, resultando em chegadas internacionais que atingiram 97% dos níveis de 2019”. Este movimento não só cria oportunidades de emprego e receita fiscal, mas também fomenta investimentos em infraestrutura, formação de recursos humanos e inovação tecnológica. Como consequência, um número crescente de países está reconhecendo o Turismo como um impulsionador do desenvolvimento socioeconômico.

No entanto, é uma realidade as novas dinâmicas que estão impactando a evolução do setor do turismo. As transformações decorrentes da globalização, da competição global, da abertura do mercado, das tecnologias inovadoras no ramo dos negócios turísticos e da pandemia estão demandando um mercado turístico mais especializado e competitivo, que satisfaça os desejos dos visitantes e, ao mesmo tempo, contribua para a economia local e o progresso socioambiental. Assim, torna-se cada vez mais crucial desenvolver ferramentas e políticas públicas de gestão que incentivem a utilização eficaz dos recursos locais endógenos, impulsionando novos modelos de crescimento com base no potencial da economia regional, como um complemento essencial às políticas nacionais de desenvolvimento. Alcançar elevados níveis de competitividade torna-se um fator estratégico para a prosperidade dos destinos turísticos (Ruiz et al, 2014).

De acordo com Przybyszewski (2017) e Agostinho (2022), a competitividade no setor turístico é uma ferramenta eficaz para promover o desenvolvimento econômico de um país ou destino. Analisar a competitividade é fundamental para a gestão dos destinos e a elaboração de estratégias que contribuam para o seu crescimento. Essa análise fornece informações valiosas tanto para o setor público quanto privado, possibilitando uma compreensão mais profunda da realidade turística do país. Seguindo a mesma linha de pensamento, o IPDT-Turismo (2024) destaca que a análise da competitividade é essencial para o desenvolvimento sustentável do turismo. Através de um planejamento adequado, uma gestão eficaz e uma governança bem estruturada, é possível estabelecer um posicionamento sólido e único para o destino. Isso implica em oferecer produtos criativos e

inovadores, proporcionar experiências autênticas que destaquem as características únicas do local, e assegurar uma oferta de qualidade com uma excelente relação custo-benefício, incluindo mão-de-obra qualificada, focando na especialização e na implementação de procedimentos que garantam a preservação do meio ambiente e dos recursos locais, contribui-se para prevenir conflitos socioculturais e reduzir os impactos prejudiciais do turismo sobre a forma de vida, tradições e valores das comunidades locais, além de potencializar os ganhos advindos do turismo e construir uma identidade marcante e pulsante.

Segundo Silva (2021), as Unidades de Conservação surgiram com o propósito de preservar a natureza e de garantir a autossuficiência financeira. Tal abordagem se revelou persuasiva para a promoção da conservação ambiental junto a diversos governos nacionais, em especial os de nações em desenvolvimento, que carecem de recursos financeiros adequados para essa finalidade. De fato, as organizações de conservação passaram a recorrer cada vez mais ao turismo como meio de financiamento para as Unidades de Conservação. Paralelamente estes argumentos são reforçados pelos dados apresentados sobre o crescimento do turismo nas UCs e seu impacto positivo no desenvolvimento local. Segundo Spenceley et al. (2020, p. 3), estima-se que o turismo nessas áreas tenha gerado 8 bilhões de entradas, resultando em 600 bilhões de dólares em despesas diretas em cada país e um excedente de consumidor de 250 bilhões de dólares em 2018. Além disso, conforme a União Europeia (2021), o turismo em áreas de conservação na Tanzânia representou quase 10% do PIB em 2015, equivalente a US\$ 4 bilhões, proporcionando empregos bem remunerados para mais de 400.000 pessoas. Nos Estados Unidos, em 2016, os visitantes dos parques nacionais gastaram cerca de US\$ 18 bilhões nas regiões próximas e contribuíram com aproximadamente US\$ 35 bilhões para a economia como um todo (União Europeia, 2021).

Neste contexto o crescimento do turismo em áreas de conservação é visto como uma estratégia global para o desenvolvimento sustentável, por meio da implementação de políticas, programas e projetos que visam aumentar a resiliência dessas atividades. Ao mesmo tempo, buscam melhorar a qualidade de vida das pessoas, apoiar a proteção ambiental, garantir a reutilização e restauração dos ecossistemas, promover a diversidade do patrimônio cultural e contribuir para a paz mundial e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dessa forma, é crucial considerar aspectos importantes no planejamento nas decisões relacionadas às unidades de conservação, incluindo a identificação dos atributos que conferem competitividade. De acordo com Agostinho (2022), é

essencial ter medidas ou indicadores de competitividade para destinos turísticos, pois isso influencia a avaliação do desempenho. Conforme destacado por Przybyszewski (2017, p. 70), cada destino turístico deve identificar elementos distintivos que possam criar uma imagem competitiva em relação aos demais.

Neste cenário, vários estudiosos como Crouch e Ritchie (2003), Dwyer e Kim (2003) e Mazaro (2017) conduziram pesquisas sobre a competitividade de destinos e destacaram diferentes características relevantes para analisar essa competitividade. Embora cada um tenha sua importância na aplicação aos destinos e contribua significativamente para a literatura, é preciso aprimorá-los, corrigindo as lacunas metodológicas existentes e levando em conta as particularidades das UCs, pois conforme Przybyszewski et al (2017, p. 70), "nem sempre os recursos ambientais serão garantia de competitividade turística, assim como um atributo pode ser relevante, mas se houver pouca diferença entre os destinos em relação a ele, não será um fator determinante da competitividade". Portanto, destinos como as UCs podem necessitar de características específicas que se ajustem à sua realidade e contexto, impulsionando assim o desenvolvimento do turismo competitivo. Assim sendo, é perceptível a importância de mensurar os atributos estratégicos para a competitividade turística das UCs, como um indicador de sustentabilidade para manter sua posição competitiva.

O estudo propõe uma matriz de atributos estratégicos de competitividade que orientem o planejamento e a gestão sustentável do turismo em UCs, tendo em conta a resposta mundial dos destinos aos objetivos do desenvolvimento sustentável, principalmente nas áreas prioritárias de pessoas, planeta, prosperidade e parceria na qual a tese tomará em conta.

1.1 Problema

Embora o tema da competitividade de destinos turísticos tenha sido um dos temas mais debatidos nas últimas décadas, pelos teóricos da área clássico da área como Crouch and Ritchie (1999), Straaten (2002) Ritchie e Crouch (2003), Pickering, Johnston, Green & Enders, G. (2003). bem como os contemporâneos como Miki et al (2012), Sancho (2017) Ribeiro (2017) Vieira et al (2019) Nobre & Sousa, (2022) (Nematpour et al (2021), (Faraji et al., (2021) e o número de estudos e publicações tenham se multiplicado de forma exponencial, a dinâmica inerente ao turismo e a especificidade de determinados atrativos requerem aprofundamento e direcionamento de novos

estudos com o objetivo de orientar a gestão para o ajuste contínuo com os novos tempos, novos determinantes e novas abordagens.

As UCs têm se destacado num contexto que os princípios da sustentabilidade têm condicionado os termos de tratados internacionais, políticas públicas regionais e nacionais, bem como determinado os rumos de planos estratégicos de turismo, em um momento histórico em que a preservação ambiental e a justiça social estão na pauta de todos os governos, organizações e organizações não governamentais. (Mazaro, 2010, UNWTO, 2019 e IUCN, 2018.)

As unidades de conservação, em sua essência e objetivos, não têm como propósito atender aos critérios de competitividade no sentido mercantilista. (IUCN, 2018) Contudo, pela mesma essência, tornam-se atrativos para visitação e, se bem administrado e planejado, esse fluxo de pessoas interessadas nesse atrativo pode ser usado para manter a preservação, melhorar a gestão, aumentar o valor do atrativo e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento local, sobretudo em regiões que combinam baixos índices de desenvolvimento humano com um grande patrimônio natural, como é o caso da África, América Latina e outros.

Diversos estudos de competitividade concentram-se na criação e consolidação de atributos de competitividade para destinos turísticos, bem como na compreensão de quais fatores internos e externos estão sendo usados e agrupados Crouch e Ritchie (2003), sugerindo que a vantagem competitiva entre destinações envolve uma grande variedade de atributos que deveriam ser considerados. (Kim e Kim, 2003 e Mazaro, 2017). No entanto, apesar de décadas de discussões terem sido travadas e terem despertado grande interesse até o presente momento, a literatura reconhece que não há um conjunto único de determinantes da competitividade do destino que sejam aplicáveis a todos em todos os momentos, permanecendo incerto quais aspectos mudam e sob quais circunstâncias ocorrem.

Alguns dos modelos teóricos mais populares e influentes têm sido alvo de críticas, pelos investigadores da temática. Dentre as diversas críticas, pode-se citar o fato de que os "modelos de competitividade de destinos turísticos atingiram um nível de desenvolvimento em que todas as características que de alguma forma a influenciam foram reconhecidas, sem, contudo, identificar quais fatores são determinantes para a competitividade" (Martín-González al, 2021, p. 238). Apresentarem "limitações metodológicas e possuírem algumas características que dificultam suas replicações para índices de competitividade de muitos destinos turísticos de pequena escala geográfica, Além de

fazerem comparações amplas e irrestritas entre países ou destinos - como o modelo do Fórum Econômico Mundial (2015) ou o modelo Brasileiro de competitividade (MTur, SEBRAE & FGV, 2013) -, uma vez que os destinos comparados são de diferentes segmentos de mercado e não competem de forma efetiva. (Santos e Uvinha, 2022, p. 471). Dessa forma, é possível questionar a aplicação dos resultados encontrados para orientar a gestão de destinos de segmentos específicos.

Apesar de serem relevantes e de terem sido reconhecidos como pertinentes para a literatura na mensuração da competitividade turística, ainda não há um consenso sobre os atributos adequados para destinos turísticos de segmentos específicos, como UCs (Vieira et al., 2019; Blanco-Cerradelo, 2017; Rodríguez-López et al., 2019; Thong et al., 2019), o que requer cautela na aproximação de estratégias para compreender a competitividade das UCs.

De acordo com Vieira et al. (2019) e Rodrigues-Lopes et al (2019), a competitividade pode ser afetada por diversos fatores, mas apenas alguns serão determinantes e considerados fatores críticos de sucesso, de acordo com as características do produto turístico, que dependem do envolvimento da cadeia produtiva turística, das organizações e atrativos locais, bem como das características presentes no território. Blanco-Cerrandeiro et al (2017, p. 242) reforçam que a competitividade turística das unidades de proteção é composta por cinco dimensões relacionadas: "(1) a capacidade de atrair visitantes, (2) o bem-estar social e econômico da comunidade, (3) a preservação da natureza, (4) a criação de um senso de comunidade e (5) a construção de uma estrutura de infraestrutura geral e específica adaptada".

Como referem, ainda, estes autores, a competitividade de uma UC é sempre o balanço entre o manejo de vários atributos: o desenvolvimento de leis e regulamentos que definem a gestão do parque voltada para a realidade local e setorial, criação de infraestrutura básica e específicas com tecnologias virada para a sustentabilidade ambiental (tecnologias, limpas, reciclagem, tratamento de efluentes, produtos ecológicos); desenvolvimento econômico do turismo envolvendo a sustentabilidade social (bem estar social, resolução de conflitos, iniciativas de valorização e preservação cultural, participação cidadã, emprego e rendimentos e satisfação do residente); e, estratégias de negócios voltadas para a sustentabilidade competitiva (percepção dos fluxos turísticos, capacidade de retenção do destino ou gestão da capacidade de carga, o marketing responsável e a satisfação dos turistas. (Rodríguez-López et al., 2019)

Dessa forma, esta tese sustenta que, ao analisar os atributos de acordo com a especificidade do destino e o atrativo existente, as percepções dos turistas, dos gestores e das comunidades locais podem ter elementos consistentes para aumentar a competitividade sustentável das UC's. Diante da realidade de Moçambique e das UCs em questão (Gorongosa, Limpopo e Mágoé), buscando contribuir para o preenchimento das lacunas acima descritas torna-se necessário questionar: *Quais são os atributos estratégicos que determinam a competitividade das unidades de conservação enquanto atrativo turístico?*

1.2 Justificativa

Os seguintes fatores foram determinantes na realização desta pesquisa e na escolha das UC como objeto de estudo:

I: Há lacunas no conhecimento apresentado na revisão da literatura, nas principais plataformas como o Google Docs, Scielo, Google acadêmico, etc., em relação às abordagens de competitividade sob a perspectiva da sustentabilidade em destinos específicos para os espaços conhecidos coletivamente como UC, o que justifica um estudo mais aprofundado.

II: Identificação da relevância do tema sob o ponto de vista atual, uma vez que são importantes os estudos sobre competitividade turística impactante para destinos como áreas de conservação, tomando em consideração que esses são destinos atualmente muito procurados pelo turismo, mas sensíveis.

Os estudos iniciais que serão apresentados no referencial teórico identificaram lacunas em relação às teorias acadêmicas que, até o momento, têm considerado como o fator de competitividade nos destinos turísticos as réplicas dos modelos desenvolvidos a partir da década 1990, que, de certa forma, são medidas de diversas maneiras, com destinos de segmentos diferentes e que não competem de forma direta, uma vez que a competitividade é um conceito comparativo de realidades aproximadas. Dessa forma, a competitividade de um destino turístico deve ser comparada aos seus concorrentes, em igualdade de circunstâncias, mas acima de tudo destinos como UC, devem ser observados frente a critérios específicos de competitividades de destinos. (Gomes, 2017, Vieira et al., 2019)

De acordo com Rodríguez-López et al., (2019) as demandas do mercado pelas UC requerem novas perspectivas de atributos de competitividade, que se concentram em aspectos de cooperação e sustentabilidade social e ambiental.

A presente tese tem como objetivo responder à escassez de estudos dedicados ao desenvolvimento de uma compreensão adequadamente detalhada do constructo de competitividade para destinos com características distintivas, como as que definem as UCs. Para destinos sensíveis, emergentes e específicos, fatores adicionais ou alternativos podem ser determinantes, o que justifica estudos mais aprofundados para determinar quais fatores específicos determinam o desenvolvimento competitivo do turismo. A pesquisa sobre a competitividade neste cenário é relevante para a academia e para o mercado das UCs, pois proporciona conhecimento teórico, mas também a compreensão de um conjunto de atributos fundamentais que permite identificar pontos fortes e fracos nas UCs.

Em Moçambique, as UCs foram definidas como áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e têm recebido um fluxo turístico, apoiado pelo potencial que elas apresentam, uma vez que abrigam "cerca de 10.000 espécies de flora e fauna, dentre elas algumas espécies endémicas" (ANAC, 2015, p. 35). Apesar da atual situação, essas áreas ainda enfrentam diversos obstáculos para se posicionarem como pilares para o desenvolvimento competitivo, o que afeta negativamente o seu crescimento e consolidação (MITUR 2016), sobre os quais esta tese deve lançar luz e contribuir para sua implementação.

Esses fatores contribuem para que as unidades de conservação nacionais se apresentem em níveis inferiores aos das unidades de conservação da região Austral de África e que as mesmas não apresentem o mesmo nível de posicionamento em Moçambique, o que afeta a capacidade competitiva das UCs nacionais em relação às outras unidades regionais da África do Sul, Zimbábue e a nível da CPLP, como as do Brasil e Portugal, o que resulta em pouca atração turística. (Spenceley, 2021)

Reflete-se nessa fonte de inspiração a importância da competitividade sustentável como um tema de relevância para a humanidade. Ao longo dos últimos anos, a discussão sobre este assunto tem sido amplamente abordada por estudiosos como Mazaro (2006), Sancho (2017), Ribeiro (2017), Carvalho (2019), Rodríguez-Díaz e Pulido-Fernández (2020), BIOFUND, (2021); Zhang et al (2022); Liu et al (2022); World Bank Group (2021) Spenceley, (2021); Lopez-Torre et al (2021); Irving et al (2020); Thong et al (2020); Rodríguez-López et al (2021) Leung et al (2017) e Borrini-feyerbend (2019), bem como por governantes e diversos setores da sociedade civil. O objetivo é encontrar um

equilíbrio no desenvolvimento do turismo, garantindo uma constante organização da oferta turística que se adapte às mudanças do mercado. Busca-se, ao mesmo tempo, ser inovador, preservar a identidade local e a integridade ambiental, considerando os princípios do desenvolvimento sustentável, além de manter e expandir a participação nos mercados internacionais e elevar o padrão de vida da população. (Cristina e Iulio, 2011).

Um componente fundamental que pode ser empregado pelo setor público e pela administração estratégica e sustentável das áreas de preservação, pelo setor privado, visando à elaboração de normas, planos de fomento do turismo e empreendimentos estratégicos direcionados para a sustentabilidade, ao mesmo tempo que alavanca a competitividade, expande o fluxo de turistas, os seus gastos, bem como aprimora os impactos econômicos, a qualidade de vida dos habitantes e a preservação ambiental.

Trata-se de um tema inovador e pouco explorado nas Universidades moçambicanas e na língua portuguesa, o que propicia uma abordagem teórico-prática acerca dos conceitos de competitividade e sustentabilidade com foco no contexto das UCs, um produto distinto da maioria, rompendo com o mito ainda arraigado de que ela seria considerada apenas sob a ótica de um produto tangível e empresarial em destinos turísticos desprovidos de compromisso com a conservação.

Além disso, há uma motivação pessoal e profissional para o progresso do trabalho, sendo professor universitário de turismo, tendo conhecido algumas UCs e perceber-se a fragilidade social e ambiental que está associada, a diferenciação nos modelos de gestão, por um lado, e, por outro, perceber que as entidades públicas do sector turístico em Moçambique têm dificuldades para interpretar os indicadores e índices de competitividade turística em geral e do destino UC em particular. Pelo que um a criação de uma *fremework* desta natureza em Moçambique, pode contribuir com instrumento de apoio a planificação da ANAC que visa comparar, apoiar ou então a estudar o ponto de situação do desenvolvimento competitivo das UCs.

Além disso, tive a oportunidade de frequentar este doutoramento, fruto de um convênio entre a UFRN e a Universidade Eduardo Mondlane-Escola superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI), apesar das diversas turbulências da COVID-19, maternidade e exercício profissional, mas sem desistir, pois o foco e a responsabilidade de transmitir um testemunho científico é grande, especialmente no contexto da ESHTI, onde o número de doutores é reduzido e essas oportunidades são extremamente importantes para a alavancagem do corpo docente. Além de que o aporte que o curso poder proporcionar no desenvolvimento de pesquisas.

A escolha do Parque nacional da Gorongosa, de Limpopo e de Magoé, foi por causa de três razões: primeira especificidade de Gestão, segunda a localização, e terceira, serem parque terrestres e possuíres diferentes contextos de criação. Assim o parque de Magoé está situado na região central de Moçambique, na província de Tete, sendo o tipo de gestão pública, porém o seu nascimento é fruto de uma experiência de criação a partir de um projeto comunitário denominado Tchuma-Tchato. O parque de Gorongosa está localizado na zona central da província de Sofala. A gestão é do tipo parceria público-privada. Por fim, o parque de Limpopo, situado na zona sul, é administrado pelo estado, porém com acordos transfronteiriços.

1.3 Objetivos do estudo

Propor uma estrutura de atributos estratégicos de competitividade que orientem o planeamento e a gestão sustentável do turismo em unidades de conservação. Os específicos são.

1. Analisar o papel do turismo nas UC
2. Descrever os atributos que fazem as UC competitivas
3. Construir, testar avaliar a estrutura de atributos da competitividade turística em três UCs de Mocambique

1.4 Organização do texto

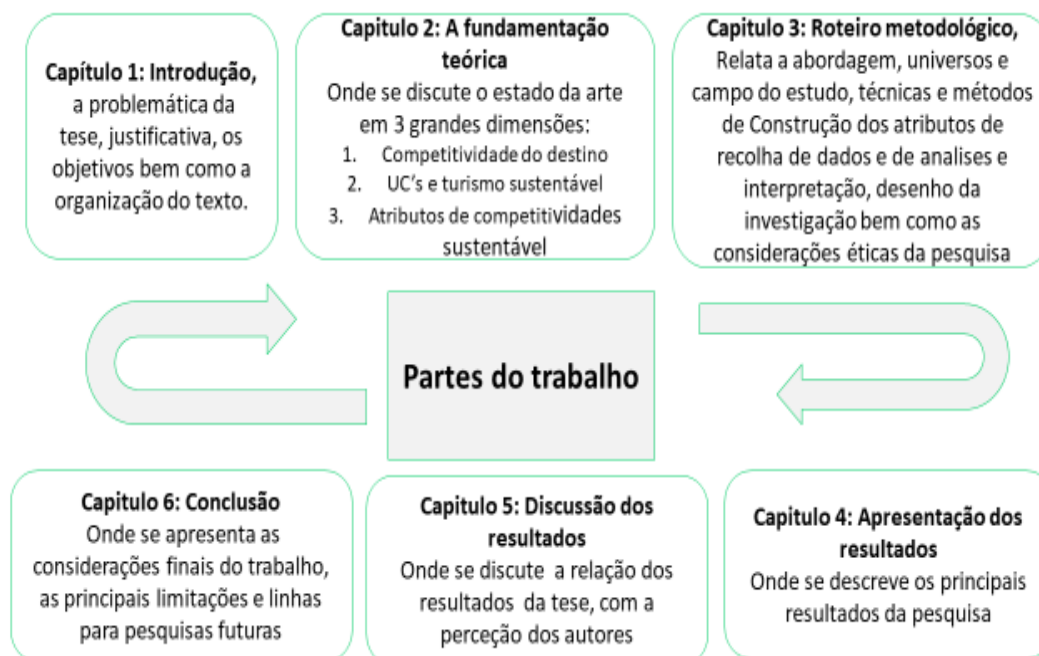


Figura: 1 Organização do texto

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

CAPÍTULO II: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1: A noção da competitividade

Muitos autores definem que as discussões sobre competitividade tiveram início com a obra "Riqueza das Nações" de Adam Smith, publicada em 1776, que destaca a importância do livre comércio e da vantagem absoluta. Posteriormente, as teorias das vantagens comparativas de David Ricardo, em 1817, complementam essas ideias ao enfatizarem que a competitividade de um país está diretamente ligada aos seus recursos produtivos, como trabalho, capital, terra e recursos naturais. Uma abordagem mais recente é a teoria das vantagens competitivas de Porter, de 1987, que argumenta que a capacidade de inovação e melhoria dos fatores produtivos por parte de uma indústria ou país é essencial para alcançar vantagens competitivas. Em 1990, Porter introduziu o primeiro modelo de competitividade baseado na produtividade das empresas, em contraposição às vantagens comparativas tradicionais, por meio do Modelo Diamante de Porter. (Ruiz, 2015)

Na década de 90, os conceitos de competitividade destacam a capacidade de combinar recursos herdados e criados por meio da seleção das melhores técnicas, juntamente com as capacidades tecnológicas, gerenciais, financeiras e comerciais, a fim de converter esses recursos em resultados econômicos superiores aos concorrentes. Esse conceito estava intimamente ligado a aspectos como desempenho, eficiência, preço, qualidade, tecnologia, remuneração, produtividade e condições gerais de produção. De forma resumida, alguns conceitos frequentemente mencionados em discussões sobre o tema são apresentados no quadro 1

Definições de Competitividade	
Autores/Data	Conceito
Scott; Lodg (1985)	“A habilidade de uma nação em produzir e distribuir bens e serviços na economia internacional, de modo que também aumente o padrão de vida da população”.
Fagerberg (1988)	Competitividade de um país é a capacidade de alcançar objetivos fundamentais da política econômica, tais como o crescimento e do emprego, sem incorrer em dificuldades em sua balança comercial
Haguenauer (1989)	“A competitividade é associada à capacidade de uma indústria de produzir bens com maior eficácia que os concorrentes no que se refere a preços, qualidade, tecnologia, estando relacionada às condições gerais ou específicas em que se realiza a produção da indústria vis à vis a concorrência
Porter (1990)	O único conceito significativo de competitividade para uma nação é sua produtividade”.
Kupfer (1992)	“Competitividade empresarial é a função de adequação das estratégias das empresas individuais ao padrão de concorrência vigente no mercado específico, concebida em termos de balança eterna, o sucesso de alguns países ocorrera em detrimento do outro”

Lastres e Cassiolato (2003)	“Competitividade é a capacidade de a empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”.
Newman, porter, Roessner, Kongthon e Jin (2005)	“Competitividade de um país engloba as políticas do governo nacional para gerar investimentos em infraestrutura e capacidade de fabricação e as atitudes dos cidadãos”
Rita Mcgrath (2013)	A busca de vantagens competitivas sustentáveis pela busca de obtenção de vantagens competitivas transitórias.

Quadro 1: Conceito de competitividade
Fonte: adaptado de (Ruiz, 2015 e Sousa 2018)

No entanto, apesar de sua longa existência, o conceito de competitividade ainda não é totalmente consensual. O que encontra-se são diferentes abordagens que fundamentam as discussões tanto acadêmicas quanto políticas sobre o tema. Esta-se lidando com um conceito complexo, subjetivo e multidimensional, já que diversas questões devem ser consideradas para sua análise. Ele é aplicável de uma maneira comparativa e dinâmica na avaliação de países, setores econômicos, empresas, atividades, produtos ou serviços. Reconhece-se a dificuldade em medi-lo, porém isso representa uma oportunidade para ampliar as discussões acadêmicas e gerais, bem como no campo do turismo.

Por isso para esta tese compreende-se o conceito de competitividade, olhando na perspectiva do Mcgrath (2013) citado por Salgado (2017) A busca de vantagens competitivas sustentáveis se dá pela busca de vantagens competitivas transitórias, considerando que as vantagens competitivas vem e vão, contudo as empresas precisam adotar práticas que se adaptam as mudanças do ambiente, promovendo iniciativas estratégicas, para explorar as vantagens que transitam. Na óptica de Mcgrath as empresas devem manipular vários elementos: aprender a gerenciar movimentos contantes, sair da vantagens competitiva esgotada, movimentar os recursos para que se possa agarrar novas habilidades e oportunidades, desenvolvimento da inovação, corrigir se necessário.

2.2. Competitividade do destino turístico

O tópico da competitividade sempre teve grande importância no âmbito econômico e empresarial, assim como no setor do turismo. Isso se dá pelo fato de que países mais competitivos tendem a possuir maior prosperidade, melhor qualidade de vida e satisfação de seus habitantes, além de maior produtividade. Isso culmina em um retorno de investimento mais substancial em diversas áreas, contribuindo para o tão almejado crescimento econômico de uma nação. Agostinho (2022) (Garelli, 2018). “A competitividade não deve ser vista como um fim em si mesma, mas sim como uma ferramenta altamente eficaz para alcançar a prosperidade de um país. Dessa forma, é um meio para

promover um crescimento sustentável no mercado de trabalho, elevar os salários e proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos”. (Agostinho, 2022, p. 22)

O conceito de competitividade no turismo, conforme abordado na literatura clássica, traz conclusões essenciais sobre sua natureza. Os autores reconhecem que para ser competitivo em um destino turístico, é crucial ser sustentável, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social e ambiental. Isso inclui não só a satisfação dos turistas, mas também o bem-estar das comunidades locais. Esses princípios fundamentais estão presentes na definição de Ritchie e Crouch (2003), que enfatizam a importância da capacidade de atrair visitantes, aumentar os gastos com o turismo e proporcionar experiências inesquecíveis de forma lucrativa, ao mesmo tempo em que preservam o bem-estar dos moradores locais e o meio ambiente para as futuras gerações. Essa visão também é compartilhada por Hassan (2000), que apoia esses mesmos princípios, quando corrobora que a competitividade diz respeito “à capacidade do destino de criar e integrar produtos de valor acrescentado que sustentem os seus recursos, mantendo ao mesmo tempo a posição de mercado relativamente aos concorrentes” (p. 34)

A sustentabilidade é apontada pelos autores citados acima como um dos aspetos mais relevantes na avaliação da eficiência turística. Além de ser uma função do meio ambiente natural, tem sido usada também para a sustentabilidade humana. A mesma opinião é compartilhada por Silva e Edson (2020, p. 85) ao enfatizarem que a sustentabilidade tem potencial para alterar o cenário competitivo, o que as obriga a rever de forma diferente os seus produtos, processos e modelos de negócio. Os destinos têm se decidido a adotar uma postura que ultrapassa a regulação ambiental e as exigências legais, adotando práticas que as tornam ambiental e socialmente responsáveis, usando a sustentabilidade como um fator de promoção e diferenciação na busca de vantagens competitivas e permanência no mercado.

Dessa forma, trabalhar as premissas da sustentabilidade no turismo é trazer à tona a prática do turismo sustentável, caracterizada pela preocupação, tanto do empreendedor turístico quanto do turista, em preservar e melhorar os recursos naturais. No fundo é: compreender os impactos turísticos, fazer a distribuição justa de custos e benefícios, redução do esgotamento de recursos não renováveis; alterar a produção e consumo respeitando as restrições ecológicas; usar energia renovável e tecnologias inovadoras para reduzir o impacto negativo no meio ambiente, gerar empregos locais diretos e indiretos, fomentar os negócios lucrativos, injetar capital com consequente diversificação

da economia local, interagir com todos os setores e segmentos da sociedade e fortalecer a cooperação internacional em nível nacional, regional e local, criando uma instituição com uma forte rede de atores interessados, desenvolvimento estratégico de modais de transporte; encorajamento ao uso produtivo de terras tidas como marginais (turismo no espaço rural); e subvenções para os custos de conservação ambiental, indo de encontros aos objetivos de desenvolvimento sustentável ODS (Lamas et al., 2018 e Klein 2021, p. 273)

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) estão baseados em 5 áreas prioritárias ou 5 P's, tanto para a humanidade quanto para o planeta. As pessoas são compostas pelas ODS 1, 2, 3, 4, 5 e 10; o planeta, que compreende as ODS 6, 7, 12, 13, 14 e 15; a prosperidade, que abrange as ODS 8 e 11; a paz, que abrange a ODS 16; e a parceria, que abrange a ODS 17.



Figura 2: Áreas Prioritárias das ODS
Fonte: adaptado do (Coelho, 2018 e Diniz, 2020)

Fyall (1998) citado por Medeiros e Moraes (2013, p. 217) propõe 10 princípios para desenvolver o turismo de forma sustentável conforme ilustrado no Quadro 2

Nº	Princípios
1º	Usar os recursos com sustentabilidade: a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, sociais e culturais são cruciais e faz sentido mantê-los para o futuro da atividade.
2º	Reduzir o excesso de consumo e o desperdício: a redução do excesso de consumo e desperdícios evita os custos de restabelecer em longo prazo danos ambientais e contribui para a qualidade do turismo.
3º	Manter a diversidade: manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para o turismo sustentável duradouro, e cria opções diversificadas para a atividade.
4º	Integrar o turismo ao planejamento: o turismo é integrado numa estrutura de planejamento estratégico nacional e local e que empreenda taxas de impactos ambientais aumentando a viabilidade em longo prazo da atividade.
5º	Apoia as economias locais: o turismo que apoia em largo alcance as atividades económicas e cria economias solidárias locais e que leva em conta seus valores e recursos ambientais protege essas economias e evita danos ambientais.

6°	Envolver as comunidades locais: o total envolvimento das comunidades locais no setor de turismo, não só beneficia a elas e ao meio ambiente em geral, mas também melhora a qualidade da atividade turística.
7°	O poder público e privado: a articulação entre o <i>trade</i> , as comunidades locais, as organizações e instituições ligadas ao turismo é essencial para elas trabalharem integradas, buscando solucionar potenciais, conflitos e interesses
8°	Qualificar mão de obra: a qualificação da mão de obra integra o turismo sustentável e práticas de trabalho, na medida em que recruta mão de obra local em todos os níveis, melhorando a qualidade do produto turístico.
9°	Comercializar o turismo com responsabilidade: o marketing que promove o turismo com ampla e responsável informação aumenta o respeito por ambientes naturais, sociais e culturais das áreas receptoras e aumenta a satisfação dos visitantes.
10°	Desenvolver pesquisas: a realização de pesquisas e o monitoramento da atividade através de dados e análises são essenciais para ajudar a resolver problemas e trazer benefícios para os espaços, para o turismo e seus receptores.

Quadro 2: Princípios de desenvolvimento do turismo sustentável

Fonte: adaptado de (Medeiros e Moraes, 2013, p. 217)

Um breve estudo do conceito de competitividade e competitividade dos destinos nos ajudou a compreender melhor os atributos que os modelos de competitividade consideram, que lacunas teóricas e de interpretação prática ainda não foram resolvidas, sendo premissas básicas para a elaboração de outros modelos, atributo que melhor refletem a dinâmica atual do fenômeno.

2.2.1 Fatores e modelos de competitividade de destinos turísticos.

O conceito de competitividade turística tem sido modificado diversas vezes. Inicialmente definido como a capacidade de um destino de manter sua posição no mercado e melhorá-la com o tempo (Hassan, 2000), foi ao longo dos anos se modificando e acrescentando novos fundamentos, como a sustentabilidade, a satisfação e a prosperidade econômica dos seus habitantes (Buhalis, 2000; Ritchie & Crouch, 1999 e Porter et al, 2001) e a saúde das comunidades (Blanco-Cerradelo et al 2017)

Os atributos de competitividade, nascem dos vários modelos de competitividade apresentados ao longo do tempo. Para vieira et al (2019, p. 130) **atributos de competitividade** “são fatores, aspectos ou indicadores que podem ser empregados para a avaliação da competitividade, consequentemente servir de orientação estratégias que possibilitam ao destino obter um foco no planejamento”. Devido à complexidade do conceito, os estudos tiveram início com focos específicos em um ou dois elementos. Todavia como o crescimento de pesquisas desta natureza e discussões no principal fórum de turismo internacional, consequentemente desenvolvimento de vários modelos de competitividades, foram crescendo o número de atributos, bem como propondo uma ampla variedade de indicadores e variáveis determinantes da competitividade adequado de acordo com o objetivo da pesquisa e os fatores de relevância.

Um dos primeiros modelos de competitividade de destino foi desenvolvido por Crouch e Ritchie em 1999, um modelo de competitividade que seria baseado nas teorias da vantagem comparativa (Smith, 1776; Ricardo, 1817) e vantagem competitiva de (Porter, 1989). Este modelo reconhece que a competitividade de um destino turístico se baseia na dotação de recursos (vantagens comparativas), bem como a sua capacidade de mobilizar estes recursos (vantagens competitivas) mas também enfatiza a capacidade de contribuir para a economia local e para o aumento da qualidade de vida da população (Domareski Ruiz e Gandara, 2013) conforme ilustra a figura 3.

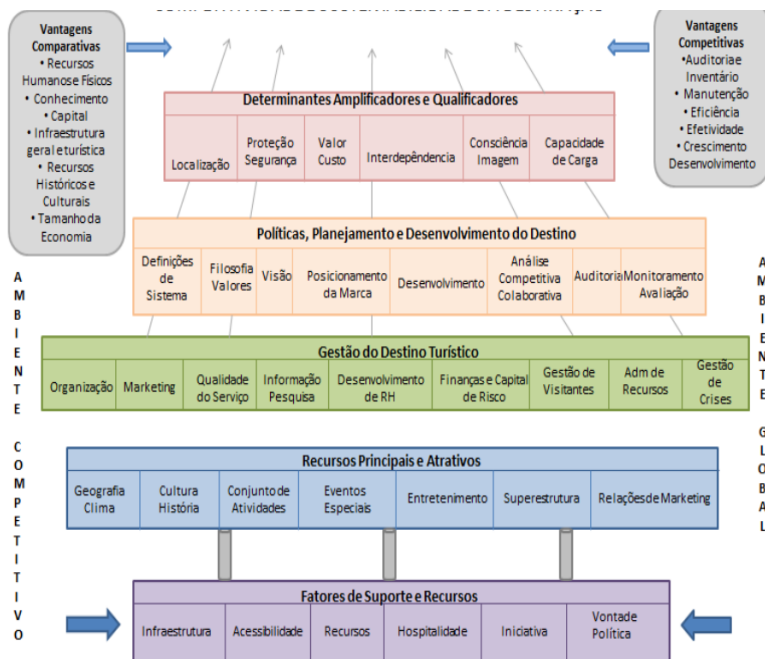


Figura 3: Modelo de competitividade de Ritchie e Crouch (2003)
Fonte: (Domareski-Ruiz e Gandara, 2013, 269)

Este modelo, também conhecido como Calgary, resulta da união de quatro dimensões: elementos principais e atrativos, elementos de suporte e recursos, gestão do destino e fatores de qualificação. Essas dimensões são diretamente influenciadas pelos elementos macro e microambientes. (Vieira et al, 2019)

O ambiente Macro é composto por uma variedade de eventos que afetam a globalidade das atividades humanas, e, portanto, não se limita à atividade turística. O ambiente competitivo micro faz parte do sistema turístico, uma vez que envolve as ações de entidades e organizações do sistema que afetam diretamente ou indiretamente o alcance dos objetivos de qualquer membro do sistema, sejam elas empresas ou o conjunto de organizações que formam o destino.

Enquanto os *recursos centrais* de um destino são as principais motivações para o turismo receptor, os *fatores e recursos de apoio*, como o nome sugere, fornecem as bases sobre as quais uma atividade turística de sucesso pode ser estabelecida. O autor ainda enfatiza que a *gestão do destino* foca nas atividades implementadas pela política, planejamento e desenvolvimento do destino, e aumenta a atração pelos recursos centrais e atrações, aumenta a qualidade e a eficiência dos fatores e recursos de suporte e adapta da melhor maneira possível aos constrangimentos e oportunidades impostos ou apresentados pela componente dos *determinantes qualificativos*. No entanto, o autor deste modelo enfatiza que a existência desses fatores, por si só, não afeta as vantagens competitivas, pelo contrário, faz parte da vantagem comparativa. O que vai determinar as vantagens competitivas é a forma como esses fatores são trabalhados de forma eficiente e de longo prazo.

Paralelamente ao modelo de Crouch e Ritchie (1999), surgiram outros modelos, alguns semelhantes à filosofia de variáveis e atributos de análises de Crouch e Ritchie (1999), mas com pequenas diferenças, como o caso do modelo de Dwyer e Kim (2003) e de Heath, (2003), outros, adaptados e melhorados, e um pouco de diferenciação, como o modelo de (Mazaro, 2004 e WEF, 2017)

No entanto, o modelo de competitividade nos destinos turísticos, proposto por Heath (2003), é semelhante às etapas de construção de uma residência. Encontra-se neste modelo as fundações (base) que fornecem um suporte indispensável para a competitividade, o cimento (uma liga para as diversas facetas da competitividade), os blocos de construção, que são fundamentais para que o turismo aconteça de fato, em um destino, e o teto (a chave do sucesso), que inclui o capital humano, a população como parte integrante da competitividade do destino (Heath, 2003) citado por (Ruiz e Gandara, 2013) ver a figura 4

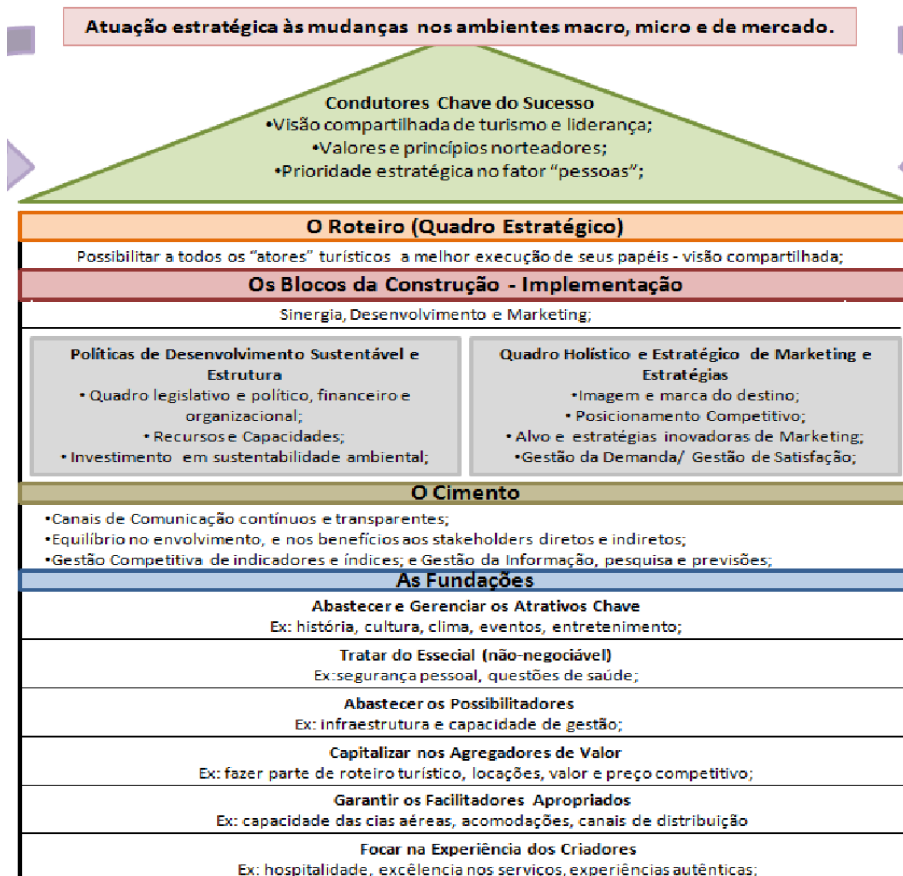


Figura 4: Modelo de competitividade de Heath, 2003

Fonte: (Ruiz e Gandara, 2013, p. 270)

O modelo de Dwyer e Kim (2003), também conhecido como modelo integrado, apresenta diversas variáveis identificadas por Crouch e Ritchie (1999). No entanto, ele difere por estabelecer uma conexão mais clara entre as variáveis, identificando aquelas que teriam uma influência direta ou indireta na competitividade, e por apresentar um conjunto de possíveis indicadores para as variáveis do modelo, o que representa um avanço em relação a uma das limitações identificadas por (Crouch e Ritchie, 1999; Andrade et al, 2019; Domareski-Ruiz et al, 2013 a)

O modelo apresenta quatro principais variáveis, dispostas em quadrantes-chave, que são: Recursos, gestão do destino turístico, situação condicional e fator da demanda. O objetivo final é a prosperidade socioeconômica do destino em questão. A figura 5

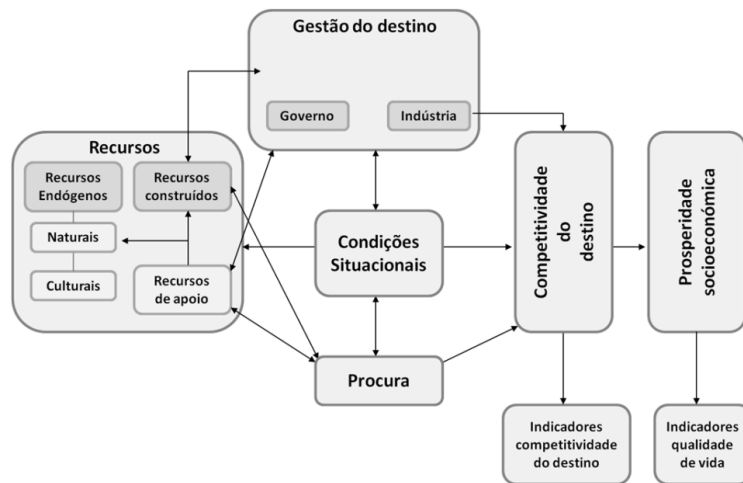


Figura 5: Modelo de competitividade de Dwyer e Kim
Fonte: (Dwyer e Kim, 2003, p. 4)

O Modelo de competitividade de Mazaro (2006), também conhecido como Compet&tenible Model, é baseado em uma competitividade coerente com os princípios de sustentabilidade. A autora apresenta uma análise de três grandes dimensões. A dimensão 1 está relacionada ao desenvolvimento turístico, a dimensão 2 à competitividade turística e a dimensão 3 à sustentabilidade turística.

As três dimensões sugerem uma sequência lógica, sistêmica e interdependente de etapas que devem ser seguidas pelos destinos ao praticar o pensamento estratégico, sendo testadas e aprovadas como adequadas para explicar o processo de desenvolvimento turístico local, confirmando a premissa de que os resultados colhidos e os efeitos advindos são consequência de escolhas apoiadas pelo modelo de desenvolvimento turístico expresso pelo planejamento. (Rocha, 2013) Figura 7

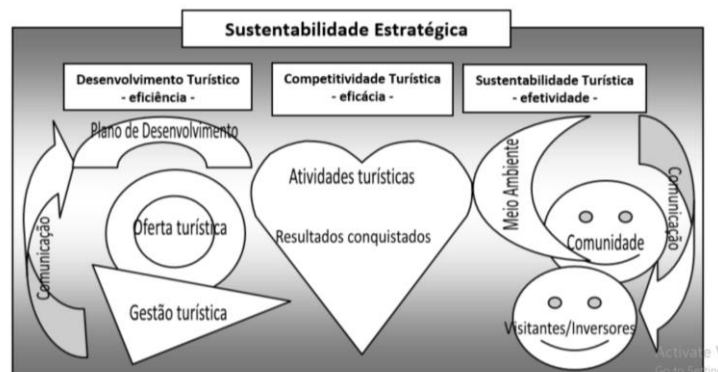


Figura 6: Modelo de competitividade da Mazaro 2006
Fonte: (Mazaro, 2006, p. 151)

Na dimensão de *desenvolvimento turístico*, analisam-se as condições básicas em que o turismo está organizado e estruturado no contexto local. A existência e o nível de planejamento turístico, bem como a definição de políticas e formas de gestão e cooperação são fatores fundamentais para o desenvolvimento do turismo no destino. As variáveis nessa dimensão são: a visão do futuro, a consistência e a conformidade, a correção e o controle, o carácter estratégico, o horizonte temporal, a multidimensionalidade estratégico, a gestão e organização, o financiamento do turismo e a coordenação e cooperação (Mazaro, 2006)

A dimensão de *competitividade* analisa fatores que afetam o desempenho do setor de turismo no destino, sendo definidos e avaliados a partir de representações das condições ideais de competitividade que eles poderiam atingir sob o efeito de estratégias de gestão e coordenação implementadas para o seu desenvolvimento. Esses fatores são atribuídos a padrões de eficiência que podem ser alcançados pelos processos de gestão e produção no sistema de turismo. São elementos desta dimensão os seguintes elementos: recursos turísticos, atividades potencializadas, oferta turística, infraestrutura, marketing responsável, rentabilidade e fluxo, sazonalidade, capacidade de retenção e satisfação dos visitantes. (Mazaro, 2006)

A *sustentabilidade turística* é entendida como as saídas do sistema de turismo, entendidas como os impactos que o crescimento do setor, sem dúvida, causa no destino, sejam eles positivos ou negativos, de natureza social, ambiental ou econômica. As variáveis analisadas são: sub-dimensão ambiental - onde se analisa o nível de consumo de água, energia, produção limpa, sistema de transporte, urbanismo e paisagem, e arquitetura do entorno. A subdimensão social é composta por cultura e património, participação comunitária, capacitação turística, rendimento e benefícios, PIB turístico e satisfação dos residentes. (Mazaro, 2006)

O modelo do fórum econômico mundial tem como foco principal o setor turístico desde 2005, quando foi aplicado o Travel & Tourism Competitiveness Index (T&TCI) e divulgado no Relatório de competitividade de viagens e turismo. O T&TCI tem como objetivo prover uma ferramenta estratégica para avaliar o conjunto de fatores e políticas que permitam o crescimento sustentável do setor de turismo & viagem, o que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento e competitividade de um país. Os resultados podem ser usados por todos os envolvidos para melhorar a competitividade da indústria em suas economias nacionais (Mazaro, 2017), mas é um modelo bastante amplo e pouco aplicável a destinos específicos. O modelo apresenta quatro categorias: Ambiente de apoio, políticas

turísticas e condições de apoio, infraestrutura e recursos naturais e culturais, que se subdividem em 14 subcategorias. (Vieira et al 2019 e Sousa, 2018) vide a figura 7

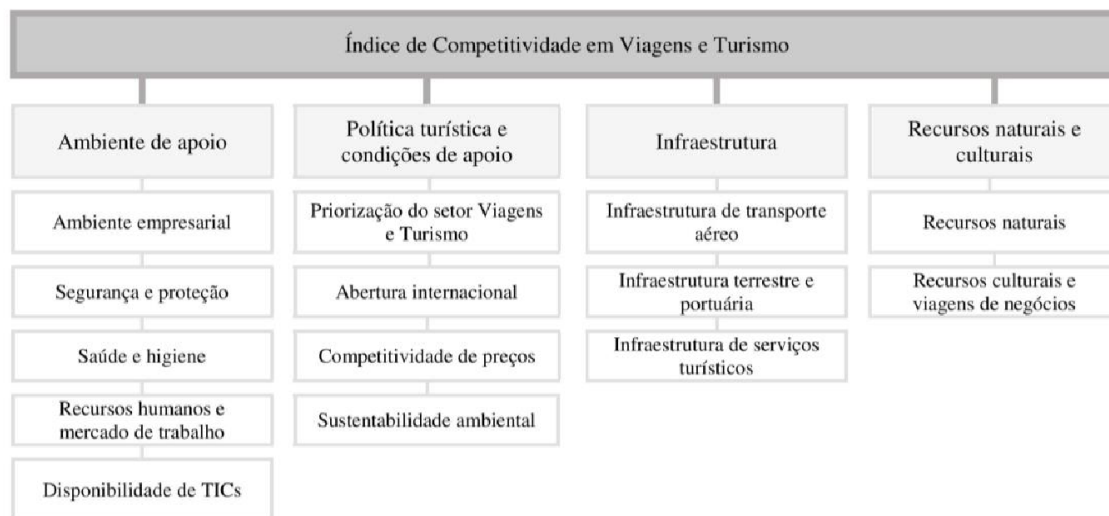


Figura 7: Modelo de Competitividade do Fórum Económico Mundial
Fonte: (Sousa, 2018 p. 54)

Após a análise dos diversos modelos de competitividade, apresenta-se o quadro 3 com o resumo dos mesmos, bem como os atributos considerados para melhor compreensão.

Modelo	Conceitos norteador	Dimensões analisados	Características das dimensões
Heath (2003)	Foco na produtividade e mudanças no ambiente macro, micro e do mercado	Condutoras chaves do sucesso	Visão compartilhada do turismo e lideranças Valores e princípios norteadores Prioridade estratégica no fator pessoa
		Bloco de construção	Política de desenvolvimento sustentável e estrutura: quadro legislativo e político, financeiro e organizacional. Recursos e capacidades. investimento em sustentabilidade ambiental Quadro holístico e estratégico de Marketing e estratégias: imagem em marca do destino, posicionamento competitivo, alvo e estratégias inovadoras de Marketing e Gestão de demandas/gestão da satisfação
		O cimento	Canais de comunicação contínuo e transparentes Equilíbrio de envolvimento, e nos benefícios aos <i>Stakeholders</i> diretos e indiretos Gestão participativas dos indicadores e índices, da informação, pesquisas e previsões
		As Fundações	Abastecer e gerenciar os atrativos Chaves: história, cultura, clima, eventos. Tratar da essência (não negociável) segurança pessoal, questões de saúde Abastecer as possibilitadoras: infraestrutura e capacidade de gestão Capitalizar nos agregadores de valores: fazer parte do roteiro Turístico, locações, valor e preço competitivo Garantir os facilitadores apropriados: capacidade das cias aéreas, acomodações, canais de distribuição Focar nas experiências dos criadores: hospitalidade, excelência nos serviços e experiências autênticas.
Ritchie e Crouch (2003)	Competitividade	Recursos principais e atrativos	Geografia e Clima, a cultura e a história, o conjunto de atividades, eventos especiais, entretenimento, superestrutura, relações de Marketing.
	Sustentabilidade	Fatores e recursos de suporte	Infraestruturas, Acessibilidade, recursos, Hospitalidade, iniciativa, e vontade política
		Gestão do destino Turístico	Organização, marketing, qualidade de serviços, informação e pesquisa, desenvolvimento de recursos humanos, finanças e capital de risco, gestão do visitante, administração de recursos, gestão de crises.
		Política, Planejamento, e desenvolvimento	Definições de sistema, filosofia e valores, Posicionamento da Marca, análise competitiva colaborativa, Auditoria e Monitoramento e avaliação
		Determinantes, Amplificadores e qualificadores.	Localização, Proteção e segurança, Valor custo, interdependências, Consciência e imagem capacidade de Carga
Mazaro (2006)	Desenvolvimento T (Eficiência)	Governança	Visão do Futuro, carácter estratégico, horizonte temporal, coerência e cumprimento, correção e controle, condições institucionais, multidimensionalidade, gestão e organização, Financiamento, coordenação e cooperação

	Competitividade T (eficácia)	Competitividade turística	Recursos turístico, atrativos turísticos, infraestrutura, marketing responsável, sazonalidade, rentabilidade, capacidade de retenção e satisfação do visitante
	Sustentabilidade turística (eficiência)	Sustentabilidade turística: natural e Social	Qualidade ambiental: água, energia, produção limpa, transporte, urbanismo e paisagem, arquitetura e ambientação. Qualidade social: qualidade de vida, cultura e património, participação cidadã, qualificação para o turismo oportunidades, rendimentos, benefícios, PIB Turístico e satisfação do residente
Dwyer e Kim (2006)	Prosperidade socioeconômica do destino em questão	Recursos	Recursos Herdados: naturais e culturais Recursos criados: recursos de apoio
		Condições situacionais	Gestão do destino e condições de procura: consciência turística, a percepção e as preferências.
		Competitividade do destino	Atributos subjetivos: o “encanto” do destino ou a “beleza cênica” Atributos determinados objetivamente: quota de mercado turístico, receitas do turismo Os indicadores de prosperidade socioeconômica: produtividade da economia, níveis de emprego, taxa de crescimento económico, etc.
WEF (2017)	Competitividade entre Países	Ambiente de apoio	Ambiente empresarial, segurança e proteção, saúde e higiene, recursos humanos e mercado de trabalho.
		Política turística e condições de apoio	Priorização do sector de viagens e turismo, abertura internacional, competitividade de preço, sustentabilidade ambiental
		Infraestrutura	Infraestruturas de transporte aéreo, Infraestruturas de transporte portuários Infraestruturas e serviços turísticos
		Recursos naturais e culturais	Recursos naturais e Recursos culturais e viagens de negócios

Quadro 3: Resumo dos modelos de competitividade

Fonte: adaptado de (Heath, 2003; Mazaro, 2006; Dwyer e Kim 2006; Ritchie and Crouch, 2003 e WEF 2017)

Em geral, podemos observar que os atributos mencionados por esses autores apresentam algumas semelhanças e outras diferenças, o que ressalta a importância de identificar, explorar e compreender a complexidade desses atributos e sua subjetividade para interpretar e explicar como eles podem ser aplicados para aumentar a competitividade dos destinos turísticos. Essas considerações devem ser levadas em conta ao desenvolver o modelo a ser implementado nas UC.

2.3 Turismo nas unidades de conservação: fundamentos e práticas

2.3.1 Origem e conceito das UC

As UCs foram criadas para proteger e preservar a biodiversidade e ecossistemas naturais de grande importância ecológica e beleza cênica. Estas iniciativas são datadas de tempos remotos desde a “conceção de culturas pré-agrícolas, estabelecidas pela aristocracia rural e pela realeza, que inicialmente, eram relacionadas a espaços sagrados e de reprodução social, como mosteiros, locais de rituais, termas usadas no sentido terapêutico e fontes de suprimento básico, como a caça e a madeira” passando pelas civilizações do oriente médio, com os assírios os persas que estabeleciam reservas territoriais para a caça e o lazer, entre 700 e 350 anos a.C, desde dos discursos de Platão na Grécia antiga, que retratava o repovoamento florestal das colinas da Ática e Plínio; os decretos do imperador Hindu, Ashoka por volta de 242 AC, que concedia a proteção aos peixes, aos animais terrestre e as floresta, tendo sido construído reservas naturais integrais; as atitudes proibitivas do Rei Kublaikham, o grande senhor mongol, que proibia a caça durante os períodos de reprodução das aves e mamíferos; as primeiras leis relacionadas com a defesa e conservação do ambiente promulgadas pela imperador Hamurabi da Babilônia; o 67 mandamento do taoismo da china que defendia as florestas, as montanhas e das passagens contra queimadas, prevenindo assim a erosão dos solos; até chegar a promulgação das leis pelos príncipes da Polónia na idade média para a preservação do auroque (*Bos Primogenius*). (Ombe, Fungulani, 1996; Bensusan, 2006; Franco et al, 2015 e Andrade e Maia, 2017)

As unidades especiais protegidas devido às suas características naturais são, atualmente, de aproximadamente 269.618 APs, abrangendo cerca de 22,5 milhões de km² (16,64%) dos ecossistemas terrestres e 28,1 milhões de km² (7,74%) das águas costeiras e dos oceanos. Dessa forma, muitos autores consideram as áreas protegidas como a principal forma de proteção da diversidade biológica. (Andrade e Maia, 2017)

O primeiro parque internacional criado foi o Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, devido à intensa devastação provocada pelo cidadão norte-americano em Yellowstone, em 1870. Com uma área de 9000 km², o objetivo era proteger espécies e ecossistemas, incentivar o turismo, a recreação e os estudos científicos. Era conhecido pelos seus magníficos santuários naturais, entre eles, os "geiseres". A fauna é composta por algumas das espécies raras ou de grande interesse zoológico, como o bisonte, vários cervídeos, o urso horribilis, o antílope búfalos, além de 200 espécies de aves. Em conjunto com a criação do primeiro parque nacional, surgiram diversos encontros e convenções

para a proteção, que culminaram na criação de parques, reservas e outras áreas de proteção em diferentes continentes e países. Destaca-se a criação de parques nacionais no Canadá (1885), Nova Zelândia (1894), África do Sul e Austrália (1898); além de reservas florestais no México (1894), na Argentina (1903), no Chile (1926); a primeira na Rússia, em 1819, o Parque Donskoj Rybny Zapovednik; no Brasil, em 1914, a Reserva biológica e arqueológica de Guaratiba, seguida de mais oitocentas áreas, até chegar à primeira criada em Moçambique em 1960.

Os parques começaram a ser criados na África a partir da convenção de Londres de 1933 que tinha como objetivo a conservação da fauna e flora, especialmente na África Austral e Oriental. Exemplos. Como ilustra o quadro 5.

Nome do Parque	País de origem	Ano da Criação	Dimensões ha
Kruguer	África do sul	1898	22400
Kasungu	Malawi	1922	----
Lengwe	Malawi	1928	90720
Serengeti	Tanzânia	1940	1476.300
Arushá	Tanzânia	1960	31.880
kafu	Zâmbia	1950	2440.000
langa	Zâmbia	1951	1.684.000
Elephant	África do Sul	1931	7735
Etosha	Namíbia	1907	---
Gorongosa	Moçambique	1960	100000
Namíbia	Namíbia	1904	---
Camea	Angola	1937	1445000
Wankie	Zimbabwe	1930	1465000
Iôna	Angola	1937	1.515.000

Quadro 4: Criação dos parques nacionais em África
Fonte: Adaptado do (Ombe e Fungulani 1996 e Spenceley 2006)

Em Moçambique, as características conservacionistas estão muito ligadas às tradições, usos e costumes, que foram criados pelos Bantus desde a sua expansão. Os tambus de diversas dimensões foram amplamente evidenciados na formação e desenvolvimento da cultura de preservação entre os moçambicanos. Exemplo: o tabu sobre a proibição de cultivar o solo em alguns dias de semana; a proibição de abate certas espécies de animais selvagens pelos Tsongas e Yao e outros povos, foram algumas dessas proibições relativas à vida agrícola que representaram uma contribuição empírica para a proteção dos solos e da vegetação contra as possíveis degradações. (Ombe e Fungulani, 1996)

Em Moçambique, a maior parte das UC foi criada nos anos 60 pela administração colonial portuguesa como forma de restringir o uso de alguns recursos naturais pelas comunidades locais e a sua separação física, com o objetivo de defender interesses exógenos às comunidades. Contudo embora a maior parte das UC form criados nesta época o primeiro marco de criação da UC foi em 1932, que nasce as duas primeiras UC a reserva de Gile e reserva especial de Maputo. Passa a ser considerada uma área de proteção total para a conservação da biodiversidade, a garantia dos processos ecológicos e a preservação de valores naturais (MITADER, 2016 e Matos e Medeiros, 2011)

UC também conhecidas internacionalmente como áreas protegidas são definidas pela IUCN et al (2019, p. 7) “como uma superfície da terra ou do mar especialmente dedicada à proteção e à preservação da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e culturais associados, e administradas através de meios legais ou outros meios eficazes”

No entanto, as UCs em Moçambique são chamadas de zona de proteção e são conceituadas pela lei n.o 5/2017, Lei da Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica, como “áreas territoriais delimitadas, que representam o património natural nacional, destinadas à conservação da diversidade biológica e de ecossistemas frágeis ou de espécies animais ou vegetais, podendo ser do domínio público do Estado ou do domínio privado, e nelas podem ocorrer atividades económicas compatíveis com seu objetivo.

Das discussões na convenção de Washington, nos Estados Unidos, em 1940 para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas dos países americanos, além de outras que foram feitas a posteriori pela ONU, UICN e outros organismos, o documento intitulado de diretrizes para manejo das áreas protegidas, publicado em 1994, definiu seis categorias de áreas naturais protegidas: parque nacional, reserva nacional estrita, monumento natural e área de manejo de espécies o habitat, Paisagens terrestres ou marinhas protegidas e áreas de manejo de recursos. (Pellizzaro et al, 2015 e Fernandes e Pereira, 2015), como demonstrado no quadro 6.

Categorias	Nomenclatura	Funções
I	Reserva natural	Área protegida manejada especialmente para fins científicos ou proteção da vida Silvestre
II	Parque Nacional	Área protegida manejada especialmente para fins científicos ou proteção de Ecossistema e recreação
III	Monumento natural	Área protegida manejada especialmente para conservação de uma categoria natural específica
IV	Área de manejo de espécies ou habitat	Área protegida manejada especialmente para conservação através de intervenção ou manejo

V	Paisagem terrestre ou marinha	Área protegida manejada especialmente para proteção de paisagem e recreação
VI	Áreas protegida de Manejo de Recurso	Área protegida para o uso sustentável dos recursos Naturais

Quadro 5: categorias de áreas naturais protegidas

Fonte: (Fernandes e Pereira, 2015)

Em Moçambique, as áreas de proteção são divididas em duas: Áreas de conservação total e Áreas de conservação de uso sustentável. A Figura 8

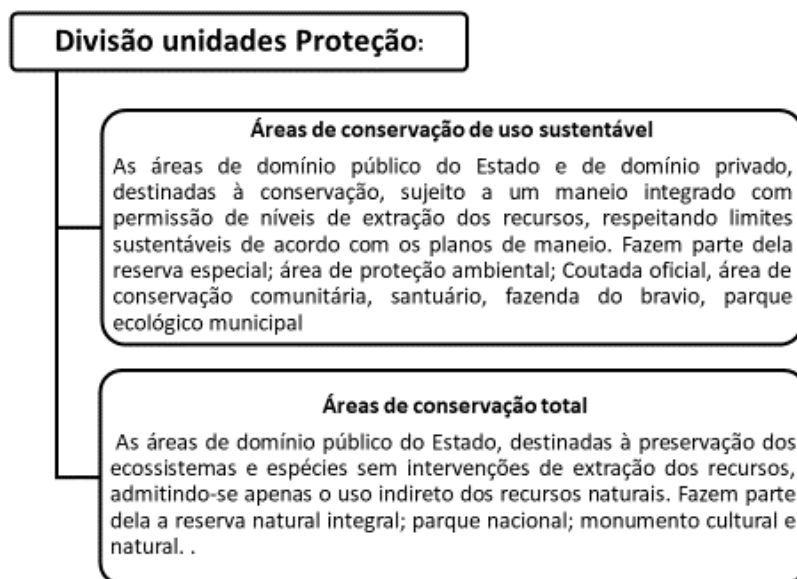


Figura 8: subdivisão das UC em Moçambique

Fonte: adaptado da (Lei n.º 5/2017 Lei da Proteção Biológica, 2017)

Ao comparar as categorias propostas pelos organismos internacionais com as usadas em Moçambique, percebe-se que há muita semelhança. Ou seja, Moçambique adotou e tem todas as categorias propostas pela IUCN, conforme se apresenta no quadro 6.

Categorias	Nomenclatura	Funções	Atividade permitida
Áreas de conservação total	Reserva natural integral	Preservar a natureza única da área, a nível biológico, e ecossistemas ou cénico	Permitida a prática de turismo de contemplação
	Parque nacional;	Perpetuar, num estado tão natural quanto possível, exemplos representativos de regiões fisiográficas, comunidades bióticas, recursos genéticos e processos naturais não danificados; proteger processos ecológicos de grande escala que seriam perdidos em áreas de conservação de tamanho menor;	Realização de atividades de ecoturismo, recreação, educação e investigação científica.

	Monumento cultural e natural.	Conservar fauna ou flora de valor natural, estético, geológico, religioso, histórico ou cultural excecional ou único, em área inferior a 100 hectares que, pela sua singularidade e raridade, exigem a sua conservação e manutenção da sua integridade.	Proporcionar a realização de atividades de ecoturismo, recreação educação e investigação científica
Áreas de conservação de uso sustentável	Reserva especial;	Proteção de uma determinada espécie de fauna ou flora raras, endémica ou em vias de extinção ou que denuncie declínio ou com valor cultural e económico reconhecido.	Realização de atividades de ecoturismo, recreação, educação e investigação científica.
	Área de proteção ambiental	Assegurar a proteção e preservação dos componentes ambientais, bem como a manutenção e melhoria dos ecossistemas de reconhecido valor ecológico e socioeconómico	Proporcionar aos cidadãos espaços de lazer ao ar livre
	Coutada oficial,	A atividades cinegéticas e a proteção das espécies e ecossistemas, na qual o direito de caçar só é reconhecido por via do contrato de concessão celebrado entre o Estado e o operador e mediante quotas aprovadas anualmente	Permitida a Caça, uso dos recursos pelas comunidades, turismo cinegético
	Área de conservação comunitária,	Proteger e conservar os recursos naturais existentes na área do uso consuetudinário da comunidade, incluindo conservar os recursos naturais, florestas sagradas e outros sítios de importância histórica, religiosa, espiritual e de uso cultural para a comunidade local;	Aproveitamento da terra, pelas comunidades atividades de uso de recurso sob autorização comunitária
	Santuário,	destinada à reprodução, abrigo, alimentação e investigação de determinadas espécies de fauna e flora	Permitida a investigação
	Fazenda do bravio,	Conservação e repovoamento de outras áreas de conservação, venda de animais vivos e ovos para fins de conservação ou não e extração de carne e troféus.	Permitido a caça e aproveitamento de determinadas espécies para a produção de carne e subprodutos
	Parque ecológico municipal	Proteger elementos da natureza cruciais para o equilíbrio ecológico da autarquia local, incluindo terras húmidas, mangues, encostas, dunas, áreas florestais, endêmicos, raros ou ameaçados	Estimular a educação ambiental, recreação e lazer dos munícipes bem como a prática de ecoturismo e pesquisa científica

Quadro 6: Categorias de UC em Moçambique

Fonte: Adaptado do (Lei 5//2017 Lei da Proteção Biológica)

De acordo com BIOFUND (2021, p. 1)

A ANAC é responsável pela gestão de **dez Parques Nacionais**, (Quirimbas, Gorongosa, Mágoè, Bazaruto, Limpopo, Zinave, Banhine, Chimanemane, Gilé e o Parque Nacional de Maputo), **uma Reserva Especial** (Niassa), **uma Reserva Parcial** (Lago Niassa), **duas Reservas Nacionais** (Marromeu e Pomene); **treze Reservas Florestais** (Liacuti, Ribâue, Zomba, Nhamapacuã, Mupalue, Moribane, Mecuburi,

Matibane, Maronga, Inhamitanga, Derre, Pinda, Mucheve,) **vinte e uma Coutada, Duas áreas de proteção Ambiental** (Ilhas Primeiras e Segundas e de Maputo) **uma Zona de Proteção Total** (Cabo de São Sebastião) **três Áreas de Conservação Comunitária** (Mitchéu, Tchuma-tchato e Chipanje Chetu) e **um Parque Ecológico** (Malhazine)

Podemos encontrar as unidades distribuídas em quase todo país. Quadro 7

Província	Designação	Ano da criação	Área (km ²)	Tipo de fauna e flora a proteger
Parques				
Cabo Delgado	Parque nacional das Quirimbas	2002	9.013	Várias espécies marinhas e terrestres incluindo Tartaruga, dugongo, Baleia, tubarão, elefante e outra espécie de grande porte
Sofala	PNG	1960	10.000	Búfalo; Jágara; Porco do mato; Macaco cão; Civeta; Crocodilo; Elande; Elefante; Geneta; Cabrito cinzento; Hipopótamo; Impala; Cudo; Leopardo; Gondonga; Leão; Manguço; Inhala; Oribi; Porco Espinho; Cabrito Vermelho; Chango; Pala – pala; Macaco Simango; Gato Serval; Facocero; Piva; Boi – Cavalo; Zebra
Inhambane	Parque nacional de Zinave	1973	4.000	Avestruz (<i>Struthio camelis</i>). girafas, matagaiça ,estacarita
	Parque nacional de Arquipélago de Bazaruto	2001	1.430	Dugongos (única população viável na costa oriental de África) Tartarugas marinhas e Golfinhos.
Gaza	Parque Nacional de Limpopo	1971	11.233	Elefante, Rinoceronte, e Búfalos
	Parque Nacional de Banhine	1973	7.250	Avestruz (<i>Struthio camelis</i>) e Girafa (<i>Giraffa camelopardalis</i>)- sem informação actualizada da existência da Girafa
Tete	Parque Nacional de Mágoè	2013	3.745	espécies de vegetação seca com destaque para o <i>Colophospermum mopane</i> (mopane), <i>Adansoniadigitata</i> (embondeiro) e diversas espécies de fauna bravia, incluindo búfalos, elefantes e crocodilos.
Maputo	Parque Nacional de Maputo	2021	1718	A área foi criada basicamente para proteger elefantes, tendo se beneficiado da introdução do rinoceronte branco, mas também tem como objetivo manter e proteger espécies marinhas e costeiras, e seus habitats, incluindo as dunas primárias da praia que se estende da Ponta do Ouro à Ilha da Inhaca, abrangendo as pontas proeminentes de Malongane, Madejanine, Mamoli, Techobanine, Dobela, Milibangalala, Membene, Chemucane, Mucumbo, Gomeni, Abril.
Zambézia	Parque Nacional de Gilé	2020	2.861	Elefante, bufalo o rinoceronte,palapala, vara do mato, cudo, leões, leopardo, chita chacal pequenos antílopes e macacos

Manica	Parque nacional de Chimanemane	2020	655	Espécies de fauna e flora endémicas que engloba espécies únicas de borboletas e aves. mamíferos e minérios como arenitos e quartzitos ricos em ouro.
Reservas				
Niassa	Reserva Nacional do Niassa	1954	42.000	Rinoceronte preto, elefante, búfalo hipopótamo, elande, cudo, palapala, gondonga, porco bravo, facóceros, leão leopardo, chita lince, hiena, chacal pequenos antílopes e macacos
	Reserva Parcial do Lago Niassa	2010	18.720	Biodiversidade das águas interiores e zonas húmidas fauna ictiológica, tilápia, peixe da família ciclídeos
Sofala	Reserva Especial de Marromeu	1960	6.800	búfalo Africano (Syncerus caffer).hipopotamo, Piva, leões leopardo,
Inhambane	Reserva Nacional de Pomene	1964	50	Boi-Cavalo e outras espécies que inclui variedade de cabritos.
Zonas de proteção				
Nampula	Áreas de Proteção Total de Cabo de São Sebastião	2003		Proteção de tartarugas.
Área de proteção Ambiental				
Zambézia	Área de Proteção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas	2012	10.409	Florestas de mangal ao longo dos vários estuários; Tapetes de erva marinha; Recifes de coral; Grandes bancos de areia formando parte do banco de Sofala;
Maputo	Área de Proteção Ambiental de Maputo	2019	623655	Paisagem com qualidade estéticas, ecológicas ou culturais específicas e excepcionais e potencial de produção de serviços ecologicos
Área de conservação comunitárias				
Sofala	Mitcheu	2014	11300	Proteger e conservar os recursos naturais existentes na area do uso consuetudinario da comunidade, incluindo as florestas sagradas e outros sitios de importancia historica, religiosa, espiritual e de uso cultural para a mesma, assim como garantir o maneiio sustentável dos recursos, por forma a resultar no desenvolvimento local
Tete	Tchuma-Tchato	2014	325241 1	
Niassa	Chipanje-chetu	2014	606500	
Parque Ecologico				
Maputo cidade	Reserva de Malhazine	2012	5.68	Rato-toupeira, Macaco de cara-preta, manguço, jagra, Lebre-de-nuca-dourada, Maritacataca, Esquilo-das-árvores, Musaranho -elefante-de quatro- dedos ormacões herbáceas, gramíneas, trepadeiras e lianas

Quadro 7: Distribuição das Unidades de Conservação em Moçambique

Fonte: adaptado de (BIOFUND, 2021; MITADER 2016; Ombe e Fungulani 1996 e Word Bank group 2021)

2.3.2. As unidades de conservação como atrativo turístico

Por muitos anos, as UCs foram administradas sob uma perspectiva de "natureza intocada", na qual a presença humana era considerada uma ameaça à proteção da biodiversidade. Sendo assim, a visitação com fins turísticos e de lazer não era incentivada. Hoje, essa visão mudou, as nações passaram a considerar essas unidades também como locais de realização de pesquisas científicas, de

desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de lazer em contato com a natureza e de turismo ecológico” (Botelho e Bartholo 2015, p. 3). Segundo Ignara (2013), às UCs são ricas em atrativos turísticos, que podem ser divididos em dois contextos:

Naturais: apresenta particularidades geográficas, tais como paisagens, montanhas (Picos, serras, montes, morros e colinas), planaltos e planícies (chapadas/tabuleiros, patamares, pedras/tabulares, vales/rochedos), costa ou litoral (praias, restingas, mangues, baías/enseadas, sacos, cabos/pontas, falésias/barreiras e dunas), ilhas e ilhas (ilhas, arquipélagos e recifes), hidrologia (rios, lagoas, lagos, praias fluviais) e fauna e floras nativas diversificada (Ignara, 2013)

Culturais: Que engloba os monumentos (arquitetura civil, religiosa/funerária, industrial e militar, ruínas, esculturas, pinturas e outros legados), Sítios (sítios históricos e científicos), Instituições e estabelecimentos de pesquisa e lazer (museus, bibliotecas, arquivos, institutos históricos e geográfico), manifestações uso e tradições populares (festas/comemorações/atividades religiosas, festas/comemorações populares e folclóricas, festas/comemorações cívicas, gastronomia típica e feiras e mercados), realizações técnicas e científicas contemporâneas (exploração de minérios, agrícola/pastoril, industrial, assentamentos urbanos e paisagísticos, usinas/barras e eclusa, zoológicos/aquários / viveiros, jardins botânicos/ hortos, planetário), acontecimentos programados (congressos e convenções feiras e exposições, realizações artísticas/culturais, realizações sociais /assistências, realizações gastronômicas de produtos) (Ignara, 2013)

Os atrativos turísticos nas UCs permitem a prática de diversas atividades turísticas, que podem ser enquadradas em diferentes tipos de turismo, algumas consensuais, outras não. Podemos encontrar nomenclaturas como turismo de natureza, ecoturismo, turismo ativo, turismo de aventura, turismo ecológico, turismo alternativo, turismo baseado na natureza ou responsável, dentre outras. Diversos autores, como Ansarah e Panosso Netto (2010) Barretto e Rejowski (2009) Pires (2002, 2005), Ceballos-Lascuráin (1996), Fennel (2002), Brasil (1994) e Francisco da Silva (2013), entre outros, dedicaram-se ao tema com dedicação e consensualização. Os tipos de atividades desenvolvidas na natureza, que são os principais atrativos turísticos das UCs, estão descritos no quadro a seguir.

Nomenclatura	Características
Ecoturismo	Para Fennel, (2002) o ecoturismo é o turismo na natureza, de baixo impacto, que contribui à manutenção de espécies e habitats diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e/ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda. Está patente as variáveis como <i>“conservação, educação, ética, sustentabilidade e benefícios locais”</i>

Turismo de Aventura	Consideram-se “atividades de aventura experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafios e que podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer e superação, a depender da expectativa, do envolvimento e da experiência do turista além do nível de dificuldade de cada atividade”. Sendo que a prática pode ocorrer em quaisquer espaços: natural, construído, rural, urbano, estabelecido como área protegida ou não.
Turismo ativo	Em oposição ao turismo passivo. Os turistas ativos são caracterizados como aqueles que buscam para o seu consumo elementos que envolvem práticas corporais físicas, desportivas, ações que envolvem risco e despense emoções, adrenalina e experiências marcantes para o praticante, “o turismo ativo é para muitos, algo a ver com as atividades radicais em que o perigo, o risco, e a aventura são fatores essenciais”
Turismo Alternativo	O seu uso está muito associado às práticas sustentáveis, aos conceitos de “natureza”, “eco” e “sustentável”, é uma forma mais positiva de procura turística. Ou seja, o seu surgimento foi em oposição ao turismo de Massa, modelo de turismo que não permitia uma verdadeira interação sociocultural e ambiental com o local de destino com aglomerado de turistas provocava múltiplos impactos. As modalidades do turismo alternativo: Turismo na Natureza; Ecoturismo; Turismo Rural, Turismo de Aventura; Agroturismo
Turismo de Natureza	Turismo de natureza é uma forma de viajar para espaços naturais procurando a fruição da biodiversidade e das paisagens naturais, tanto por objetivos de aprendizagem e interpretação como por pura recreação. Que, se englobamos as atrações naturais, as culturas locais e as atividades de animação e lazer.

Quadro 8: tipologia de turismo associados às UCs

Fonte adaptado de (Martins e Silva, 2018; Fennell, 2002; Buckley, 2006 e Rodrigues 2017, p. 21)

Para uniformizar os conceitos e discursos, adotaremos a nomenclatura turismo de natureza, pois autores como Fennell, 2002; Buckley, 2006 e Rodrigues 2017 defendem que termos e expressões como "ecoturismo", "turismo em espaço rural", "turismo ao ar livre", "turismo ecológico", "turismo de montanha", "turismo cinegético", "turismo de aventura", "turismo de natureza", "paisagens verdes", "turismo verde" estão muito ligados ao turismo de natureza. Diversos autores definem o turismo de natureza conforme ilustra o quadro 9

Autores	Conceitos do Turismo de Natureza
Graburn (1983)	Turismo praticado em áreas predominantemente naturais, podendo ser dividido em turismo ecológico e ambiental
Valentine (1992)	Associado à fruição direta de algum fenômeno da natureza relativamente intacto
Mckercher (2002)	O turismo na natureza engloba o ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e uma profusão de outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo.
Tourism Victoria (2008)	Qualquer tipo de turismo que se baseie em experiências diretamente relacionadas com atrativos naturais
Becerra et Al. (2009)	As atividades ligadas ao Turismo de Natureza implicam experiências de interação com o meio ambiente.
Fredman et Al. (2009)	Turismo de Natureza são as atividades humanas decorrentes da visita a áreas naturais em lugares diferentes do ambiente habitual dos visitantes.
Bryden et Al. (2010)	Turismo de Natureza é considerado aquele que implica pernoita relacionada ao património natural
Turismo de Portugal (2015)	Turismo de Natureza é um produto turístico constituído por empreendimentos e atividades de Turismo de Natureza.

Quadro 9: Conceitos de Turismo de Natureza

Fonte: adaptado de (Santos, 2017 e Lopes, 2019)

Neste âmbito, Eagles (2001) Viana e Nascimento (2009) utilizando uma metodologia baseada nas motivações, reconhece pelo menos quatro nichos de mercado no turismo de natureza: ecoturismo, turismo de aventura, vida selvagem e campismo vide a figura 10

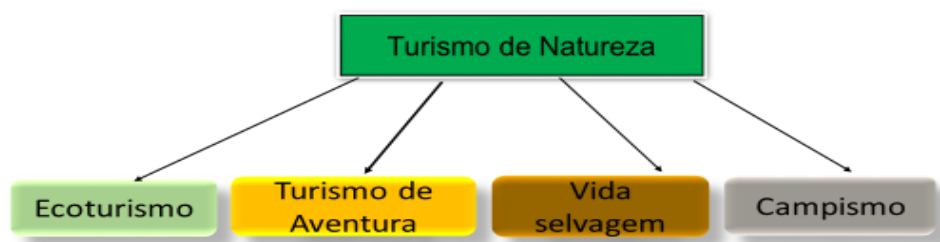


Figura 9: Nichos de mercado no Turismo de Natureza
Fonte: adaptado de Viana e Nascimento, (2009)

Fennell, (2002) e Martins e Silva (2018) afirmam que o turismo de natureza é o termo maior, que aglutina outros termos como o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo rural bem como outras tipologias, como turismo desportivo, geoturismo, turismo náutico, turismo de baixo impacto, – que utilizam os recursos naturais de uma forma selvagem ou não desenvolvida – inclusive espécies, habitats, paisagens, atrações aquáticas de água doce e salgada. Figura 10

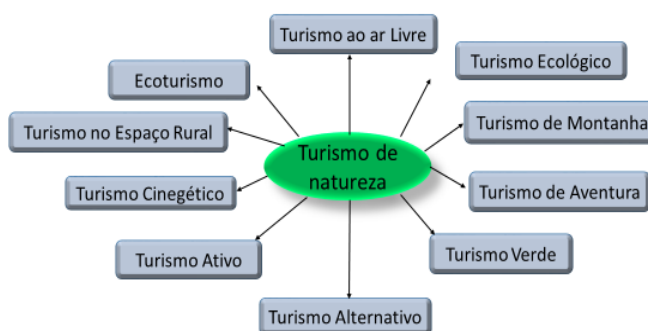


Figura 10: Abrangência do Turismo de Natureza
Fonte: Adaptado de (Fennel, 2002 e Viana e Nascimento 2009)

O turismo de natureza é um segmento que dá ênfase à experiência turística na natureza, baseada em atividades que envolvem diferentes níveis de envolvimento, mental e físico, caracterizados por um elevado nível de motivação e de procura de sensações. De acordo com Viana e nascimento (2009), o Ministério do Turismo do Brasil (2010) e Rodrigues (2018) pode ser dividido em duas dimensões: Natureza Soft – que se baseia na prática de atividades ao ar livre de baixa intensidade, representando cerca de 80% da total de viagens à natureza. Natureza Hard – que se refere à prática de desportos na natureza ou às atividades que requerem concentração ou conhecimento e risco representa cerca de 20% das viagens de Natureza, conforme a figura 11



Figura 11: Atividades do Turismo de Natureza

Fonte: adaptado do (Viana e nascimento, 2009; Ministério do turismo do Brasil, 2010 e Rodrigues, 2018)

No entanto, apesar de as UCs serem caracterizadas por espaços naturais, elas também oferecem atrativos turísticos culturais que permitem o desenvolvimento de diversas atividades do turismo cultural, que, muitas vezes, estão relacionadas à promoção do desenvolvimento local. De acordo com o Ministério do Turismo do Brasil (2010), o turismo cultural é composto por uma variedade de tipos de turismo, tais como:

- *Turismo Cívico*: quando o deslocamento é motivado pelo conhecimento de monumentos, pelo acompanhamento ou rememoração de fatos, pelo acompanhamento ou participação em eventos cívicos que representem a situação atual ou a memória política e histórica de determinados lugares.
- *Turismo Religioso*: visitas a espaços e eventos com o objetivo principal de busca espiritual e prática religiosa. São realizadas atividades como peregrinações e romarias; Roteiros religiosos; Retiros espirituais; Festas, comemorações e apresentações artísticas religiosas; Encontros e celebrações para evangelizar os fieis; Visitação a espaços e edificações religiosas (igrejas, templos, santuários, terreiros); Realização de itinerários e percursos religiosos.
- *Turismo étnico*: nessa tipologia, a atividade turística envolve a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e identidade de grupos étnicos. O visitante, neste caso, procura estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida, costumes singulares e retorno às tradições de seus antepassados.

- *Turismo Cinematográfico*: é caracterizado pelos deslocamentos motivados para visitar locais ou atrações que tiveram aparição no cinema ou na televisão, dentro do contexto da produção audiovisual em questão.
- *Turismo arqueológico*¹ Pode ser entendido como uma forma de difundir o conhecimento relacionado às pesquisas e aos achados arqueológicos, bem como à Arqueologia como um todo. É um elemento indispensável para o resgate e o conhecimento da cultura humana, bem como para o entendimento do ser humano e de seu processo de evolução.
- *Turismo gastronômico*: quando o visitante é atraído pela culinária típica local. As principais atividades dessa motivação são: participar de eventos gastronômicos locais de uma região e visitar roteiros, rotas e circuitos gastronômicos. A oferta de bares, restaurantes e similares de um destino são insumos para a viabilização do turismo gastronômico, podendo integrar e complementar a oferta turística do destino.
- *Enoturismo*: é o movimento motivado para o conhecimento do processo produtivo de vinhos, através de atividades como visitas a vinhedos e vinícolas, contato direto do visitante com os processos produtivos, conhecimento e prova dos vinhos das regiões visitadas, passeios e percursos que envolvem o patrimônio paisagístico e arquitetônico relacionado à cultura da vinha e à produção do vinho.
- *Turismo ferroviário*: quando o objetivo é o uso de trens, ou seja, a realização de passeios sobre trilhos, pode ser uma experiência de viagem no tempo, ao se deslocar por paisagens e topografias típicas e revelar, ao longo da viagem, a rotina cotidiana das comunidades. Os passeios costumam ser acompanhados de atividades culturais, tais como apresentações teatrais, de música e dança, e de degustação de alimentos e bebidas. Em alguns casos, é possível realizar pequenas paradas para visitas rápidas e compras.

2.3.3 Contributo do turismo sustentável nas UCs

O turismo tem causado danos à natureza, como a destruição de 50% dos corais da praia de Maya Bay, em Koh Phi Phi Leh, na Tailândia, devido ao número elevado de visitantes que apareciam diariamente, durante o auge da popularidade. Nos últimos anos, recebeu tantos turistas que, agora,

¹ São considerados sítios arqueológicos “as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura; os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento “estações” e “cerâmicos; e as inscrições rupestres ou locais e outros vestígios de atividade de dos ancestrais (Ministério do Turismo do Brasil (2010).

precisa restringir o acesso para que o ecossistema possa se recuperar dos danos causados. Contudo, também tem trazido muitos benefícios aos destinos. (Oliveira, 2022)

De acordo com a União Europeia (2021), o turismo nas áreas protegidas maduras pode ser um dos pilares da economia em todos os países. Em países com ações de marketing e produtos turísticos de áreas protegidas bem estabelecidas, os resultados podem ser ainda mais expressivos. Na Tanzânia, o turismo em unidades de conservação representa quase 10% do PIB em 2015 (ou seja, \$4 bilhões) e oferece empregos bem pagos para mais de 400.000 pessoas. O turismo é a principal fonte de renda e, conseqüentemente, tem um impacto significativo em toda a economia. Em 2016, 333 milhões de visitantes dos parques nacionais gastaram cerca de \$18 bilhões nas regiões de entrada, o que contribuiu com cerca de \$35 bilhões para a economia.

É perceptível que o turismo pode ser uma fonte de benefícios e riscos. É o mesmo que se diz na linguagem popular, "não podemos fazer omelete sem quebrar os ovos". Dessa forma, devemos avaliar o impacto e os benefícios que ela proporciona, de forma responsável e cautelosa, aplicando os princípios do desenvolvimento sustentável para afastar os malefícios e transformar o turismo sustentável. Há um reconhecimento claro de que, se o turismo for desenvolvido de forma sustentável, pode trazer benefícios significativos. Exemplo disso é o fato de a Organização das Nações Unidas (ONU) ter declarado 2017 como o ano internacional do turismo sustentável para o desenvolvimento, como uma forma de reconhecer a relevância do turismo para a economia. (Castro et al. 2018)

Além disso, os dados do turismo durante a pandemia revelaram sua relevância nas dinâmicas sócio-ambientais das UCs. Pode-se citar como exemplo o drama enfrentado pelas UCs do Quênia, uma vez que 62% do *Cottar's Wildlife Conservation Trust* é proveniente das taxas de conservação dos visitantes, beneficiando 6.000 famílias Maasai e 7.000 acres de terras selvagens. No acampamento Kicheche Mara, as comunidades dependem, sobretudo, das receitas provenientes do turismo, através do emprego, do aluguel de terrenos, das compras locais, da venda de artesanato e da locação de veículos. Diante da pandemia, 74.000 hectares de vida selvagem e ecossistemas do Mara *North Conservancy* estão sob risco, o que torna a área vulnerável à caça furtiva, à caça de animais selvagens e à invasão. Um desligamento prolongado pode causar danos irreversíveis, pois os proprietários de terras provavelmente retornarão para outros usos da terra, como acampamentos de turismo. (Spenceley, 2021)

De acordo com Oliveira (2017), essas áreas oferecem benefícios diretos para os seres humanos ao proporcionarem oportunidades de lazer, uso do potencial genético das espécies naturais, uso dos serviços ambientais dos ecossistemas protegidos (como o fornecimento de água e ar limpo), proteção de áreas consideradas por alguns como sítios sagrados, além da importância ecológica, social e econômica para a sociedade humana.

De acordo com o World Bank Group (2021), as UCs têm um impacto direto quando o visitante contribui de forma direta para a economia local, manifestada através da aquisição de bens e serviços diretamente de empresas e famílias locais. Em outras palavras, os visitantes pagam taxas para entrar no parque, hospedagem em pousadas e gastam dinheiro em caça, passeios a pé, mergulho, snorkeling e outros serviços oferecidos por pousadas ou outras instalações turísticas. Os efeitos indiretos são percebidos quando o visitante compra produtos locais, mais trabalhadores são contratados, além de aumentar os programas comunitários. Como é demonstrado na figura 12.

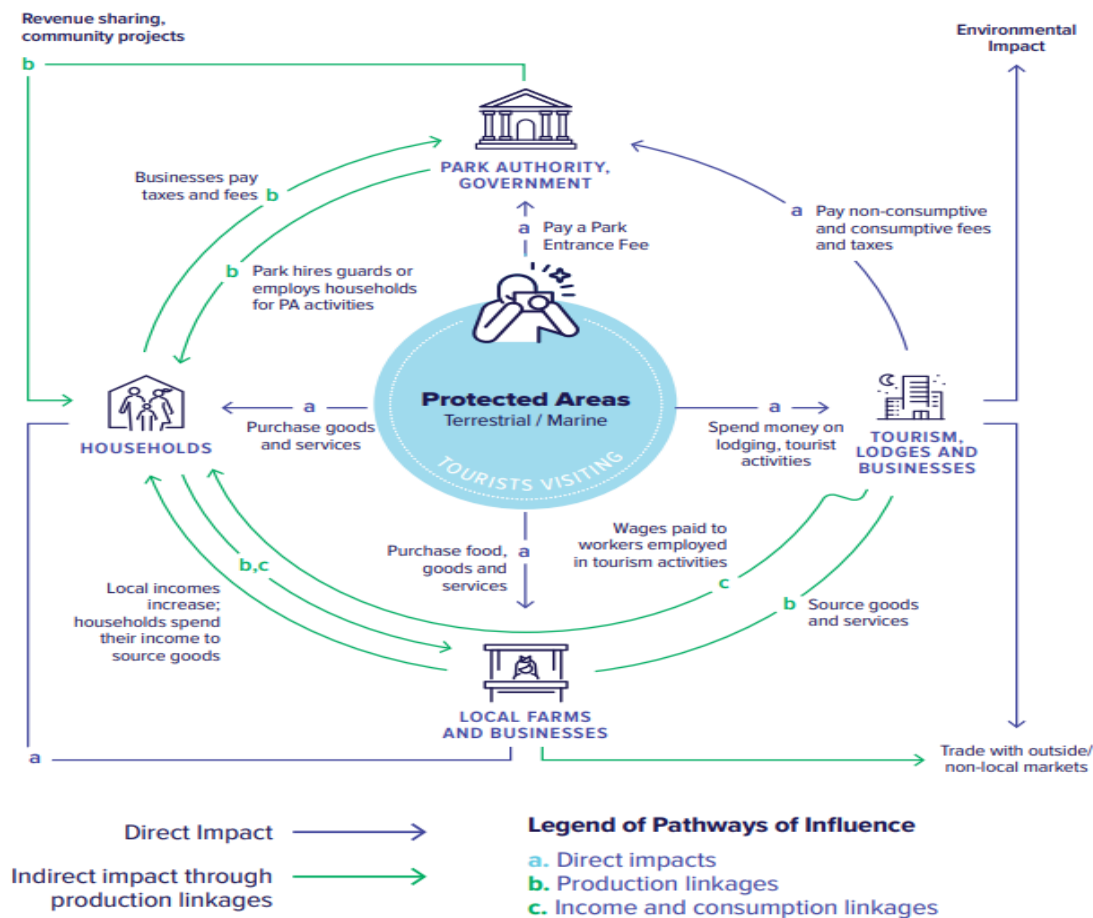


Figura 12: Impacto do turismo nas UCs
Fonte: (World Bank Group, 2021, p.10)

De acordo com Bilro (2015), Rodrigues (2018) e Leung et al (2017), o turismo em UC tem potenciais benefícios na esfera ecológica, social e econômica para a sociedade humana.

1. **Dimensão econômica:** a ênfase deve ser na economia das UCs, que é a capacidade de gerar lucros e dinamizar as economias locais através de práticas sustentáveis, intersectorial equilibrada e da capacitação constante dos instrumentos de produção, diversificação de produtos e mercados. Veja os benefícios listados no quadro

Desenvolvimento das oportunidades económicas (benefícios económicos)
● Aumento do emprego e melhorar o padrão de vida em particular para residentes locais ● Aumento das receitas ● Estimula novas empresas turísticas, e estimula e diversifica a economia local ● Promove a manufatura local de bens ● Obtém novos mercados e trocas exteriores ● Contribui para melhorar as condições de vida ● Gera receitas fiscais locais ● Permite aprendizagens de novas competências pelos trabalhadores ● Aumenta o financiamento para as áreas protegidas e comunidades locais através de taxas

Quadro 10: impactos económicos positivos em UC.

Fonte: adaptado do (Bilro, 2015) Rodrigues, 2018) e Leung et al, 2017)

2. **Dimensão Ambiental:** destaca o respeito pelo potencial de depuração dos ecossistemas naturais, a preservação do potencial do capital natural na produção de recursos renováveis, bem como o uso correto dos recursos não renováveis. O exemplo o quadro 13

Proteção do património natural e cultural (benefícios Ambientais)
● Protege os processos ecológicos e as bacias hidrográficas ● Conserva a biodiversidade (incluindo genes, espécies e ecossistemas) ● Protege, conserva e valoriza o património cultural e edificado ● Cria um valor económico e protege recursos que de outra forma não teriam interesse para os residentes, ou representam mais um custo que um benefício ● Transmite valores de conservação através da educação ● A adesão de visitantes às tarefas de fiscalização; ● Ajuda a comunicar e interpretar os valores do património natural e edificado e de transmissão cultural para visitantes e residentes, gerando assim uma nova geração de consumidores responsáveis ● Apoia a pesquisa e desenvolvimento de boas práticas ambientais e sistemas de gestão para influenciar a operação do turismo, bem como o comportamento dos visitantes nos destinos. ● Melhorar as infraestruturas, transportes e comunicações locais ● Contribui para o desenvolvimento de mecanismos de autofinanciamento para áreas protegidas

Quadro 11: impacto positivo ambiental do turismo nas UCs

Fonte: adaptado do (Bilro, 2015; Rodrigues, 2018 e Leung et al 2017)

3. **Dimensão Social:** seria preciso manter uma homogeneidade social, distribuição justa de renda, geração de empregos, qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços quadro 14

Aumento da qualidade de vida (benefícios sociais)
● Promove valores estéticos, espirituais e outros relacionados com o bem-estar ● Apoia a educação ambiental para visitantes e população local ● Estabelece ambientes atrativos para os destinos, tanto para residentes como para visitantes, que podem servir de base a outras atividades compatíveis ● Promove a compreensão intercultural ● Promove o desenvolvimento da cultura, do artesanato e das artes ● Aumenta o nível de educação das comunidades locais ● Encoraja as pessoas a aprenderem as línguas e culturas dos turistas estrangeiros ● Encoraja as comunidades locais a valorizarem a sua cultura e ambiente natural ● Aumentar o perfil da conservação em níveis local, nacional e internacional ● Contribuir para a saúde mental, reduzindo o estresse e a fadiga

Quadro 12: impactos positivos Social do turismo nas UCs
 Fonte: adaptado do (Bilro, 2015; Rodrigues, 2018 e Leung et al 2017)

2.3.4 Unidades de conservação e competitividade turística sustentável

Diversos modelos de competitividade turística atuais começam a considerar princípios de sustentabilidade, cada vez mais como um requisito básico para a inserção de produtos turísticos com capacidade competitiva, sobretudo no mercado internacional. Como já foi mencionado, a competitividade deve ser entendida como a capacidade de elaborar e implementar estratégias coletivas que permitam aumentar ou manter uma posição sustentável no mercado. A sustentabilidade no turismo enfatiza o equilíbrio entre a satisfação das necessidades atuais e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Ou seja, cabe aos organizadores do destino, empreendedor turístico e ao turista cuidar para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados de forma a atender às suas necessidades atuais e futuras, bem como às das comunidades anfitriãs. A unidade de conservação foi concebida para proteger e preservar a diversidade biológica, bem como os recursos naturais e culturais associados, gerenciados através de meios legais ou outros meios eficientes, mas que, devido à beleza de seus atrativos, atrai o turismo.

A tese assume como ponto central a possibilidade de competir de maneira sustentável nas UCs, abordando essa relação sob dois prismas: o primeiro refere-se à sustentabilidade sendo vista como um fator de vantagem competitiva; o segundo diz respeito à ideia de que a competitividade contribui para atingir os objetivos de sustentabilidade, contudo quando aplicados às UCs, é essencial avaliar elementos da sustentabilidade que se transformam em atributos e indicadores de competitividade. É importante ressaltar que a competitividade não pode ser atribuída genericamente a um país, destino ou setor; eles serão competitivos na medida em que seus atributos o forem. Desse modo, a unidade fundamental para analisar a competitividade são os atributos em si. Portanto, uma análise aprofundada dos atributos - bem como das estratégias de competitividade e adaptação adotadas - é essencial para

promover a preservação e melhoria do meio ambiente natural, econômico e social no âmbito do turismo e das UCs. Essas estratégias serão cruciais para garantir a qualidade ambiental do sistema global. (Camison, 2020)

Diversos autores ressaltam as premissas fundamentais que devem guiar a relação entre sustentabilidade e competitividade, defendendo uma ligação positiva entre práticas ambientalmente sustentáveis e aumento da produtividade. O paradigma do desenvolvimento sustentável em áreas de conservação já incorpora princípios de competitividade com base na cooperação. Para Arroyo (2008) e Barbosa (2017), não existe antagonismo entre competição e cooperação, pelo contrário, essas duas estratégias geralmente se complementam, uma vez que a "cooperação é uma construção cultural estratégica fundamentada na interação social, em que os objetivos são compartilhados, as ações são realizadas em conjunto e os benefícios são equitativamente distribuídos por todo o sistema. Quando a competição está subordinada à cooperação, desempenha um papel essencial na mobilização de forças novas e inovadoras, únicas capazes de impulsionar o sistema para avanços qualitativos".

Destinos turísticos que se destacam pela promoção da cooperação, boas práticas de gestão e comprometimento com a sustentabilidade são frequentemente reconhecidas, sendo um exemplo disso os esforços para fomentar práticas turísticas sustentáveis no Parque Nacional de Una, na Bósnia e Herzegovina. O parque tem sido eficaz na melhoria de sua competitividade ao introduzir princípios de desenvolvimento sustentável. Segundo CEETO (2018), a criação de um cluster turístico baseado na interação e cooperação entre a comunidade local, prestadores de serviços turísticos, organizações da sociedade civil, associações esportivas e outras partes interessadas tem contribuído para fortalecer a identidade do destino, padronizar e melhorar a qualidade dos serviços, promover a oferta turística global e expandi-la, além de planejar em conjunto atividades relacionadas ao fortalecimento do setor de desenvolvimento sustentável e conservação da natureza.

Além da participação ativa, o uso de regulamentos e princípios de zoneamento, reconhecidos pela literatura como importantes ferramentas para regular e limitar o turismo visando resultados positivos na preservação ou recuperação de ecossistemas frágeis. Antes da proclamação do parque, atividades esportivas como *rafting*, *caiaque* e pesca desportiva no rio Una eram realizadas sem restrições, representando uma ameaça às ricas paisagens de biodiversidade do rio Tufos. Com a implementação de regulamentos específicos, zoneamento e concessão de licenças para agências locais, foi possível reduzir o impacto negativo dessas atividades na biodiversidade do rio Tufos. Isso permitiu práticas mais responsáveis, com foco no princípio do "pescue e solte". Essas medidas

tornaram a pesca desportiva e recreativa, assim como outras atividades de lazer, as opções preferidas pelos entusiastas da natureza que visitam o parque. Além disso, contribuíram para a preservação de espécies nativas como *Thymallus thymallus*, truta salmão e *Oncorhynchus mykiss* (CEETO, 2018).

Os modelos de competitividade turística que se baseiam nos princípios de sustentabilidade, para destinos sensíveis como UC, devem valorizar os atributos que traduzem a capacidade dos destinos em privilegiar o uso de fontes energéticas renováveis, matérias-primas recicláveis, redução do consumo e do desperdício de água, bem como dos resíduos, desde a sua produção até a reutilização. De acordo com Young (2010) e Britto e Martins (2014), o investimento em estratégias de sustentabilidade pode aumentar os benefícios decorrentes da eficiência nos custos, uma vez que reduz os custos de produção, evita desperdícios e torna o consumo de energia e matérias primas mais eficiente, mas também proporciona benefícios como o aprimoramento da imagem, a reputação do destino, o status de credibilidade e o desenvolvimento do processo de aprendizagem, tornando o destino mais dinâmico no mercado.

Nadalipour e Khoshkhoo (2018) criaram um modelo integrado de destinos sustentáveis e competitivos, que pode ser aplicado às UCs, onde são considerados diversos elementos críticos de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento turístico e competitividade para criar uma estrutura de atributos para a competitividade sustentável. Como mostra a figura 13.



Figura 13: Modelo de competitividade sustentável
Fonte: (Nadalipour e Khoshkhoo, 2018, p.326)

O modelo demonstra que uma UC competitiva estabelece o equilíbrio ideal entre as dimensões de sustentabilidade económica, social e ambiental, o que implica uma satisfação das necessidades do hóspede, bem-estar das comunidades locais, saúde económica, natureza intocada e cultura saudável,

gerando impactos positivos no destino em termos de impactos económicos positivos, impactos socioculturais positivos, impactos ambientais positivos e satisfação dos turistas. Isso segundo Nadalipour e Khoshkhoo (2018) resultará em 5 dimensões de competitividade sustentável do destino:

- 1) **A competitividade econômica:** na parte econômica são avaliados atributos como infraestrutura e superestrutura turísticas, empreendimentos turísticos, serviços de qualidade, apoio financeiro, investimentos e oportunidades, bem como os benefícios econômicos do turismo em termos de renda, oportunidades de emprego, prosperidade do destino e bem-estar da comunidade.
- 2) **A competitividade sociocultural** inclui indicadores como atrações culturais, hospitalidade, segurança, capacidade de carga social e impactos socioculturais benéficos do turismo. Uma das principais motivações para viajar pelo mundo é visitar as principais atrações socioculturais.
- 3) **A competitividade ambiental:** diz respeito à capacidade do destino de utilizar recursos naturais e capitais para desenvolver o turismo para a geração atual, mantendo esses recursos e melhorando sua qualidade para as gerações futuras. Inclui fatores como o clima, os atrativos naturais, a capacidade de transporte, o consumo de recursos, a gestão de energia e a limpeza ambiental devem ser considerados.
- 4) **A satisfação dos turistas e os seus comportamentos:** têm um impacto significativo na competitividade do destino e na sustentabilidade. Quanto mais turistas forem ambientalmente conscientes e responsáveis, menores serão os impactos negativos. Aqui, implica estudos da demanda e seus comportamentos no destino.
- 5) **A formulação e implementação de políticas sustentáveis do destino:** atributos como a visão, as políticas e os planos turísticos de um destino específico devem estar de acordo com os princípios de sustentabilidade. A gestão e a governança são, sem dúvida, os primeiros requisitos para atingir o desenvolvimento sustentável em qualquer destino.

A gestão adequada do turismo sustentável é, em essência, um princípio de responsabilidade. Ao assumirmos responsabilidades, tornamos o caminho mais real, concreto e prático, algo que podemos enxergar e alcançar através da prática de ações responsáveis, o que implica em direções acertadas. De acordo com Veiga (2014) e Martins e Silva (2018, p.15), “a sustentabilidade está relacionada a uma visão de mundo dinâmica, na qual a mudança e adaptação são imprevisíveis, mas

requerem muita consciência, precaução e responsabilidade diante dos riscos e, sobretudo, das incertezas”.

Leal e Duarte (2021) demonstram que o princípio da responsabilidade está intimamente ligado, integrado e intrínseco aos postulados éticos de justiça intra e intergeracional, o que resulta numa base ética do desenvolvimento sustentável que se baseia na atribuição de responsabilidades às gerações que vivem e praticam o turismo hoje, que são responsáveis pelas ações e omissões que moldam o presente e, conseqüentemente, determinarão o futuro. Sendo responsáveis pelo *design* do presente e futuro, devemos nos esforçar para fazê-lo da melhor maneira possível.

No final, devemos ter responsabilidade e uma postura ética fundamentadas nas ideias de equidade e empatia em todas as práticas sociais, ambientais e empresariais que envolvem o uso dos recursos naturais. A responsabilidade remete aos princípios de integridade, compromisso, transparência, prestação de contas e desempenho. Deve-se assumir uma postura de pertencimento e coexistência em relação à natureza, passando de senhor e possuidor da natureza para administrador e gerenciador. A responsabilidade é uma prática que podemos desenvolver no dia a dia, baseada nas escolhas que fazemos em relação à nossa vida, estilo de vida, nossa residência, à maneira como lidamos com o lixo e, sobretudo, no respeito e empatia que temos por outros e outras culturas, pelos animais e pelo meio ambiente. Essas ações, por fim, refletirão no turismo (Schramm, 2021)

Caeiro (2018) reforça essa perspectiva ao introduzir a "Ciência para a sustentabilidade". Esta abordagem analisa as interações complexas e dinâmicas entre sistemas naturais e humanos e como estes podem ser modificados e geridos de forma sustentável, numa perspectiva de longo prazo.

A responsabilidade acarretar princípios de “restauração e economias circular”, isso implica olhar na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia, ações essas que promove um modelo económico do turismo reorganizado, através da coordenação dos sistemas de produção e consumo (Caeiro, 2018), como comenta Costa (2019, p. 10) ao afirmar que “fazer o turismo sustentável compreende a progressão de negócios que não depredem, mas, sim, restaurem o meio ambiente, causando o menor impacto possível ao mesmo e às criaturas que nele habitam, operar um negócio, conhecendo as necessidades e interesses das partes, reforçando suas relações e promovendo benefícios para os dois lados incluindo as comunidades locais”.

2.4 Turismo nas unidades de conservação em Moçambique

Mocambique está situada na Costa Oriental da África, entre os meridianos 10/27' e 26/52' de latitude Sul e os meridianos 30/12' e 40/51' de longitude Este. A fronteira norte é com a Tanzânia; a oeste, com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Suazilândia; e a sul, com a África do Sul. Tem uma área aproximada de 1.371.380 km², sendo 786.380 km² de terra firme e 572.000 km² de área marítima, dos quais 13.000 km² são de águas interiores e cerca de 4500 km² são de água doce. (MIMAIP, 2020)

O país está dividido em 11 províncias: no Norte, Niassa, Cabo Delgado e Nampula; no centro, Zambézia, Tete, Manica e Sofala; ao sul, Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo Cidade. É possível notar três tipos de relevo: planície, Planalto e Montanha, que se estendem da costa para o interior. O clima predominante é tropical úmido, com duas estações distintas: o inverno e o verão. A precipitação média anual é de 1200 mm, e ocorre, sobretudo, entre novembro e abril (Honguane, 2006)

Moçambique era uma ex-colônia portuguesa e a independência nacional foi alcançada em 1975. O português é a língua oficial, apesar de existirem diversas línguas locais nas quais as populações se comunicam de forma fluente. As línguas nativas mais utilizadas são o macua, o tsonga, o Ndaou, o Chuabo e o Sena. (MITADER (2019). Os dados do censo de 2017 indicam uma população de 27.909.798 habitantes e uma densidade demográfica de 34,8. As atividades econômicas compreendem a agricultura e pecuária, a pesca e a apicultura, o comércio e a indústria transformadora, composta principalmente pela indústria do alumínio, que representa cerca de 70% das exportações do país. Além disso, há um aumento significativo no sector, principalmente devido às contribuições das áreas de materiais de construção, produtos alimentares e bebidas e bens de consumo. A indústria extrativa compreende a exploração de recursos naturais, tais como carvão, gás natural, areias minerais e reservas de petróleo. (OIT-Moçambique, 2019)

Moçambique tem uma área de terra de 800.000 km², onde habitam espécies extremamente raras e diversificadas. O país tem uma grande variedade de ecossistemas, incluindo ecossistemas montanhosos, florestais, pantanosos e costeiros/marinhos, o que o torna reconhecido internacionalmente pela riqueza ecológica e pelos altos níveis de biodiversidade. (World Bank Group, 2015). De acordo com o BIOFUND (2021, p. 1), A ANAC administra dez Parques Nacionais, uma Reserva Especial, uma Reserva Parcial, duas Reservas Nacionais, treze Reservas Florestais, vinte e uma Coutada, Duas áreas de Proteção ambiental, uma Zona de Proteção Total, três Áreas de Conservação Comunitária e um Parque Ecologico como ilustra a Figura 14.



Figura 14: Mapa de localização dos parques e reservas em Moçambique
Fonte: (Governo de Moçambique, 2020)

É sobre essas diversidades que as atividades turísticas se fundamentam, permitindo o desenvolvimento de diversas atividades. De acordo com os dados exploratórios as UCs em Moçambique permite o desenvolvimento de várias actividades tais como: mergulho scuba e snorkeling; pesca desportiva e recreativa; Kite surf; Safaris de barco a vela; viagens ao pôr-do-sol; canoagem; trilhas para caminhadas; escalada de dunas; passeios turísticos; observação de aves, observação de vida selvagem; passeios culturais e históricos; Escaladas de montanha; Ciclismo de montanha; Banhos de cachoeira; Pesca na Albufeira; Observação de aves e outras.

No entanto, nestas áreas não somente se desenvolvem atividades naturais, como também se desenvolvem atividades culturais, como a degustação gastronómica, a participação em danças culturais e representações teatrais, visitas a patrimônios culturais, galerias e museus, a participação em feiras de livros, locais sagrados, oficinas e feiras de artesanato, a aprendizagem dos modos de vida das comunidades locais, dentre outras. (Dados dos estudos exploratórios, 2023)

A área protegida em Moçambique não apenas proporciona oportunidades para o desenvolvimento das atividades turísticas, como também é uma importante fonte de subsistência para as comunidades ao seu redor, uma vez que cerca de 70% dos 29 milhões de habitantes do país são extremamente dependentes do uso de recursos naturais. A agricultura ou a pesca são a base de sustentação da sobrevivência, exercendo uma grande pressão sobre os habitats naturais e estoques de fauna bravia. Nesse cenário, as entidades governamentais acreditam que o turismo pode ser uma forma de aliviar essa dependência dos recursos naturais. (World Bank Group, 2015 e Spenceley, 2021)

O turismo de natureza cresceu significativamente no âmbito do programa de criação de regiões transfronteiriças (TFCA) em Moçambique. O turismo cresceu significativamente no Sul e litoral do país, especialmente em Libombo, que inclui o parque nacional do Maputo. O aumento do turismo pode ser demonstrado pelo aumento significativo do número de noites e pelas taxas cobradas. Em 2013, o parque nacional de Limpopo arrecadou 289.000 dólares e a Reserva Especial de Maputo arrecadou 135.000 dólares. Em 2021, as áreas de conservação recolheram 304.739.839,46 MT, o equivalente a 4.688.305,2 dólares, contra 501.651.238,29 MT, o equivalente a 779.249,82 de dólares. Essas receitas provêm do turismo de contemplação nos parques e reservas, do turismo cinegético nas coutadas oficiais e dos blocos de caça na zona tampão da reserva Nacional do Niassa. (WWF 2016,

2016). Os resultados apresentaram um aumento significativo no número de operadores licenciados e um reforço no controlo das taxas de concessão. (World Bank Group, 2015)

De acordo com o Governo de Moçambique (2018, p. 4), o setor do turismo era responsável pela circulação de cerca de 280.500 pessoas, no país que representam 3% do PIB, mas têm um grande potencial para crescer, sem dúvida. As áreas de conservação mais conhecidas são po3eo desenvolvidas, o que as torna ideais para futuros retiros de luxo que oferecem tranquilidade, privacidade e natureza pristina. O ambiente é adequado para o turismo de alto rendimento e baixo impacto, o que aumenta os retornos económicos e, ao mesmo tempo, protege a biodiversidade.

Para o World Bank Group (2021), a indústria depende muito da natureza rica em recursos naturais. Sendo assim, o turismo baseado na natureza é uma das maiores áreas de crescimento do turismo mundial nas próximas décadas, sobretudo após a pandemia da Covid-19. Dado que o sector é considerado uma área estratégica economicamente relevante para Moçambique, o crescimento deverá ser exponencial. As visitas podem aumentar 8% ao ano.

O aumento do número de visitantes no turismo de natureza pode contribuir significativamente para o PIB, aumentando as receitas fiscais e de exportação, gerando renda para as comunidades envolvidas na cadeia de fornecimento e benefícios indiretos através do consumo de renda direta. O turismo de natureza pode estar diretamente ligado à redução da pobreza, uma vez que é capaz de gerar empregos com uso intensivo de mão-de-obra e, frequentemente, contribui para a igualdade de gênero, com uma maior percentagem de mulheres empregadas. Além de ser uma estratégia eficaz para a proteção das florestas, como demonstrado na Reserva Nacional de Gilé, o desmatamento dentro da Reserva foi menor em comparação com a área fora dos limites da Reserva, devido a proteção para fins do turismo (World Bank Group, 2021)

Algumas UC de Moçambique apresentam basicamente 2 tipologias de modelos de gestão: o primeiro o modelo de gestão pública e o segundo, modelo de gestão conjunta entre o estado e entidades privadas - parcerias público-privadas, este modelo de Cogestão reúne as sinérgias para preservar os recursos e incentivar o crescimento da atividade turística. São reconhecidos as entidades *Peace Park Foundation*, a Fundação Car, o BIOFUND, o Banco Alemão de Desenvolvimento e o Banco Mundial.

O banco mundial tem sido um importante parceiro no incentivo financeiro às UC. Em 1996, financiou 5 milhões de dólares e, entre 2005 e 2014, foram 35,1 milhões de dólares para promover o turismo, através do projeto das áreas transfronteiriças. O Banco Mundial continua a apoiar esta agenda

através do Programa MozBio 36, que tem como objetivo assegurar a sustentabilidade e proteção dos recursos naturais de Moçambique, incluindo as suas ricas florestas. (World Bank Group 2015 e World Bank Group, 2021)

No entanto, Moçambique ainda incentiva o investimento para melhorar o ambiente turístico das unidades de conservação, bem como assegurar a sua proteção. O Governo oferece incentivos, como a isenção de impostos e taxas sobre materiais de construção, para a construção de empreendimentos turísticos em áreas protegidas. Se for criada uma infraestrutura básica, os investidores poderão obter uma redução do imposto de renda de pessoas coletivas por 15 anos. A elegibilidade para benefícios fiscais requer um investimento mínimo de \$5.000 no país e \$50.000 no exterior. (Governo de Moçambique, 2018)

Neste contexto também é notório a contribuição que as UCs têm trazidos para a geração de receitas bem como o desenvolvimento comunitário. De acordo com PNG (2023, p. 35)

“PNG em colaboração com o Ministério da Educação e parceiros o parque iniciou a construção de 26 escolas em 6 distritos da Zona de Desenvolvimento Sustentável, utilizando técnicas de “arquitetura resiliente”. Após a conclusão, 15.000 alunos do ensino primário irão beneficiar-se de salas de aula modernas, não só, mas também, as escolas servirão como refúgios seguros e abrigos temporários durante eventos climáticos extremos, como ciclones. 178.861 pessoas alcançadas com campanhas de educação para a conservação. Construiu 175 silos de armazenamento de grãos “à prova de elefantes”. 10.000 fogões de cozinha eficientes para as famílias locais. Ofereceu apoio à saúde para 200.000 pessoas. Abriu 18 novos furos que servem mais de 7.000 pessoas. Praticou 3.200 demonstrações culinárias para melhorar a nutrição. Fez 240 brigadas móveis de saúde em 2023 e 2.340 visitas domiciliares. Criou 120 Clubes de Raparigas apoiando mais de 4.800 raparigas. Criou 6 pré-escolas formando 177 crianças para 1ª classe. 550 apicultores colheram nove toneladas de mel”.

Contudo ainda há desafios das UC, principalmente no âmbito das políticas públicas no que tange ao uso da conservação como ferramenta para promover o desenvolvimento e combater a pobreza, ou seja, a dificuldade de inclusão e participação efetiva das comunidades locais na gestão e conservação dos recursos naturais, bem como na distribuição equitativa dos benefícios econômicos gerados pelas receitas arrecadadas, embora o governo já tenha estipulado por lei que 20% das receitas do turismo deve ser canalizado as comunidades (Louro et al., 2016). Dentre outros fatores, destacam-se a falta de investimentos para manter a conservação e a contribuição para o bem-estar das

comunidades locais; o aumento considerável da caça furtiva, os fluxos turísticos são incipientes, o que interfere na arrecadação de receitas e no volume de negócios, pressão comunitária para a exploração dos recursos para a sua auto sustento; a baixa cooperação com as cadeias produtivas e a predominância de doações e investimentos externos para cobrir os elevados custos de sua operacionalização (MICULTUR, 2016).

De acordo com Louro et al (2016), com a recente aprovação da Lei de Conservação (Lei n. 16/2014, de 20 de Junho) e de outras leis complementares, a criação da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) e o surgimento do programa MozBio, que tem como objetivo apoiar as áreas de conservação, acredita-se que já se começa a se estabelece os pilares para a mudança de conjuntura, permitindo a aplicação de um sistema de governança que contribuirá para o desenvolvimento, fortalecimento e consolidação das áreas de conservação em Moçambique, visando o turismo e a competitividade.

2.5 Competitividade nas unidades de conservação: uma proposta de atributos

A avaliação da eficiência dos destinos é bastante complexa. De acordo com Dwyer e Kim (2003), ainda não há um conjunto único de indicadores que possa ser aplicado a todos os destinos e em todas as situações, o que reforça a necessidade de se criar uma escala a partir dos indicadores sugeridos pela literatura, pois eles são úteis para se obter um quadro de referência, o mais fiel possível, que ajuda a explicar essa parte da realidade.

Nos últimos anos, a literatura sobre competitividade de destinos teve uma contribuição adicional. De acordo com o contexto e os objetivos da pesquisa, diversas estratégias podem ser empregadas para desenvolver e melhorar os instrumentos de medida. A presente pesquisa corrobora a definição de competitividade turística como a capacidade de criar uma oferta turística adequada às características de cada destino, oferecendo atrativos turísticos naturais e culturais, além de uma gestão que preserve o capital do destino, os direitos consuetudinário das comunidades locais de obter benefícios resultante da exploração dos recursos.

Dessa forma, combinando as abordagens dos autores clássicos e contemporâneos, as realidades das UCs e as opiniões dos especialistas, pode-se propor os atributos para esta tese a partir de quatro

dimensões: Competitividade Governamental, Competitividade Estrutural, Competitividade Social e Competitividade Ambiental, como ilustra a figura 14.

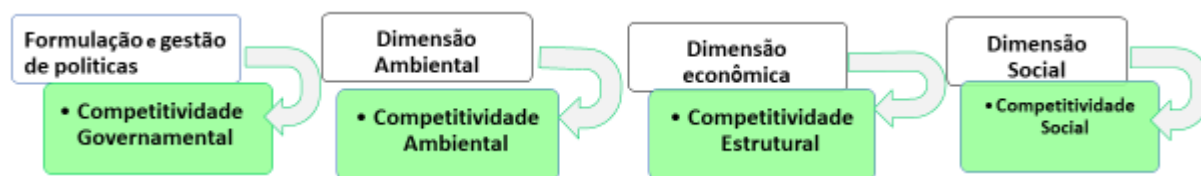


Figura 15: Dimensões da competitividade sustentável
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

2.4.1 Competitividade governamental

Nesta dimensão são apresentados quatro atributos, que são avaliados por Borrini-Feyerabend et al. (2012) Leung et al (2019) como qualidades de boa governança e perfeitamente aplicadas às UC A seguir:

A participação: tem como objetivo assegurar a participação plena e efetiva dos detentores de direitos e interessados diretos envolvidos com as UCs, incluindo povos indígenas, comunidades locais e atores habilitados em função de direitos consuetudinários e considerações de igualdade de gênero e social, em termos de formas adequadas de conservação, planejamento e tomada de decisões. A remoção de barreiras à participação deve incluir a introdução de leis, políticas, capacidades e recursos. Para Leung et al (2019, p. 52), a participação comunitária deve ser interativa² ou automobilização³

A Direção: analisa a capacidade da UC de elaborar e seguir uma visão estratégica inspiradora, coerente, abrangente e de longo prazo, fundamentada em valores acordados e uma análise das complexidades ecológicas, históricas, sociais e culturais únicas de cada contexto. As práticas de governança devem ser coerentes e bem articuladas com planos e políticas de outros níveis e setores da paisagem terrestre e marinha, respeitando as obrigações nacionais e internacionais, sendo coerentes com dotações orçamentárias, gestão adaptativa e inovações, e, por fim, manter uma comunicação permanente com os intervenientes, uma vez que, de acordo com Leung et al (2019), a comunicação é crucial para aumentar o apoio e o conhecimento sobre a sustentabilidade das UCs.

² Pessoas participam em análise conjunto e no desenvolvimento de planos de ação. A participação é um direito que envolve processos de aprendizagem estruturados.

³ As pessoas tomam iniciativas independentemente de instituições externas. Elas mantêm o controle sobre o uso de recursos e sobre a tomada de decisão

Desempenho: utilizar os recursos financeiros de forma eficiente, promovendo a sustentabilidade financeira, a resiliência social, ou seja, a capacidade de administrar riscos, superar crises inevitáveis e sair com força da experiência.

Responsabilidade: manter a integridade e o compromisso de todos os envolvidos nas UCs, assegurando que os papéis, as linhas de responsabilidade, os relatórios/prestações de contas e os recursos humanos e financeiros alocados para a gestão das áreas protegidas estejam alinhados com os objetivos e planos estabelecidos. Estabelecer canais de comunicação para que os registros e os relatórios de desempenho da UC possam ser acessados. Incentivar o feedback sobre o desempenho, fornecido pelos envolvidos e por meios de comunicação.

2.4.2 Competitividade Estrutural

Esta dimensão é composta quatro por elementos que, de acordo com Dwyer e Kim (2003), Crouch e Ritchie (1999), Mazarro (2005) e Klein (2002) trazem vantagens competitivas para o destino, tais como:

Recurso: o objetivo é analisar os recursos naturais e culturais da UC, de forma a determinar a sua quantidade, qualidade e singularidade, o que permitirá um fluxo contínuo de turistas, consequentemente a sua rentabilidade.

Infraestrutura: para Leung et al (2019), são enquadrados como a infraestrutura do turismo em uma área protegida os centros de interpretação, instalações sanitárias, hotéis, cabanas e acampamentos, restaurantes, estacionamentos e trilhas. O principal desafio é assegurar que sejam sustentáveis, respeitando os ecossistemas e culturas locais e permita ao turista o consumo do produto, dimensionada e adequada aos fluxos turísticos das UCs.

Demanda: avalia-se o perfil da demanda dos visitantes de modo a assegurar um fluxo contínuo e adequado às características do produto, através de marketing estratégico direcionado. De acordo com Leung et al (2019), diversos fatores influenciam a relação uso / impacto em áreas protegidas (por exemplo, o comportamento dos visitantes, a forma de organização da viagem, o tamanho do grupo, a estação e as condições biofísicas), por isso, o seu conhecimento é relevante.

Comunicação: analisar o nível de comunicação do destino, as estratégias, ferramentas, ações e mensagens adequadas aos princípios sustentáveis. Se há canais de divulgação contínuos e visíveis para a divulgação do produto. Para (Leung et al, 2012, p. 53)

Os gestores de áreas protegidas precisam desenvolver uma estratégia clara de comunicação para apoiar o turismo sustentável. Eles precisam considerar quem é seu público-alvo e adaptar a mensagem a esse público, bem como ao contexto no qual a comunicação está ocorrendo. O *feedback* é um aspecto essencial da comunicação, fornecendo evidências de que a mensagem desejada foi recebida e compreendida. Reuniões de stakeholders, consultas presenciais, uso de mídias sociais e grupos de discussão on-line são ferramentas de comunicação essenciais. Mensagens claras e personalizadas são essenciais para ferramentas de comunicação por escrito, como sinalização de parques, websites, boletins informativos e folhetos.

2.4.3 Competitividade social e cultural

Para esta dimensão foram elencados dois atributos, que de acordo com Nadalipour e Khoshkhoo (2018), implica satisfação e bem-estar dos moradores, mensurados através de:

Benefícios sociais: assegurar a participação local na cadeia produtiva turística ou no fornecimento de seus produtos, bem como nos programas de inserção empresarial.

Impacto social: avaliar o nível de contribuição da UC para o desenvolvimento local e a redução das desigualdades sociais das comunidades.

2.4.4 Competitividade Ambiental

De acordo com Mazaro (2005) e Nadalipour e Khoshkhoo (2018) e Leung (2019) a competitividade Ambiental apresenta uma matriz avaliativa que considera a capacidade do destino de usar recursos naturais e capitais para desenvolver o turismo para a geração atual, mantendo esses recursos e melhorando sua qualidade para as gerações futuras. Assim nela 3 atributos são destacados:

Uso de recursos: avaliação do uso e da existência de sistemas eco eficientes de captação, aproveitamento e reutilização de água, bem como o controle de água potável e residual e o sistema de saneamento ambiental. Avalia a matriz energética diversificada, baseada em fontes renováveis e limpas, bem como o seu processo de controle. Segundo Leung et al (2019), o tratamento inadequado da água pode resultar na poluição da água a jusante.

Produções limpas: a existência de construções sustentáveis, como bioconstruções, bio edificações, bio arquitetura, construções verdes ou construções passivas, bem como a adequação das

edificações ao meio em que estão inseridas, é crucial para a sustentabilidade, como afirma Leung et al (2019, p. 69). “Escolha materiais para o projeto e construção local com base em fontes que minimizem danos e promovam aspectos como durabilidade, reciclagem, disponibilidade e sustentabilidade.” “Utilize *design* que esteja de acordo com a paisagem cultural e física local, bem como as condições climáticas; e use espécies de plantas nativas para paisagismo e controle natural de insetos”.

O patrimônio natural: se está regulamentado e controlado à ocupação e uso do solo, à capacidade de carga do destino, às ações preventivas e corretivas de alteração da paisagem, ao reflorestamento, ao processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), a preservação da diversidade natural e cultural, às Leis e regulamentos que protegem a diversidade natural e cultural, ao sistema de zoneamento adequado às características dos recursos. De acordo com Leung (2019), o zoneamento, aliado ao conhecimento da diversidade, permite administrar diversas oportunidades de recreação. O Quadro 13 apresenta um resumo dos atributos e seus critérios de avaliação.

	ATRIBUTO	CRITÉRIO	
DIMENSÃO 1: COMPETITIVIDADE GOVERNAMENTAL			
G1	Participação	Estrutura representativa	Estrutura de gestão que permita a participação dos setores diretamente envolvidos e/ou impactados pelas decisões da UC
			Composição dos órgãos de gestão e de tomada de decisão com a participação de representações dos setores envolvidos
			Instrumento normativo que defina atribuições e responsabilidades dos órgãos de gestão e do papel de líderes e de colaboradores
		Processo participativo	Caráter ativo e permanente do funcionamento da UC
			Atribuições e tipologia de decisões de responsabilidade dos órgãos de gestão
			Caráter deliberativo/poder das decisões tomadas pelo órgão de gestão da UC conforme previsto em seus instrumentos normativos próprios
G2	Direção	Visão estratégica	Definição de estratégias comprometidas com os princípios da sustentabilidade
			Horizonte temporal do plano de gestão e das estratégias e de seu compromisso com os impactos de longo prazo
		Eficácia de gestão	Plano de gestão que contemple as diretrizes gerais e estratégias de gestão da UCs, suas metas e métodos de implantação
			Sistemas de gestão que permitam o acompanhamento e avaliação da implantação das estratégias e de cumprimento de metas
			Processos de gestão que possibilite o feedback permanente e o ajuste das decisões ao contexto e conjuntura, bem como correção de rumos para busca dos resultados
G3	Desempenho	Recursos de suporte	Aporte de recursos de capital que possibilitem a gestão e operação de forma sustentada e continuada da UC
			Diversidade das fontes de financiamento e aporte de recursos financeiros para a gestão e Desenvolvimento da UC
			Qualificação e alocação dos RH locais na composição dos órgãos de gestão e operação da UC

		Transparência	Manutenção de meios de acesso á informações sobre decisões e ações relativas ao funcionamento e desempenho da UC
			Prestação de conta :quem presta as contas e quais os mecanismo (via relatório, apresentação em fórum)
			Mecanismo de compartilhamento dos documentos das UC bem como as linhas de responsabilidade e relatórios/prestações de contas.
G4	Responsabilidade	Compromisso e integridade	Tipo de governança.
			Responsabilidades específicas por áreas funcionais e pelos intervenientes
			Autoridade e responsabilidade na execução das tarefas e seu relacionamento com qualificação dos diversos intervenientes
DIMENSÃO 2: COMPETITIVIDADE ESTRUTURAL			
C1	Recursos	Naturais	Quantidade de recursos naturais preservados/mantidos na UC
			Diversidade dos recursos naturais presentes na UC
			Originalidade dos recursos humanos.
		Culturais	Quantidade de recursos culturais preservados/mantidos na UC
			Diversidade dos recursos culturais presentes na UC
			Originalidade dos recursos culturais
C2	Infraestrutura	Do destino	Alimentação
			Hospedagem
			Mobilidade
		Do atrativo	Alimentação
			Hospedagem
			Mobilidade
C3	Demanda	Perfil	Características dos visitantes da UC
			Gasto médio diário dos visitantes da UC
			Permanência dos visitantes
		Gestão da demanda	Sazonalidade do fluxo de visitantes distribuído ao longo do ano
			Estudos de expectativa e satisfação dos visitantes
C4	Comunicação	Estratégia de comunicação	Meios de divulgação do parque e uso todas as atuais possibilidades de comunicação com o público-alvo
			Mensagem e conteúdo que correspondam a proposta de preservação e de educação para a sustentabilidade próprias de uma UC
DIMENSÃO 3: COMPETITIVIDADE SOCIAL E CULTURAL			
S1	Benefícios sociais	Cadeia produtiva	Programas e projetos institucionais de integração dos negócios e agentes locais às atividades da UC
		Pessoas e oportunidades	Programas e projetos institucionais de formação e qualificação da população local para incorporação às atividades da UC
	Impacto na sociedade	Redução das desigualdade	Contribuição da UC para inserção das comunidades afetadas pela sua concepção e implementação no processo de desenvolvimento local e para a redução da pobreza
S2	e	Aumento da Prosperidade	Contribuição da UC para a inserção de pessoas ao processo de desenvolvimento local sustentável e para a prosperidade individual e coletiva
DIMENSÃO 4: COMPETITIVIDADE AMBIENTAL			
A1	Uso de recursos	Água:	Fontes de abastecimento de água para uso na UC
			Índices de Consumo de água na UC
		Energia	Fontes de energia consumida pela UC
			Índices de Consumo de energia na UC
A2	Produções limpas	Material	Infraestrutura de operação e de recepção de visitantes compatíveis com as características, costumes e disponibilidade de recursos locais
			Edificações urbanismo planejado para aproveitamento de materiais locais e adequação às condições climáticas locais para conforto físico e térmico

A3	Patrimônio Ambiental	Resíduo	Programa de redução da produção de lixo não orgânico e restrições de entrada de resíduos na UC
			Programa de colecta selectiva de lixo: reutilizável, de tratamento, de reciclagem e de descarte de resíduos sólidos
			Programa de reaproveitamento e transformação de lixo orgânico em fertilizantes e adubos naturais e não poluentes
		Preservação e conservação	Regulamentação e controle de atividades realizadas dentro dos limites da UC e delimitação/demarcação de áreas de uso público e de uso restrito
			Programas permanentes e sistemáticos de preservação, ampliação e de recuperação da biodiversidade na área da abrangência da UC
		Gestão da Capacidade de carga	Delimitação da intensidade do fluxo de visitantes para acesso e uso, em conformidade com sua capacidade natural de absorção e de recuperação
			Monitoramento permanente e continuado da biodiversidade da UC e dos impactos de sua existência sobre a natureza e sociedade local

Quadro 13: Atributos de competitividade sustentável das UC

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

De uma forma resumida podemos dizer que no modelo proposto, compreende uma matriz avaliativa composta por **4 dimensões**: competitividade governativa, competitividade estrutural, competitividade social e cultural, competitividade ambiental. **13 atributos**: (participação, direção, desempenho, responsabilidade, recursos infraestrutura, demanda, comunicação, benefícios sociais, impactos na sociedade, uso de recursos produções limpas e patrimônio ambiental) e **24 indicadores**: (estrutura representativa, processo participativo, visão estratégica, Eficácia de gestão, recursos de suporte, transparência, Compromisso e integridade, recursos naturais, recursos culturais, infraestrutura do destino, infraestrutura do atrativo, perfil, gestão da demanda, estratégia de marketing, cadeia produtiva, pessoas e oportunidades, redução das desigualdade, aumento da prosperidade, água, energia e material, resíduo, preservação e conservação e Gestão de capacidade de carga).

Assim por forma a manter uma compreensão dos temas aqui proposto, os atributos são “características, particularidades, qualidades ou traços exclusivos que descrevem uma pessoa, organização, local ou item”. (Enciclopedia significados, 2024, p. 1) Elas estão relacionados aos aspectos positivos podem incluir, qualidades, propriedades, particularidades, traços, faculdade, predicado, individualidade, singularidade, apanagio, condição e estilo. Contudo quando olhado no contexto do destinos turísticos os atributos refere-se ao conjunto de facilidades que o destino apresenta para o consumo turístico, enquadrado no que Buhalis (2000) aborda sobre as componentes do destino turístico, dividida em seis componentes: atrações, amenidades (hospedagem, alimentação, entretenimento, comércio e serviços), Acessibilidade, Disponibilidade de pacotes, atividades e serviços auxiliares que são comuns na maioria das destinações.

Contudo quando se fala de atributos estratégicos de competitividades turísticas compreende-se segundo Vieira et al (2019, p. 130) como “fatores, aspectos ou indicadores que podem ser empregados para a avaliação da competitividade, consequentemente servir de orientação estratégias que possibilitam ao destino obter um foco no planejamento e Gestão”. Estes atributos nascem a partir de vários modelos de competitividade turísticas, e de certa forma aprimorados e são importantes para a formação da competitividade, nos quais o destino supera aos concorrentes. Importa resaltar que o simples facto do destino possuir os seis A, não lhe torna automaticamente competitivo. Contudo o que lhe vai fazer ter essa posição é o desenvolvimento, organização necessária e estratégica dos mesmos.

CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

3.1 Caracterização e abordagem da pesquisa

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), diversos pensadores do passado demonstraram o desejo de estabelecer um método universal que fosse aplicado a todos os campos do conhecimento. No entanto, os cientistas e filósofos da ciência preferem enfatizar a diversidade de métodos, que são determinados pelo tipo de objeto a ser investigado e pela classe de proposições a serem descobertas. Thiollent (2000, p.25) conceitua metodologia como "um tipo de conhecimento geral que reúne as competências necessárias ao pesquisador, com o objetivo de orientá-lo no processo de investigação e nas tomadas de decisões em relação às seleções, conceitos, hipóteses, dados e técnicas adequadas da pesquisa a ser realizada". A metodologia de pesquisa é uma das partes fundamentais do trabalho científico, pois é o caminho escolhido para atingir o objetivo proposto pela pesquisa e assegura ao pesquisador e aos outros que os resultados da pesquisa serão confiáveis e válidos. Diante desta situação, é possível notar que cada trabalho científico envolve diversos caminhos e escolhas metodológicas, representados por um conjunto robusto de procedimentos, dentre os quais as abordagens metodológicas e as estratégias de pesquisa.

A tese em questão se baseia na análise *epistemológica sistêmica* desenvolvida por Ludwig Von Bertalanffy em 1977. A teoria de sistema permite analisar qualquer sistema em seu estado total ou fragmentado, uma vez que há um conjunto de elementos interdependentes que interagem entre si para formar um todo. (Raza e Standing, 2008)

Essa abordagem reconhece a predominância do todo em relação às partes, enfatizando o estudo do seu objeto de forma globalizada, enfatizando os seus aspectos estruturais e as relações entre os seus elementos constitutivos. A abordagem sistêmica permitirá compreender como a cadeia produtiva do turismo, em conjunto com o setor público, trabalham para alcançar a competitividade e inovação, tendo em vista que as partes das cadeias produtivas devem funcionar de forma integrada, com harmonia e relações entre os atores e agentes que a compõem, para alcançar a gestão do destino como um todo e sustentável.

A abordagem sistêmica foi bastante evidenciada no turismo e é considerada um paradigma dominante por muitos autores. É apontado como o enfoque mais amplamente aceito, utilizado e aprimorado por teóricos do turismo, uma vez que analisa o turismo em sua complexidade e através da

relação entre seus elementos e o meio ambiente. (Urano, 2016). De acordo com Alves (2010), Rocha, Costa e Dos Anjos (2017), a partir da divulgação dos princípios da teoria geral dos sistemas, os cientistas de diversas áreas do conhecimento começaram a perceber que certas análises não seriam mais adequadas sob um enfoque isolado, uma vez que não poderiam abranger a totalidade do objeto de estudo, uma vez que um mesmo objeto de estudo é comum a diversas ciências. Dessa forma, adotam a perspectiva sistêmica, que requer um caráter multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, o que requer uma formalização rigorosa do raciocínio, permitindo um melhor entendimento da dinâmica do sistema turístico em questão. Além disso, pretende superar a fragmentação do conhecimento e o isolamento científico com o objetivo de atender à complexidade do mundo. Na pesquisa científica, a abordagem sistêmica foi aplicada de diversas maneiras: no reconhecimento da problemática, no planejamento e execução da pesquisa e na comunicação dos resultados.

A pesquisa é *aplicada*, pois o objetivo é que o resultado seja aplicado de forma prática, e não apenas na criação de teorias. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 51), a pesquisa aplicada tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática voltados à resolução de problemas específicos. O tema envolve verdades e interesses locais.

Ainda é uma pesquisa *descritiva e explicativa*. De acordo com Gil (2002), o estudo descritivo tem como objetivo descrever características, factos e fenómenos de uma realidade particular. Além disso, é explicativa porque tem como objetivo "aprofundar o conhecimento da realidade e das relações entre conceitos, além de responder às causas dos eventos, fatos ou fenómenos" (Gerhardt e Silveira 2009, p.67)

A pesquisa utilizará uma *abordagem qualitativa* para auxiliar na trajetória metodológica. A pesquisa qualitativa compreende a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados, sem a necessidade de métodos estatísticos ou técnicas estatísticas. A construção da realidade é feita por meio de instrumentos ou técnicas de coleta de dados, tais como análises documentais, entrevistas, observação, fotografias, etc.

O estudo comporta estudos bibliográfico, documental e virtual na medida em que se fará levantamento de informações em livros, artigos científicos publicados, documentos de várias instituições, em bibliotecas tanto físicas assim como online dando origem assim as pesquisas bibliográficas (livros editados), Pesquisa documental (documentos institucionais, lei, regulamentos e

outras normas) e pesquisa Virtual (consulta de documentos e artigos, monografias, dissertações e teses, blog e sites de internet) mas também estudos empíricos a partir método de estudo de caso, mais concretamente a técnica de Multicasos quando se pretende levantar dados em dois ou mais sujeitos, organizações entre outros, que neste contexto foram 3 UCs. De acordo com Mendonça et al (2014), "um estudo aprofundado e extenso de uma ou mais unidades, empiricamente verificáveis, de forma que permita um conhecimento amplo e detalhado".

3.2. Caracterização campo de estudo

Os trabalhos de campo foram realizados nos parques nacionais da Gorongosa, Mágoè e Limpopo. Todas a UCs possuem categoria de Parque nacional e são tuteladas pela ANAC, embora como modelos diferentes de gestão. Assim o parque de Magoé está situado na região central de Moçambique, na província de Tete, sendo o tipo de gestão pública, porém o seu nascimento é fruto de uma experiência de criação a partir de um projeto comunitário denominado Tchuma-Tchato, é o parque mais recente dos três O parque de Gorongosa está localizado na zona central da província de Sofala, possui gestão é do tipo parceria público-privada, o mais antigo e Por fim, o parque de Limpopo, situado na zona sul, é administrado pelo estado, porém com acordos transfronteiriço.

3.3 Procedimentos para construção dos atributos de competitividade para UC

A elaboração dos atributos de competitividade foi fundamentada e adaptada nos pressupostos metodológicos estabelecidos pela OCDE (Organisation for Economic Co-Operation and Development), em seu manual de construção de indicadores compostos da OCDE–EU. Segundo Dunn (2020), a construção dos indicadores com base na OCDE requer algumas ações:

A primeira etapa é a revisão bibliográfica ou referencial teórico: fornece a base para a seleção e combinação de variáveis em um indicador compósito significativo, sob um princípio de adequação à finalidade. Neste contexto, foram mapeados os indicadores de competitividade propostos pelos modelos de competitividade de Heath (2003), Ritchie e Crouch (2003), Mazaro (2006), Dwyer e Kim (2006) e WEF (2017) no entanto, auxiliou nessa análise as obras relacionadas, com as UC, para avaliar os atributos das características específicas de local. As referências como Nadalipour e Khoshkhoo (2017), An et al (2018), Rodríguez-Díaz e Pulido-Fernández et al (2019), Streimikiene et al (2020), Irving et al (2020), Thong et al (2020), Rodríguez-López et al (2021), Spenceley (2021), Lopez-Torre et al (2021), IUCN (2012) e Liu et al (2022), foram importantes.

Esta base de dados contribuiu para uma melhor compreensão e definição do fenômeno de competitividade a ser medido, inserido no contexto das UCs. De acordo com Porsse (2016), o marco teórico que fundamenta a construção dos indicadores deve estar de acordo com os fenômenos mais interativos da inovação, o que garante um instrumento confiável para os atores.

Segunda etapa: Coleta e seleção dos atributos primários: identificação dos principais atributos de cada autor, organização em subgrupos ou dimensões traçadas do fenômeno, bem como a compilação das listas de critérios de seleção para as variáveis a serem consideradas para a medição.

A terceira etapa: a comparação dos modelos tradicionais e consolidados, definindo qual dos atributos deve ser usado para representar cada dimensão do sistema, verificando a qualidade dos atributos disponíveis, discutindo os pontos fortes e fracos de cada atributo, para elaborar uma tabela de resumo das características dos dados. Sem atributos adequados, desenvolveu-se novos atributos, sempre avaliando e ajustando os atributos de acordo com os objetivos definidos e com a especificidade do destino proposto.

Quarta etapa: O método de aglutinação (ponderação) permitiu ter uma visão geral e identificar pontos divergentes, explorando a relação entre diversas variáveis, as questões de correlação e a compensabilidade entre os atributos. A ponderação dos atributos foi realizada com base no modelo de correlação entre Pressão-Estado-Resposta - PSR, desenvolvido pela OECD adaptado às especificidades do objeto de interesse e ao nível de análise. De acordo com Magalhães (2004, p. 32), o modelo PSR é fundamentado no conceito de causalidade: as ações humanas exercem pressão sobre o ambiente, alterando seus elementos quantitativos e qualitativos (estado) A sociedade responde a essas mudanças por meio de respostas setoriais, econômicas e ambientais. Nesse sentido, buscou-se, sempre que possível, enfatizar os atributos inseridos em dimensões que representam essas três partes do modelo PSR. Quadro 14.

Dimensões do modelo	Característica	Dimensão representada	Atributos
Pressão	Descrevem as pressões das atividades humanas sobre o ambiente. Nela são incluídas atividades setoriais e agregadas, de planejamento, gestão e finanças que visa a integração do destino envolvidas com a política sectorial	Governança	1. Participação, 2. Direção, 3. Desempenho 4. Responsabilidade
Estados	Também conhecido como indicadores das condições ambientais– referem-se à qualidade do ambiente e à qualidade e quantidade dos recursos naturais. Eles devem fornecer uma visão da situação do ambiente e sua evolução no tempo,	Competitividades	1. Recursos 2. Infraestrutura, 3. Demanda 4. Comunicação
		Sustentabilidade ambiental	1. Uso de recursos

	bem como a infraestrutura do destino, que visa a avaliação competitiva do destino.		
Resposta	Também chamado de Indicadores das respostas sociais – são medidas que mostram a resposta da sociedade às mudanças do destino, podendo estar relacionadas à prevenção dos efeitos negativos da ação do homem sobre o ambiente, à paralisação ou reversão de danos causados ao meio, e à preservação e conservação da natureza e dos recursos naturais, os programas e projetos e benefícios sociais de compensação comunitária., em diferentes níveis bem como intervenientes.	Sustentabilidade ambiental e	1. Produções limpas 2. Património ambiental
		Social	1. Benefícios sociais 2. Impacto na sociedade

Quadro 14: quadro do PSR dos atributos

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

De forma mais específica podemos descrever a análise nesta na figura 16

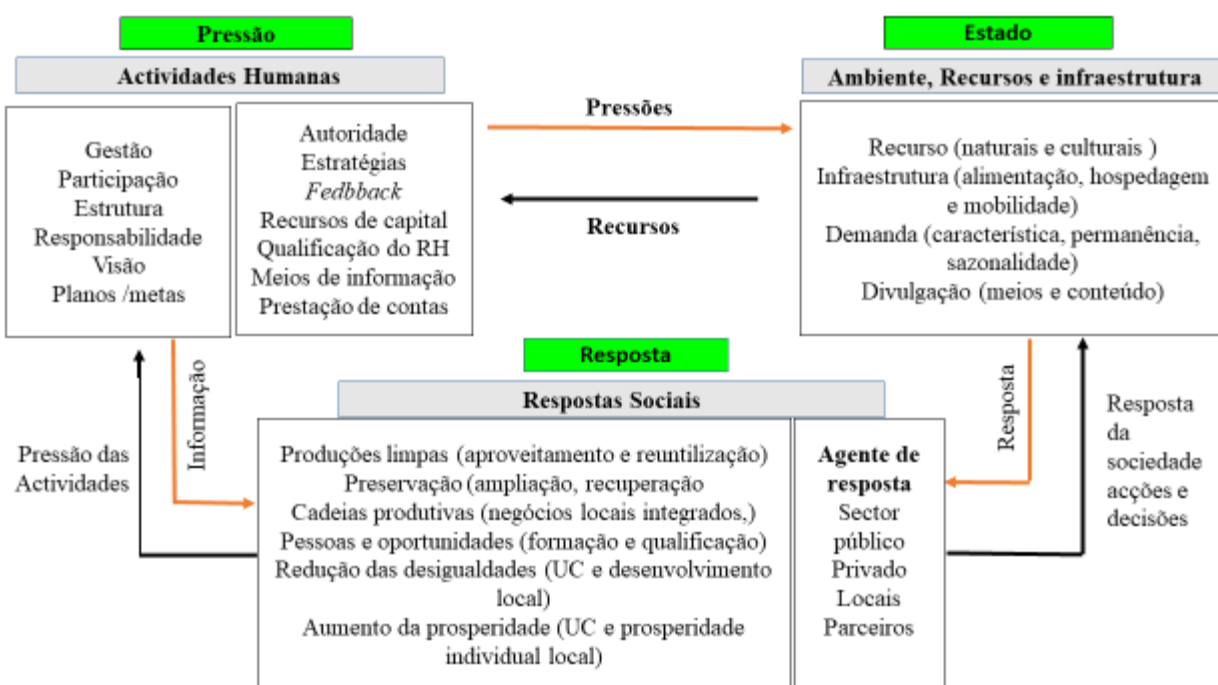


Figura 16: Modelo PSR dos atributos de competitividade das UCs

Fonte: dados da pesquisa, 2024

Quinta fase, Análise final: foi a construção de um índice de competitividade que está relacionado às condições do ambiente do destino, de acordo com os modelos tradicionais estabelecidos, sempre com o objetivo de que os dados disponíveis sejam o mais significativo possível, flexíveis para se adequar às mudanças de prioridades, capazes de captar todo o espectro informacional relevante para a tomada de decisão e capazes de serem mapeados e testados no destino através de diversos tipos de instrumentos de coleta de dados. Os atributos finalizados estão apresentados. Ver quadro 15.

	ATRIBUTO	CRITÉRIO		FONTE DE INFORMAÇÃO
DIMENSÃO 1: COMPETITIVIDADE GOVERNAMENTAL				
G1	Participação	Estrutura representativa	Composição e estrutura dos órgãos de gestão e de tomada de decisão com a participação de representações dos setores envolvidos	Análise documental: documentos normativos e planos de maneios regulamentos internos e relatório de encontros
			Instrumento normativo que define atribuições e responsabilidades dos órgãos de gestão e do papel de líderes e de colaboradores	Análise documental: normas e planos de maneios regulamentos internos
		Processo participativo	Caráter ativo e permanente do funcionamento da UC	Análise documental; planos de actividades
			Atribuições e tipologia de decisões de responsabilidade dos órgãos de gestão da UC	Análise documental: norma, planos de maneios regulamentos internos. Relatório de encontros
			Caráter deliberativo/poder das decisões tomadas pelo órgão de gestão da UC conforme previsto em seus instrumentos normativos próprios	Análise documental: norma, planos de maneios regulamentos internos. Relatório de encontros
G2	Direção	Visão estratégica	Definição de estratégias comprometidas com os princípios da sustentabilidade e das UCs	Análise documental: norma, planos de maneios regulamentos internos. Relatório de encontros
			Horizonte temporal do plano de gestão e das estratégias e de seu compromisso com os impactos de longo prazo	Análise documental: norma, planos de maneios regulamentos internos. Relatório de encontros
		Eficiência de gestão	Plano de gestão que contemple as diretrizes gerais e estratégias de gestão da UC, suas metas e métodos de implantação	Análise documental: e planos de maneios regulamentos internos e outros planos
			Sistemas de gestão que permitam o acompanhamento e avaliação da implantação das estratégias e de cumprimento de metas	Análise documental: relatório de monitoria de processos
			Processos de gestão que possibilite o feedback permanente e o ajuste das decisões ao contexto e conjuntura, bem como correção de rumos para busca dos resultados	Análise documental: mecanismo de feedback e correção dos processos de gestão
G3	Desempenho	Recursos	Aporte de recursos de capital que possibilitem a gestão e operação de forma sustentada e continuada da UC	Análise documental do relatório financeiros e
			Diversidade das fontes de financiamento e aporte de recursos financeiros para a gestão e desenvolvimento da UC	Análise documental dos planos estratégico –operacional mostrando diversidade de financiamento e mudanças verificadas nas UCs
			Qualificação e alocação dos RH locais na composição dos órgãos de gestão e operação da UC	Análise documental: organograma da UC e relatórios de encontros
		Transparência	Manutenção de meios de acesso á informações sobre decisões e ações relativas ao funcionamento e desempenho da UC	Análise documental/entrevista: fontes de partilha de informações.
			Prestação de conta :quem presta as contas e quais os mecanismo(via relatório, apresentação em fórum)	Entrevista aos gestores da UC. Análise documental: (via relatório, apresentação em fórum)
			Mecanismo de compartilhamento dos Documentos das UC bem como as linhas de responsabilidade e relatórios/prestações de contas.	Entrevista. Aos gestores do parque. Análise documental

	Responsabilidade	Compromisso e integridade	Tipo de governança.	Entrevista aos gestores
			Responsabilidades específicas por áreas funcionais e pelos intervenientes da UC	Análise documental: análise dos estatutos e regulamentos internos da UC
			Autoridade, e responsabilidade na execução das tarefas e seu relacionamento com qualificação dos diversos intervenientes	Análise documental: análise dos estatutos e regulamentos internos da UC, bem como dos processos individuais.
DIMENSÃO 2: COMPETITIVIDADE ESTRUTURAL				
C1	Recursos	Naturais	Quantidade de recursos naturais preservados/mantidos na UC	Análise documental: plano de manejo
			Diversidade dos recursos naturais presentes na UC	Análise documental: plano de manejo Entrevistas aos gestores
			Originalidade dos Recursos Humanos.	Entrevista aos gestores e pesquisadores
		Culturais	Quantidade de recursos culturais preservados/mantidos na UC	Análise documental: plano de manejo
			Diversidade dos recursos culturais presentes na UC	Análise documental: plano de manejo Entrevistas aos gestores
			Originalidade dos recursos culturais	Entrevista aos gestores e colaboradores locais
C2	Infraestrutura	Do destino	Alimentação	Entrevista aos colaboradores e observação
			Hospedagem	Entrevista aos colaboradores e observação
			Mobilidade	Entrevista aos colaboradores e observação
		Do atrativo	Alimentação	Entrevista aos colaboradores e observação
			Hospedagem	Entrevista aos colaboradores e observação
			Mobilidade	Entrevista aos colaboradores e observação
C3	Demanda	Perfil	Características dos visitantes da UC	Análise documental: relatório estatísticos de entrada
			Gasto médio diário dos visitantes da UC	Relatórios de demanda
			Permanência dos visitantes	Relatórios de demanda
		Gestão da demanda	Sazonalidade do fluxo de visitantes distribuído ao longo do ano	Entrevista aos gestores e relatórios de demanda
			Estudos de expectativa e satisfação dos visitantes	Entrevista aos gestores e relatórios de demanda Análise documental
C4	Comunicação	Estratégia de comunicação	Meios de divulgação do parque e uso todas as atuais possibilidades de comunicação com o público-alvo	Análise documental/documentos de marketing e entrevista aos gestores
			Mensagem e conteúdo que correspondam a proposta de preservação e de educação para a sustentabilidade próprias de uma UC	Análise documental: spot publicitários do parques, site, redes sociais
DIMENSÃO 3: COMPETITIVIDADE SOCIAL				
S1	Benefícios sociais	Cadeia produtiva	Programas e projetos institucionais de integração dos negócios e agentes locais às atividades da UC	Análise documental: projectos de integração Entrevista aos gestores

S3		Pessoas e oportunidades	Programas e projetos institucionais de formação e qualificação da população local para incorporação às atividades da UC	Análise documental: planos de formação. Entrevista aos gestores
	Impacto na sociedade	Redução da desigualdade	Contribuição da UC para inserção das comunidades afetadas pela sua concepção e implementação no processo de desenvolvimento local e para a redução da pobreza	Análise documental: programas de responsabilidade social das UC. Acesso comunitário ao sistema de saúde, educação, transporte e habitação
		Aumento da Prosperidade	Contribuição da UC para a inserção de pessoas ao processo de desenvolvimento local sustentável e para a prosperidade individual e coletiva dos locais	Análise documental: programas de desenvolvimento local das UC. Empregos criados pela UC Projetos comunitários para o seu empoderamento.
DIMENSÃO 2: COMPETITIVIDADE AMBIENTAL				
A1	Uso de recursos	Água:	Fontes de abastecimento de água para uso na UC	Entrevista a gestores e observação
			Índices de Consumo de água na UC	Entrevista a gestores e observação
		Energia	Fontes de energia consumida pela UC	Entrevista a gestores e observação
			Índices de Consumo de energia na UC	Entrevista a gestores e observação
A2	Produções limpas	Materiais	Infraestrutura de operação e de recepção de visitantes compatíveis com as características, costumes e disponibilidade de recursos locais	Observação da UC
			Edificações urbanismo planejado para aproveitamento de materiais locais e adequação às condições climáticas locais para conforto físico e térmico	Observação
		Resíduos	Programa de redução da produção de lixo não orgânico e restrições de entrada de resíduos na UC	Entrevista aos gestores e observação
			Programa de colecta selectiva de lixo, de tratamento, de reciclagem e de descarte ou reutilização de resíduos sólidos	Entrevista aos gestores e observação
			Programa de reaproveitamento e transformação de lixo orgânico em fertilizantes e adubos naturais e não poluentes	Entrevista aos gestores e observação
A3	Patrimônio Ambiental	Preservação e conservação	Regulamentação e controle de atividades realizadas dentro dos limites da UC e delimitação/demarcação de áreas de uso público e de uso restrito	Análise documental: plano de manejo do parque para o zoneamento. Observação do zoneamento
			Programas permanentes e sistemáticos de preservação, ampliação e de recuperação da biodiversidade na área da abrangência da UC	Análise documental: planos e programas de reabilitação, mecanismos de conservação. Entrevista aos gestores de implementação das boas práticas da conservação e Ações preventivas e corretivas da alteração da paisagem, reflorestamento
		Gestão da Capacidade	Delimitação da intensidade do fluxo de visitantes para acesso e uso, em conformidade com sua capacidade natural de absorção e de recuperação desses impactos	Análise documental: plano de manejo e zoneamento para interesse turístico Entrevista aos gestores de práticas

		dade de carga	Monitoramento permanente e continuado da biodiversidade da UC e dos impactos de sua existência sobre a natureza e sociedade local	Análise documental Planos e relatórios de monitoria Entrevista das práticas e Ações preventivas e corretivas da alteração da paisagem, reflorestamento
--	--	---------------	---	---

Quadro 15: Atributos de Competitividades das UCs
Fonte: dados da pesquisa, 2024

3.4 Procedimento utilizado para a coleta de dados

A coleta de dados nos parques foi realizada no período compreendido entre setembro a dezembro de 2023, que consistiu no deslocamento para as três UCs, iniciando de Mágoé, passando pelo PNG e por fim o PNL. Vale ressaltar que antes do deslocamento do foi feita o contacto por e-mail a ANAC, como entidade que tutela as UCs, e tendo preenchido todo o protocolo de pesquisa exigido para ter autorização de acesso as UCs. O trabalho de campo, foi possível, graças ao apoio financeiro concedido pelo Fundo Nacional de Investigação (FNI). A dinâmica do trabalho foi com base na seguinte metodologia:

A revisão documental tem como objetivo avaliar as políticas públicas, a visão, a organização e a coerência documentadas para ajudar na competitividade nas UCs. Além disso, auxilia na compreensão dos objetivos 2, 3 do trabalho. Foram coletados em documentos nacionais como lei e regulamentos que lida com a conservação, planos estratégicos da ANAC, Relatórios das áreas chaves para conservação, a nível local como plano estratégico de Gorongosa e Limpopo, plano de manejo de Gorongosa, Magoé e Limpopo, cadernos informativos das UCs, relatórios administrativos, apresentações entre outros.

As entrevistas semi-estruturadas: foram direcionadas aos gestores e colaboradores das unidades de conservação, a fim de avaliar a situação do turismo nas UCs e os atributos estabelecidos, atingindo os objetivos do trabalho. A coleta de dados foi feita a partir de deslocamentos e visitas *in loco* para cada UC, cujo os contactos de agendamentos foram feitos antecipadamente por via e-mail e telefone. Foram entrevistados os seguintes intervenientes:

1. Administrador do PNG
2. Director do departamento de conservação do PNG
3. Responsável pela área do turismo do PNG
4. Responsável da área de operações e infraestrutura do PNG
5. Ex. Administrador do PNM
6. Responsável pelo departamento do Turismo do PNM

7. Responsável pela área de fiscalização PNM
8. Responsável pela administração PNM
9. Gestor do projeto do PNL
10. Coordenadora do programa de apoio comunitário do PNL

A observação assistemática: tem como objetivo levantar ou avaliar os recursos, estado das infraestruturas básicas e específicas turismo nas UCs, atendendo aos objetivos específicos 1 e 4. A observação foi auxiliada por um guião de observação, criado especialmente para atender aos objetivos da pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a "observação é uma técnica de coleta de dados para obter informações, que usa os sentidos para obter determinados aspetos da realidade, o que exige que o investigador entre em contato com a realidade". Como ilustra o apêndice B

3.5 Procedimento para análise, avaliação e interpretação de resultados

A técnica de Análises de Conteúdo foi usada para analisar os dados do levantamento bibliográfico e das entrevistas. "A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que visam, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento das condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens". (Bardin, 1977, p. 43). Essas etapas serão realizadas sobre as fases descritas por Bardin (1977), que são: primeira pré-análise, segunda a exploração do material e a terceiro tratamento dos resultados obtidos e interpretação. como descrito na figura 17

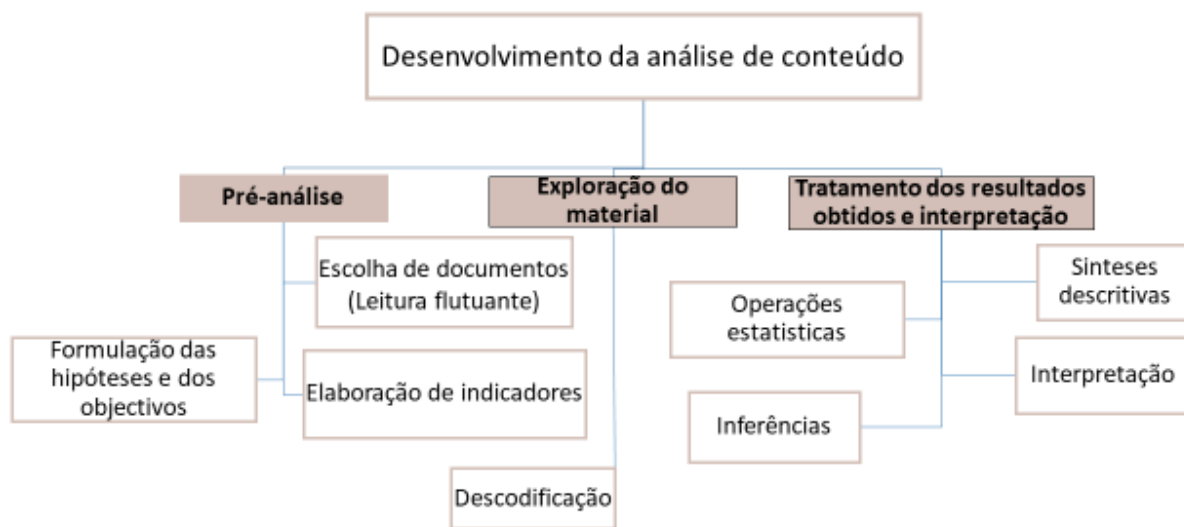


Figura17: Fases do desenvolvimento da análise do conteúdo
Fonte: Baseado em Bardin (1977)

Pré-análise: o objectivo é organização do material, obedecendo três etapas: 1ª a escolha dos documentos a serem submetidos à análise: através das leituras flutuantes, faz-se as escolhas dos documentos que foi fruto da análise. 2ª a formulação das hipóteses e dos objetivos: levantamento das possíveis respostas tanto através dos documentos, quanto das falas dos entrevistados, em função do quadro teórico e por fim a 3ª a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final, que neste caso, consistiu na confrontação dos indicadores que já tinha sido levantado anteriormente, na revisão da literatura, com as encontradas nas entrevistas e nos documentos.

Exploração do material: consistiu essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, para mensurar as categorias de análise, encontrar semelhanças e diferenças nas respostas em função de regras previamente formuladas. A definição das categorias de análise e a sua codificação foi baseada nas respostas da pesquisa e no modelo de recolha de dados previamente elaborado com base no referencial teórico.

Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: os resultados brutos foram tratados de maneira a serem significativos e válidos. usou-se sínteses descritivas, operações estatísticas simples (percentagens) que permitiu estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise, seguindo o modelo teórico estabelecido no trabalho.

Todas essas etapas foram complementadas por análises comparativas e análises descritivas. A primeira tarefa teve como objetivo auxiliar na análise dos dados dos diferentes atores envolvidos, bem como dos três destinos, para identificar similaridades e diferenças. Gil (2008) explica que o método comparativo é constituído pela análise de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com o objetivo de enfatizar as diferenças e as semelhanças entre eles. A segunda, o método descritivo foi útil para descrever os fatos e os fenômenos, descrevendo-os de acordo com os objetivos do trabalho e o estado artístico que o originou, apresentando-os em textos, e alguns quadros e gráficos.

Assim para aferir o nível de competitividades sustentável (objectivo 3) foi usada uma combinação de atributos criados em função de diversos autores e modelos seguindo procedimentos e modelos em escala de avaliação adaptado de Mazaro (2006) descrito no seguinte:

Na Dimensão 1: Competitividade governamental, avalia-se a formulação das políticas públicas e o processo de gestão como fator chave na criação e sustentação da competitividade do destino. A participação, direção, desempenho e responsabilidade estabelecidos. Quadro 16

Atributo		Escala					Condição Ideal
		1	2	3	4	5	
G1	Participação	Participação passiva ⁴	Participação por consulta ⁵	Participação funcional ⁶	Participação interativa ⁷	Automobilização ⁸	Modelo de desenvolvimento do destino em bases sustentáveis, ativo e permanente permite participação automobilização de todos e com instrumentos normativos que estabelece critérios de atuação, compromete todos os agentes na tomada de decisões
G2	Direção	Não planificada	Pouco planificada	Planificada	Muito planificada	Estratégica	Estratégias definidas com princípios de sustentabilidade com horizontes de longo prazos, com diretrizes e Plano de implementado de acordo com o fixado e em coerência, permitindo acompanhamento e feedback na busca de resultados.
G3	Desempenho	Mau	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente	Os recursos de gestão, são diversificados, qualificados e possibilitam a gestão e operação, com sustentabilidade e são efetivamente utilizados no acompanhamento das ações. Existe igualmente transparência na prestação de contas, uso de meios inclusivos de divulgação de informações
G4	Responsabilidade	Tomar decisões de gestão sem consulta	Consultar atores locais e buscar seu consentimento	Negociar acordos específicos	Ceder autoridade e responsabilidade de maneira formal	Reconhecer/transferir autoridade e responsabilidade plenas a atores locais	Governança que possibilita Alto comprometimento dos agentes e participação ativa na gestão da UC fomenta relações com outros setores para converter em normativa os objetivos pactuados
Governança: Máximo 20 pontos		> 14 pontos = estruturado De 9 y 14 pontos = em estruturação < 9 pontos=a estruturar					

Quadro 16: Dimensão 1: competitividade Governativa
Fonte: adaptado de (Mazaro, 2006)

⁴ Participação passiva: pessoas participam após serem instruídas sobre o que foi decidido ou já aconteceu

⁵ Participação por consulta: pessoas participam por serem consultadas ou ao responderem perguntas. O processo não permite qualquer decisão tomada compartilhada. Os técnicos não são obrigados a incluir o ponto de vista das pessoas.

⁶ Participação funcional: Participação vista por agências externas como meio para atingir as metas do projeto; pode incluir tomada de decisão compartilhada, mas unicamente após grandes decisões já terem sido feitas pelos agentes externos.

⁷ Participação interativa: Pessoas participam em análise conjunto e no desenvolvimento de planos de ação.

⁸ Automobilização: as pessoas tomam iniciativas independentemente de instituições externas. Elas mantêm o controle sobre o uso de recursos e sobre a tomada de decisão. Leung et al (2019),

A Dimensão 2: Competitividade estrutural analisa os pressupostos dos recursos, infraestrutura e infraestrutura que permitirão uma maior competitividade nas UCs. Os métodos de marketing para atrair a demanda. Este nível tem quatro atributos. Quadro 17

	Atributo	Escala					Condição Ideal
		1	2	3	4	5	
C1	Recursos	Precário	Suave	Marcante	Significativo	Exclusivo	Recursos, singular, dimensionado e exclusivo aos fluxos turísticos e capaz de motivar e criar expectativa da demanda real e potencial.
C2	Infraestrutura	Precário	Suportável	Tolerável	Satisfatória	Notável	Infraestrutura do destino e do atrativo dimensionada e adequada aos fluxos turísticos de fácil acessibilidade e com capacidade de resposta a demanda real e potencial.
C3	Demanda	Inadequado	Desarticulado	Timido	Adequado	Integral	Perfil de turista integrado às características conservacionistas da UC, Nível superior de satisfação do turista com a experiência global de viagem. Nível de gasto de diário superior a 120 usd
C4	Comunicação	Inadequado	Desarticulado	Timido	Adequado	Integral	Esforços na construção de uma boa reputação aliadas a as boas ferramentas de Comunicação correspondem aos critérios sustentáveis definidos para o destino, com mensagens adequadas que transmitam conteúdos de preservação e educação ambiental
Competitividade estrutural: max 20 pto		Forte: > 14 pontos . Moderada: //9 e 14 pts. Débil: < 9 pontos					

Quadro 17: Dimensões: Competitividade Estrutural
Fonte: adaptado de (Mazaro, 2006)

A análise da Dimensão 3: Competitividade sociocultural tem como objetivo demonstrar os benefícios que a atividade turística traz para as comunidades em termos de impacto social, garantindo o desenvolvimento comunitário. Figura 18.

	Atributo	Escala					Condição Ideal
		1	2	3	4	5	
S1	Benefícios Sociais	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Desenvolvimento de Programas que cria benefícios sociais as comunidades, bem como aos indivíduos em particular e motive a sua participação na conservação da biodiversidade
S2	Impacto na sociedade	Insignificante	Pequeno	Moderado	Grande	Muito grande	Existência de programas de benefícios sociais com grande impacto para redução das desigualdades sociais e para o aumento da prosperidade das comunidades no geral e nos indivíduos em particular.
C Socio-cultur=10 pto		Forte: > 7 pontos. Moderada: //4 e 7 pts. Débil: < 4 pontos					

Quadro 18: Dimensão 3: Competitividade Social e cultural
Fonte: adaptado de (Mazaro, 2006)

Na Dimensão 4: Competitividade ambiental refere-se à capacidade do destino de usar recursos naturais e capitais para desenvolver o turismo para a geração atual e melhorar sua qualidade para as gerações futuras. quadro 19

	Atributo	Escala					Condição Ideal
		1	2	3	4	5	
A1	Uso de Recursos	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	Sistemas eco-eficientes de captação, aproveitamento e reutilização de água com índice de consumo ideal Matriz energética diversificada e ideal, e baseada em fontes renováveis e limpas
A2	Produções Limpas	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	Infraestruturas de operação dos visitantes compatíveis, adequação a escala, arquitetura e ambientação às características locais, Sistemas eco-eficientes na produção e reutilização de resíduos
A3	Patrimônio Ambiental	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	Leis e regulamentos Ações e mecanismo ideal que permite a delimitação, conservação e proteção da biodiversidade, com programas e ações preventivas e corretivas da alteração da paisagem, bem como a sua recuperação.
C. Ambiental = 15 pto		Forte: > 13 pontos. Moderada: //8 e 13 pts. Débil: < 8 pontos					

Quadro 19: Dimensões 3: Competitividade Ambiental
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Cada atributo tem uma pontuação e um peso específicos e uma escala de valor numérico (1,1, 2, 3,4 e 5) que corresponde ao conceito das escalas adequadas para cada atributo. Dessa forma, a competitividade sustentável do turismo é avaliada pelo modelo somando as dimensões. Essas, por sua vez, são obtidas ao somar todos os atributos. Pelo que foi proposto por Mazaro (2006) Quadro 20

Dimensão	1	2	3	4	5	CSTUC
Competitividade Governamental	Máximo dos pontos 20					Forte: > 14 pontos Moderada: //9 a 14 pts. Débil: < 9 pontos
Competitividade. Estrutural	Máximo dos pontos 20					Forte: > 14 pontos Moderada: //9 a 14 pts. Débil: < 9 pontos
Competitividade Sociocultural	Máximo dos Pontos 10					Forte: > 7 pontos Moderada: //4 e 7 pts. Débil: < 4 pontos
Competitividade Ambiental	Máximo dos Pontos 15					Forte: > 13 pontos Moderada: //5 a 13 pts. Débil: < 8 pontos
Competitividade Sustentável do Turismo nas UCs (CSTUC)	Máximo dos pontos 65					Forte: > 45 Moderada: 25 a 44 pto. Débil: < 25

Quadro 20: Avaliação final dos atributos das dimensões de Competitividades sustentável nas UCs
Fonte: adaptado do (Mazaro, 2006 e Mazaro, 2010)

3.6 Desenho da investigação

De acordo com Fortin (2009, p.132), citado por (Fontana, 2017, p. 152), o desenho de investigação é um plano lógico elaborado pelo investigador com o objetivo de obter respostas adequadas às questões de investigação formuladas. É um conjunto de orientações que estão ligadas ao tipo de estudo escolhido. A figura 18 mostra o desenho geral da investigação para a presente pesquisa.

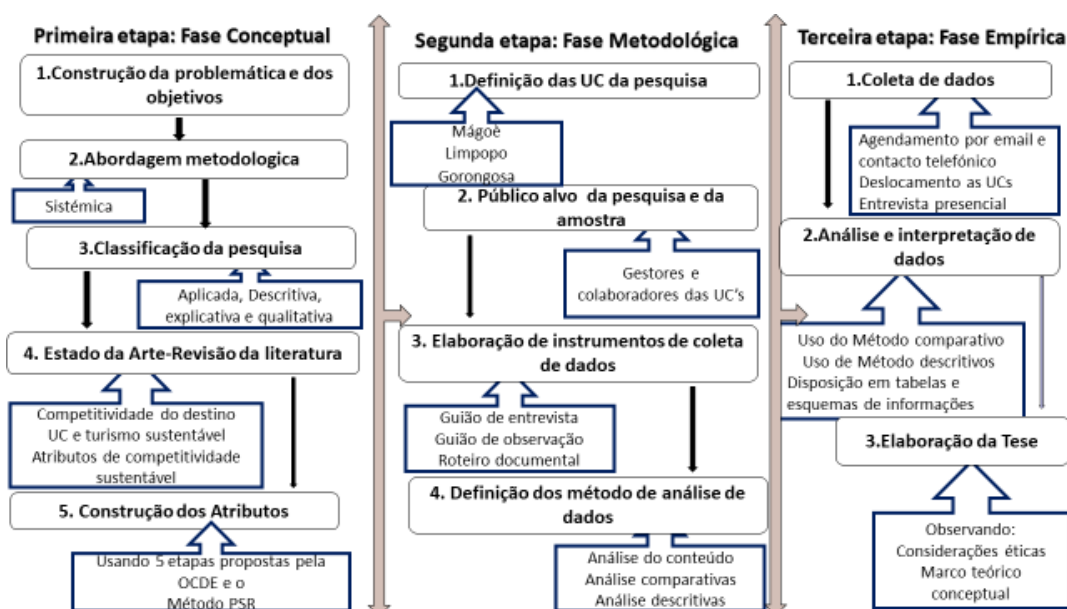


Figura 18: Desenho da investigação
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

3.7 Considerações éticas da pesquisa

O presente trabalho respeitou a legislação da ética da pesquisa do Brasil considerado na lei LGPD nº 13709/2018 lei geral de proteção dos dados pessoais, no que diz respeito à privacidade e confidencialidade dos dados em relação aos participantes e informantes da pesquisa (seres humanos). Além disso, segue-se a resolução 510:2016 CNS, CEP UFRN. Que dispõe sobre critérios éticos para a pesquisa na área de ciências sociais, para tanto foi consultado o comité de ética da pesquisa da UFRN (CEP) ao qual teve acesso aos formulários de modelos em especial o termo de conhecimento livre e esclarecido (TCLE) apêndice C, o qual foi utilizado no processo de entrevista e coleta de dados. Todas as partes do outrem, estarão devidamente citadas e referenciadas, bem como a manutenção do sigilo profissional dos dados da entrevista, permitindo divulgações meramente académicas.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS CASOS

Neste capítulo são apresentados os casos investigados na pesquisa. No próximo subitens são descritas o Parque nacional de Mâgoé (PNM), Parque nacional de Gorongosa (PNG) e Parque nacional de Limpopo(PNL), no âmbito da sua competitividade.

4.1 Caso 1: Parque Nacional de Màngoé

4.1.1 Caracterização do parque nacional de Màngóé

O Parque Nacional de Mâgoé foi um ponto para prática de caça esportiva desde a época colonial, devido à sua extensa área de vida selvagem, habitats e ecossistemas que abrigam uma diversidade de espécies. É uma área protegida localizada na província de Tete, Moçambique, declarada pelo Decreto n.º 67/2013, de 11 de dezembro. O objetivo principal é contribuir para a conservação dos recursos naturais através do desenvolvimento de mecanismos de gestão adequados, redução de conflitos e utilização sustentável dos recursos naturais em benefício das comunidades locais.

A área total estimada é de 355.852.044 hectares, ou 3.558.520 km². A área abrange os distritos de Mâgoé e Cahora-Bassa, está localizada ao longo da Barragem de Cahora-Bassa e está situada em um planalto entre 400 e 800 metros de altitude. Figura 19

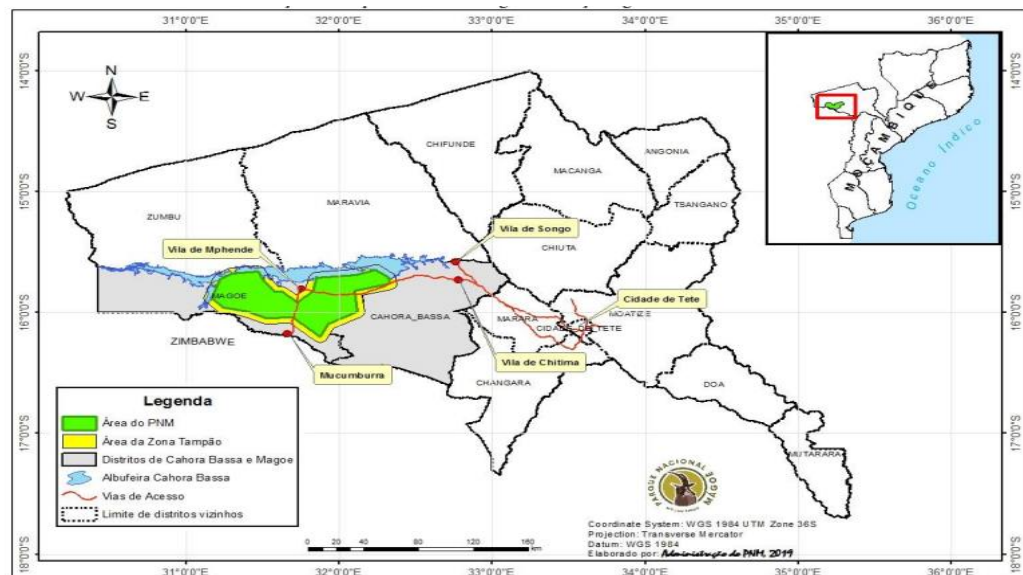


Figura 19: Mapa ilustrativo do PNM
Fonte: (Anza e Nhamanga, 2019, p.3)

Anteriormente, esta área integrava o programa de gestão da vida selvagem da comunidade Tchuma-Tchato e significava "nossa riqueza". O presente programa foi lançado pelo governo através do conselho provincial de vida selvagem e fauna de Tete com o objetivo de promover a vida selvagem. A gestão sustentável dos recursos faunísticos se dá pela participação e partilha de benefícios entre as comunidades locais, o setor privado e as nações. (ANAC, 2016)

O clima

O clima de Mágoè é, predominantemente, tropical seco de estepe com inverno Seco-BSw (classificação de Köppen), com duas estações distintas, a chuvosa (muito curta) e a seca (muito longa) ela se torna mais húmida e mais fria quando a altitude é maior. Em regiões em que há uma escassez de florestas, as temperaturas e a evapotranspiração são elevadas. (Vitor, Bernardo e Wache, 2020)

Relevo e Hidrologia

De acordo com Vitor et al (2020) e (ANAC 2016), Mágoè apresenta uma hipsometria que varia de 300 a 800 metros. O distrito está localizado na Bacia Sedimentar, composta por sedimentos do Cretácico Superior e Karroo Inferior, complementados ainda por rochas extrusivas do Karroo Superior, o que resulta em terrenos predominantemente colinosos e solos argilosos castanho-avermelhados, caracterizados pela presença de afloramentos de rochas sedimentares do Karroo, Cretácico ou Terciário. Os solos aluvionares são bastante comuns ao longo dos cursos de água. A área é composta por aluvionares, que são arenosos, esbranquiçados, profundos e bem drenados.

O PNM faz parte do sistema hidrológico do vale do Zambeze, tendo como principal fonte de água a albufeira de Cahora-bassa, que foi construída sobre o principal curso de água, o rio Zambeze. Além disso, é cercada por uma vasta rede hidrográfica de caudais e extensões diferentes. As áreas próximas à Albufeira e à Serra Comboio apresentam uma rede hidrográfica mais intensa. (ANAC, 2016). A rede hidrográfica da área é extensa, sobretudo nos períodos chuvosos. A água vem de outras fontes e torna algumas áreas do Parque inacessíveis durante o período chuvoso. (ANAC, 2016)

Flora

O parque apresenta espécies de flora e fauna bastante distintas. A floresta é composta, predominantemente, por Mopane (*Collophospermium mopane*), mas também por espécies do género Nsanha, como Acácia nilotica, Imbondeiro (*Andasonia digitata*), chanfuta (*Afzelia quanzensis*), Mepepe (*Albizia adianthifolia*), Pau-ferro (*Swartzia madagascariensis*), entre outras. Nos ambientes lênticos (pântanos, lagos) da Albufeira de Cahora Bassa e serra de comboio, há vegetação do tipo

hidrófila e higrófila, além da coloração esverdeada dos seus corpos hídricos, que indicam grande quantidade de nutrientes, como fitoplânctons e zooplânctons, organismos minúsculos que mantêm a teia alimentar desses ecossistemas, garantindo, dessa forma, maior produtividade pesqueira. (Vitor et al, 2020)

Fauna

O universo animal apresenta um domínio da mastofauna, da herpetofauna, da ictiofauna e da avifauna de grande relevância nacional e internacional. Há quatro espécies dos Big Five (Búfalo, Leão, Elefante e Leopardo), que representam uma relíquia no continente e no mundo em geral. Apesar da fauna terrestre, há grandes mamíferos que são um ótimo atrativo para o ecoturismo, cinegético e contemplativo, recreativo e outros seguimentos, sendo as espécies mais frequentes as seguintes: Elefante (*Loxodonta africana*), Matagaíça (*Hippotragus equinus*), búfalo (*Syncerus caffer*), Leão (*Panthera leo*), Leopardo (*Panthera pardus*), Cudo (*Tragelaphus strepsiceros*), Pala-pala (*Hippotragus niger*), Impala (Vieira et al, 2020)

Na água doce, são encontradas as seguintes espécies: Hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*), Crocodilo (*Crocodylidae*), Peixe-tigre (*Hidrocynus goliath*), Peixe pende (*Tilápia*) e Lagosta (*Parastacus brasiliensis*). De forma análoga, é possível notar uma grande variedade de espécies da fauna avesqueira (*Pandion haliaetus*), Periquitode-colar (*Psittacula krameri*), Gaivota-de-cabeça-cinza (*Chroicocephalus cirrocephalus*), Galinha do mato (*Formicarius colma*) e Garça-branca-pequena (*Egretta thula*). Há também insectos de diversas espécies: Nsenene (*Ruspolia baileyi*), Midge fly (*Diptera nematoceran*), Dragonfly (*Anisoptera*), Mopane (*Gonimbrasia belina*) e diversas borboletas. A presença de serpentes como a Mamba negra (*Dendroaspis polylepis*), a Cuspideira moçambicana (*Hemachatus haemachatus*), a Mamba verde (*Dendroaspis angusticeps*), a Jiboia (*Boa constrictor*), a cobra de mopane (*Hemirhagerrhis nototaenia*), dentre outras, é predominante. (ANAC, 2016)

4.1.2 Atrativos turísticos e facilidades do PNM

O perfil ambiental do distrito de Mágoé e do parque revela a existência de duas unidades paisagísticas distintas: as Savanas Abertas, que ocupam cerca de 79% do território, e o Vale do Zambeze, que ocupa cerca de 21% do território (Vitor et al., 2020) De acordo com as suas características, é possível listar seis atrativos turísticos, que, apesar de nem sempre estarem totalmente dentro dos limites do parque, podem ser um fator de apoio para o desenvolvimento do turismo de natureza, tais como: área de conservação comunitária de TChuma-TChathu, parque nacional de

Magoe, Floresta de troncos fossilizados de Cadzewe, albufeira de Cahora Bassa, estreito de Kasindira e a serra de Comboio, e Kassindira lodge, locais onde podem ser construídos roteiros turísticos com uma grande variedade de atrativos. Segundo Vítor et al (2020), cada local apontado oferece diversas oportunidades de prática turística, como, por exemplo:

- **Parque nacional de Magoé**

A atração se dá pela floresta parcialmente homogênea que predomina na floresta de Mopane, com uma grande variedade biológica de elevado valor ecológico, e pela geodiversidade com beleza cénica e valores científicos, académicos, estéticos, geológicos, económicos e turísticos. Afloramento de rochas sedimentares do Karroo, cretácico e terciário, onde se desenvolvem planaltos de 294 metros a 607 metros. Além disso, é possível notar uma cobertura arenosa com areias eólicas e pleistocénicas, uma combinação perfeita para o desenvolvimento da fauna terrestre e aquática. O destaque é dado aos grandes mamíferos, como Elefantes, Matagais, Búfalos, Leões, Leopardos, Cudos, Pala-Palas, Impalas, Zebras, Macacos Cão, Macacos Cinzentos e Esquilos. Além disso, existem os Hipopótamos Crocodilos, que são uma excelente opção turística para o ecoturismo, o turismo cinegético, contemplativo e recreativo, o chamado turismo de Natureza, mas também o turismo comunitário, que se baseia na visita às comunidades rurais, na degustação de pratos típicos e bebidas.

De acordo com as informações coletadas, em termos de infraestrutura básica, podemos descrever o seguinte: Transporte - o acesso ao parque é feito por via terrestre (rodoviária) asfaltada, mas há grandes dificuldades de tráfego devido à má conservação da estrada. Há também o acesso marítimo (embarcações pequenas e médias) e aéreo, uma vez que a região estudada possui um aeródromo que necessita de melhorias. A energia elétrica não está disponível na rede nacional no acampamento principal; a iluminação é feita por painéis solares, com algumas limitações na oferta. A comunicação no parque é precária; apesar da cobertura da operadora Movitel, há muitas falhas e interrupções. Saneamento - Não há abastecimento de água encanada no parque. A água utilizada provém do rio Zambeze, mas não é adequada para o consumo direto, sendo necessário realizar um tratamento com o purificador de água "certeza". A infraestrutura disponível tem como objetivo auxiliar atividades turísticas, tais como hospedagem e serviços hospitalares.

Os dados da observação mostram que, embora não haja infraestrutura específica do interior do acampamento principal, existem áreas reservadas para estâncias turísticas para campismo, lodges e outros tipos de alojamento turístico relacionado à natureza. Por outro lado, os pernoites são feitos

atualmente em tendas. Embora haja salas de estágio integral, pensão, direção (escritórios), casa dos funcionários e a casa do administrador do parque, todas são limitadas. O parque não possui locais ou áreas destinadas a agenciamento, eventos, lazer e entretenimento.

○ **Área de conservação comunitária de Tchuma-Tchathu**

A sua capacidade de atração turística está relacionada à sua fauna terrestre e aquática e à variedade floral existente, especialmente a de Mopane. Com características semelhantes às do parque, esta área oferece condições para o desenvolvimento do ecoturismo, cinegético, contemplativo, safári e pesca. Atualmente, existem operadores turísticos que oferecem pacotes completos para o desenvolvimento da caça (turismo cinegético), safari e pesca desportiva, cujos visitantes, geralmente, são oriundos da África do Sul, EUA, Espanha, América Latina e do Norte, Noruega, China e França, entre outros (Vitor et al., 2020).

De acordo com Vítor et al (2020), no que diz respeito às infraestruturas básicas, há uma melhoria significativa. Vejamos: Transporte: as vias de acesso em uso são as vias terrestres que passam por Mukumbura, seguindo-se pela estrada que liga os povoados de Musenguedzi, Chintopo e Mpanhane, que funcionam como povoados satélites ao longo das comunidades abrangidas pelo projeto Tchuma Tchato. Além disso, é possível se deslocar de avião, uma vez que o povoado de Mpenhane tem uma pista de pouso para avionetas (aeronaves de pequeno porte).

O projeto dispõe de um lodge composto por sete quartos equipados com oito camas para acomodação de turistas. Além dessas condições, há os seguintes espaços de acomodação oferecidos pelos operadores turísticos: Safaris de Moçambique (logjes: Kamberembenda, Mbaze, Ndirira e Mpanhame) e Relâmpago do Céu.

○ **Floresta de troncos fossilizados de Cadzewe**

De acordo com Vitor et al (2020), a Floresta de Troncos Fossilizados de Cadzewe é composta por uma floresta de troncos petrificados em estado natural de conservação, localizada às margens da albufeira de Cahora-bassa, no perímetro do parque nacional de Magoé. Em termos de representatividade, é uma das poucas áreas do país e da região Austral de África que apresenta uma grande variedade de troncos petrificados. Vários afloramentos de árvores petrificadas foram identificados no povoado de Cadzewe, com acesso fácil para os turistas e estudiosos interessados. Além disso, pela facilidade de navegação por embarcações de fabricação local (canoas) e motores.

Este local tem como objetivo principal atrair turistas para o setor de geoturismo, em particular para as observações de fósseis, madeira fossilizada, e para o turismo científico, além de pesquisas na área da paleontologia.

Atualmente, é um local de grande interesse para instituições de pesquisa, onde é possível realizar visitas e/ou excursões para a realização de pesquisas, mas, devido ao desconhecimento causado pela falta de um estudo similar que possa divulgar sua vocação em nível nacional e internacional, este local está sendo subutilizado. Além disso, necessita de infraestrutura e condições de alojamento, restauração e entretenimento, uma vez que não dispõe delas. (Vitor et al, 2020)

O acesso é terrestre a partir da localidade de Daque. É possível chegar ao local por meio de pequenas e médias embarcações de flúvio-lacustre e de transportes aéreos.

○ **Albufeira de Cahora-Bassa**

A albufeira de Cahora-bassa é um local de refúgio para diversas espécies vegetais e fonte de pescado que garanta a subsistência de famílias. Atualmente é usado para desenvolver a pesca, o turismo de cruzeiro para apreciar a paisagem ao longo da albufeira, o desenvolvimento de restaurantes flutuantes através de *house-boat* e a pesca desportiva e recreativa. Além disso, é usado como meio de comunicação para as populações que vivem ao longo da albufeira e das suas ilhas. (Vitor et al, 2020)

A pesca na albufeira é uma atividade de subsistência e comércio, que tem um maior apoio local e contribui para o desenvolvimento das comunidades. O pescado é comercializado tanto no mercado nacional quanto internacional, com ênfase nas espécies de peixe pende (Tilápia), popularmente conhecida como Chicoa, quando salgado e seco, e Kapenta (*Limnothrissa miodon*), ambas comercializadas para comerciantes provenientes da República Democrática do Congo, Zâmbia, Zimbabwe e Malawi. (Vitor et al, 2020)

O acesso a Albufeira é realizado por meio de vias fluviais, aéreas e terrestres, estando esta última em bom estado de conservação. Há diversos lodges espalhados ao longo da albufeira, que funcionam como áreas de conservação comunitária dos recursos naturais e do PNM.

○ **Estreito de Kasindira**

O Estreito de Kasindira é um atrativo turístico com potencial de atração turística baseado em Geomorfologia de corpos de água, geomorfologia de afloramento de rochas sedimentares do Karroo,

Cretácico e Terciário, em planaltos de 294 a 424 metros de altitude. O estreito de Kasindira é uma ligação entre a albufeira e o lago de Kasindira. (Vieira et al, 2020)

Além disso, é importante salientar que este lago tem potencial para a circulação de pequenas e médias embarcações a motor Johnson, bem como manuais (a remo-canoas), devido à baixa impetuosidade das suas águas. Além disso, tem potencial para o desenvolvimento da pesca artesanal e desportiva, bem como para a realização de pesquisas científicas nas áreas de ecologia (limnologia ou ambientes lênticos e lóticos) e ciências biológicas para compreender o ciclo reprodutivo das espécies e teias tróficas e a coevolução nesses ambientes. (Vieira et al, 2020)

A fauna é composta por hipopótamo, crocodilo, peixe-tigre, peixe-pende, kapenta e lagosta da água doce. A acessibilidade é realizada por meio de transporte fluvial e terrestre. A estrutura de acomodação e restauração não está disponível.

○ **A Serra de Comboio**

É um atrativo turístico com ótimas condições para se observar a região oeste do vale Zambeze, permitindo a prática de escalada e rappel nas montanhas, pois possui recursos espectaculares de geoformas provocadas pela geomorfologia de afloramento de rochas sedimentares do Karroo, Cretácico e terciário, em planaltos de 774 metros de altura. É uma das fisionomias mais raras.

O acesso é terrestre, partindo de Mukumbura, passando por Mahanda, até o local. A área não dispõe de infraestrutura adequada para acomodação e restauração, mas apresenta excelentes condições para acampar, mas, atualmente, não está sendo explorada e o seu nível de utilização é baixo.

○ **Kasindira lodge**

A estância turística Kasindira Lodge está rodeada pelas águas do estreito de Albufeira de Cahora-Bassa, com limites por escarpas, alcantiladas ou falésias acima do curso das águas. Esta situação torna-a um local privilegiado e propício para o desenvolvimento de atividades de mergulho, natação e embarcação, como o Safari Fotográfico, caminhadas, contemplação de diversas formações rochosas e acidentes geográficos, que apresentam uma grande beleza cênica.

No passado, este atrativo oferecia um pacote turístico completo com atividades como camping, natação, pesca esportiva, turismo de aventura, ecoturismo, turismo desportivo, *rafting* e geoturismo, além de um local de criação de crocodilos em cativeiro, o que permitia que o visitante pudesse

observar de perto esta espécie e aprender mais sobre a reprodução, alimentação e adaptações ecológicas, promovendo, dessa forma, atitudes biofílicas em prol da preservação.

4.1.3 Impacto do turismo no PNM

Ao viajar para o parque nacional de Mágoé, pode-se ver uma variedade de atrativos, incluindo atrativos naturais e históricos, além da possibilidade de realizar uma variedade de atividades ligadas à natureza. No entanto, o parque ainda precisa de muita infraestrutura básica e específica para o turismo, como hospedagem e restauração. De acordo com as informações coletadas pelo parque, é possível concluir que o parque não possui nenhuma atividade turística registrada. Em vez disso, há pessoas que circulam para comprar e vender peixe na Albufeira de Cahora-Bassa, mas isso não gera receita de turismo, contudo gera pagamento de taxas de entradas para o sector pesqueiro. Além disso, o turismo não teve nenhum impacto real no parque.

4.1.4 Avaliação da competitividade turística no PNM

A fim de avaliar a competitividade turística das três UCs em Moçambique, especificamente o Parque Nacional de Magoé, Gorongosa e Limpopo, utilizou-se o modelo proposto nesta tese, composto por quatro dimensões, 13 atributos e 24 indicadores. A seguir, apresentamos os resultados das análises realizadas no parque nacional de Magoé, a partir dos itens verificados na cor Laranja.

	Atributo	Avaliação					Resultados alcançados
Dimensão1: Competitividade Governamental							
		Escala					
		1	2	3	4	5	
G1	Participação O modelo de desenvolvimento do destino baseado em princípios sustentáveis, ativos e permanentes permite a participação automobilização de todos e, ao estabelecer critérios de atuação, compromete todos os agentes na tomada de decisões.	Participação passiva	Participação por consulta	Participação funcional	Participação interativa	Automobilização	Estrutura representativa, instrumentos legais relevantes, mas a participação comunitária é passiva, sem tomar decisões deliberadas.
G2	Direção Estratégias definidas com base em princípios de sustentabilidade e horizontes de longo prazo, com diretrizes e Plano de implementação de acordo com o estabelecido e coerente, permitindo o acompanhamento e o feedback na busca de resultados.	Não planificada	Pouco planificada	Planificada	Muito planificada	Estratégica	A visão estratégica de longo prazo, expressa por diversos instrumentos legais, metas, mecanismos de monitoramento e correção eficazes, apoia a direção estratégica..

G3	Desempenho Os recursos de gestão são variados, qualificados e permitem a gestão e a operação, de forma sustentável, e são efetivamente utilizados no acompanhamento das ações. A prestação de contas também deve ser transparente, com o uso de meios inclusivos de divulgação de dados.	Mau	Razoavel	Bom	Muito Bom	Excelente	A falta de recursos básicos, essenciais e extraordinários dificulta a execução das atividades do parque, apesar de serem partilhadas o desempenho das atividades, por meios diversificados, atendendo ao público alvo.
G4	Responsabilidade Governança que proporciona um alto comprometimento dos agentes e uma participação ativa na gestão da UC estimula relações com outros setores para tornar normativo os objetivos estabelecidos.	Tomar decisões de gestão sem consulta	Consultar atores locais e buscar seu consentimento	Negociar acordos específicos	Ceder autoridade e responsabilidade de maneira formal	Reconhecer/transferir autoridade e responsabilidade plenas a atores locais	Todos os envolvidos são responsáveis, mas há pouca delegação de autoridade para as comunidades locais, e nenhuma atribuição de funções e responsabilidades de gestão.
	Governança	Resultado: 10 pontos Máximo de 20 pontos				> 15 pontos = estruturado De 9 y 14 pontos = em estruturação < 9 pontos=a estruturar	
Dimensão2: Competitividade Estrutural							
CI	Recursos e atrativos Recursos de natureza única, dimensionada e exclusiva para os fluxos turísticos, capazes de motivar e criar expectativa de demanda real e potencial.	Precário	Suave	Marcante	Significativo	Exclusivo	O parque é rico em recursos naturais e culturais em termos de quantidade, qualidade e singularidades, o que proporciona uma oferta turística de alto nível.
C2	Infraestrutura A infraestrutura do destino e do atrativo está adequada ao fluxo turístico, acessível facilmente e com capacidade de atender à demanda real e potencial.	Precário	Supotável	Tolerável	Satisfatória	Notável	A falta de infraestrutura adequada tanto no destino quanto no atrativo turístico são fatores que dificultam o turismo.
C3	Demanda O perfil do turista está alinhado às características conservacionistas da UC. O turista está satisfeito com a experiência global de viagem. O nível de gastos diários excederá a 120 usd.	Inadequado	Desarticulado	Timido	Adequado	Integral	Sem demanda, possui dificuldades de estudar o perfil dos mesmos

C4	Comunicação Os esforços para a construção de uma boa reputação aliadas às ferramentas de comunicação adequadas atendem aos critérios sustentáveis estabelecidos para o destino, com mensagens adequadas que tratem de preservação e educação ambiental.	Inadequado	Desarticulado	Timido	Adequado	Integral	Foi observada uma quantidade significativa de meios de comunicação direcionados ao público-alvo, bem como uma oferta notável de conteúdos de conservação, porém pouco expressiva, abrangente, qualitativa, atualizada e inovadora, conferindo pouco conhecimento do público sobre a UC.
Competitividade		Resultado 10 Máximo de 20 pontos					> 15 pontos = estruturado De 9 y 14 pontos = em estruturação < 9 pontos=a estruturar.
Dimensão: Competitividade Social e cultural							
S1	Benefícios sociais Desenvolver Programas que tragam benefícios sociais às comunidades e aos indivíduos em particular, estimulando a sua participação na conservação da biodiversidade.	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Sem programas sociais em andamento, tudo ainda está em fase de planejamento, pelo que não são refletidos nenhum benefícios as comunidades
S2	Impacto na sociedade Programas sociais que têm um grande impacto na diminuição das desigualdades sociais, bem como na melhoria da prosperidade das comunidades em geral e dos indivíduos em particular.	Insignificante	Pequeno	Moderado	Grande	Muito grande	Sem programas sociais em andamento, não há impacto ou são Insignificante
Competitividade sociocultural		Resultados 2 pontos Máximo 10 pontos					Forte: > 7 pontos Moderada: //4 e 7 pts. Débil: < 4 pontos
Dimensão: Competitividade Ambiental							
	Uso Recursos Sistemas eco eficientes de captação, aproveitamento e reutilização de água, com um índice de consumo ideal, baseados em fontes renováveis e limpas.	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	Não são implementados sistemas eco eficientes de captação, aproveitamento e reaproveitamento de água, bem como de controle de água potável. A energia é gerada por um gerador captado por um painel solar. Seu uso é limitado, o que significa que sua matriz energética não é diversificada, apesar de ser baseada em fontes renováveis e limpas.

	Produções Limpas Infraestruturas de funcionamento para os visitantes compatíveis, adequando-se à escala, à arquitetura e à paisagem locais, e sistemas ecoeficientes na produção e reutilização de resíduos.	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	A infraestrutura está adequada em termos de arquitetura, mas não oferece conforto, adequação térmica ou qualidade. Os processos de gestão de resíduos sólidos são inferiores, uma vez que não consideram as restrições de entrada, separação, reciclagem ou depósito adequados.
	Património Ambiental Leis e regulamentos Ações e mecanismos ideais que permitem delimitar, preservar e proteger a biodiversidade, com programas e ações preventivas e corretivas de alteração da paisagem, bem como a sua recuperação.	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	Existem estratégias e programas básicos para proteger, expandir e restaurar a biodiversidade, mas sua implementação ainda é incipiente.
	S. Ambiental	Resultado 6 Máximo de 15 pontos					Forte: > 12 pontos Moderada: //7 e 12 pts. Débil: < 7 pontos.
	Competitividade Sustentável do Turismo nas UCs (CSTUC)	RESULTADO FINAL: 10+10+2+6=28 Competitividade Moderada					Forte: > 45 Moderada: 25 a 44 pts. Débil: < 25

Quadro 21: Análise da competitividade sustentável do turismo no PNM

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

4.1.4.1 Dimensão 1: Competitividade governamental

○ Participação

A pesquisa mostrou que o parque de Màngoé é administrado por um governo público e apresenta um modelo de gestão representativo composto por vários intervenientes, incluindo a ANAC, a administração do parque e o conselho de co-gestão, composto por pessoas como o administrador do parque, o administrador do distrito de Màngoé, o distrito de Cahora-Bassa, membros da comunidade, a hidroelétrica de Cahora-Bassa Instituto de Investigação Pesqueira, operadores de safari, parceiros, ONG: Banco Mundial, representado pelo Biofund.

O parque possui como instrumento legal que especifica as funções e responsabilidades dos órgãos de gestão, bem como as leis da área de conservação, a lei do trabalho, o plano de manejo, os acordos bilaterais, o Decreto de cobrança de receitas 89/2022 e os estatutos gerais dos funcionários do estado. Embora tenha mais atividades conservacionistas e poucas atividades turísticas, o parque é

sempre ativo. As decisões importantes sobre como as atividades do Parque são desenvolvidas com base na participação de todos os participantes que se descreve na figura 20.

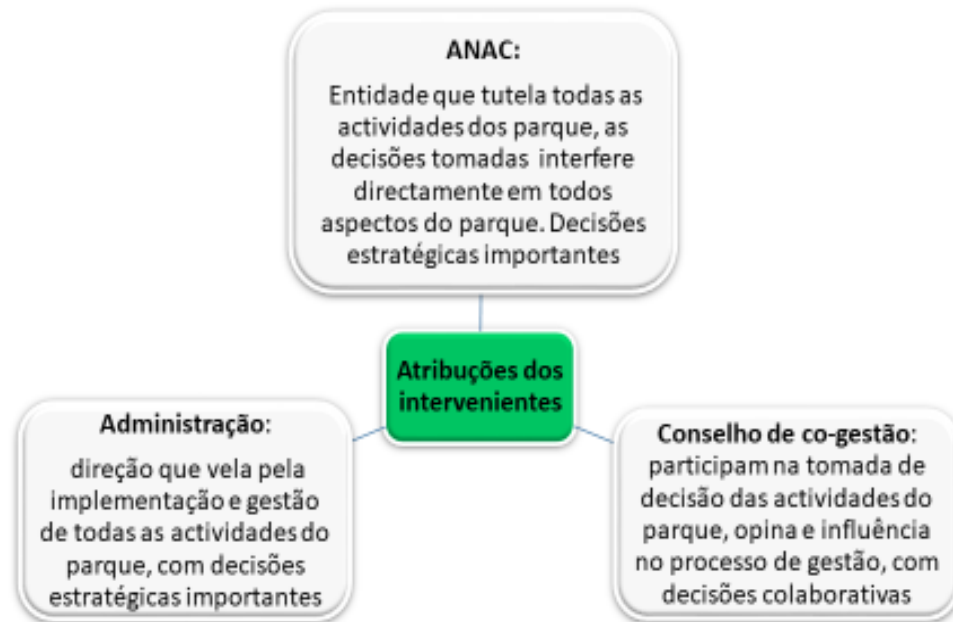


Figura 20: Intervenientes e processo participativo
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

As decisões tomadas pelo órgão de gestão têm carácter deliberativo, embora nem todos com a mesma influência e peso:

- **ANAC:** decisões deliberativas com maior peso e influente em quase todas necessidades do parque todos planos elaborados discutidos submete-se a ANAC
- **Administração do Parque:** decisões deliberativas e influentes em todas as atividades, pois é unidade planificadora e executora
- **Conselho de cogestão:** com decisões deliberativas em algumas questões, porém estão mais viradas para ações de coordenação, consultivas, informativas e de ajustes.

Acrescentou ainda que embora as comunidades tenham participação nas atividades do parque as suas decisões ainda são meramente consultivas e aconselhamento, não tanto quanto deliberativas.

Figura 21

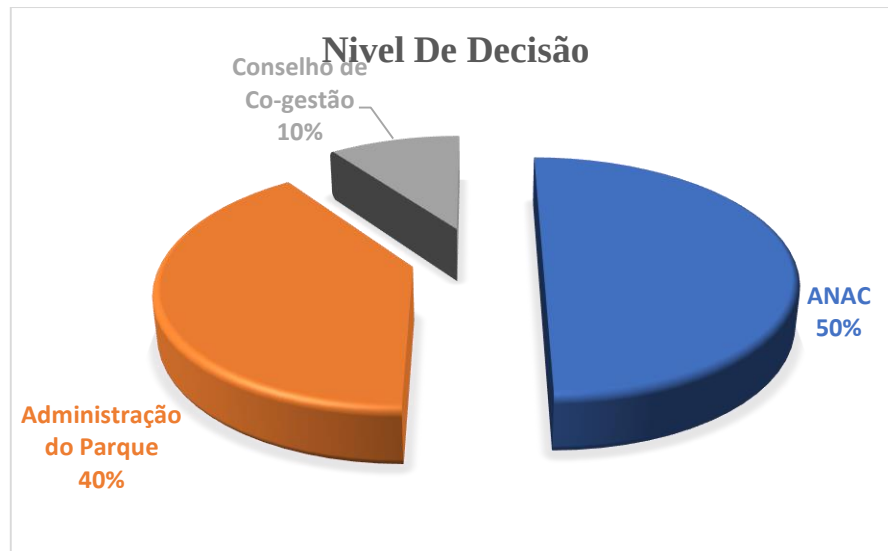


Figura 21: níveis de decisão do PNM
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

○ Direção

O plano de manejo do PNM tem uma visão local, orientada por políticas e planos sectoriais e comprometida com os princípios de sustentabilidade. A visão estratégica para o período de 10 anos (2016–2025) centra-se na gestão e no uso sustentável, no desenvolvimento dos recursos naturais, recuperação e instalação de infraestruturas básicas para a gestão de recursos florestais e faunísticos e proteção de espécies ameaçadas enquanto promove atividades turísticas, por forma a melhorar os padrões e as condições de vida das comunidades locais.

Para administrar o turismo e a conservação de forma eficaz, os líderes devem compreender o contexto global. Assim, a cooperação e coordenação internacional na conservação de áreas protegidas é uma tendência global abrangente nas UC's. Desde a década de 1970, uma ampla gama de designações e iniciativas internacionais, convenções, normas e diretrizes para áreas protegidas ajudaram a facilitar os processos de gestão dessas áreas (Leung et al 2019) An et al, 2019).

Assim, os dados mostram que o PNM funciona bem na gestão e fornece diretrizes, estratégias, planos, nacionais, internacionais e locais, bem como os planos e estratégias setoriais, que impactam neles. As convenções, padrões e diretrizes a seguir são encontradas a **nível internacional** e estabelecem padrões para gestão e conservação, bem como a necessidade de monitoramento e correção quando necessário. Observe o quadro 23:

Tipo de convenção	Objetivo	Ano de ratificação
Convenção sobre o comércio internacional de espécies de flora e fauna selvagem ameaçadas de Extinção	Assegurar que o comércio internacional de espécimes de animais e plantas selvagens não ameacem a sobrevivência da espécie	1981
A Convenção de Argel	visa em reforçar a proteção ambiental, fomentar a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais e harmonizar e coordenar as políticas nestes domínios.	1981
Convenção de Viena	visa em investigar e monitorar os efeitos das atividades humanas na camada de ozono e em tomar medidas concretas	1993
Convenção Diversidade Biológica	à promoção do desenvolvimento sustentável	1994
Convenção das Nações Unidas sobre as alterações climáticas	Com objetivo estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa	1994
Convenção de Nairobi	Protecção, gestão e desenvolvimento marinho e costeiro da região oriental de África	1996
Convenção de combate a seca e desertificação (UNCCD)	Regula o combate à seca e desertificação	1996
Convenção de Bamako	Proibindo a importação de resíduos perigosos e radioativos.	1996
O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança	visa garantir a manipulação, transporte e utilização seguros de organismos vivos geneticamente modificados	2001
Convenção sobre as Terras Húmidas (RAMSAR)	Regula a conservação e utilização racional das terras húmidas e dos seus recursos	2003
Convenção sobre Espécies Migratórias	Regula a conservação e utilização sustentável dos animais migratórios e dos seus habitats.	2004
Convenção de estocolmo	Proteger a saúde humana e o ambiente de produtos químicos que permanecem intactos no ambiente durante longos períodos	2008
O Protocolo de Nagoya	Regula o acesso aos recursos genéticos e a partilha justa e equitativa dos benefícios advindos de sua utilização (ABS).	2014
Coligação de Alta Ambição	Proteger pelo menos 30 por cento da terra e dos oceanos do mundo até 2030	2019

Quadro 22: convenções internacionais que lida com a conservação

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

A nível Nacional temos: estratégia e plano de ação para a conservação da diversidade biológica de Moçambique; Guião de orientação para as negociações e implementação do quadro global para a biodiversidade da convenção sobre diversidade biológica (CBD); Estratégia e plano de ação da diversidade específico; Diretrizes para avaliação dos modelos de manejo comunitário de recursos naturais em Moçambique; Diretrizes sobre o Turismo baseado na natureza, co-gestão e governação; Quadro jurídico-legal das áreas de conservação comunitárias em Moçambique; Relatórios sobre Breve análise e recomendações sobre o tipo de gestão e protecção possíveis para as áreas-Chave para a Biodiversidade (KBAs); Plano nacional de desenvolvimento Territorial;

Conservation And Development In Mozambique Lessons From The Transfrontier Conservation Areas Program And New Perspectives For The Mozbio Program e outros

A nível local temos: o plano de Maneio, que é um documento que norteia as actividades do parque, em todas as dimensões, mas também auxiliadas pelos planos de gestão anual, semestral, trimestral e mensal, com metas e métodos de implementação definidos.

Reuniões técnicas mensais, reuniões com parceiros e comunidades locais, bem como o METT⁹ fazem o acompanhamento e avaliação da implementação e cumprimento das metas. A avaliação dos relatórios, a verificação do alcance das metas e a planificação mensal e semanal garantem o *feedback*, o que permite o ajuste e a busca de resultados que sejam favoráveis aos objetivos de conservação em todo o tempo. Para garantir que os interesses não sejam violados, a participação do conselho de gestão é fundamental nesta. O parque tem metas anuais que são cumpridas mensalmente.

○ **Desempenho**

No que diz respeito aos recursos de capital, materiais e humanos, o PNM ainda precisa de muitos recursos para funcionar bem. Atualmente possui quatro carros, mas esses foram adquiridos há algum tempo. Além disso, duas motos novas ainda estão estacionadas devido à falta de pessoal com permissão de condução. Embora os escritórios estejam localizados na casa do administrador, eles não são adequados para o funcionamento normal do parque. Portanto, é necessário a infraestrutura de gestão para garantir que o parque funcione bem. Isso inclui não apenas picadas, residências e escritórios devidamente equipados, mas também equipamentos e recursos de funcionamento, como computadores, mobiliário e comunicação, como mostrado na Figura 25.



⁹ Instrumento de gestão usada para analisar a efectividade de gestão das UCs em Mocambique.

Figura 22: Local onde funciona a administração

Fonte: dados da pesquisa, 2024

O parque recebe financiamento principalmente do orçamento do Estado, do projeto ASA, da Moza-Rural e do Banco Mundial por meio da BIOFUND o que mostra que existe uma variedade de fontes de financiamento, do entanto, sua utilidade é pouco evidente nas operações diárias do parque, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento das comunidades e do turismo.

No que diz respeito aos recursos humanos, há 45 funcionários para um ideal de 65 pessoas, sendo 12 técnicos e pessoal de apoio, 33 fiscais, sendo a maioria nativos, e outros de outros lugares do país, como 5 de nível superior, 10 técnicos profissionais de fiscalização e 30 básicos. A maioria destes está destinada à fiscalização. Por outro lado, o parque ainda precisa de funcionários, principalmente para o turismo e supervisão.

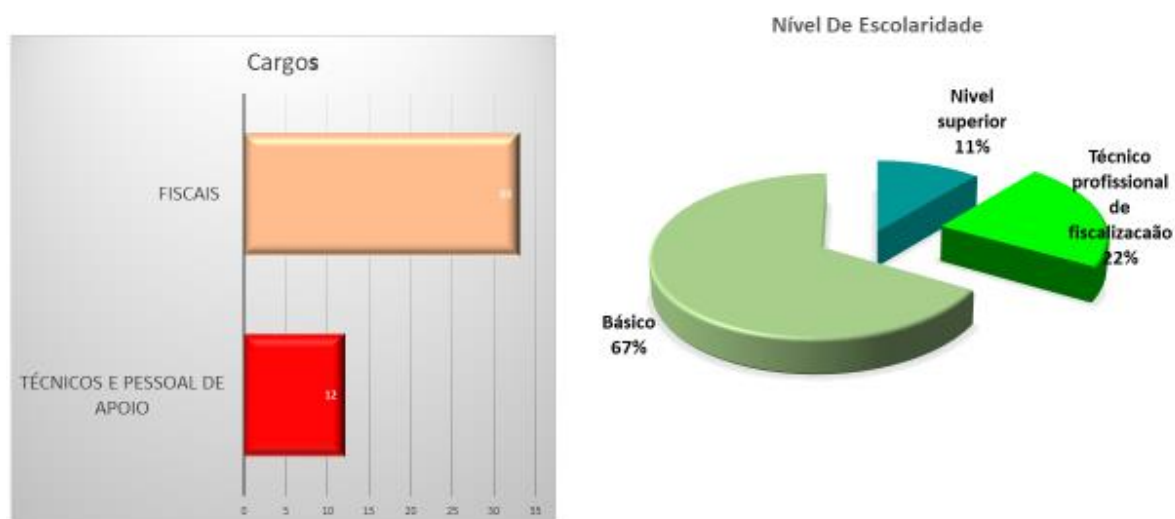


Figura 23: competências dos colaboradores

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O parque mantém os processos de gestão transparentes, compartilhando informações com todos os envolvidos. Os principais meios de acesso à informação sobre decisões e ações relativas ao funcionamento e desempenho da UC incluem relatórios de atividades técnicas e financeiras mensais, trimestrais e anuais, bem como um relatório único do PNM, workshop e reuniões de divulgação se necessário.

As contas são enviadas a uma variedade de pessoas, incluindo o conselho de cogestão, a direção do ambiente, a direção do planejamento territorial, o secretário de estado e o governador. Eles geralmente são enviados por e-mail, documentos físicos, partilhados por workshops e encontros

técnicos do parque. Os principais documentos a serem partilhados são: relatórios de atividades técnicas e financeiras do setor, bem como o relatório único do PNM e de prestação de conta.

○ **Responsabilidade**

O Parque Nacional de Mâgoé possui uma gestão pública, embora tenha nascido de um projeto comunitário (Tchuma-Tchato), o seu processo de gestão mostra a existência de *compromisso*, *integridade* e comprometimento de todos os colaboradores do parque. A responsabilidade é definida através de 6 departamentos que contém atividades e tarefas específicas que são:

Gabinete do administrador: As funções são as seguintes: supervisionar as atividades para garantir a realização das suas funções; orientar estudos e pesquisas e propor ações sobre o desenvolvimento da conservação; emitir pareceres sobre projetos de investimentos a implementar no PNM; garantir a defesa da legalidade administrativa e a aplicação uniforme da lei e normas de procedimentos da organização, do aparelho do estado e das autoridades superiores; aplicar sanções por inobservância da legislação aplicável no PNM; gerir, administrar os recursos materiais, humanos e financeiros e garantir o seu melhor aproveitamento, celebrar contratos de pessoal, cuja validade seja de 1 ano; conceber um sistema de acompanhamento e avaliação para a direção do PNM, que possa ser usada na avaliação do progresso, da implementação dos planos de desenvolvimento e gestão das áreas de atividades do sector de conservação; assegurar o envio dos planos em conformidade com o calendário do ciclo de planificação; monitoria e avaliação do plano e relatórios periódicos de atividades a ANAC, com o conhecimento dos governos distritais e provinciais; propor um plano de formação e treinamento técnico científico e profissional do pessoal de a modo a assegurar a qualidade e quantidade dos serviços prestados; assegurar a descrição de tarefas pelos funcionários colocados no PNM e zelar pela disciplina e seu desempenho de funções; garantir a qualidade dos quadros da administração do PNM de acordo com a competência de serviço; propor a nomeação em comissão de serviços dos chefes das repartições, da administração e outras chefias aplicáveis; assinar o expediente no âmbito das funções de direção do PNM; convocar e presidir o coletivo da direção do PNM; representar o PNM em atos oficiais.

Departamento de proteção e fiscalização: que tem como tarefas fazer o reconhecimento da área, combater a caça furtiva; monitorar os bebedouros; ecossistemas e habitat de fauna bravia,

dentro e fora da zona tampão; levantamento das machambas e residência dentro do parque; controlo de exploração e exportação dos recursos pesqueiros ao longo da albufeira de Cahora-Bassa; combate de exploração de recursos naturais ao longo da fronteira com o Zimbabwe; contagem direta e indireta da fauna bravia; mitigação do conflito homem –animal; combate às queimadas descontroladas; controlo de práticas nocivas de pesca; serviços de inteligência e contrainteligência; treinamento de informantes comunitários; educação ambiental sobre proteção e elaboração de autos e relatórios.

Departamento de desenvolvimento comunitário: este possui tarefas como: sensibilização comunitária em matéria de proteção; conservação e uso sustentável dos recurso; campanhas de educação ambiental nas comunidades e escolas, criação de clubes ambientais e de raparigas nas escolas dentro e em redor da zona tampão; promoção de bolsa de estudos para raparigas capacitação comunitária; divulgação de instrumentos legais de conservação a comunidade; mapeamento das comunidades residentes no interior e na zona tampão para mitigação do conflito homem e fauna bravia; facilitação de troca de experiências entre membros da comunidade residente dentro e zona tampão do parque e outras instituições.

Departamento de monitoria ecológica e fauna bravia, com seguintes tarefas: monitoria das atividades ilegais dentro do parque; monitoria de mortes ilegais de elefantes; monitoria de mortes natural de fauna bravia; monitoria dos movimentos da fauna bravia; identificação de principais corredores e bebedouros de fauna bravia; identificação de habitats, para diferentes espécies de fauna bravia; censo de fauna bravia na zona do parque; divulgação das leis; elaboração de relatórios técnicos de progresso.

Departamento do ecoturismo e turismo: identificação das potencialidades turísticas existentes para elaboração do material de publicidade e marketing; identificadas e levantamento das coordenadas dos espaços para concessões das atividades na orla da albufeira de Cahora-Bassa; identificação das ilhas para trajetórias e paragens de aves migratórias que podem servir como roteiros turísticos no parque; identificação e mapeamento das áreas com maior concentração de florestas, fósfil; e elaboração de relatórios técnicos de progresso.

Departamento de Administração, finanças e recursos humanos, este possui as seguintes funções: coordenação e elaboração de planos e orçamentos sectoriais; coleta e canalização de receitas nos termos da lei; prestação de contas efetuadas nos termos da lei; pagamento de

salários e outros benefícios ao pessoal previstos na lei; zelo pelo cumprimento dos atos normativos de gestão dos recursos humanos; organização dos processos individuais de funcionários; avaliação anual dos funcionários; implementação de normas de funcionamento dos serviços de administração pública; inventariação, zelo e atualização do património do parque anualmente; registro e controlo de assiduidades dos funcionários

A autoridade no PNM é tomada pela ANAC seguida pela administração do parque e por fim pelos departamentos e repartições. O parque tenta sempre alocar os recursos humanos existentes em função das suas qualificações, embora nem todos tenham qualificação desejável para as funções que desempenham. Havendo assim departamentos com necessidades de pessoal qualificado.

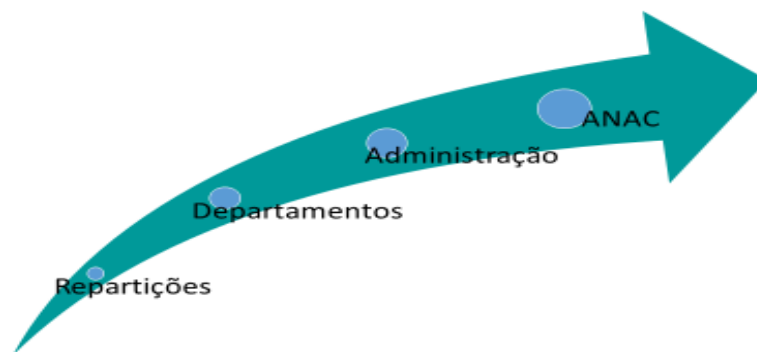


Figura 24: Níveis de autoridade no PNM
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

4.1.4.2 Dimensão 2: Competitividade Estrutural

Para esta dimensão foram tomados atributos como recursos (dos quais naturais e artificiais) infraestrutura (do destino e do atrativo) demanda (perfil e gestão da demanda) e por fim o Marketing responsável (estratégias do marketing)

○ Recursos

As premissas fundamentais para avaliar essa dimensão é o inventário da oferta turística, fazendo o levantamento, registro e avaliação de todos os elementos que constituem recursos para a oferta turística, bem como a sua finalidade, que impulsiona a demanda.

Podemos encontrar no PNM uma diversidade de recursos Naturais compostos por Montanhas, Planícies, Flora e fauna, Costa, Rios e cachoeiras, Lagoas, lagos e estuários, Lugares de pesca, paisagens pitorescas, Grutas e caverna, Lugares de observação de fauna e Flora de forma específicas podemos dizer Ambiente aquático, e terrestre, composto pelo:

Clima: ameno e agradável

Relevo: planície, planaltos e montanhas

Fauna: Big Five búfalo, leão, elefante e leopardo, hipopótamo, crocodilo, avefauna, insectos, peixes, cobras)

Flora: floresta de Mopane, que integra espécies do género Nsanha, acácia messine (Acacia nilotica), imbondeiro (Andersonia digitata), chanfuta (Afzelia quanzensis), mepepe (Albizia adianthifolia), pau-ferro (Swartzia madagascariensis), entre outras. Floresta de Troncos Fossilizados de Cadazewe,

Albufeira: de Cahora-bassa e serra de comboio observa-se vegetação do tipo hidrófilas e higrófilas, fitoplânctons e zooplânctons, organismos minúsculos. Hidrografia: rios, riachos e cachoeiras e hidrográfica subterrânea, Albufeira de Cahora-Bassa: propícia para pesca desportiva, passeio, contemplação, sendo algumas Originalidade tais como Peixe tilápia,

Serras: podemos encontrar a seera de comboio,

Cavernas: caverna de Nhangoma e Mahanda,

Águas termais de cachingunde e Cascata de mahanda



Figura 25: Recursos naturais no PNM
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

No que tange aos *Culturais* é possível encontrar diferentes tipos de recursos culturais como obra de arte e técnica, lugares turísticos, ruínas e sítios arqueológicos, manifestações e crenças populares, feiras e mercados, música e dança, artesanato e artes populares, comida e bebida típicas, grupos étnicos e arquitetura popular e espontânea nomeadamente:

Locais espirituais: Canhengane, Nhangom, Cazewe e Mahanda

Locais históricos: de caponda, Serra de comboio, onde possui instrumentos de guerra de ian smith, Pinturas rupestres de Nhamgome,

Dança: Nhau, Candaba e Djamula

Música: Cantchoere

Feiras: de vendas de peixe capenta,

Artesanato: canoas, esculturais, cestos de palmeiras

Comida: xima de mapira, mexoeira e milho, peixe capenta, pende, Ngongue de cabrito,

Bebida: pombe, cachaça, maheu, bebida de malambe, milho e maçã.

Grupos étnicos: Mataura, com mistura de shona, tchicunda, nhungue e Mapimbe

Eventos artísticos: teatro e dança tradicional,

Desportos: canoagem e pesca desportiva

Atividades potências

Refere-se às atividades que existem e que ainda podem ser desenvolvidas com maior aproveitamento dos recursos naturais e culturais: Safari contemplativo, da fauna e flora; Pesca desportiva e recreativa; Práticas desportivas na água como: *rafting*, canoagem, passeio de barco, natação; Práticas desportivas na terra como escalada de montanhas, *rappel*; Safari fotográfico; Caminhadas bem como a contemplação várias formações rochosas e seus acidentes geográficos, na qual possui elevada beleza cênica; Pesquisas no campo de paleontologia; Práticas do geoturismo; Visitação das comunidades rurais, degustação de pratos e bebida típica, bem como participação em danças tradicionais; Banhos de cachoeira

○ Infraestrutura

Da análise das instalações do *destino*, podemos perceber que o parque é bastante franqueado, tanto no que diz respeito à alimentação, hospedagem, bem como às de mobilidade.

Alimentação: alguns lugares da comunidade estão muito distantes do interior do parque. São locais pequenos que servem refeições de maneira prática e com a culinária local.

Hospedagem: os visitantes têm a opção de se hospedar em Chitima, a 100 km do acampamento principal do parque, ou na sede distrital de Magoé, a 45 km do parque. Além disso, é possível acrescentar que são locais modestos, sem grandes condições para o turismo de alta qualidade.

Mobilidade: para a mobilidade, as vias são compostas por estradas asfaltadas, mas muito esburacadas, estradas vicinais, trilhas, vias aquáticas para barcos, aérea de helicóptero e avioneta. A infraestrutura de transporte não inclui estações rodoviárias, restaurantes e centros de informação turística, além de não oferecer serviços de táxi turístico. Os transportes são feitos pela minibus, denominadas chapa-100, sem grandes confortos e, geralmente, empilhados-homens e cargas. Relativamente às infraestruturas do atrativo, aquelas que permite o turista o consumo do atrativo podemos verificar que o parque não as possui devidamente organizado. Vide a descrição na figura abaixo.

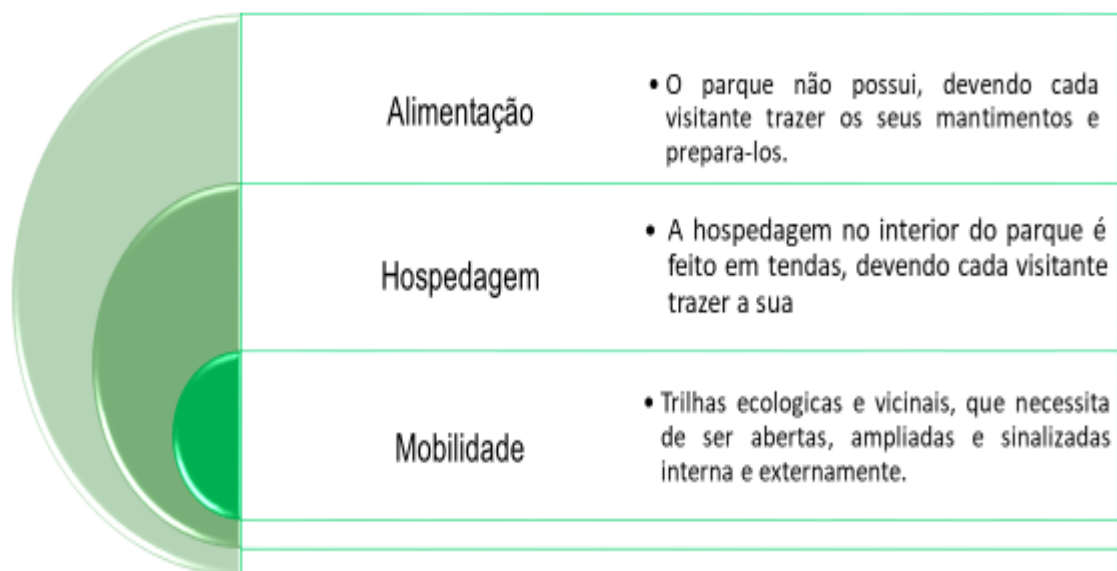


Figura 26: Caraterística da infraestrutura do atrativo no PNM
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A figura 27 mostra o espaço reservado ao campismo no acampamento principal, o local é patilhado, entre visitantes, os fiscais do parque, estudantes em estágios e todos que escalam o parque. As tendas cada visitante traz consigo, bem como toda alimentação para a sua estadia.



Figura 27: o espaço para campismo.
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

○ **Demanda**

Para avaliar o perfil dos visitantes que visitam o parque, foram avaliados aspetos como as características dos visitantes da UC, o gasto médio diário dos visitantes e a sua permanência. No entanto, os dados da pesquisa indicam que o parque não possui informações sobre o fluxo de turistas, o que impossibilita a avaliação deste indicador. Apenas há um grande número de comerciantes, não necessariamente turistas. O mesmo ocorre com os dados referentes à administração da demanda, tais como a sazonalidade do fluxo de visitantes distribuído ao longo do ano e pesquisas de expectativa e satisfação dos visitantes.

○ **Comunicação**

No que diz respeito à comunicação, percebe-se que o parque tem adotado algumas estratégias. A divulgação do parque se dá através das Mídias sociais, como Facebook, dos pesquisadores e relatórios de pesquisa, Mídias de divulgação, como cartazes, camisetas, chapéus, insígnias, canetas esferográficas e autocolantes, participação em feiras, tanto nacionais quanto internacionais, como FACIM, Indaba e outras, palestras e divulgação nas escolas e comunidades.

O material produzido está em português, o que poderia ser melhorado, e pode ser produzido em outros idiomas, como inglês, francês e até mesmo chinês, devido à tendência do turismo internacional.



Figura 28: Exemplo de participação em feiras.
Fonte: (facebook do PNM, 2019)

Depois de navegar pelo *site* do Facebook, foi possível observar que as mensagens veiculadas na página do parque são focadas na conscientização e ensino sobre o meio ambiente. Há várias referências a esse tema. Veja a imagem abaixo.



Figura 29: Exemplo do conteúdo de conservação nas mensagens do PNM.
Fonte: (Facebook do PNM, 2019)

4.1.4.3 Dimensão 3: Competitividade social e cultural

Relativamente à dimensão social, foram analisados atributos tais como benefícios sociais e os impactos.

○ **Benefícios Sociais**

A recente criação do parque e a escassez de recursos em todos os níveis afetará significativamente sua produção e, conseqüentemente, os benefícios sociais que eles deveriam gerar para as comunidades locais. Os Programas e projetos de integração dos negócios e agentes locais às atividades da UC, o processo de desenvolvimento comunitário, são praticamente inexistentes.

Atualmente, há mais atividades a serem realizadas, o que resulta em um maior número de projetos sociais planejados do que projetos implementados. Atualmente, as iniciativas de planejamento estão inseridas na janela de financiamento da BIOFUND através do projeto Mozal rural, que tem como foco o desenvolvimento comunitário, mas ainda está em fase inicial. Ela tem como objetivo, juntamente com algumas entidades distritais, identificar as necessidades das comunidades e, assim, elaborar os projetos para o apoio.

Já foram criados alguns projetos, como clube da rapariga, clubes ambientais, Formação para promotores ambientais, identificação das necessidades de bolsas de estudos para jovens, tendo hoje 40 bolsas para atribuir. Ainda existe atividades por desenvolver para responder a este campo tais como:

Identificar nas comunidades as diversas formas de sobrevivência, com o objetivo de alterar as atuais atividades econômicas do parque, tais como agricultura, pesca, caça, produção de produtos lenhosos, práticas que podem comprometer os recursos naturais.

Identificar grupos de pessoas, formá-las e criar associações para a introdução de atividades como produção de mel e aproveitamento de produtos florestais não madeireiros, como frutas, plantas aromáticas para a fabricação de essências e sabonetes, projetos de ajuda na introdução da agricultura de conservação e melhorar o sistema de captura do peixe, para que este seja sustentável e aumente a renda familiar.

No âmbito do projeto Azul, são atribuídas casas para as comunidades de pesca, a fim de preservar o peixe. Este é o único projeto que ainda está funcionando.

○ **Impacto na sociedade**

É crucial reduzir as disparidades e aumentar a prosperidade das comunidades que habitam o parque, uma vez que a criação de uma unidade de conservação assim o impede de usar certos recursos que são essenciais para sua sobrevivência. O PNM é uma unidade de conservação ainda recente, e

ainda está em fase de formação e estruturação. Atualmente, não há muitas atividades de inserção comunitária e nem de inserção individual que possam causar impacto na sociedade, diminuir as diferenças e aumentar a prosperidade das comunidades que habitam, mas existem planos e projetos em andamento. Os projetos que estão sendo executados são de casas para as comunidades pesqueiras, para a preservação do peixe, financiados pelo instituto de investigação pesqueira, mas não necessariamente pelo parque ou parceiros.

4.1.4.4 Dimensão 4: Competitividade ambiental

Nesta dimensão foi observada o uso de recursos, (nos atributos água, energia), produções limpas (materiais e resíduos) e patrimônio nos itens de preservação e conservação e capacidade de carga

○ Uso de recursos

A matriz avaliativa desta dimensão nos remete a avaliar a capacidade do destino de usar recursos naturais e capitais para desenvolver o turismo para a geração atual, permitindo igualmente a preservação do meio ambiente resultando na interação entre a qualidade de vida da população local, eficiência econômica e gestão pública eficiente. No quesito água e energia, abrange as questões referentes às fontes, manejo, tratamento e consumo.

Atualmente, o PNM é alimentado pela Albufeira de Cahora-Bassa, uma vez que sua grande extensão norte é limitada pelo rio Zambeze. Apesar disso, outras fontes hidrográficas ainda não foram estudadas e cadastradas. Os mapeados são de rios e riachos que, em regime sazonal, cobrem o PNM. Suas nascentes estão nas colinas e, principalmente, na Serra Comboio, descendo abaixo e desaguando na albufeira. Alguns exemplos são o rio Mezidio, Morômoe, Metendeze, Impata, Nhapanda, Doe, Choe, Sarazi, entre outros rios ainda sem toponímia. (MITADER, 2016)

A água da albufeira é utilizada em todas as atividades do parque. Mas ela não é potável, logo, para o consumo é usado o purificador “certeza” para torná-la potável. Não há nenhum sistema de abastecimento de água que contemple a captação, tratamento, reserva e distribuição ou canalização. No acampamento, a água é transportada através de carros equipados com tanques para abastecer todos os acampamentos existentes. Os números de consumo de água na UC não foram possíveis aferir devido à falta de dados registrados. No entanto, sabe-se que o PNM tem 11 postos de fiscalização, cada um tem um tanque de 1000 litros e o abastecimento é feito de 3 em 3 dias, o que mostra

claramente que o consumo é de conservação. Já nas comunidades, ela é feita individualmente pelas famílias, pois elas, além da albufeira, também usam o sistema de furo.

Ao contrário do que acontece com muitas infraestruturas básicas, o parque não tem um sistema de abastecimento de energia nacional, a fonte é via painel solar, com muitas limitações devido à sua dependência das condições climáticas, mas não foi possível aferir o nível de consumo. Salientar que o fornecimento é sazonal, sem qualidade, que oferece pouca eficiência e eficácia nas atividades de gestão do parque, mas representa uma energia limpa, sem grandes elementos de poluição ambiental. A falta de energia elétrica adequada também impede que o sistema de comunicação e internet funcione adequadamente, pois existe dificuldades de alcance das redes das principais telefonias móveis do país, Tmcel, Vodacom e Movitel.

○ **Produções Limpas**

Quando se trata de produção limpa, é importante considerar a existência de construções sustentáveis e a adequação das construções arquitetônicas ao ambiente em que estão inseridas. Nadalipour e Khoshkhoo (2018) olham para a infraestrutura para atender ao processo de gestão e para atender às atividades turísticas.

O PNM não tem uma estrutura adequada e construída especialmente para receber os visitantes. Existem algumas casas construídas com pedras locais que, de forma adaptada, servem de abrigo para os visitantes que entram no parque. Figura 30



Figura 30: Alojamentos para visitantes no PNM
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Apesar de serem construídas de material local (pedras típicas) e adequadas às condições climáticas, elas não possuem condições térmicas e de conforto, muito menos mobiliário de estrutura hoteleira. Atualmente funcionam como locais improvisados para visitantes. Vide a figura abaixo.

Quanto aos programas de gestão de resíduos sólidos nas três dimensões produção, coleta e reaproveitamento, pode-se dizer o seguinte: no que diz respeito à produção, não há muita produção de lixo no interior; e a coleta é feita pelas campanhas de recolha do que se produz, pelos funcionários, em que o lixo é separado manualmente, as latas, as garrafas plásticas e de vidro são entregues às comunidades locais na localidade próxima chamada de "Daque" e o papel é incinerado. O parque não dispõe de equipamentos para reaproveitamento e transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes e adubos naturais e não poluidores.

○ **Património ambiental**

De acordo com Leung et al (2018), para preservar as qualidades ambientais e / ou culturais que atraem visitantes, mantendo processos ecológicos essenciais, qualidades estéticas e espirituais, e ajudando a preservar o patrimônio natural e a biodiversidade, os parques têm adotado vários mecanismos, como regras de uso de recursos, zoneamento, que delimita o espaço do uso, programas de reabilitação das espécies, delimitação de fluxos em função da sua capacidade de carga, monitorias permanentes, entre outros.

No presente cenário, o plano de gerenciamento do PNM apresenta diversas áreas que delimitam o espaço em áreas distintas, onde diversas atividades devem ser executadas. São exemplos: áreas de conservação intensiva (Santuários do Bravio); 2 áreas de corredores ecológicos ou corredores ecológicos; 3 áreas específicas; 4 áreas para a atividade turística de diversas naturezas; 5 áreas para assentamentos populacionais e desenvolvimento de atividades socioeconômicas; e 6 áreas tampão do PNM, que contêm regulamentos e diretrizes que visam permitir a preservação, conservação e controle da biodiversidade.

Em relação ao controle, pode-se dizer que ele é feito pelo processo de fiscalização que os 11 postos existentes executam, como atividades cotidianas monitoradas pelos departamentos de monitoria ecológica e fauna bravia.

Além disso, verificou-se que o parque tem programas de preservação, ampliação e recuperação da biodiversidade na área de abrangência, denominados de programa de conservação, com as seguintes atividades:

- Planificação e monitoria da proteção dos solos, sistemas hídricos, flora e fauna, que são feitos através dos censos e outros inventários da fauna e flora,
- Planificação de coutadas para atividades de Turismo cinegético nas áreas definidas pelo plano de zoneamento;
- Controlo de sanidade animal;
- Estudos sobre medidas na mitigação do conflito homem-fauna bravia, qualidade e fluxo de água no interior do Parque;
- Definição de estratégias contra as queimadas descontroladas e implementação de programas de queimadas de manejo;
- Monitoria dos viveiros florestais, para replantio de árvores
- Sensibilização no uso de práticas nocivas de pesca, agricultura e outras.

No que diz respeito à delimitação da intensidade do fluxo de visitantes para acesso e uso, de acordo com sua capacidade natural de absorção e recuperação desses impactos, a chamada capacidade de carga, ficou plasmado que, atualmente, não há um fluxo de turista e visita de recreação, o que existe são alguns visitantes esporádicos, bem como estagiários em atividades curriculares. Sendo assim, este fluxo não permite exceder a sua capacidade de carga.

No que diz respeito ao monitoramento permanente e contínuo da biodiversidade da UC e aos impactos da sua existência na natureza e na sociedade local, o parque mostra que o processo de monitoramento da biodiversidade é realizado pelo setor de proteção e fiscalização, que através de automóveis, motos, barcos, também a pé, realizam inspeções de: combate a caça furtiva, monitoraria das fontes de água e ecossistemas, inspeção das explorações agrícolas e habitações, controlar a utilização e exportação de recursos pesqueiros de reserva, a contagem direta e indireta de animais selvagens, o combate aos incêndios florestais descontrolados, caça furtiva e treinamento. Informadores da comunidade usando mecanismos como patrulhas normais e rotineiras, bloqueios de estradas terrestres e marítimas e até emboscadas.

4.2 Caso 2: Parque Nacional da Gorongosa

4.2.1 Caracterização do PNG

O (PNG) está localizado no extremo oeste da província de Sofala, entre os paralelos 18° 45' e 19° 15' Sul, e entre os meridianos 33° 30' e 34° 45' Este. Gorongosa tem limites ao norte com

Maríngue, ao sul com Nhamatanda, a Este com os distritos de Cheringoma e Muanza e a Oeste com a província de Manica, através dos distritos de Macossa e Gondola. De acordo com Fonseca (2013), ela está localizada na zona central de Moçambique, no limite sul do Grande Vale do Rift Africano, que abrange a África oriental e a África ocidental. O PNG está a cerca de 150 quilômetros da cidade da Beira. (MITADER, 2016)

O Parque, com um total de 10.000 km², abrange o vale e uma parte dos planaltos adjacentes, e os rios que nascem no monte Gorongosa, a serra da Gorongosa, que foi anexada em 2010, e a zona tampão. São identificadas quatro grandes regiões: o grande vale do Rift, que é caracterizado por uma área saliente de 40 km de largura, situada entre 15 e 80 metros acima do nível do mar; a plataforma planáltica de Cheringoma, localizada a leste do vale do Rift, que se ergue a 300 m e forma o planalto de Cheringoma; a extremidade ocidental do vale do Rift é caracterizada pela região central de Chitengo, profundamente dissecada, que se ergue até uma altura de 400m; a serra da Gorongosa, localizada na região central, forma o planalto de Cheringoma

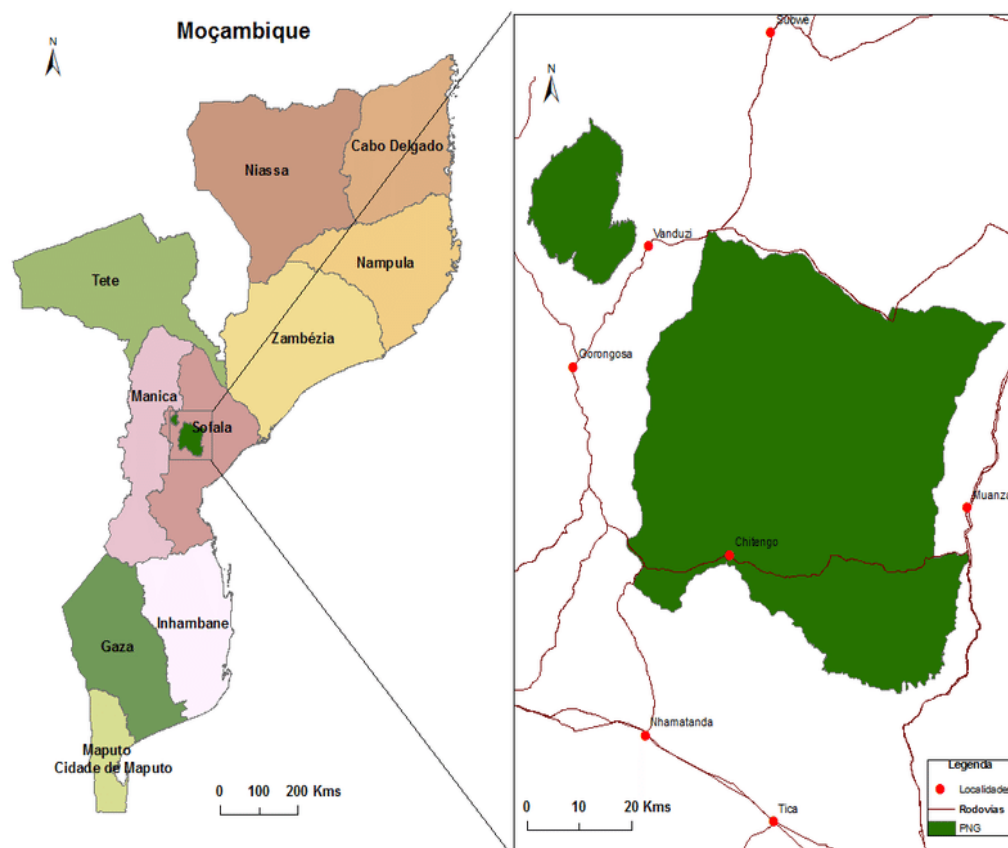


Figura 31: Mapa de Localização do parque nacional da Gorongosa
Fonte: (Correia 2011, p.1)

Clima e Hidrologia

De acordo com a classificação de Koppen, é possível notar que o distrito de Gorongosa está caracterizado por dois tipos de clima: um tropical chuvoso de savana (AW) e outro do tipo temperado úmido (Cw), que resulta das regiões de altitude, em particular das regiões montanhosas (serra da Gorongosa) (Ministério de Administração Estatal- MAE, 2005)

A precipitação anual é de 1241 milímetro, ela ocorre no período de dezembro a março do ano seguinte, considerado como chuvoso. O período seco ocorre entre abril e meados de novembro. A temperatura média anual é de 29, 7°C a 32, 9°C máximos, nos meses de agosto a março, e de 25., 5°C a 16,1°C mínimos nos meses de Abril a julho (MAE, 2005)

O PNG e a região tampão estão banhados por uma grande quantidade de rios e riachos, influenciados pela Serra da Gorongosa e pelo Planalto de Cheringoma. As duas principais bacias hidrográficas são a bacia do Zambeze e a bacia de Nhandungue, que se ramifica em diversas bacias secundárias, como o rio Zuni; Chineziua; Sambazo; Corone; e os seus afluentes, o Mussambizi; Massapassu; Nhagutua, que escoam suas águas para o sistema fluvial lacustre do Urema (PNG 2011 e Fonseca 2013, p. 20)

○ Relevo e Solos

De acordo com MAE (2005), a Gorongosa apresenta um relevo complexo, composto por áreas planálticas, como a Serra da Gorongosa. É uma unidade que permanece dos ciclos erosivos característicos das superfícies de aplanção do jurássico. No cume do Maciço, é comum ver grandes alambrados de granito, cercados por florestas sempre verdes, um maciço de 20-30 km de extensão que se ergue a 1865 metros acima do nível médio do mar. Na região do distrito de Muanza, é possível notar áreas como o planalto de Mengere, com uma elevação de cerca de 154 metros, bem como as planícies, localizadas nas regiões do Chitengo e do lago Urema.

A plataforma planal apresenta rochas com elevado grau de metamorfismo, tais como gnaisses, complexos gnaisso-granito-migmatíticos, metassedimentos e rochas básicas e intermédias pertencentes à era do pré-câmbrico superior e que fazem parte do "Mozambique Belt".

Além disso, pertence ao distrito de Gorongosa as formações do pós-Karoo, resultantes dos fenômenos tectônicos que permitiram a evolução dos sistemas de Riftes da África oriental. É provável que a falha geológica relatada no Rift seja resultado de falhas geológicas ocorridas durante o cretáceo e, posteriormente, no Mioceno, direcionadas para a direção N-S ou NNE-SSE, limitando o grande

vale do Urema, onde depósitos do cretáceo marinho e do terciário estão cobertos por aluviões. (MAE, 2005, p. 3)

○ **Flora**

As pesquisas científicas identificaram três tipos principais de vegetação que mantêm a riqueza da fauna bravia do ecossistema da Grande Gorongosa. Dessa forma, 76% são compostos por savanas, uma mistura de capim e arbustos que favorece a irrigação dos solos. Aproximadamente 14% são de florestas—diferentes espécies de bosques e matas. O restante é capim que sofre com as duras condições sazonais, o que impede o crescimento de árvores. Todos os três tipos estão presentes em todo o sistema, com diversos subtipos e variedades. (Wikipedia Project 2023, p. 1)

A Serra da Gorongosa é composta por florestas tropicais, capim de montanha, floresta de galeria ao longo dos rios e matas e savanas em altitudes mais baixas. Os dois planaltos estão cobertos por um tipo de savana de copa fechada, comum na África Austral, chamado "miombo", uma palavra de origem Swahili que designa a árvore predominante, da genus *brachystegia*. Aproximadamente 20 % do capim do vale está exposto à água durante grande parte do ano. Wikipedia Project, 2023, p. 1)

No PNG, são encontradas 15 paisagens distintas distribuídas pelas quatro regiões fisiográficas identificadas: na região da serra, há pradarias, arbustos, paisagens e formações de montanhas. A região central apresenta paisagens de miombo húmido e seco, floresta mista, paisagem aluvial e inselberg. A região do vale do Rift apresenta uma paisagem fluvial, fluvial, coluvial, paisagem do lago Urema, planalto de Cheringoma e declives em direção ao mar. O planalto de Cheringoma é caracterizado pelo declive em direção ao Rift, calcário, arenito, paisagem argilosa de arenitos, falésias e calcário do planalto de Cheringoma. (MAE, 2005 e MITADER, 2016)

○ **Fauna**

A Gorongosa é, historicamente, conhecida por abrigar um número maior de animais bravios da África, devido à sua produtividade em seu habitat. No entanto, com a guerra civil, muitas espécies foram exterminadas, estando, atualmente, em processo de recuperação, tanto pelo processo natural de reprodução, quanto pela reintrodução. Assm são encontradas cerca de 730 espécies de animais, tais como: Búfalos, elefante, hipopótamo, piva, zebra, Boi cavalo, pala-pala, Gondonga, leão, diversas aves, anfíbios, répteis, zebras, crocodilo, porcos-do-mato, primatas, tubarões, tartarugas, caracois, mariscos e caranguejos, antílopes, gazela grant (*Gazella granti*), o Inhacoso defassa (*Kobus ellipsiprymnus*), Facocero (*Phacochoerus africanus*), Imbabala (*Tragelaphus sylvaticus*) Inhala

(*Tragelaphus angasii*), Cudo (*Tragelaphus strepsiceros*) e muito mais. (MITADER, 2016 e Governo de Moçambique, 2018)

4.2.2 Atrativos turísticos e facilidades

De acordo com Birlo (2015) o parque nacional Gorongosa tem potencial para uma indústria turística lucrativa e sustentável. Possui uma diversidade de ecossistemas, planícies, maciços rochosos, florestas e falésias que constituem uma forte atração turística natural capaz de potenciar o desenvolvimento do território, por via do turismo. Contudo, a base de recursos são os animais de grande porte no seu ambiente natural. Para Biro (2015), estudos feitos no Zimbabwe e noutros locais mostraram que grande parte dos visitantes aos parques nacionais Africanos procura três tipos de experiências com fauna bravia:

- Ver espécies específicas, das quais as mais populares são o Leão, a Chita e o Elefante.
- Ver uma vasta gama de espécies num local durante a visita, que pode durar de um a três dias.
- Ver animais de qualquer espécie em abundância, o que na prática significa animais que formam grandes manadas como o búfalo, boi-cavalo e zebra

O (PNG) é o maior parque nacional de Moçambique e abriga ricos tesouros naturais, incluindo uma ampla diversidade de vida selvagem e ecossistemas variados. Segundo o Governo de Moçambique (2018), as principais atrações do PNG incluem a antiga casa dos Leões, o Miradouro dos Hipopótamos, o centro de educação comunitária e o moderno Laboratório de pesquisa de biodiversidade. Além disso, os visitantes podem se encantar com maravilhas naturais como as falésias calcárias de Cheringoma, as cascatas de Murombodzi, o lago Urema, passeios na comunidade de Vinho e apreciar um pôr-do-sol memorável em Bué Maria. Safári (de barco, de canoa a pé e de carro), remo, observação de aves, jantares na floresta, caminhadas pelas encostas da Serra da Gorongosa e visitas a aldeias locais, ao centro de educação comunitária e ao além de degustação de diversos pratos típicos. Assim diversas modalidades turísticas são desenvolvidas no PNG, que podemos enquadrar nas seguintes tipologias de turismo: ecoturismo, turismo científico, cultural.

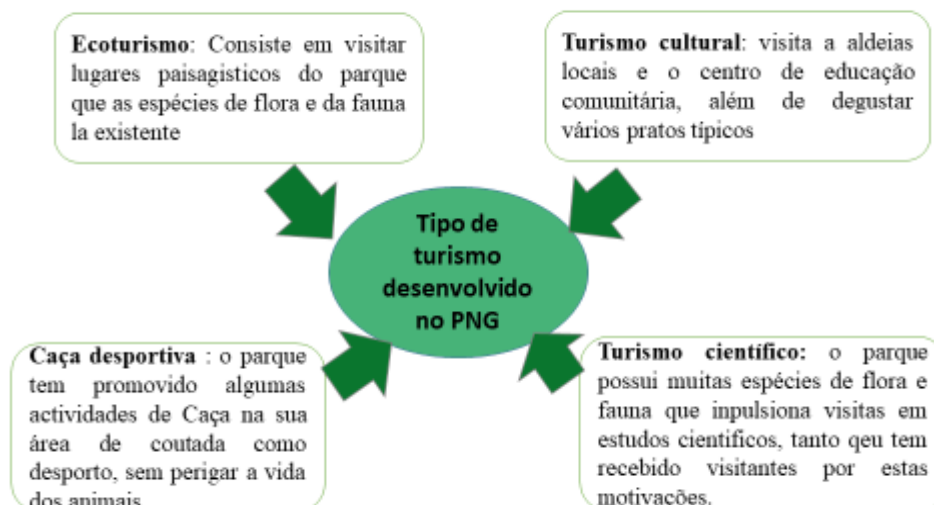


Figura: 32: Tipo de turismo desenvolvido no PNG
Fonte: dados da pesquisa, 2024

O Parque implementou melhorias significativas, incluindo a construção de estradas e outras infraestruturas. Entre 1963 e 1965, as instalações em Chitengo foram ampliadas para acomodar pelo menos 100 turistas. No final dos anos 60, Chitengo já contava com duas piscinas, um bar, uma sala de festas, um restaurante com capacidade para servir entre 300-400 refeições por dia, uma agência dos correios e um posto de combustível, uma clínica para emergências e uma loja vendendo artesanato local (MITUR, 2016).

Por meio da gestão público-privada, as atividades turísticas têm se desenvolvido um pouco mais. Atualmente, o turismo está passando por um significativo avanço em termos de condições necessárias, como boas vias de acesso e infraestrutura hoteleira, fiscalização, capacitação das comunidades locais e aprimoramento da gestão participativa.

No que diz respeito à infraestrutura básica, podemos destacar o seguinte: para acessar o principal ponto turístico - conhecido como Chitendo - são necessárias estradas nacionais que conectam Maputo, Chimoio e Beira ao desvio para o Parque. Para se locomover dentro do parque, são oferecidos *transfers* organizados mediante solicitação, além da possibilidade de entrada de carros particulares que não sejam muito baixos. Adicionalmente, há uma pista de pouso em Chitengo destinada a aviões privados. (Governo Moçambique, 2018).

No acampamento principal, há uma rede elétrica nacional, mas também um gerador para auxiliar em caso de cortes. A comunicação dentro do parque é feita pela rede de telefonia móvel

(Movitel, Vodacom e Tmcel), em perfeitas condições de comunicação. O abastecimento de água é feito por furo, e é potável. Além disso, há uma clínica para atendimento aos funcionários.

Em termos de infraestrutura específica, pode-se dizer que, no interior do acampamento principal, existem três tipos de alojamento: Lodge, acampamento e suplementos. Oferece preços diferenciados. A seguir, o quadro 23.

Lodge		USD
Bungalows Standard	Individual	127
	Duplo	158
Villas T2		373
Garden Rooms	Individual	102
	Duplo	132
Bungalows Premium	Individual	163
	Duplo	193
Villa Premium T2		508
Acampamento		
Tendas equipadas	Individual	55
	Duplo	77
Campismo	Por pessoa\dia	12
Caravanas	Por pessoa\dia	12
Suplementos		
Meia Pensão	Por pessoa	25
Pensão Completa	Por pessoa	50

Quadro 23: Tipo de alojamento e respectivo Preço
Fonte: (Birlo, 2015, P. 3)

4.2.3 Impacto das atividades Turísticas no PNG

O PNG baseia seu turismo na riqueza da fauna e da flora, representada por diversas paisagens, rios, lagos e cachoeiras. São oferecidas várias atividades, como banhos de cachoeira, caminhadas, contemplação de formações rochosas e acidentes geográficos, visita a águas termais de grande beleza cênica, pesquisas em paleontologia, geoturismo, interação com comunidades rurais, degustação de pratos típicos, escalada de montanhas, entre outras.

Segundo dados da revista Destaques da Gorongosa de 2023, as receitas da Gorongosa forma de 26.775.000 dolares equivalentes a 4.772.727 reais que forma provenientes de parceiros de cooperação (62%), fundações, filantropia, doações (33%), Receitas turísticas (4%) e produtos da Gorongosa (1%). As receitas do turismo foram aproximadamente 929.000 de dólares equivalente a 165.597,14 reais, proveniente de hospedagem, refeições e taxas de safári.

As receitas do turismo são divididas da seguinte forma: 20% dos 80% são repassados para as comunidades locais, conforme uma taxa estabelecida por lei, que é investida nas infraestruturas sociais

do parque. O restante é destinado a atividades de conservação, programas de desenvolvimento social e infraestrutura.

É evidente o progresso nas infraestruturas do parque desde o início do projeto de restauração da Gorongosa. Surgiram novos empregos e projetos socioeconômicos para as comunidades, além da restauração e repovoamento da biodiversidade, bem como a valorização dos recursos naturais por elas. Isso se reflete na redução da caça ilegal, do desmatamento e dos conflitos entre humanos e animais.

4.2.4 Avaliação da competitividade turística do PNG

A semelhança da avaliação feita para o parque nacional de Mâgoés foi replicada no PNG. Avaliação da competitividade turística, a partir de 4 dimensões, 13 atributos e 24 critérios. A seguir, apresentamos os resultados das análises realizadas no PNG, representada pela cor laranja, como ilustra o Quadro de número 24

Dimensão 1: competitividade Governamental						
Atributo		Escala				
		1	2	3	4	5
G1	Participação O modelo de desenvolvimento do destino baseado em princípios sustentáveis, ativos e permanentes permite a participação automobilização de todos e, ao estabelecer critérios de atuação, compromete todos os agentes na tomada de decisões	Participação passiva	Participação por consulta	Participação com intrão funcional	Participação interativa	Automobilização
G2	Direção Estratégias definidas com base em princípios de sustentabilidade e horizontes de longo prazo, com diretrizes e Plano de implementação de acordo com o estabelecido e coerente, permitindo o acompanhamento e o feedback na busca de resultados.	Não planificada	Pouco planificação	Planificada	Muito planificada	Estrategica
		Estrutura representativa, instrumentos legais relevantes e participação comunitária, com algumas interações das comunidades participando de planos de ação.				
		A visão estratégica de longo prazo, expressa por diversos instrumentos legais, metas, mecanismos de monitoramento e correção eficazes, apoia a direção estratégica..				

G3	Desempenho Os recursos de gestão são variados, qualificados e permitem a gestão e a operação, de forma sustentável, e são efetivamente utilizados no acompanhamento das ações. A prestação de contas também deve ser transparente, com o uso de meios inclusivos de divulgação de dados.	Mau	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente	Há uma grande quantidade de recursos de gestão básicos, essenciais e extraordinários que são usados de forma efetiva e facilitam a execução das atividades do parque. Os departamentos acompanham as ações e as oferecem a todos os intervenientes, através de uma divulgação adequada a cada público-alvo.
G4	Responsabilidade Governança que proporciona um alto comprometimento dos agentes e uma participação ativa na gestão da UC estimula relações com outros setores para tornar normativo os objetivos estabelecidos.	Tomar decisões de gestão sem consulta	Consultar atores locais e buscar seu consentimento	Negociar acordos específicos	Ceder autoridade e responsabilidade de maneira formal	Reconhecer/transferir autoridade e responsabilidade plenas a atores locais	Todos os envolvidos são responsabilizados, o que melhora significativamente a delegação de autoridade para as comunidades locais, assim como a atribuição de funções e responsabilidades de gestão, uma vez que membros das comunidades ocupam cargos de gestão.
	Governança	Resultado: 17 pontos Máximo 20 pontos					> 15 pontos = estruturado De 9 y 14 pontos = em estruturação < 9 pontos=a estruturar
Dimensão 2: Competitividade estrutural							
CI	Recursos e atrativos Recursos de natureza única, dimensionada e exclusiva para os fluxos turísticos, capazes de motivar e criar expectativa de demanda real e potencial.	Precário	Suave	Marcante	Significativo	Exclusivo	O parque é rico em recursos naturais e culturais em termos de quantidade, qualidade e singularidades, o que proporciona uma oferta turística de alto nível e excepcional.
C2	Infraestrutura A infraestrutura do destino e do atrativo está adequada ao fluxo turístico, acessível facilmente e com capacidade de atender à demanda real e potencial.	Precário	Suportável	Tolerável	Satisfatória	Notável	Infraestruturas básicas adequadas no destino e excelentes estruturas de suporte e atendimento turístico no atrativo, destacando-se pela variedade e qualidade superior.
C3	Demanda O perfil do turista está alinhado às características conservacionistas da UC. O turista está satisfeito com a experiência global de viagem. O nível de gastos diários excederá a 120 usd.	Inadequado	Desarticulado	Timido	Adequado	Integral	São realizados estudos da demanda ideal, com resultados que permitem aferir o seu perfil e elaborar estratégias adequadas às necessidades da UC.

C4	Comunicação Os esforços para a construção de uma boa reputação aliadas às ferramentas de marketing adequadas atendem aos critérios sustentáveis estabelecidos para o destino, com mensagens adequadas que tratem de preservação e educação ambiental.	Inadequado	Desarticulado	Timido	Adequado	Integral	Há uma grande variedade de meios de divulgação com alcance amplo, diversidade e qualidade excepcional, capazes de comunicar tanto em nível nacional quanto internacional, promovendo, dessa forma, uma maior conscientização sobre o produto e uma excelente reputação.
Competitividade estrutural		Resultado =19 pontos Máximo 20 pontos				> 15 pontos = estruturado De 9 y 14 pontos = em estruturação < 9 pontos=a estruturar	
	Dimensão 3: Competitividade Social e cultural						
S1	Benefícios Sociais Desenvolvimento de programas que cria benefícios sociais as comunidades, bem como aos indivíduos em particular e motive a sua participação na conservação da biodiversidade	Muito baixo	Baixo	Medio	Alto	Muito Alto	Encontramos iniciativas de empoderamento e desenvolvimento social muito amplas, diversificadas e positivas, demonstrando o compromisso do parque em assegurar os direitos consuetudinários das comunidades locais de empoderamento.
S2	Impacto na sociedade Desenvolver programas que tragam benefícios sociais às comunidades e aos indivíduos em particular, estimulando a sua participação na conservação da biodiversidade..	Insignificante	Pequeno	Moderado	Grande	Muito grande	Programas bastante significativos e transparentes, que têm um grande impacto na diminuição das diferenças sociais nas comunidades e na sua prosperidade, tanto coletiva quanto individual.
Competitividade Sociocultural		Resultados 9 pontos Máximo 10				Forte: > 8 pontos Moderada: //4 e 7 pts. Débil: < 4 pontos	
	Dimensão 4: Competitividade Ambiental						
A1	Uso Recursos Sistemas eco eficientes de captação, aproveitamento e reutilização de água, com um índice de consumo ideal, baseados em fontes renováveis e limpas.	Mínimo	Basico	Adequado	Satisfatorio	Ideal	A água encanada é composta por um processo de coleta, transporte, tratamento e distribuição proporcionado por um sistema ecoeficiente e um consumo ideal Sua matriz energética é diversificada e baseada em fontes renováveis e limpas.

A2	Produções Limpas Infraestruturas de funcionamento para os visitantes compatíveis, adequando-se à escala, à arquitetura e à paisagem locais, e sistemas ecoeficientes na produção e reutilização de resíduos.	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	A infraestrutura é sustentável e oferece uma ótima adequação arquitetônica e térmica, sem prejudicar o conforto e a qualidade. Sistemas eficazes de gestão de resíduos sólidos, mas sem a opção de reciclagem.
A3	Património Ambiental Leis e regulamentos Ações e mecanismos ideais que permitem delimitar, preservar e proteger a biodiversidade, com programas e ações preventivas e corretivas de alteração da paisagem, bem como a sua recuperação.	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	Possuem limitações espaciais, medidas preventivas e corretivas para controlar a biodiversidade, o que resulta em diversas e excelentes estratégias e programas para a proteção, expansão e restauração da biodiversidade, com uma aplicação efetiva, o que permite controlar a carga turística e não prejudica o ecossistema.
Competitividade Ambiental		Resultado 14 pontos Máximo 15 pontos					Forte: > 13 pontos Moderada: //8 e 13 pts. Débil: < 8 pontos
Competitividade Sustentável do Turismo nas unidades de Conservação (CSTUC)		RESULTADO: 59 pontos Competitividade Forte					Forte: > 45 pontos Moderada: 25 a 44 pontos. Débil: < 25 pontos

Quadro 24: Análise da competitividade sustentável do turismo no PNG

Fonte: dados da pesquisa, 2024

Analisando o quadro a partir dos itens verificados na cor laranja, faz-se uma análise dos atributos do PNG com base na pesquisa de campo realizada.

4.2.4.1 Dimensão 1: Competitividade governamental

○ Participação

A administração de qualquer área preservada envolve uma variedade de intervenientes, ferramentas e autoridades, operando em diferentes níveis de normas e tomada de decisões – desde estruturas de políticas globais até acordos financeiros nacionais e planos regionais, e até mesmo nas decisões diárias envolvendo os setores económico, social e ambiental. (Borrini-Feyebend et al 2020). Por conseguinte, é crucial ter em mente esses princípios ao examinar o procedimento de envolvimento e as estruturas representativas das UCs

O PNG passou por uma restauração significativa, sendo financiado pela Fundação Car. A entrada da Fundação Car no parque possibilitou que a gestão do PNG se tornasse uma parceria público-privada com o governo de Moçambique. Inicialmente prevista para 20 anos, essa parceria foi

prorrogada em 2018 por mais 25 anos, agora com término em 2045. Além disso, a composição da estrutura representativa dos órgãos de gestão do PNG foi reorganizada e atualmente constituída por vários intervenientes. Vide o organograma.

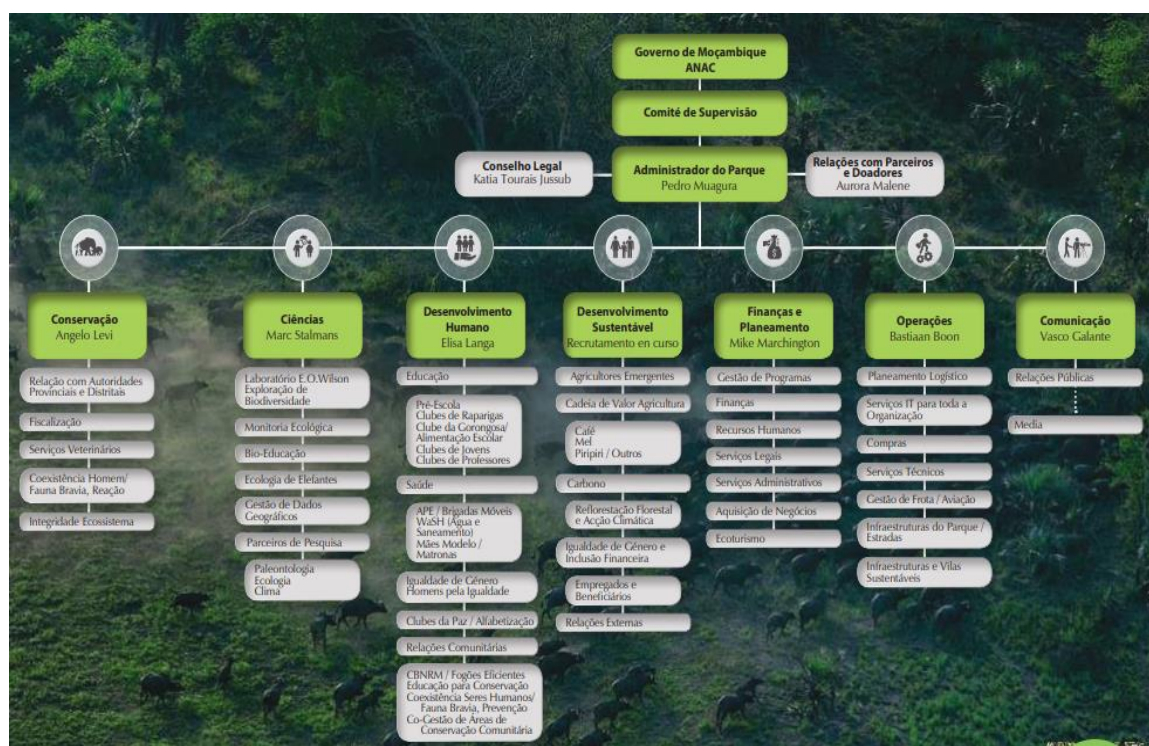


Figura 33: Organograma do PNG

Fonte: (PNG, 2021, p. 17)

O organograma mostra que estes intervenientes são: 1. **Governo de Moçambique representado pela ANAC**; 2. **Comitê de Supervisão** que engloba cinco intervenientes: (Representante do MITADER, Representante da Fundação Car, Representante da liga dos direitos humanos e empoderamento da mulher, Administrador do parque e diretor geral da ANAC) 3. **Administrador**; 4. **Conselho de administração do parque**, com a seguinte representações: (dos comitês de gestão de recursos naturais; os técnicos provinciais, igrejas ou congregações religiosas, administradores distritais, comerciantes, academia) 5. **departamentos**: (conservação, ciências, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, finanças e planeamento e operações e comunicação).

Ao diversificar e fortalecer a governança das áreas protegidas e implementar processos mais interativos para envolver todos os interessados, é possível promover maior coesão na consecução das

estratégias e metas do parque. Isso ocorre porque nenhum desses elementos será eficaz se atuar isoladamente.

O funcionamento do parque é contínuo, no período de 10 de abril a 15 de novembro. O direcionamento das atividades do parque, assim como as atribuições e responsabilidades dos órgãos gestores estão estabelecidos em diversos instrumentos, tais como: Acordo de longa duração (LTA) firmado entre o Estado e a Fundação Car, estatuto geral do funcionário público, Lei de Conservação, Plano de Manejo, plano estratégico para implementação de projetos, Regulamento interno e estatuto do fiscal.

As áreas protegidas tomam diversas decisões, reagindo a oportunidades e ameaças que possam afetar sua integridade ecológica, bem como sua importância social e cultural. Em linhas gerais, essas entidades fazem parte das estruturas de gestão do Parque Nacional da Guarda (PNG), onde deliberam continuamente com base em suas responsabilidades:

Intervenientes	Responsabilidades	Tipo de decisões
ANAC:	Alinhamento do parque com a política do Ministério da Terra e Meio Ambiente, consequentemente com as políticas do governo. Faz a coordenação, planejamento, financiamento, operação, monitoramento e avaliação	Decisões estratégicas e deliberativas, com muita influência no decurso do funcionamento do parque.
Comité de Supervisão	Prestar assessoria sobre o plano da UC, que inclui todos os projetos aprovados, pode interromper iniciativas nocivas de desenvolvimento	As sua decisões são mais deliberativa estratégica e táticas
Administrador	Faz a gestão administrativa do parque, define estratégias	Decisões deliberativas e cotidianas. Avalia resultados e desempenhos
Conselho de administração:	Responsáveis pela envolvimento sócio-económico comunitário da sociedade civil, nos processos de gestão do parque,	Com decisões mais colaborativas, informacionais, com alguma deliberação, pelo nível de entrosamento comunidade-parque
Os departamentos	Desenvolvimento das actividades para alcance dos objetivos e das metas	Decisões, deliberativas integradora, táticas e operacionais em todas a extensão do parque, contudo limitante as suas funções e atribuições, evitando conflito de interesses

Quadro 25: Responsabilidade dos intervenientes no PNG
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

○ **Direção**

Governos, agências de financiamento, órgãos reguladores e outros interessados têm interesse no estabelecimento de estratégias de longo prazo para as áreas protegidas, visando alcançar as metas e objetivos definidos. Ao analisar as informações do PNG, é possível observar que ele possui uma visão estratégica incluída no plano de manejo, no planejamento estratégico, na LTA e em vários

documentos normativos, sendo implementada pelos departamentos de forma a garantir a satisfação das partes envolvidas e preservando a equidade.

Em sua missão de "garantir a restauração e proteção da biodiversidade, dos processos naturais do PNG e sua zona tampão, além de contribuir para o desenvolvimento e redução da pobreza por meio de uma abordagem integrada envolvendo educação, acesso melhorado à saúde, práticas agrícolas mais sustentáveis e o desenvolvimento do ecoturismo com base na recuperação da biodiversidade e nos processos ecológicos", todas as atividades e conquistas estão alinhadas com a grande estratégia de "desenvolver uma economia verde em torno do PNG, tendo como base um ecossistema saudável e intacto". Essa estratégia inclui cinco grandes linhas de atuação: conservação, comunidade e saúde, ciência, mídia e sensibilização, agricultura e apoio operacional, refletindo a ambição institucional de consolidar, fortalecer e expandir a conservação.

Assim como ocorre no PNM, para lidar com o turismo e a conservação de maneira eficaz, os gestores seguem normas internacionais, nacionais e locais: convenções, regulamentos e diretrizes para áreas protegidas estabelecidas desde os anos 1970 que têm auxiliado nos processos de gestão. Como retrata a figura 36.

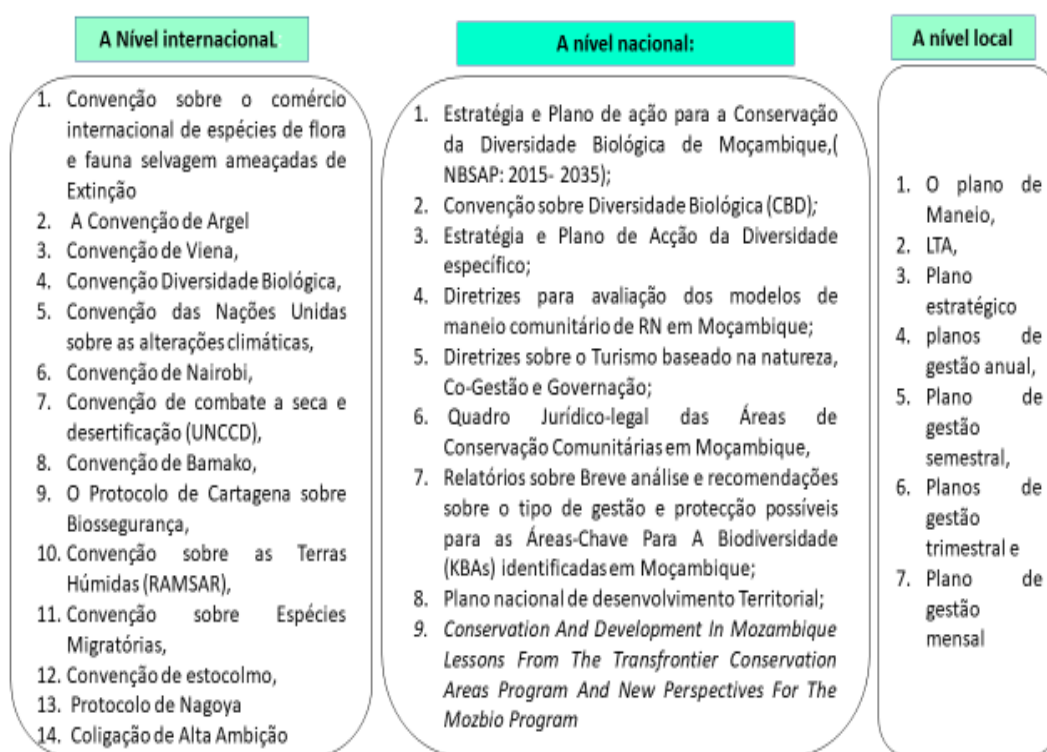


Figura 34: Convenções, normas e diretrizes de áreas protegidas que afetam o PNG
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Quando se trata dos prazos desses instrumentos, podemos afirmar que eles têm perspectivas de longo prazo. Consulte a tabela abaixo.

Instrumento	Horizonte temporal	Início e fim
Acordo de longa duração (LTA) ¹⁰	45 anos	2008-2045
Plano de Maneio	10 anos	2016-2026
Plano estratégico	5 anos	2018-2024

Quadro 26: Horizonte temporal dos planos do PNG

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Assim, todos os planos são de longo prazo e possuem objetivos e formas de implementação, o que reafirma o compromisso com os processos de gestão institucional para alcançar um desempenho superior ou avanços significativos nos níveis de desenvolvimento da UC, que sejam coerentes e bem articulados, respeitando as obrigações nacionais e internacionais e direcionando os resultados de maneira adaptativa e alinhada com as metas anuais acordadas do parque, levando em consideração a complexidade, tendências e incertezas da realidade do mundo e do país.

As diretrizes e estratégias da UC estão presentes tanto no Plano Estratégico, no plano de manejo e no acordo de longa duração quanto nos planos mensal, trimestral, semestral e anual. Neles são igualmente contempladas as metas mensais, trimestrais, semestrais e anuais correspondentes. Vide a figura abaixo com exemplo das estratégias, metas e forma de alcance.

¹⁰ O acordo de longa duração foi assinado em 2008 com a duração 20 anos, contudo em 2018 foi acrescido mais 25 anos, cujo fim será em 2045

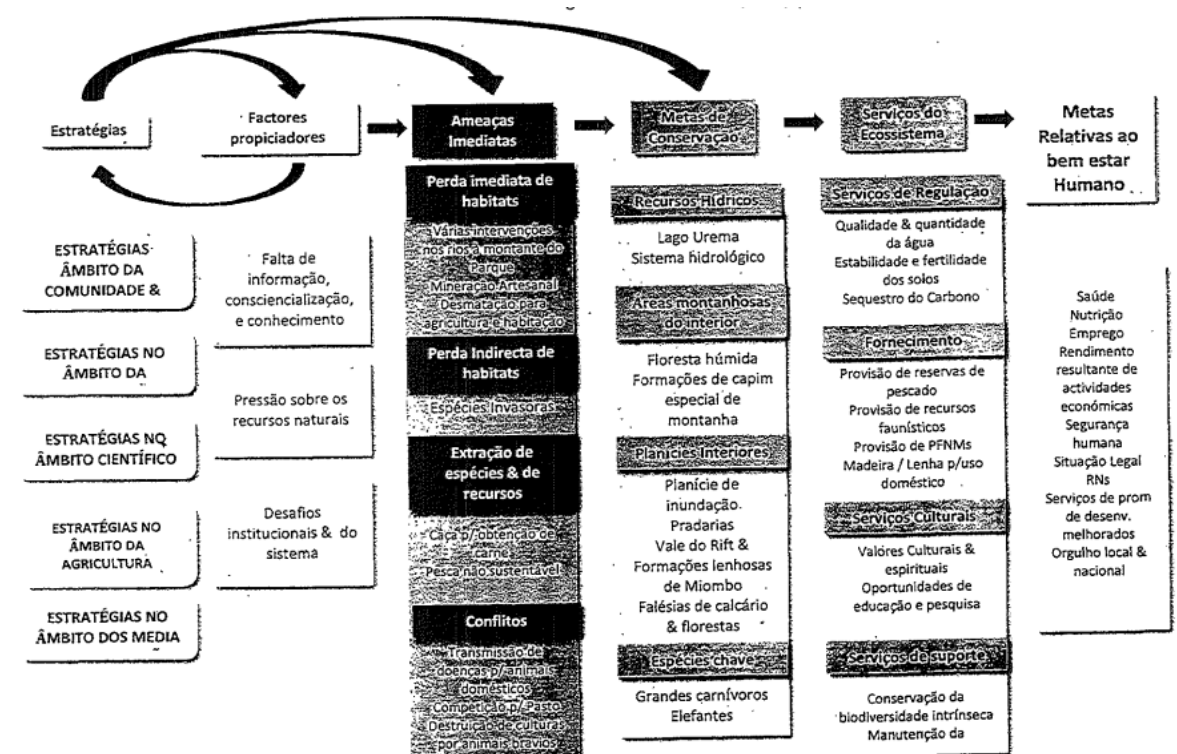


Figura 35: Estratégias e metas do PNG

Fonte: (PNG, 2015, p.547)

A título de exemplo, temos as estratégias delineadas nas áreas da conservação; comunidade e saúde; ciência; mídia e conscientização; agricultura e suporte operacional; cujos respectivos objetivos traçados serão alcançados de várias maneiras dependendo de sua especificidade.

Como exemplo, temos que a meta de promover o “bem-estar humano” será ampliada mediante a criação de empregos permanentes no setor do turismo, enquanto as metas de conservação serão alcançadas por meio da aplicação da lei e de iniciativas de conscientização e educação junto às comunidades.

Os parques e as regras que os regem são realidades dinâmicas suscetíveis a desafios, mudanças e ajustes contínuos, sendo crucial acompanhá-los por meio de processos de monitoramento e avaliação para garantir o cumprimento das metas estabelecidas. Nesse contexto, conforme apontam as análises realizadas no PNG, o parque conta com dois tipos de avaliação da implementação das estratégias: Avaliação e acompanhamento interno e Avaliação e acompanhamento externo. Vide a figura



Figura 36: Formas de avaliação da implementação das estratégias no PNG:
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Assim, os resultados/feedback dessas avaliações e acompanhamentos são elaborados por meio de relatórios (mensais, trimestrais, semestrais e anuais), matrizes de avaliação, considerando as respostas da avaliação externa e as melhorias recomendadas propostas pelo METT, uma ferramenta concebida pela ANAC para avaliar a efetividade de Gestão da UCs em Mocimboa do Ocidente. Além disso, esses resultados são compartilhados nacional e internacionalmente por meio do folheto "Destacados da Gorongosa", publicado anualmente.

As decisões de nível interno são compartilhadas por todos a partir de duas vias: fichas internas e email para decisões de cunho institucional restritivas, como a expulsão de um funcionário. E email, *Facebook, instagram e web site Gorongosanet.com.mz.* para decisões de carácter coletivo como participar de uma feira nacional ou outro tipo de encontros.

Os departamentos dão feedback aos seus superiores hierárquicos, que são administradores e comité de supervisão. O administrador, por sua vez, dá conta à ANAC, aos doadores e ao parceiro. Os departamentos coordenam as atividades e pedem dados aos seus chefes de programas existentes em cada departamento. No âmbito da província, são fornecidos conta ao director provincial do ambiente e à directora de serviços provinciais do ambiente.

Para as comunidades o acompanhamento é contínuo através do departamento de desenvolvimento humano, que o faz através de reuniões nos comités de gestão, partilhando alguns documentos e actas.

○ **Desempenho**

A governança deve garantir que as áreas protegidas estejam bem integradas ao ecossistema como um todo e à sociedade do entorno, mas também um uso pleno dos recursos e capacidades disponíveis, que viabiliza as decisões com boas chances de serem amplamente compreendidas, valorizadas, respeitadas e alcançadas. Observando a dinâmica do PNG, e os recursos neles pode-se afirmar que elas possuem:

Recursos materiais: O parque possui uma frota de mais de 100 carros para o patrulhamento e atividades de gestão do parque. Há 22 barcos, uma aeronave C9-UG e uma infra-estrutura adequada para atender às necessidades dos departamentos e ao seu funcionamento. No entanto, não são suficientes. Ainda é necessário um gabinete do administrador, além de mais barcos, aviões, drones para patrulhas e niveladoras para a abertura de estradas e picadas. Considerando as necessidades ainda existentes, constituem-se projetos do PNG a construção de um novo escritório de operações em Chitengo, a conclusão de uma unidade habitacional para gestores com oito quartos, uma residência de diretor, nove casas de gestores seniores e uma residência para enfermeiros.

Recursos humanos: O Projeto da Gorongosa conta com mais de 700 colaboradores permanentes e cerca de 400 colaboradores temporários. Além disso, existem mais de 1.000 membros das comunidades locais que são recompensados por sua contribuição para diversos projetos existentes. Montebelo, o parceiro turístico, emprega a maior parte dos seus funcionários nas comunidades da zona Tampão. Esses programas e projetos tornam o parque da Gorongosa e suas empresas associadas o principal empregador da região. PNG (2020). No entanto, há perspectiva de contratação de Senhoras com capacidades para equilibrar o género.

Os recursos financeiros: os atuais permitem a manutenção do funcionamento do parque para alcançar seus objetivos mais importantes. A Fundação Carr e seus parceiros estão estreitando os laços para investir na construção, reabilitação e funcionamento do parque em todas as suas dimensões, permitindo que haja receitas para todos os envolvidos.

Deste modo o parque possui diversidade das fontes de financiamento que são divididos em duas proveniências: **Dos parceiros:** Fundação Car, USAID, Embaixada do Canadá, Irlanda, Reino dos Países baixos, União Europeia, Fundação OAK, *National Geographic*, *The wildcat foundation*, GEF UNDP, *Rainforest Trust*, *Zoobiose Erthranger*, Camões instituto de Cooperação e da língua de Portugal e **da Clube empresarial da gorongosa** que contempla empresas como: Anadarko, Nedbank, Absa, BCI, *Inter-Rent*, *Jat*, ENH, CPMZ, Embaixada De Portugal, Vieira de Almeida, Aeroportos de

Moçambique, Barclay, Grupo Entrepasto, Natura, Montebelo Gorongosa, Millennium BIM, Soico, Standard Bank, TECNEL, Rizwan Adatia, Transcrane, Vumba, Clinicare. A imagem é ilustrativa.



Figura 37: Fontes do financiamento do PNG

Fonte: (PNG, 2022, p.43)

A seleção de funcionários capacitados nos parques é crucial, e essa relevância é ainda maior se o colaborador for membro da comunidade e estiver ocupando um cargo de liderança, uma vez que isso facilita o envolvimento de detentores de direitos e interessados diretos em diferentes níveis de tomada de decisão. Em relação ao PNG, pode-se dizer que este tem profissionais de todos os níveis de escolaridade. Pós-doutoramento, doutoramento, mestrado, mestres licenciados, ensino técnico. Nível médio, básico, elementar e primário, ela tem uma política bastante clara em relação aos recursos humanos. Os recrutamentos são baseados nas qualificações académicas de cada indivíduo, mas são submetidos ao treinamento interno para adaptação ao cargo.

Um dos obstáculos enfrentados pelo parque é oferecer oportunidades de trabalho aos habitantes locais, observando a harmonia de gênero e cargos compatíveis com as qualificações. Dessa forma, podemos encontrar nos órgãos de gestão do parque membros das comunidades ocupando posições de gestão, táticas e operacionais. No entanto, há poucos em posições estratégicas, como demonstrado pelas imagens.



Figura 38: Comunidades locais em posições tácticas e operacionais
Fonte: (PNG, 2020, p. 39)

A gestão participativa e eficaz das UCs é representada pela garantia da transparência, com os detentores de direitos e os interessados tendo acesso adequado a informações sobre: o que está em jogo na tomada de decisões, quais processos e instituições podem exercer influência, quem é responsável e como essas pessoas devem prestar contas, bem como as áreas de responsabilidade e relatórios/prestações de contas (Borrini-Feyerabend et al, 2013)

Nesse aspecto, é importante salientar que existe um processo de prestação de contas no parque, onde ela presta contas a todos os intervenientes, ao Ministério de Terra representado pela ANAC, à fundação Car, aos doadores e parceiros ao nível da província, prestam contas ao diretor provincial do ambiente, à diretora de serviços provinciais do ambiente. (todos os intervenientes são partilhadas informações por meio de relatórios trimestrais, semestrais e anuais) que são enviados fisicamente ou via email. As comunidades são informadas por meio de reuniões técnicas e workshops.

○ Responsabilidades

De acordo com o PNG (2021) os intervenientes do PNG possuem as suas *responsabilidades*, descritas da seguinte forma:

ANAC: vela pelas normas de conservação, supervisiona a aplicação das leis de conservação, fazem a coordenação das deliberações, desenha e aprova as taxas de entrada, aprova a construção de infraestruturas sociais.

Comité de Supervisão: aprova e reprova novos doadores para o parque, faz a gestão dos recrutamentos dos gestores seniores, faz a renovação dos memorandos com outras organizações.

Administrador: faz a gestão administrativa do parque, ele tem uma posição definida na Lei Moçambicana. O administrador do parque conecta o projecto à Administração nacional de áreas de conservação (ANAC) e participa das suas reuniões. Dessa forma, o parque está alinhado com a política do Ministério da terra e meio ambiente. Em todos os níveis de governo, mantemos contacto com outros ministérios, entre outros, Educação, Saúde e Agricultura, conforme apropriado.

Conselho de administração: responsáveis pelo envolvimento socioeconómico comunitário da sociedade civil, nos processos de gestão do parque.

Departamento de conservação: supervisiona a implementação de ações de gestão da paisagem natural e dos ecossistemas protegidos e área em redor do parque, ela inclui programas como: *Fiscalização*, na qual o fazem numa área de 12000 km²; *gestão da fauna bravia*, monitora as espécies protegida e pela reintrodução de animais; *treinamento* de veterinários da fauna bravia, fiscais, advogados, promotores e membros do aparelho judicial, em matéria de lei de conservação. *Integridade, ecossistema e coexistência humana-vida selvagem*-supervisionam parcerias e projectos comunitários que usam estratégias como cerca de colmeias, silo a prova de elefantes, e áreas vedadas à prova de predadores para contribuir para uma coexistência saudável entre seres humanos e fauna bravia; *tecnologia de conservação*-inclui ferramentas de pontas para testes de campo e integração de vários conjuntos de dados para a gestão do parque em tempo real.

Ciência: este departamento é responsável por gerar informação necessária para a conservação a longo prazo da paisagem do parque. Ela é implementada a partir de 6 programas científicos: levantamento da biodiversidade, programa de ecologia dos elefantes; mestrado em biologia de conservação; exploração paleontológica e local de escavação; contagem aérea de fauna bravia e *workshop* de mulheres na conservação.

Operações: responsáveis pela gestão de principais atividades como logística e compras, tecnologias de informação, frota, oficinas, infraestrutura, engenharia e aviação.

Desenvolvimento humano: responsável pelas relações e gestão comunitária de recursos naturais e programas de governança comunitária. Estes incluem programas de educação comunitária para conservação, programas de coexistência entre seres humanos e fauna-bravia; programa de assistência de saúde, e saúde digital, programa de água saneamento e higiene, programa de clubes dos professores, programa de alimentação escolar, clube rapariga e pré-escola.

Desenvolvimento sustentável: responsável pelo uso sustentável dos recursos e criação de alternativas comunitárias de empoderamento. Envolve programas de agricultura de conservação, promoção de caprinocultura, piscicultura, artes e ofício, empreendedorismo social, produtos naturais da Gorongosa, sequestro de carbono, reflorestamento e ação climática, igualdade de género e inclusão financeira, empregabilidade e benefícios e relações externas.

Finanças e planeamento: é um centro de assessoria na gestão de doações, orçamentos, contrato e questões financeiras de planeamento, e administrativa em geral. fortalecer a capacidade financeira do parque bem como a gestão de projeto de restauração da Gorongosa, através da melhoria do sistema financeiro e administrativo, adopção de soluções de negócios inteligentes, gestão de recursos humanos, facilita o processo de planeamento anual.

Comunicação. Tem como função partilhar as histórias da Gorongosa com o público local, nacional e internacional. A nível da província: coordena as actividades, pela inserção do parque aos distritos

Para manter a autoridade, o PNG emprega um sistema departamentalizado e conta com profissionais qualificados em todos os setores, garantindo a confiabilidade nas tarefas, delegação e manutenção da responsabilidade. Além disso, a seleção dos funcionários é baseada em nível e área de formação: o Administrador do Parque é licenciado em conservação e o Diretor de Administração e Finanças é graduado em administração. o Diretor dos serviços científicos é doutorado, o diretor de Conservação é Mestrado em conservação e a responsável de logística e compras operações é mestre em administração de empresas (MBA) e a diretora do desenvolvimento humano e meios de vida é licenciada. O estor do programa de governação e recursos naturais com base comunitária é licenciado em Gestão ambiental e desenvolvimento comunitário. Por fim, o diretor de comunicação é mestrado.

4.2.4.2 Dimensão 2: Competitividade estrutural

○ Atrativos

Os recursos naturais do parque são compostos por recursos faunísticos, florísticos, paisagens pitorescas, vales, serras, planaltos cachoeiras, rios e riachos, rochas, gnaisses, floresta savanas--uma combinação de capim e arbustos, diferentes tipos de bosques e matas, aluviais, *inselberg*, arenito, paisagem argiloso de arenitos, falésias, calcárias e uma temperatura amena. De forma específica temos:

Clima: está ameno e agradável.

Relevo: A planície (na região do Chitengo e do lago Urema), planaltos (Plataforma planáltica de Cheringoma, Planalto de Mengere e) e montanhas (Monte Gorongosa e) Vale (Grande Vale do Rift Africano) Rochas (rochas com elevado grau de metamorfismo, como gnaisses, complexos gnaisse-granito-migmatíticos, incluindo metassedimentos e rochas básicas e intermédias pertencentes à era do pré-cambriano superior e que fazem parte do "Mozambique Belt")

Fauna: Búfalos, elefantes, hipopótamos, Piva, Zebra, Boi-cavalo, pala-pala, Gondonga, Leão, além de diversas espécies de aves, como anfíbios, répteis, Zebras, Crocodilos, porcos-do-mato, primatas, tubarões, Tartarugas, Caracóis, mariscos e caranguejos.

A flora é composta por capim e arbustos, o que favorece a irrigação dos solos. 14% são de florestas—diferentes espécies de bosques e matas. O restante é composto por gramíneas sujeitas a severas condições sazonais, o que impede o crescimento de árvores.

Paisagem: São 15 paisagens pitorescas, distribuídas em quatro regiões fisiográficas distintas: na região da serra, há pradaria, arbustos, paisagens e formações de montanhas. A região central apresenta paisagens de miombo húmido e seco, floresta mista, paisagem aluvial e *inselberg*. Na região do vale do Rift, encontramos paisagens aluviais, fluviais e coluviais, como o lago Urema, o planalto de Cheringoma e os declives em direção ao mar. Planalto de Cheringoma: podemos encontrar um declive em direção ao rift, calcário, arenito, paisagem argilosa de arenitos, falésias e calcário do planalto de Cheringoma.

Quedas de água: cascatas de Murombodzi.

Rios, lagos, riachos e cachoeiras: a bacia do Zambeze e a bacia de Nhandungue, que se ramifica em diversas bacias secundárias, como o rio Zuni; Chineziua; Sambazo; Corone; e seus afluentes, os rios Mueredze; Mussambizi; Massapassu e Nhagutua, que escoam suas águas para o sistema fluvial lacustre do Urema.

Serras: serra da Gorongosa, onde é frequente notar grandes afloramentos de granito, cercados por florestas sempre verdes. Um maciço de 20-30 km de extensão, que se ergue a 1865 metros acima do nível médio do mar.

Grutas e cavernas: grutas de Kodzué.

Lugares de observação da flora e fauna na Gorongosa: a antiga Casa dos Leões, o Miradouro dos Hipopótamos, as falésias calcárias de Cheringoma, as cascatas de Murombodzi e o lago Urema.

A diversidade é significativa, pois tem cerca de 730 espécies de animais, um total de 15 paisagens diferentes espalhadas pelas quatro regiões fisiográficas mapeadas, o que o torna um dos melhores da África. Apesar de compartilhar recursos comuns com outros parques, este também apresenta recursos únicos e originais, como a serra da Gorongosa, planalto de Cheringoma, cachoeiras de água termal, a casa dos Leões, o Miradouro dos Hipopótamos, o Centro de Educação Comunitária e o moderno Laboratório de Pesquisa da Biodiversidade. Acampamentos de Chicare e Muzimo, que são excepcionais para a contemplação da fauna e flora, como ilustra a figura 39



Figura 39: Recursos naturais do PNG
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

O PNG oferece excelentes condições para a prática de diversas atividades físicas, tais como Pedestrianismo, Balonismo, Espeleologia, Ciclismo de montanha, Canoagem, Pesca, práticas esportivas na terra, como escalada de montanhas, rappel, Safari fotográfico, Práticas de geoturismo, passeios à comunidade de Vinho, cultivo de mel, café e piri-piri, e o pôr-do-sol em Bué Maria, que deixam uma impressão inesquecível. A promoção de passeios a pé, de bicicleta, em veículos por todo o território, usando rotas existentes ou criando novas (desde que não causem danos ao meio ambiente); e também a interpretação do património cultural.

No que diz respeito aos recursos culturais, é possível encontrar uma grande variedade e originalidade de recursos, tais como obras de arte e técnica, locais turísticos, ruínas, manifestações e crenças populares, feiras e mercados, música e dança, artesanato e artes populares, comida e bebida típicas, grupos étnicos e arquitetura popular e espontânea.

Locais espirituais: Serra da Gorongosa-Este lugar tem uma mata considerada sagrada pelos moradores, onde pode-se encontrar várias árvores sagradas e medicinais, exemplo temos a árvore sagrada Mutondo.

Usos e costumes: cultos aos antepassados, o curandeiro que serve de elo de ligação entre os espíritos dos antepassados, cerimônia tradicional para invocar os espíritos.

Locais históricos: Lagoa Madjoca, é uma lagoa com mistérios que vão desde o desaparecimento de todos os que consomem a sua água até o surgimento, a partir da mesma água, de sinais fenomenais. A Lagoa Bunga possui águas quentes e é possível obter sal (cloreto de sódio) poço com água quente de Bué-Maria, a base Nhandonde foi a primeira base militar da FRELIMO durante a luta de libertação nacional em Gorongosa.

Dança: Marrabenta, Chinguerre, N'ketekete, N'jole, Mapaza, Mafúe aos variados ritmos tocados por instrumentos como marimbas e tambores, fazendo-se acompanhar pelas danças e canções tradicionais dos diversos grupos locais. As danças geralmente são utilizadas para diversão, mas frequentemente utilizadas para expressar a satisfação coletiva por uma campanha agrícola bem-sucedida ou uma cerimônia de lobolo¹¹, nascimento, festa na aldeia, celebrações de tristeza ou adoração, como em ocasiões de falecimentos ou pedidos de sorte aos espíritos para lidar com uma epidemia, praga ou seca prolongada.

¹¹ Casamento tradicionais em Moçambique

Música: Chinguere utilizando diversos instrumentos musicais, como Nhacatangali, uma espécie de flauta tradicional. Os outros instrumentos produzem som a partir de toques manuais, como o Batuque, a Marimba, a Valsa, o Bangue e a Nhacaembe.

Feiras: para comercializar mel, café, galinha, cafreal e legumes.

Artesanato: canoas, esculturas, cestos de palmeiras, ou seja, artesanato feito com madeira, barro, palha ou madeira.

Refeições: Xima de Mapira, Mexoeira e Milho, peixe Marora, Ntsomba, Corvina e Ngongue de cabrito.

Bebida: Nipa, Maheu e Utchema.

Grupos étnicos: Sena e Xi-Gorongosi.

Eventos artísticos: teatro e dança tradicionais, maratona da selva, que envolve vários turistas, olimpíadas de matemática, de física e cultura geral, envolvendo as comunidades.

O parque pode ainda promover pequenos eventos ligados à degustação da gastronomia local e do artesanato que divulguem os produtos locais, contribuindo não só para a criação de rendimentos como também para a preservação do património natural e cultural;

○ **Infraestrutura**

As infraestruturas são fundamentais para o crescimento do turismo, seja no destino-que, geralmente, está ao redor do parque, na zona tampão ou nas vilas distritais que servem as comunidades locais, mas que o turista pode usufruir, ou no atrativo-que, por sua vez, é nos acampamentos criados para isso. Esses serviços podem ser encontrados tanto no cruzamento do Inchope, Vila da Gorongosa e Localidade de Pungue, locais próximos ao parque, quanto na área da zona tampão, conforme indicado na figura 42.



Figura 40: Descrição das Tipologias Infraestrutura turística do PNG
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Considerando o seu potencial, o parque está desenvolvendo e ampliando a rede de alojamentos na zona tampão, através da construção de um centro de desenvolvimento comunitário, que incluirá um restaurante comunitário.

Em relação às instalações do parque, (do destino) é possível notar um progresso significativo. Foram construídos três acampamentos: **Chitengo** é o mais importante e concentra todas as atividades de administração, incluindo o alojamento dos funcionários, e oferece todos os serviços básicos de alimentação pelo restaurante. Para os visitantes, o acampamento oferece serviços de camping (com opção de levar sua própria, com pagamento individual) e bungalows, que são construídos com materiais convencionais e cobertura de caniço. O parque disponibiliza acomodações em 9 bungalow de padrão e 6 de luxo, todos equipados com banheiros privativos e ar condicionado. Há ainda seis quartos no jardim, que incluem banheiro privado, mosquiteiros e um ventilador de teto. O acampamento tem casas de banho com água corrente, canalizada e quente, pontos de energia e um *lounge* comum.



Figura 41: Infraestrutura do Acampamento de Chitengo
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

No acampamento de **Muzimo**: existe oferta de alojamentos luxuosos feitos de madeira e tenda, possui seis tendas elevadas do estilo baduino com *decks* privativos dos quais pode observar o rio Mussicadzi e cada suíte isolada oferece camas king size, banheiros privativos e lençóis de qualidade, telas mosquiteiras, estações de chá e café e ventiladores – além de muita serenidade e renovação espiritual. Este local possui igualmente área de jantar central com *deck* de observação de caça à sombra, bar, salão, Wi-fi e piscina.



Figura 42: Acampamento do Muzimo
Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

No acampamento de **Chicare**: os alojamentos são mais selvagens constituídos por tendas luxuosas. São estilo de acampamento com mínimo impacto ambiental e com o conforto, amenidades e serviços, normalmente não associados ao campismo tradicional. O parque possui 6 Tendas em lona (total de 12 camas individuais) com rede mosquiteira, casa de banho e chuveiro exterior privado (ao verdadeiro estilo safari c/água aquecida) nelas possuem área lounge e refeições exterior, comum preparadas por um chefe dedicado ao acampamento, ela opera a energia solar, cada tenda está preparada com portais USB para fornecimento de energia, cobertura de rede móvel local (errática) e segurança do acampamento que é assegurada por membros da equipa de Fiscalização do Parque



Figura 43: Acampamento de Chicare
Fonte: (PNG, 2020, p.1)

Os procedimentos de administração das instalações são divididos em dois tipos: o primeiro, que se refere aos alojamentos do acampamento Chitengo, administrado pelo grupo Montebelo, e o segundo, que abrange os acampamentos de Muzimo e Chicare. Os custos para hospedagem variam de 30 a 900 dólares, equi (6 a 175 reais), sendo o mais elevado o quarto *Wild Camp* (chicare). Todos os acampamentos têm um restaurante/cozinha próprio, que serve pratos internacionais e nacionais. Contudo, é necessário aprimorar o cardápio da gastronomia regional.

O acesso para a o interior do parque é feito por uma estrada vicinal, enquanto o acesso para a zona de safari é feito por picadas. O parque tem uma pista de pouso em Chitengo, para aviões

particulares. A sinalização é excelente tanto no interior do acampamento quanto na área de safári, permitindo um acesso fácil.

○ **Demanda**

Segundo Tinley (1977) citado por (Biro, 2015) o PNG recebe turistas vindo dos países vizinhos africanos (África de Sul, Zimbabwe, Malawi, Zâmbia, Congo, Nigéria); Países asiáticos (China, Índia, Japão); Europa (Portugal, Inglaterra, Espanha, Itália, Alemanha, Gale, Finlândia, Holanda e Dinamarca) e também os países americanos (Brasil, México e Estados Unidos). Mas também não podemos ignorar os turistas nacionais, que, de acordo com os dados das entrevistas, são a maioria, seguidos pelos sul africanos. A maioria dos visitantes vem em casais ou amigos e há um equilíbrio entre homens e mulheres. A faixa etária mais frequente é entre 25 e 60 anos. No entanto, é importante considerar o aumento do número de visitantes com mais de 60 anos, o que tende a ocorrer. Os visitantes permanecem por cerca de três a sete dias e têm despesas diárias em torno de 6000 mt, o equivalente a 413,79 reais.

Os dados mostram que, em termos de fluxos turísticos, eles começam a surgir a partir de abril, tendo início no período de páscoa a 15 de dezembro. O pico é nos meses de julho, agosto e setembro. O parque possui pesquisas de satisfação dos visitantes, realizadas a partir do formulário preenchido ao deixar a unidade habitacional. Ao avaliar a resposta, nota-se que ela varia de muito bom a excelente, o que indica satisfação ao utilizar os serviços do parque.

○ **Comunicação**

Ao reconhecer sua importância em proporcionar benefícios recreativos, as UCs são encarregadas de divulgar e comunicar com seus públicos específicos, compartilhando atrativos e experiências para atrair e incentivar um turismo mais conservacionista. O PNG tem um sistema de comunicação polivalente, com o objetivo de atingir diversos públicos. O departamento de comunicação e mídia é responsável pelas atividades de divulgação e comunicação com os diversos envolvidos. Este recurso emprega diversas formas:

Impresso: são as brochuras, *flyers*, copos, camisetas, boné e boletim informativo bilingue. O parque também incentiva e apoia a produção de livros sobre turismo em Moçambique e em Gorongosa, bem como artigos de imprensa em renomados veículos de comunicação internacionais sobre o Projeto da Gorongosa.

Eletrónico: Através do seu site (<https://gorongosa.org/>) e das suas páginas nas redes sociais - como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *LinkedIn* e e-mail. O parque faz a divulgação através filmes produzidos pela média da Gorongosa, produtora interna que produz filmes de alta qualidade, educacionais, de longa e curta-metragem que promovem a sensibilização do público sobre a Gorongosa quer em Moçambique quer em todo o mundo (exemplo do filme “A Nossa Gorongosa Um Parque para o Povo” é um filme premiado e produzido pela Gorongosa Média e *Tangled Bank Studios do Howard Hughes Medical Institute*), documentários (documentário *Inside Africa*” feito pela CNN), vídeos, series (exemplo da “A NOVA”, é a série científica transmitida pela PBS, com título “*Nature’s Fear Factor*” - uma produção do HHMI *Tangled Bank Studios* - apresentou a reintrodução de mabecos no PNG pode ser vista no o no YouTube: <https://tinyurl.com/y3aj7g98>, https://www.youtube.com/watch?v=Es9k_9EZ-kw&t=249s a série da PBS “*The Age of Nature*” exibiu o PNG e outros respondendo a perguntas diárias provenientes do website e seguidores das redes sociais. (PNG, 2022)

Eventos: feiras, (FACIM, Indaba e Lisboa) feiras de ciências, conservação e desenvolvimento humano que aconteceram no Parque. Acrescentar que esse setor conta com a ajuda de vários parceiros, como CNN, USAID, *National Geographic*, *PBS Distribution* e HHMI *Tangled Bank Studios*, além do Clube Empresarial da Gorongosa (CEG), que organiza eventos em Maputo para informar os membros do Clube sobre as atividades do parque. Ver foto abaixo.



Figura 44: Feira e mensagem de apelo a conservação
Fonte: (Facebook do PNG, 2024)

Ao visitar o site, o *instagram* e o *Facebook*, bem como ao assistir aos filmes, foi possível notar que as informações transmitidas sempre contêm conteúdos sobre conservação e conscientização para a sustentabilidade, o que é um dos objetivos fundamentais da produção e divulgação de informações.

4.2.4.3 Dimensão 3: Competitividade social

○ Benefícios sociais

Os sistemas mais eficientes de governança têm na comunidade local a sua principal aliada, reduzindo os conflitos locais e maximizando as oportunidades. Ao oferecer às comunidades os benefícios sociais, programas e projetos de empoderamento e desenvolvimento coletivo e individual, é possível compreender que o parque se importa com os direitos coletivos dos povos indígenas residentes e comunidades locais, bem como dos usuários de áreas e recursos situados dentro e fora de áreas protegidas. Essas preocupações são percebidas no PNG, através da oferta de diversos programas. O parque, com o seu objetivo e programa de desenvolvimento humano, tem feito intervenções no campo da Educação, Saúde e atividades econômicas.

Em nível de Educação: o PNG tem acrescentado vários programas neste campo:

O programa clube de professores: onde trabalham diretamente com professores para melhorarem suas capacidades, bem como o apoio ao material didático.

O Programa das Infraestruturas consiste em aprimorar as instalações educacionais, com o objetivo de construir ou reabilitar cerca de 40 escolas nos próximos 5-7 anos na Zona Tampão do Parque, bem como bibliotecas públicas nos municípios. Com o objetivo de aprimorar a qualidade da educação e prover ambientes seguros para os membros das comunidades em situações de emergência. Atualmente o parque já construiu 4 escolas, mas há planos para a construção de mais 6 escolas.

Programa de Alimentação escolar: consiste na distribuição de papas escolares, com o objetivo de melhorar a qualidade da nutrição escolar e a educação, especialmente das meninas. No início, foram distribuídos 1658 pratos de papas em cinco escolas primárias. (PNG, 2022)

Programa pré-escolar: criação de escolas para o ensino pré-escolar. Foram criados três centros, os quais beneficiaram 300 crianças de 5 anos.

e, por último, *atividades extracurriculares*, composta pelos programas de:

- *O clube da moça:* proporciona um ambiente seguro e acolhedor para as garotas. Todos os dias úteis da semana, elas se reúnem para estudar e adquirir novas habilidades para

sua vida futura, recebem materiais e uniformes escolares para facilitar sua matrícula na escola, viajam para conhecer as carreiras e são orientadas por jovens mulheres. O parque tem atualmente 50 clubes que atendem 2000 moças.)

- *Clube ambiental*: é um programa de mudança de comportamento que incentiva as comunidades ao redor do parque a adotarem atitudes que beneficiam a natureza e as pessoas, ajudando as pessoas a perceberem que a sua sobrevivência depende do uso e conservação sustentáveis dos recursos.
- *Os Clubes de Jovens de Gorongosa* são locais seguros para que os estudantes do ensino médio, tanto meninas quanto rapazes, aprendam a ser líderes e aprimorem seus conhecimentos sobre conservação da biodiversidade, questões ambientais locais e outros assuntos de interesse.

Formação técnica: nesse contexto, o PNG tem como foco a formação de jovens da comunidade na área tecnológica e profissional. Dessa forma, firmaram 2 convênios com entidades de ensino técnico profissional, a primeira é a *Young África* e a segunda IFPELAC. O PNG identifica jovens com potencial e, de acordo com os cursos disponíveis, envia-os para esses locais de formação. Atualmente, estão sendo formados 4 jovens, um canalizador, um eletricitista automotivo e 2 mecânicos.

Trabalhando em conjunto com uma carpinteira local, em que também são enviados membros da comunidade para essas capacitações. Estamos a aprovar um curso de formação para 6 filhos dos ex-guerrilheiros da RENAMO e 12 jovens carentes identificados na vila de Gorongosa, nos cursos de canalização, eletricidade, hotelaria e turismo. Quando retornam, esses jovens são enquadrados para trabalhar no parque.

No campo da saúde, o PNG tem 4 programas: i-*Programa de Agentes Polivalentes Elementares (APE)* ou *Brigadas móveis*. O parque oferece suporte financeiro e logístico às autoridades locais de saúde para estender os serviços de saúde primária às comunidades rurais. O serviço abrange tratamento para enfermidades comuns (diarreia, malária, infecções respiratórias), teste para HIV / SIDA, serviços de planejamento familiar (com aconselhamento e métodos anticoncepcionais modernos), cuidados pré-natais e pós-natais, suplementos de vitamina A, acompanhamento do crescimento e outros cuidados, diagnósticos e tratamentos se necessário.

Em 2022, 7097 crianças foram vacinadas contra sarampo e hepatite B, 7607 crianças menores de 5 anos com diarreia, 6000 crianças com pneumonia e 22616 receberam suplementos de vitamina

A. O programa também forneceu planejamento familiar para 4227 casais. PNG, 2022, p. 27) *Ii- Programa de saúde e nutrição materno infantil*: que focam na nutrição, essas mães trabalham com demonstrações culinárias a partir de ingredientes locais para promover mais saúde e nutrição familiar, trabalham com parceiros para construir hospitais de acordo com os objetivos do MISAU. Há também clínicas, onde médicos são fornecidos para atender os funcionários e membros das comunidades. *Iii- A criação de Centros de Higiene e Saneamento Escolar* garante que os pátios das escolas sejam mantidos limpos, com água e casas de banho seguras para todas as crianças, especialmente para as meninas, que necessitam de casas de banho separadas para garantir sua privacidade. Seis poços e 14 furos de água foram construídos em escolas e centros de saúde na área do programa. Essas instalações dão água potável para 15.600 pessoas.

A promoção das melhores práticas de higiene e saneamento doméstico permitiu que quatro comunidades (204 famílias) fossem declaradas livres de dengue a céu aberto. Assim, essas famílias terão uma diminuição significativa nos casos de diarreia e problemas de saúde em geral. IV-Programa para a saúde digital. Têm vista o envio de mensagens de texto (SMS) através da plataforma *mHealth*, uma aplicação baseada na *Commcare* desenvolvida para abordar a má nutrição na comunidade de Nhamapoca, localizada no distrito de Nhamatanda, alcançando mais de 4.000 membros familiares. Mulheres grávidas, lactantes e com filhos de seis a 23 meses de idade” (PNG,2022, p. 28)

Atividades financeiras: o parque possui programas familiares de produção de café, mel e piripiri, viveiros, caju, piscicultura, criação de animais de pequeno porte e oferece suporte técnico, com o objetivo de aprimorar a capacidade de empoderamento das comunidades.

No campo da agricultura: auxilia as comunidades no aumento do cultivo das principais culturas locais, como milho, mapira, e a produção de fruteiras, através do fornecimento de agricultores de contacto, onde são distribuídas sementes melhoradas, assistência técnica, possuem campos de demonstração, onde são responsáveis por passar o testemunho aos outros. Além disso, criam uma conexão entre as comunidades e suas produções e os centros de vendas. O parque adquire mel, peixe e café para as comunidades, proporcionando a chance de engajamento complicado.

Programa de mitigação do conflito entre homem e fauna bravia: Criação de celeiros melhorados, protegidos e convencionais, para impedir que os elefantes derrubem-os.

Meios de Subsistência Sustentáveis: ajuda as comunidades a desenvolverem meios de subsistência que não sejam focados na caça, permitindo, dessa forma, a produção de café, Caju, Mel

e piri-piri, além da criação de animais de pequeno porte. Nestes programas, o parque interfere em toda a cadeia de valor, incluindo o fornecimento de insumos, a produção, o processamento, o marketing e a venda. O programa estabeleceu quatro viveiros de caju com capacidade para produzir 250.000 mudas, treinou 1.414 agricultores e distribuiu aproximadamente 135.000 mudas de caju e 7.000 kg de fertilizantes. Treinamento 135 apicultores profissionais através de 17 líderes. Distribuímos 666 colmeias e auxiliamos na criação de um bio-controle eficaz de conflitos entre homens e animais, usando cercas de colmeias em dezenas de locais. (PNG, 2022). Imagem ilustrativa



Figura 45: Atividades econômicas do PNG
Fonte: PNG (2024, p. 1)

Reflorestamento: a criação de áreas de conservação comunitárias, que poderiam gerir e usar de forma sustentável os seus recursos florestais. A prestação de serviços ecológicos e ambientais, tais como o sequestro de carbono, a purificação de água, o controle de erosão, o ar limpo e a garantia de segurança alimentar.

Ecoturismo: atividade em que os membros das comunidades são responsáveis pelo turismo local. Os objetivos principais deste programa são capacitar e formar funcionários locais, desenvolver infraestrutura turística e promover Gorongosa em Moçambique como destino turístico. Em consequência, está sendo construído um centro turístico comunitário, com alojamentos e restauração para que a comunidade possa gerir.

Gorongosa Trust (Programas de microfinanças) é um fundo criado para financiar projetos das comunidades, em diversos contextos, podendo ser usado para empreendedorismo, criação de

animais de pequeno porte, como caprino, suíno, aves, piscicultura, artes e ofícios e mel. Caju e café, dentre outros, estão adequados ao contexto de conservação.

4.2.4.4 Dimensão 4: Competitividade ambiental

○ Uso de recursos

A água consumida pelo parque provém do furo, aberto pelo parque, mas não foi possível medir o nível de consumo do mesmo. O que se sabe é que o PNG tem uma bomba que tem capacidade para 4 metros cúbicos por hora. No entanto, não é o suficiente para o consumo. Ela tem os processos de captação, armazenamento e distribuição canalizados. Sendo considerada potenciada para consumo.

A fonte de fornecimento de energia é a rede nacional, mas também há um gerador por painéis solares. Possuem um grande consumo, mas é difícil estimar.

○ Produções limpas

O parque tem três acampamentos: Chitengo, Muzimo e Chicare. No entanto, apenas dois Chitengo e Muzimo têm infraestrutura de recepção, à exceção do Chicare. Ao analisarmos as características das infraestruturas, podemos notar que o Chitengo tem uma construção mista, composta pelo material convencional (cimento) ou blocos locais na estrutura e pela cobertura de caniço (capim, local) A infraestrutura para Muzimo é mais clássica, com a construção de uma tenda e uma estrutura de suporte de madeira. O Chicare apresenta um conceito mais selvagem, onde os alojamentos são compostos por tendas, permitindo ao visitante experimentar experiências selvagens.

Estas perspectivas de construção permitem o aproveitamento de material local para estabelecer um nível de conforto, resiliência e responder às adequações climáticas, mas também à sua adaptabilidade às características do local, proporcionando toda a adrenalina e emoção que o turista deseja.

A grande quantidade de resíduos sólidos gerados nos parques pode ser um problema se não forem considerados os processos corretos de gestão. O descarte irregular de resíduos sólidos pode causar danos significativos aos ecossistemas, poluindo as águas subterrâneas, afetando nichos ecológicos e reduzindo a biodiversidade. A caracterização de resíduos, incluindo sequências lógicas de produção, separação, coleta e depósito final, é uma ferramenta indispensável para tornar o seu processo seguro, sustentável e lucrativo, uma vez que a mudança de atitudes para práticas

ambientalmente corretas contribui para a diminuição dos resíduos sólidos gerados, reduzindo a degradação ambiental da fauna e da flora local.

O PNG é um parque de grande extensão e as estratégias de gestão de risco adotadas estão relacionadas à educação ambiental, para que os turistas não joguem lixo nas áreas de safari, e à introdução de processos de recolha e tratamento adequados nos acampamentos, uma vez que não há um programa para a redução do lixo, nem restrições de acesso ao local para os acampamentos. Em todos os lugares, há uma gaiola para recolher e armazenar o lixo. Depois, ela é separada e selecionada, depositada em sacos e, posteriormente, transportada para a cidade da beira, onde é feita a reciclagem. Não há um programa de reaproveitamento e transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes e adubos naturais não poluentes.

● **Património Ambiental**

A necessidade de limitar as atividades em diversas áreas permite o controle biológico das áreas do parque, consequentemente dos principais ecossistemas frágeis, bem como a sua capacidade de regeneração. O PNG já prevê o processo de zoneamento, que regula o seu uso. Encontramos as seguintes delimitações no parque:

A área de gestão do parque inclui infra-estrutura de gestão do parque e atividades que estejam relacionadas às comunidades, algumas delas podem, em algum momento, ser alocadas para certos usos turísticos.

A área pública Self Drive é dedicada à visitação de animais, permitindo o acesso total a todos os visitantes legais no parque, seja independentemente ou acompanhados por um guia. Podendo ser reduzido, caso o interessado assim o decida, para evitar superlotação ou deterioração.

Área pública guiada para visitas aos animais, passeios de barco e caminhada, além de controlar o acesso de veículos e horários. É permitido que cada operador possua uma viatura. É possível emitir diariamente um número limitado de autorização para passeio.

Área de operadores turísticos: para visitas guiadas a animais de estimação, deve conter espaços para o desenvolvimento de lodges ou acampamentos, limite de camas e veículos.

Área selvagem: destinada a manter a paz, a tranquilidade e o sentimento de isolamento. Não é permitido fazer turismo motorizado. Não é atribuído a operadores individuais ou grupos de visitantes.

Todas as atividades devem ser guiadas. Os pedidos de realização de atividades devem ser avaliados os impactos, como mostra o quadro abaixo.

Nome da zona na Figura 11	Zona do LTA
Área de Gestão do Parque	Zona 5 – Zona de Uso Sustentável dos Recursos Naturais Zona 4 – Zona de Administração do Parque
Locais de desenvolvimento do turismo	Zona 3 – Zona de Hospedagem do Turismo
Área Pública Self Drive	Zona 2 A – Zona de Recreação do Turismo
Área Pública Safari Guiado	
Área de Operadores Turísticos	Zona 2 B – Zona de Recreação do Turismo
Área Selvagem	Zona 1 – Área Selvagem

Quadro 27: Tipo de zoneamento no PNG
Fonte: (PNG, 2015, p. 564)

Na preservação ambiental, as UCs devem implementar programas permanentes e sistemáticos para conservar, ampliar e recuperar a biodiversidade dentro de suas áreas de atuação.

No contexto analisado, o PNG foi severamente impactado pela guerra, resultando na redução significativa da população de animais. No entanto, com a implementação do acordo de longa duração LTA, diversos projetos de restauração da biodiversidade foram iniciados. O departamento de conservação tem realizado atividades de preservação, recuperação e expansão do ecossistema, incluindo programas como: quadro 28

Programas	Características
Contagem da Biodiversidade;	Consiste na contagem da biodiversidade existente, para aferir a quantidade.
Reflorestamento	Programas de preparação de mudas para o repovoamento do ecossistema e regeneração
Ecologia dos elefantes	Introduzir coleiras nos Animais para gestão de coexistência homem e fauna bravo e sua gestão
Sequestro de carbono	Plantação de árvores de modo a venda de quotas de carbono
Estudos de impacto ambiental	Para instalação de qualquer construção no interior do parque e evitar impacto
Educação para conservação	Sensibilização das comunidades em matéria de conservação
Monitoramento eletrônico	Consiste no monitoramento dos limites de velocidade na entrada principal do parque, para evitar colisões com os animais. velocidade máxima 40

Quadro 28: Programa de conservação
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Podemos observar vários exemplos destes programas. Vide a Figura



Figura 46: Introdução de coleiras nos animais no PNG
 Fonte: (PNG, 2021, p. 1)

Além dos programas de preservação, o PNG também apresenta estratégias para delimitar a intensidade do fluxo de visitantes para acesso e uso, de acordo com a sua capacidade natural de absorção e recuperação desses impactos, conforme demonstrado na figura abaixo.

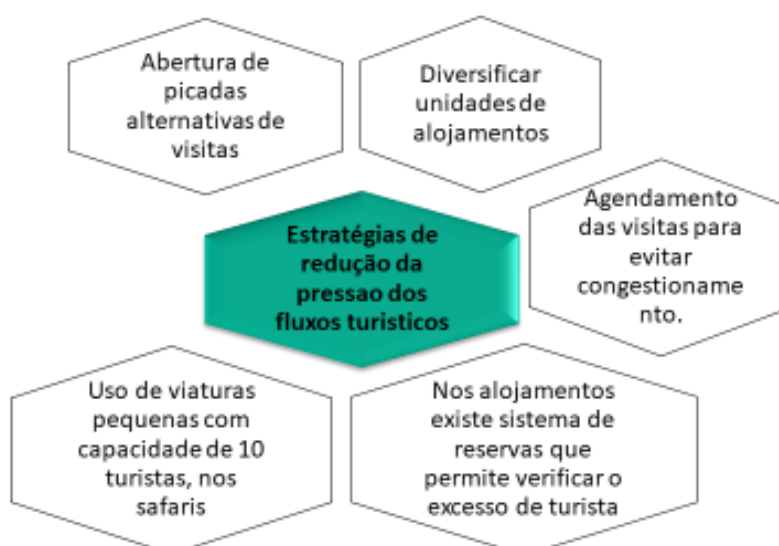


Figura 47: Estratégias de redução dos fluxos turístico
 Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O PNG, em suas atividades de conservação da biodiversidade, tem realizado monitoramento permanente e contínuo da biodiversidade da UC e dos impactos da sua existência sobre a natureza e a sociedade local. Essas atividades estão localizadas no departamento de ciência através do programa de monitoria ecológica, que gera a informação necessária para a conservação a longo prazo da paisagem alargada da Gorongosa-Marromeu. São três as responsabilidades principais: agregação de conhecimento, acompanhamento de mudanças na biodiversidade e construção da capacidade científica da biodiversidade moçambicana. Nesse contexto, foi criado o Laboratório de Biodiversidade E.O Wilson em Chitengo, e o mestrado em biologia de conservação.

Em 2020 foi feita uma contagem aérea da fauna bravia do Parque, na qual resultou no registro de quase 90 mil animais na área de levantamento que cobre 60% do Parque, incluindo o maior número de elefantes (781), bois-cavalos (815), hipopótamos (766) e búfalos (1.221) contados até agora desde o início da restauração do parque. Foi descoberto nesta monitoria que o número de Inhacosos baixou em relação à última contagem, o que sugere que o Parque está a entrar numa nova fase de restauração com uma tendência para menos animais de menor tamanho corporal em favor de animais mais corpulentos. Foram igualmente colocadas coleiras em 37 elefantes, para monitoria do seu processo de gestão de coexistência com os seres humanos. Neste processo o parque conta com instrumentos tecnológicos com helicóptero, drones, entre outros

Contudo, essas atividades também são realizadas pelo departamento de conservação através da janela de gestão da fauna bravia e integridade do ecossistema. Como exemplo, temos a monitoria das espécies protegidas e a reintrodução de mabecos, pangolim, leopardo e outras espécies. A utilização de instrumentos como *Earth Ranger*, *Hytera*, rádio digital, GPS *garmin* e *inreach* (PNG, 2022)

4.3. CASO 3: PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO (PNL)

4.3.1 Caracterização do parque do Limpopo

O Parque Nacional de Limpopo faz parte da área de conservação transfronteiriça do grande Limpopo (ACTFGL), em que engloba mais dois parques: o Kruger da África do Sul e o Gonarezhou no Zimbabwe. O Parque está situado no distrito de Massingir, entre as latitudes 22° 25' - 24° 10' S e longitude 31° 18' - 32° 39' E, a oeste da Província de Gaza, próximo à fronteira com a África do Sul e a sul da fronteira com o Zimbabwe, com os seguintes limites: O perímetro oeste do Parque é formado pela fronteira com a África do Sul e tem uma extensão aproximada de 200 km. A fronteira com o

Zimbabwe é tocada na parte mais setentrional da área e, daí, segue em direção nordeste. O Rio Limpopo delimita este limite, enquanto o Rio dos Elefantes delimita o limite sul. Ela abrange quatro distritos: Norte: Chicualacuala e Mapai; Sul: Distrito Massingir; Este: Distrito Mabalane; Oeste: Parque Nacional de Kruger (MITUR, 2003)

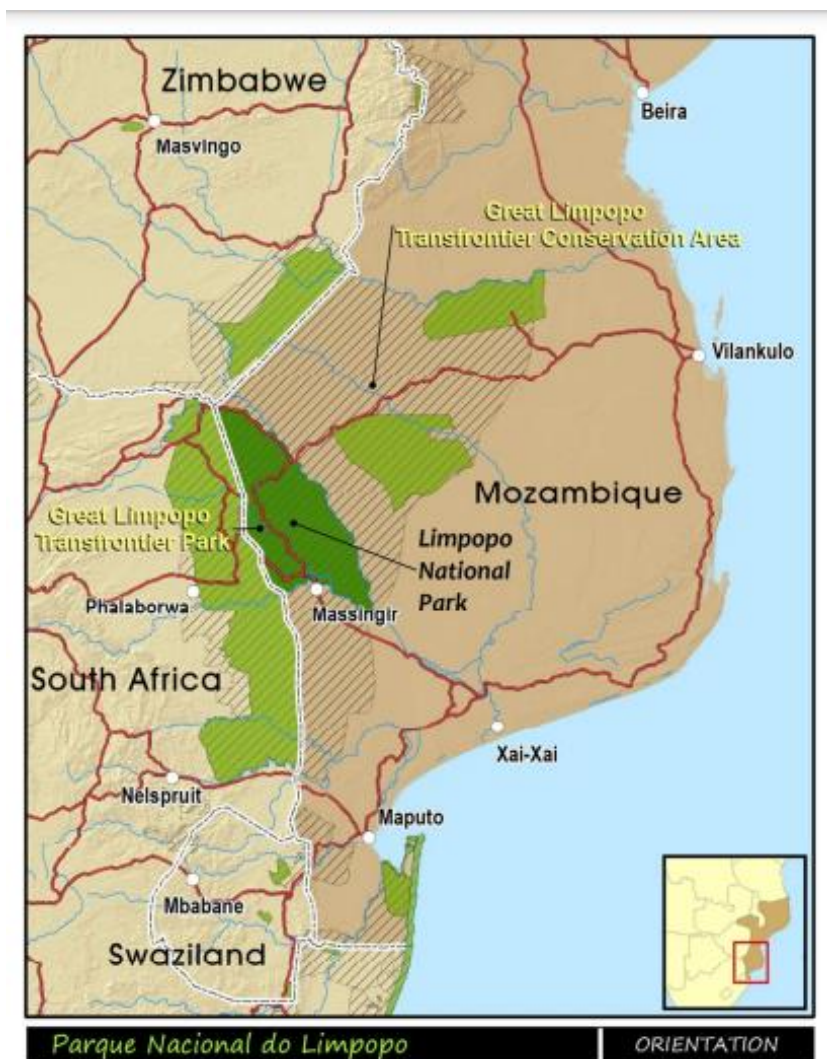


Figura 48: Localização do PNL
Fonte: (PNL, 2011, p. 11)

O parque foi criado em 2001, contudo já foi outrora usado como uma zona de caça (Coutada 16). Atualmente possui uma extensão de 10.000 Km². A proclamação foi baseada nas características ecológicas da área, ecossistemas diversos, paisagens cénicas, espécies endémicas e perigos de extinção de espécies e teve como objetivo salvaguardar a continuação dos processos ecológicos e a preservação dos valores naturais da área.

Clima

De acordo com a ANAC (2021, p.16) O Parque e as áreas adjacentes têm um clima subtropical com verões quentes e úmidos e invernos amenos e secos.

As temperaturas médias máximas diárias aumentam de sul para norte, sendo comuns temperaturas máximas superiores a 40°C durante os meses de novembro a fevereiro. Embora a temperatura média mínima esteja acima do ponto de congelação, a geada é periodicamente registrada nas zonas mais baixas ao longo dos rios na área de Shingwedzi. A precipitação média anual decresce de sul para norte, a precipitação média anual varia na ordem de 360mm no extremo norte até mais de 500 mm ao longo da cordilheira dos Libombos, no sudoeste do Parque. O período chuvoso ocorre de setembro a abril com um curto período seco de quatro meses. (ANAC, 2021, p.16)

Os ciclones tropicais ocorrem ocasionalmente nos últimos meses do verão. Estes têm origem nas zonas equatoriais do oceano Índico quando a temperatura à superfície do mar sobe acima dos 27°C e deslocam-se lentamente pelo canal de Moçambique, ganhando umidade à medida que vão avançando, criando elevada precipitação que causa grandes inundações e danos nas infraestruturas e serviços. Além disso, pode também ter um impacto severo no ambiente natural. (ANAC, 2021, p.16)

Relevo

A maioria do PNL está associada ao afloramento da formação de Mapai com rochas vulcânicas da era Karoo. As principais características geomorfológicas do parque são as montanhas do Libombo no Oeste, os sistemas aluviais dos rios Limpopo, Shingwedzi e Elefantes, que fazem parte de uma bacia sedimentar mais extensa. As montanhas do Libombo são constituídas por um riolito/basalto que é uma rocha ígnea ou vulcânica extrusiva. Os vales fluviais são compostos por rochas sedimentares paleo gênicas e neurogênicas, enquanto o restante do Parque é constituído por sedimentos quaternários. Os solos argilosos de estrutura profunda, originados de rochas calcárias sedimentares, estão fortemente relacionados aos sistemas de drenagem dos rios, cada um com uma faixa estreita de sedimentos aluviais. Os solos arenosos, incluindo as dunas, são característicos das encostas escarpadas mais elevadas e das cristas afastadas das linhas de drenagem. (ANAC, 2021)

Hidrografia

A hidrologia da região é composta por três sistemas hidrográficos: Limpopo, Elefantes e Shingwedzi. O Limpopo é o maior rio e as suas bacias de captação são originárias do planalto interior da África do Sul, das planícies interiores da parte oriental do Botswana e da parte norte do

escarpamento oriental da África do Sul. A região mais alta é responsável pelas maiores descargas e cheias, mas é controlada pelas diversas barragens nos rios Crocodile, Marico e Pienaars. Essas barragens têm como objetivo reduzir as descargas e controlar as cheias. A produção de cheias na região é significativamente influenciada pelas bacias de captação Sashi no Botswana e pelos escarpamentos do Pafuri. A paisagem e os padrões pluviométricos têm efeitos distintos sobre o regime hidrológico do Limpopo. O rio dos Elefantes, que nasce no planalto oriental da África do Sul, tem uma grande quantidade de descargas. As cheias são provocadas pelas bacias de captação dos rios dos Elefantes, Wilge, Steelpoort e pelos rios dos escarpamentos orientais, como o Letaba e Blyde. (ANAC, 2021). Shingwedzi é um sistema de ribeirão bastante reduzido, com apenas uma pequena parte da sua captação destinada ao escarpamento e às regiões de grande precipitação. Dessa forma, o rio não é perene e apresenta períodos de seca nos seus cursos inferiores. Dada a sua função de drenar a porção central do PNL. (MITUR, 2003, p.12 e ANAC, 2021, p. 17).

O rio tem um grande efeito na distribuição da fauna bravia por meio da drenagem de riolitos das montanhas dos Libombos. Esses rios menores mantêm a água por longos períodos e atrai a fauna bravia que habita o interior arenoso seco e sem água. (MITUR, 2003, p.12) contudo, ainda existem dez lagoas, tais como: Chileusse, Vele, Dzendzenfu, Inhaphessane, Malopane, Furene, Pumbe, Nhavalungo, Nhatindzane e Namagungo (Cuco, 2011)

Segundo MITUR (2003, p.12), esses sistemas ribeirinhos têm um grande impacto no uso da terra na região. Eles têm um impacto significativo na distribuição populacional e na fauna bravia. Além disso, têm um impacto no zoneamento e no uso do turismo. Sendo assim, deve ser considerado como um fator primordial na determinação do uso da terra.

Flora e Fauna

O PNL está localizado na vegetação de Mopane da Região Sudano-Zambeziana 1 e pertence à mata tipo 15 de Acocks, mata de Mopane. A flora do parque é composta por unidades de paisagem formadas por planícies arenosas, planícies calcíticas com savana de arbustos de mopane, matas de mopane, savana arborizada e planícies aluviais. As principais paisagens são, além das unidades de vegetação descritas, os sistemas aquáticos que estão relacionados aos rios, as planícies de inundação, as depressões geológicas que são sazonalmente inundadas e a barragem. A topografia rochosa e fragmentada das montanhas dos Libombos é composta por diversos desfiladeiros e falésias íngremes, com os penhascos de Shingwedzi e o desfiladeiro de Massingir sendo o mais notável. As áreas planas

são dominadas pelo Mopane, enquanto as áreas arenosas são predominantes. A fauna bravia é composta, sobretudo, por elefantes, búfalos, palapalas, rinocerontes, jirafas, cabritos do mato e leões. No parque, há cerca de 147 espécies de mamíferos, 505 espécies de aves, além de 116 espécies de répteis, sendo duas delas endêmicas (lagarto das areias com cauda azul e lagarto de Coaster com nariz em espátula), 34 espécies de rãs e 49 espécies de peixes, das quais três merecem um estatuto especial de conservação. (Ministério do Turismo, 2003)

4.3.2 Atrativos turísticos e facilidades do PNL

O Parque possui diversos tipos de áreas de vegetação e vastas áreas de natureza pristina, com porções que, há décadas, não são visitadas por seres humanos. Além de que podemos encontrar faunas diversas que permite a o usufruto da sua principal atracção que é a experiência junto à natureza bravia, com o seu cenário espectacular.

O Parque, para além de constituir um local ideal de paragem por se encontrar a meio caminho, nas excursões de Selva-Praia, entre a África do Sul e a popular linha da costa de Moçambique, oferece uma vasta variedade de experiências incluindo cenários e pôres do sol fantásticos, a observação de Aves e Animais Bravios, a observação da cultura, formas de vida das comunidades e degustação da gastronomia local e a condução em todo-oterreno, “off-road”, pelo próprio turista, em veículos 4x4, para além de uma grande variedade de Percursos de luxo, acompanhados por guias, para caminhadas a pé, canoagem (PNL, 2015). O mesmo autor ainda destaca os seguintes percursos:

Percorso de canoagem pelo Rio dos Elefantes: este percurso compreende a travessia do rio dos Elefantes até a confluência com o rio Limpopo, num total de 70km. Nestes locais, é possível acampar nas suas margens cobertas por árvores, em acampamentos rústicos no meio da natureza bravia. É possível realizar atividades como o lançamento de uma rede para pesca do peixe tigre, observação de hipopótamos, inesperada de um pássaro raro.

Percorso pelo desfiladeiro do Rio dos Elefantes: percurso feito em Caminhadas, que atravessa o planalto acima do desfiladeiro do Rio dos Elefantes e desce até a margem da barragem de Massingir para pescar. Os percursos são guiados por um guia experiente, mas é necessário que os turistas tragam consigo tudo o que precisa, garantindo a sua auto-suficiência. O terreno é irregular e requer uma boa preparação física para os 15 a 20 km.

O percurso ecológico do Shingwedzi em 4x4 oferece a oportunidade de explorar a riqueza e as belezas naturais do Parque através de veículos de tração 4x4, acompanhados por um guia, mas

também conduzido pelo próprio visitante. O trajeto ecológico do rio Shingwedzi oferece travessias desafiadoras do rio e a oportunidade de se orientar por caminhos pouco utilizados, como acampar na selva remota, nas margens de lagoas e rios ouvindo os sons noturnos do mato africano.

Percurso de Palarangala pela natureza Bravia: neste percurso o turista pode acampar, passear, para observação de animais seguindo o rio, ou explorar o planalto do Libombo, perto da fronteira com o Kruger. Numa área que foi beneficiada pelo reabastecimento de animais bravios, numa operação realizada em conjunto com o Kruger, terá grandes chances de encontrar com uma grande variedade de animais selvagens.

Percurso para caminhadas no Libombo: este percurso percorre esta área de natureza selvagem pristina, o que torna este cenário ideal para a observação de animais selvagens e pássaros.

Quanto a infraestrutura, pode-se afirmar que o PNL, complementa infraestrutura de acesso, constituído por 4 portões de entrada: *Portão do posto fronteiriço de Giriyondo:* é um portão que inclui um posto fronteiriço formal ligando o PNL e o PNK (a nordeste de Letaba). o *Portão do posto fronteiriço do Pafuri:* é também um portão de um posto fronteiriço formal, situado no norte do PNL e PNK. A partir deste Portão é possível atravessar o Rio Limpopo, durante a estação seca apenas, e dispor de uma viatura 4x4, e tomar a direcção do parque nacional do Banhine, Vilanculos, etc. A estrada entre Pafúri e Mapai localiza-se na Zona Tampão, pelo que as entradas só poderão ser pagas no portão de Mapai. O *Portão de entrada no parque, de Massingir,* localiza-se em Moçambique, na parte sul do parque. O *Portão de entrada no parque, de Mapai,* localiza-se em Moçambique na parte leste do Parque. A partir do Portão de Mapai é possível atravessar o rio Limpopo, com uma viatura 4x4 e seguir para o parque nacional do Banhine, Vilanculos, etc. Há também um hangar, uma pista de aterragem curta para aeronaves ultraleves.

O parque conta com quatro acampamentos que oferecem infraestrutura turística. O *acampamento de Machampane* dispõe de instalações para uma acomodação de luxo em tendas de campanha, está situado num ambiente de grande diversidade de fauna e pássaros, que se assemelham à beleza do rio Machampane. Todos os passeios a pé ou de automóvel, acompanhados por guias, permitem a observação da natureza selvagem.

O Campismo Águia Pesqueira (Fish Eagle Camp): está situado a aproximadamente 55 km do Posto fronteiriço de Giriyondo e a aproximadamente 25 km de Massingir. Inclui três "nós" de turismo: o primeiro nó: Local destinado à receção de turistas que viajam em grupo (Overlander) e,

consequentemente, com condições para atender a grupos maiores que pretendam acampar em conjunto. Este nó tem instalações sanitárias (chuveiros e sanitas), de cozinha (bancada, água corrente e um fogão de uma boca), além de diversas churrasqueiras. O segundo nó oferece locais indispensáveis para acampar, organizados de forma a garantir a privacidade de cada um, cada um com a sua churrasqueira, cozinha e banheiro. O terceiro nó tem quatro chalés de madeira, cada um com duas pessoas, e oferece uma cozinha e uma varanda sobre a barragem.

Campismo Albufeira: é o acampamento preferido por viajantes em trânsito e está localizado próximo ao portão de Massingir, situado a cerca de 70 km do portão de Giriondo. O acampamento está situado próximo ao muro da barragem, com uma cozinha comunitária e instalações sanitárias, além de chalés semelhantes aos chalés do campismo Águia Pesqueira, possui, eletricidade, um frigorífico e ventoinha e uma churrasqueira no exterior.

Campismo Sândalo: acampamento básico localizado no centro do parque, a cerca de três horas de caminhada da Águia Pesqueira. A instalação sanitária conta com chuveiros e sanitários.

Campismo Nhampfule: localizado na parte norte da fronteira, perto do Portão de Mapai. É um acampamento bastante básico, com fornecimento de água corrente, chuveiros e sanitários.

4.3.3 Impacto do turismo no PNL

A riqueza dos atrativos turísticos nas UCs, como o PNL, inclui tanto elementos naturais quanto culturais. Apesar de sua extensão de aproximadamente 10.000km², grande parte do parque não é propício para um turismo de alta qualidade, limitando-se a apenas 13% de sua área. Atualmente, as atividades turísticas são focadas na exploração da fauna, flora, rios, riachos e paisagens ao redor. Os tipos de turismo praticados incluem safari contemplativo, pesca esportiva e recreativa, safari fotográfico, passeios de 4x4, caminhadas, ciclismo de montanha e passeios a cavalo.

No ano de 2022, aproximadamente 192 turistas visitaram o parque, sendo que 108 se hospedaram em chalés e 84 acamparam na área designada, resultando em uma receita total de 270.200,00 mt, equivalente a cerca de 19.300 reais. Essa quantia envolve o pagamento das taxas de safari, hospedagem e concessão dentro do parque.

Neste ano, é importante mencionar que o número de turistas diminuiu significativamente em comparação com o ano passado, devido aos impactos da Covid-19. As receitas do turismo são divididas da seguinte forma: 20% dos 80% são destinados às comunidades locais, conforme determina a lei, para que possam investir em infraestrutura social no parque. Um exemplo disso é a criação de

um alojamento comunitário pela comunidade de Massingir. Com a implementação de unidades de hospedagem e o desenvolvimento do turismo, novos empregos foram gerados para as comunidades, como agentes de limpeza, abertura de trilhas e guias turísticos. O parque tem promovido diversos projetos comunitários focados em reassentamento, empoderamento econômico e social, resultando em uma melhor qualidade de vida para os moradores locais. As comunidades têm estabelecido acampamentos de recepção aos turistas e contribuído para a preservação dos recursos naturais, em uma parceria efetiva com o turismo do parque.

4.3.3 Avaliação da competitividade turística do PNL

A avaliação similar realizada nos parques anteriores foi replicada no PNL limpopo. A seguir, apresentamos os resultados das análises feitas no PNL, realçada pela cor laranja.

	Atributo	Escala					Condição do PNL
Dimensão1: Competitividade Governamental							
		1	2	3	4	5	
G1	Participação O modelo de desenvolvimento do destino baseado em princípios sustentáveis, ativos e permanentes permite a participação automobilização de todos e, ao estabelecer critérios de atuação, compromete todos os agentes na tomada de decisões.	Participação passiva	Participação por consulta	Participação funcional	Participação interativa	Automobilização	A estrutura representativa, os instrumentos legais relevantes, mas a participação comunitária é Funcional, com algumas decisões compartilhadas, porém após grandes decisões já terem sido feitas pelos agentes externos
G2	Direção Estratégias definidas com base em princípios de sustentabilidade e horizontes de longo prazo, com diretrizes e Plano de implementação de acordo com o estabelecido e coerente, permitindo o acompanhamento e o feedback na busca de resultados.	Não planificada	Pouco planificação	Planificada	Muito planificada	Estratégica	A visão estratégica de longo prazo, expressa por diversos instrumentos legais, metas, mecanismos de monitoramento e correção eficazes, apoia a direção estratégica..
G3	Desempenho Os recursos de gestão são variados, qualificados e permitem a gestão e a operação, de forma sustentável, e são efetivamente utilizados no acompanhamento das ações. A prestação de contas também deve ser transparente, com o uso de meios inclusivos de divulgação de dados.	Mau	Razoável	Bom	Muito Bom	Excelente	Embora possua recursos básicos, necessita de recursos adicionais e extraordinários para alcançar resultados significativos e superiores de gestão. A prestação de contas é realizada aos diversos intervenientes, utilizando diversos meios de acordo com o público-alvo, assegurando, dessa forma, a transparência.

G4	Responsabilidade Governança que proporciona um alto comprometimento dos agentes e uma participação ativa na gestão da UC estimula relações com outros setores para tornar normativo os objetivos estabelecidos.	Tomar decisões de gestão sem consulta	Consultar atores locais e buscar seu consentimento	Negociar acordos específicos	Ceder autoridade e responsabilidade de maneira formal	Reconhecer/transfere autoridade e responsabilidade plenas a atores locais	As responsabilidades são atribuídas a todos os envolvidos, mas há pouca delegação de autoridade para as comunidades locais e nenhuma assunção de funções e responsabilidades de gestão. Os atores locais só são consultados sobre as decisões.
	Governança	Resultado: 13 pontos Máximo de 20 pontos				Forte: > 14 pontos Moderada: //9 e 14pts. Débil: < 9 pontos	
Dimensão 2: Competitividade Estrutural							
E1	Recursos e atrativos Recursos de natureza única, dimensionada e exclusiva para os fluxos turísticos, capazes de motivar e criar expectativa de demanda real e potencial.	Precário	Suave	Marcante	Significativo	Exclusivo	O parque é rico em recursos naturais e culturais em termos de quantidade, qualidade e singularidades, o que torna a oferta turística de alto nível e excepcional.
E2	Infraestrutura A infraestrutura do destino e do atrativo está adequada ao fluxo turístico, acessível facilmente e com capacidade de atender à demanda real e potencial..	Precário	Suportável	Tolerável	Satisfatória	Notável	Infraestruturas básicas adequadas no destino e com estruturas de suporte e atendimento turístico no atrativo, destacando-se pela diversidade e qualidade média, pois alguns acampamentos necessitam de melhorias na condição de saneamento do meio.
E3	Demanda O perfil do turista está alinhado às características conservacionistas da UC. O turista está satisfeito com a experiência global de viagem. O nível de gastos diários excederá a 120 usd.	Inadequado	Desarticulado	Timido	Adequado	Integral	Tem estudos sobre a demanda. No entanto, é necessário aprimorar as técnicas de coleta e alguns indicadores de avaliação.
E4	Comunicação Os esforços para a construção de uma boa reputação aliadas às ferramentas de comunicação adequadas atendem aos critérios sustentáveis estabelecidos para o destino, com mensagens adequadas que tratam de preservação e educação ambiental.	Inadequado	Desarticulado	Timido	Adequado	Integral	Houve uma grande variedade de meios de comunicação voltados ao público-alvo, bem como uma grande variedade de conteúdos de conservação. Contudo, é necessário melhorar a qualidade, a abrangência, a atualização e a inovação, para garantir notoriedade alta
Competitividade		Resultado =14 pontos Máximo de 20 pontos				Forte: > 14 pontos Moderada: //9 a 14 pontos. Débil: < 9 pontos.	

	Dimensão 3: Competitividade Social e cultural						
S1	Benefícios Sociais Desenvolver programas que tragam benefícios sociais às comunidades e aos indivíduos em particular, estimulando a sua participação na conservação da biodiversidade.	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Embora existam programas de empoderamento e desenvolvimento social, eles ainda estão em fase inicial, não sendo compatíveis com a magnitude e a realidade empobrecida das comunidades locais.
S2	Impacto na sociedade Programas sociais que têm um grande impacto na diminuição das desigualdades sociais, bem como na melhoria da prosperidade das comunidades em geral e dos indivíduos em particular.	Insignificante	Pequeno	Moderado	Grande	Muito grande	A existência de alguns programas de benefícios sociais, mas sem grande expressão, tem um impacto médio ou moderado na comunidade, o que não ajuda a diminuir significativamente as desigualdades sociais nas comunidades e aumentar a sua prosperidade, tanto coletiva quanto individual.
Competitividade. Social e cultural		Resultados 6 pontos Máximo de 10 pontos				Forte: > 7 pontos Moderada: //4 a 7 pts. Débil: < 4 pontos	
	Dimensão 4: Competitividade Ambiental						
A1	Uso Recursos Sistemas eco eficientes de captação, aproveitamento e reutilização de água, com um índice de consumo ideal, baseados em fontes renováveis e limpas.	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	A água encanada é gerada por um sistema ecoeficiente ideal, mas não está disponível em todos os pontos do parque. A sua matriz energética é composta por uma única fonte, o que significa que sua matriz energética não é diversificada, sendo baseada em fontes renováveis e limpas.
A2	Produções Limpas Infraestruturas de funcionamento para os visitantes compatíveis, adequando-se à escala, à arquitetura e à paisagem locais, e sistemas ecoeficientes na produção e reutilização de resíduos.	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	A infraestrutura está adequada em termos de arquitetura e condições térmicas, mas é necessário aprimorar um pouco o conforto e a qualidade, sobretudo nos campings.
A3	Património Ambiental Leis e regulamentos Ações e mecanismos ideais que permitem delimitar, preservar e proteger a biodiversidade, com programas e ações preventivas e corretivas de alteração da paisagem, bem como a sua recuperação.	Mínimo	Básico	Adequado	Satisfatório	Ideal	A existência de medidas preventivas e corretivas básicas pouco abrangentes para o controle da biodiversidade, proporcionando, dessa forma, estratégias e programas para a proteção, expansão e restauração da biodiversidade básica e de alcance limitado.

Competitividade. Ambiental	Resultado 9 Máximo de 15 pontos	Forte: > 13 pontos Moderada: //5 a 13 pts. Débil: < 8 pontos
Competitividade Sustentável do Turismo nas unidades de Conservação (CSTUC)	RESULTADO FINAL: 13+14+6+9=42 Competitividade Moderada	Forte: > 45 Moderada: 25 a 44 pts. Débil: < 25.

Quadro 29: Análise da competitividade sustentável do turismo no PNL

Fonte: dados da pesquisa, 2024

4.3.4.1 Dimensão 1: Competitividade governamental

○ Participação

De acordo com os dados da entrevistas foi possível aferir que o parque Nacional de limpopo é de gestão pública e apresenta modelo de gestão com *estrutura representativa*, composta por vários interveniente nomeadamente, **ANAC**: representando o Ministério da terra e ambiente; **Comissão diretiva**: diretor geral da ANAC, representantes do ministério de terra e ambiente, direção provincial da terra e ambiente e da *Peace Park Foundation* (PPF); **PIU** : também chamada de unidade de implementação de projeto constituída pelo Administrador do parque nomeado pela ANAC e um Chefe da Guarda Florestal, Gestor de Projecto e um Gestor Financeiro nomeados pela PPF; **Conselho de Gestão**: é órgão consultivo da gestão do parque e é representado por administrador do parque, representantes das comunidades locais, associações do sector privado e social, e administradores dos distritos de Massingir, Mabalane, Mapai e Chicualacuala e os **departamentos** (Proteção, Conservação, incluindo Investigação e Monitorização ou Acompanhamento, Apoio à Comunidade, reassentamento, administração e finanças, incluindo recursos humanos, desenvolvimento de infraestruturas e do desenvolvimento do turismo

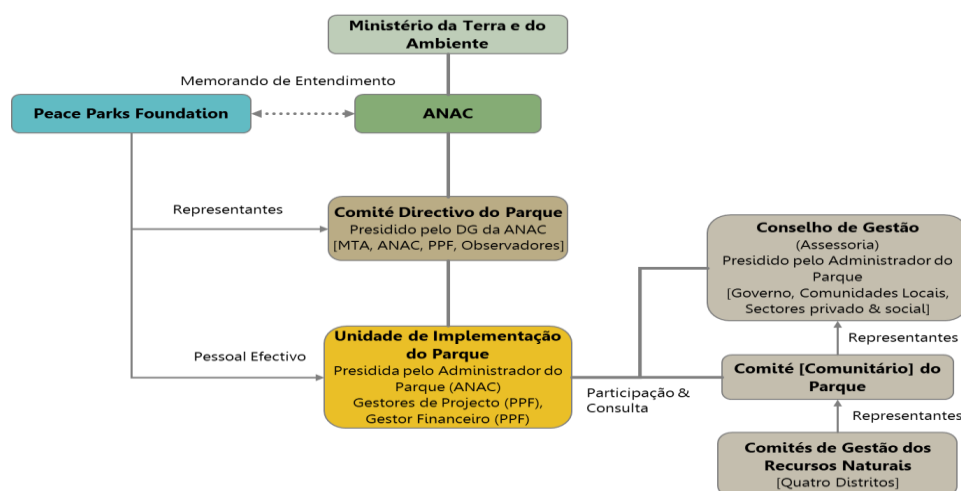


Figura 49: Organograma do PNL

Fonte: (PNL, 2021, p. 36)

Os Instrumento normativo que define atribuições e responsabilidades dos órgãos de gestão são: Plano do manejo, estatuto de Parque Nacional, lei 5/2017 a Lei da Protecção, conservação e uso sustentável da diversidade biológica, acordo contratual de parceria com a *Peace park foundation* (PPF) contudo respeitando a legislação ambiental e sectorial, plano da zona de tampão. A principal legislação internacional são:

- Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Flora e Fauna Bravia em Risco de Extinção (CITES); 1975 (data de entrada em vigor)
- Convenção das nações unidas sobre espécies migratórias de animais selvagens; 1983
- Convenção das nações unidas sobre a diversidade biológica; 1992
- Convenção africana sobre a conservação da natureza e dos recursos naturais; 2003
- Protocolo da comunidade de desenvolvimento da áfrica austral (SADC) sobre a Conservação da fauna selvagem e aplicação da Lei; 1999
- Tratado entre o governo da república de Moçambique, o governo da república da África do Sul e o governo da república do Zimbabwe sobre o estabelecimento do parque transfronteiriço do grande Limpopo; 2002
- Memorando de entendimento sobre a cooperação na área de biodiversidade, conservação e gestão celebrado entre o governo da república de Moçambique e o governo da república da África do Sul; 2014.

A legislação nacional que regula a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, bem como a gestão dos parques nacionais e áreas protegidas em Moçambique inclui o seguinte: Lei n.º 19 de 1997 de 18 de Julho (Lei de terras); Lei n.º 20 de 1997 de 1 de Outubro (Lei do ambiente) e respectivo regulamento; Lei n.º 10/1999 de 7 de Julho (Lei de florestas e fauna bravia) e respectivo regulamento; Lei n.º 15 de 2011 de 10 de Agosto (Lei de parcerias público-privadas); Lei n.º 20 de 2014 de 18 Agosto (Lei de minas); Lei n.º 5/2017 de 11 de Maio (Lei da protecção, conservação e uso sustentável da diversidade biológica) e Decreto n.º 89/2017 de 29 de Dezembro (regulamento da Lei da Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica)

O parque está sempre ativo e em funcionamento, durante toda a estação do ano, com todas as atividades de gestão, inclusive o turismo. Todos os envolvidos têm participação notada pelas atribuições específicas que permitem tomar decisões relevantes tais como:

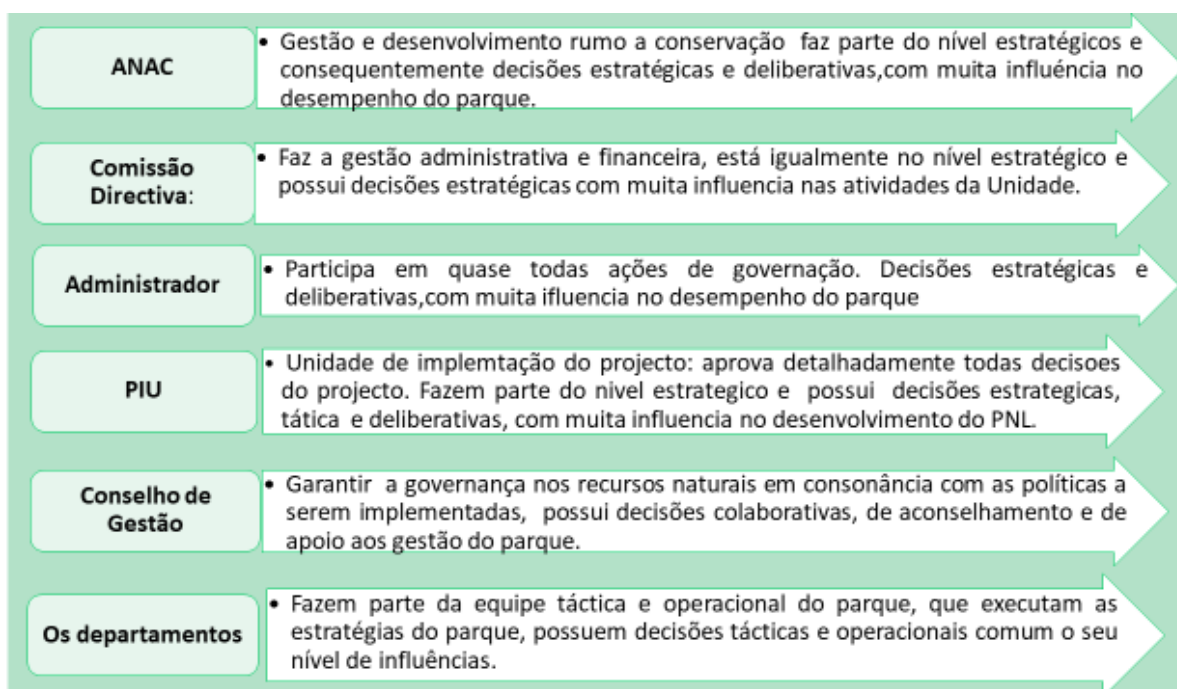


Figura 50: Forma de participação dos intervenientes do PNL
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Ao analisar o tipo de decisões apresentadas na figura, é possível concluir que todos os envolvidos têm o poder de decisão, mas cada um tem limitações de acordo com as suas atribuições ou objetivos, apesar de as comunidades representadas pelos conselhos de gestão não possuírem autoridade.

○ Direção

O parque nacional de Limpopo tem uma visão estratégica, que se baseia nos principais instrumentos normativos do parque e são levados a cabo pelos departamentos, sempre observando a satisfação dos diversos atores e olhando para a equidade. Isso está claro na sua Missão, que é, “*através de uma governança e gestão eficientes, restaurar a funcionalidade e a abundância de espécies do Parque como uma parte da ACTF mais ampla, e melhorar a auto-sustentabilidade, atraindo o desenvolvimento do turismo para o desenvolvimento econômico, com foco nas comunidades locais.*” PNL (2021). Os principais objetivos estratégicos são: Quadro 30

Âmbito	Estratégias	Ações estratégicas
Recursos naturais	A restauração das populações de fauna bravia e da diversidade e funcionalidade dos ecossistemas, e o melhoramento rápido da experiência de turismo de fauna bravia	Restaurar rapidamente o complemento completo de mamíferos de médio a grande porte Melhorar a funcionalidade do Rio Limpopo e do ecossistema circundante e integrá-lo melhor para o benefício de todos os utilizadores

		Assegurar a livre circulação das espécies de fauna bravia através da paisagem da ACTF Gerir os impacto em certos habitats após a retirada dos assentamentos humanos
Recursos Culturais e Patrimoniais	A cultura e os recursos patrimoniais do Parque sejam compreendidos, devidamente conservados e contribuam para o bem-estar das comunidades locais, bem como para os valores de conservação do Parque.	Estabelecer um entendimento e conhecimento dos recursos do património cultural do Parque Para proteger e apresentar o património e os recursos culturais associados ao Parque.
Comunidades	Governança reforçada, participação na tomada de decisões relativas à gestão, acesso e partilha de benefícios para as suas comunidades locais. Comunidades locais resistentes com melhores condições de vida e bem-estar e práticas humanas destrutivas reduzidas que ameaçam a sustentabilidade do Parque e nenhuma comunidade residente na área central do Parque Um Parque valorizado pelas suas comunidades locais.	Estabelecer uma estrutura clara e de boa governação para o envolvimento comunitário e a melhoria das relações Apoiar o desenvolvimento e os meios de subsistência sustentáveis da comunidade, mitigando assim o impacto do Parque nas comunidades Para mitigar os impactos negativos das comunidades sobre os valores do PNL.
Turismo	Desenvolver uma gama completa de produtos de turismo para gerar receitas	Gerar receitas para financiar as operações do Parque Para o desenvolvimento socioeconómico e para diversificar a economia local Para mostrar o Parque aos cidadãos moçambicanos locais Para atrair investidores devidamente experientes e qualificados no desenvolvimento e operação de instalações e realizar uma taxa de concessão justa para o valor do local.
Gestão, Administração e Finanças	Um sistema de gestão e ecossistema com financiamento sustentável e a funcionar de forma eficiente com pessoal motivado	Assegurar todo o financiamento necessário Desenvolver um sistema adequado de governação e gestão Desenvolver, implementar e monitorizar os alvos de desempenho para TODOS os aspetos da gestão, incluindo financeiros, de conservação e sociais

Quadro 30: Objetivos Estratégicos do PNL

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

O plano de manejo tem um horizonte temporal de 10 anos, o acordo de parceria tem um horizonte temporal de 5 anos e o plano estratégico para comercialização do turismo tem um horizonte de 5 anos. Dessa forma, é possível inferir que eles têm planos de longo prazo, reafirmando o compromisso com os processos de gestão do parque para torná-lo um bom porto, considerando as capacidades e oportunidades locais, nacionais e internacionais.

A gestão do PNL requer um processo de planeamento bastante detalhado, envolvendo estratégias, objetivos, metas e meios de verificação das ações. Dessa forma, os doadores, gestores do

parque, colaboradores e as comunidades locais recebem respostas ou feedback permanentes para ajustar as decisões e corrigir os rumos para alcançar os objetivos, através das reuniões mensais, trimestrais e anuais entre diversos atores, tais como:

Steering committee: Reunião com os doadores, realizada trimestralmente.

Reunião de coordenação: ocorre uma vez por mês e reúne todos os chefes dos setores sob a coordenação do administrador.

Reunião sectoriais para avaliar o alcance das metas estabelecidas no plano de Maneio. De quinze em quinze dias.

METT: monitoração técnica de gestão e verificação das metas, de acordo com a planificação e alocação de recursos. Este instrumento foi criado pela ANAC em conjunto com a BIOFUND e Mozbio para monitorar os resultados das áreas de conservação.

○ **Desempenho**

O desempenho estratégico das UCs só será alcançado apenas se tiverem recursos de capital suficientes, contínuos e sustentados. Os resultados demonstram que o parque de Limpopo é composto pelos seguintes: **Recursos financeiros**: A proveniência dos fundos do PNL são distintos, podemos encontrar fundos provenientes de Banco Alemão de Desenvolvimento, (BAD) fundos da *Peace Park Foundation* (PPF), e Agência Alemã Para o Desenvolvimento (AFD). Apesar de uma grande parte do financiamento já ter sido empreendido, ainda há um financiamento adicional a ser obtido. É necessário concluir o processo de reassentamento, melhorar os acessos e estradas para turistas, manter as vedações de barreira, minimizar o Conflito Humano-Fauna Bravia (CHFB), aumentar o número de animais selvagens e limitar as atividades ilegais a níveis controláveis. **Recursos materiais**: existe o suficiente para a gestão do parque, tanto no que diz respeito ao transporte, à gestão administrativa, como edifícios, alojamentos para funcionários, oficinas, instalações turísticas, materiais de consumo e comunicações (telefones e rádios). No entanto, ainda é necessário investir em recursos tecnológicos para auxiliá-los na patrulha e fiscalização, como drones, avionetas e outros. Além disso, há o desafio de manter estes equipamentos em pleno. No que diz respeito aos **recursos humanos**, o parque tem 285 funcionários, alguns permanentes e outros sazonais, mas ainda não são suficientes para manter o processo de conservação. Há uma deficiência na fiscalização, devido à área e extensão do parque. O parque tem ressentido quanto às qualificações dos funcionários, o que não é o ideal para manter a quantidade e a qualidade das atividades, sobretudo na área do turismo.

A eficácia dos cinco programas de gestão do plano de manejo do PNL depende das pessoas que forem designadas para os implementar, bem como de pessoal capacitado, motivado e disciplinado para realizar as tarefas necessárias. No entanto, se esse ser humano for parte da comunidade, os benefícios serão ainda maiores. Dessa forma, há no parque profissionais com diferentes níveis de escolaridade, desde mestrados, licenciaturas, médios, básicos e elementares.

Os processos de contratação e alocação, tanto nos órgãos de gestão quanto operacionais, são orientados pelo nível de qualificação individual. Dessa forma, é possível notar que há pouco enquadramento dos membros locais nos órgãos de gestão, uma vez que a maioria dos sazonais são membros das comunidades e têm níveis elementar e são designados para trabalhar com abertura de picadas, construção e manutenção de infraestruturas, distribuição de água nos acampamentos e hangares.

O Parque tem uma estratégia de comunicação, mas está em grande parte concentrada no processo de reassentamento, o que requer uma revisão. Dessa forma, os dados sobre as decisões e ações relativas ao funcionamento e ao desempenho do parque são fornecidos pela PIU e pelo chefe das relações públicas e comunicação, através de boletins informativos, relatórios do doador, de auditoria e de desempenho do parque, METT, Planos de progresso e seminário fiscal de médio nível.

As reuniões de engajamento são realizadas para as comunidades. Ao adotar essas estratégias, o parque torna possível prestar contas à ANAC, aos doadores e às comunidades, manter a transparência dos processos de gestão e obter informações para o aperfeiçoamento da gestão.

Dessa forma, para compartilhamento de documentos, o PNL usa os seguintes meios: e-mails, encontros, seminários, reuniões de engajamento e boletim informativo. No entanto, o parque ainda reconhece falhas nesse quesito, o que implica em desenvolver e implementar uma estratégia de envolvimento e comunicação das partes interessadas, bem como um sistema de informação e gestão documental eficiente e seguro para manter registros e tomar decisões, ações descritas como visão estratégica no campo da comunicação.

○ **Responsabilidade**

Os dados da pesquisa mostram que todos os intervenientes possuem as suas *responsabilidades*. De acordo com ANAC (2021) as responsabilidades dos intervenientes do PNL são:

ANAC: assegura a gestão integral do parque em todas as suas dimensões, de forma destinada a assegurar a utilização sustentável dos recursos naturais encontrados em cada local. Ela tem poderes

para desenvolver quaisquer infra-estruturas necessárias à gestão da diversidade biológica, bem como actividades económicas identificadas que contribuam para a realização progressiva da auto-suficiência financeira por parte das áreas protegidas individuais. A ANAC administra presentemente o PNL e é responsável pelo desenvolvimento e implementação deste plano, o que faz em parceria com a PPF

A **Comissão Directiva** reúne-se pelo menos duas vezes por ano para, entre outros: Aprovar a nomeação dos membros da PIU, rever e aprovar a documentação estratégica chaves, planos de trabalho e orçamentos, ou pedidos de alteração materiais, apresentados pela PIU, estimular o interesse do sector privado e dos doadores no desenvolvimento do PNL, incluindo as suas oportunidades de turismo, assegurar o apoio necessário para um desenvolvimento e gestão rentável e eficaz do PNL, monitorizar o desenvolvimento e gestão do PNL e assegurar a conformidade com os procedimentos financeiros

Administrador do Parque tem responsabilização geral pelo desenvolvimento e implementação do plano de manejo, plano operacional de negócios do parque, preside à PIU, supervisiona e coordena os seguintes departamentos.

A **PIU** é responsável pela preparação e implementação dos planos de trabalho, relatórios técnicos e financeiros relacionados com o desenvolvimento do parque, monitorização e gestão da implementação técnica e financeira, implementação das principais recomendações estratégicas da comissão diretiva, e assegurar a colaboração institucional com entidades governamentais e principais partes interessadas.

Conselho de Gestão como órgão consultivo e de aconselhamento apoia a administração do parque na implementação do plano de manejo, fiscalização, resposta às necessidades de desenvolvimento das comunidades que residem no interior e na zona tampão, na elaboração de planos estratégicos e de desenvolvimento, busca de novas atividades de rendimento e negócio que diminua a pressão exercida pelas comunidade locais sobre a biodiversidade, supervisão da implementação dos contratos de concessão com operadores no âmbito das parcerias público-privado e comunitárias e medidas que fortaleçam a capacidade de conservação.

Departamento da Protecção: supervisiona a implementação de ações de gestão da paisagem natural e dos ecossistemas protegidos e área em redor do parque, faz a fiscalização, na gestão da fauna bravia e monitora as espécies protegidas. Nomeadamente: na intervenção da paisagem e na área da fauna Bravia. Vide a descrição na figura 50

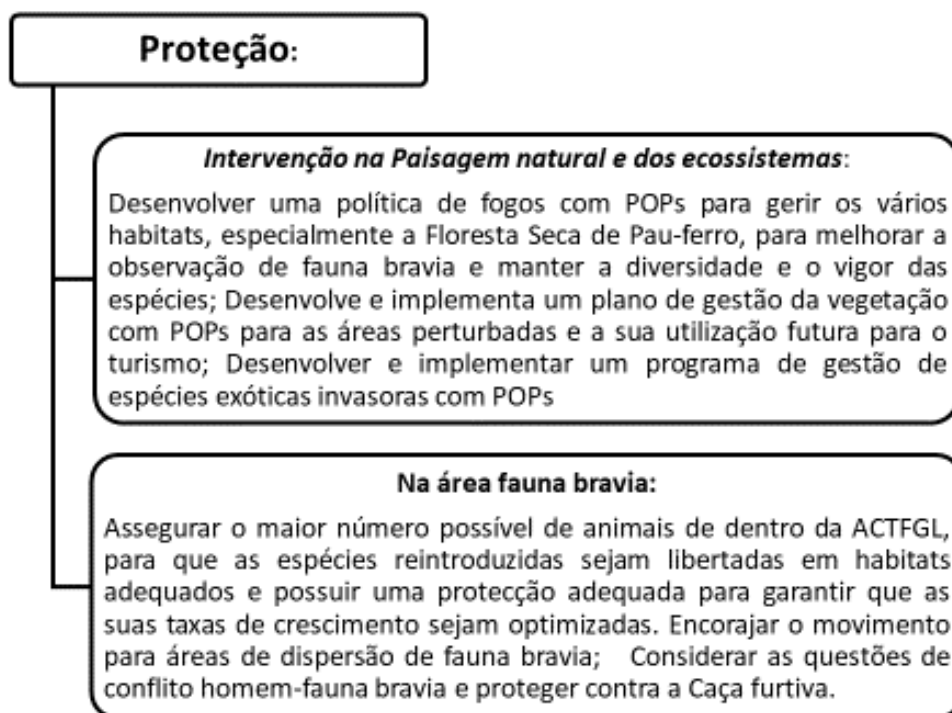


Figura 51: Áreas de proteção do parque.
 Fonte Dados da pesquisa,2024

Conservação, investigação e monitorização ou acompanhamento investigação dos aspectos das características biofísicas e culturais do PNL que não são bem conhecidas ou compreendidas, monitorar a Fauna e a Flora.

Apoio à comunidade e reassentamento: garantir uma gestão participativa na tomada de decisões relativas à gestão, acesso e partilha de benefícios do Parque para as suas comunidades locais e desenvolver boas práticas de reassentamento das comunidades.

Administração, finanças e recursos humanos: responsável pela gestão financeira que inclui a execução eficaz de três decisões, nomeadamente, a decisão de investimento, financiamento e a de lucro (benefício operacional), bem como dos processos de contratação e alocação dos recursos humanos, avaliar, formar e gerir eficazmente os recursos humanos no PNL.

Desenvolvimento de Infraestruturas: responsável pelo planeamento, construção, manutenção, substituição, controlo e monitoria de todas as estruturas fixas, equipamentos e outros bens móveis.

Desenvolvimento do Turismo: responsável pela gestão do turismo no parque, desenvolver uma gama completa de produtos de turismo para gerar receitas. Para o desenvolvimento socioeconómico e para diversificar a economia local, gerar receitas para financiar as operações do parque, desenvolver estratégias para atrair investidores devidamente experientes e qualificados no desenvolvimento e operação de instalações.

A autoridade no PNL é estabelecida de acordo com o organograma, sendo iniciada pela ANAC, seguida pela Comissão Directiva, pela administração do parque, PIU, conselho de gestão e, por fim, pelos departamentos e repartições. No entanto, há pouca clareza quanto à responsabilidade e autoridade dos comitês de gestão formados nas aldeias e nos distritos no Parque, o que é consequência dos obstáculos operacionais, uma vez que a legislação não é clara e a outra política do governo atribui responsabilidades ao nível local, sem, contudo, lhes conferir autoridade para tomar decisões.

É claro que a responsabilidade e a autoridade devem considerar as qualificações dos intervenientes, sendo assim, o parque procura sempre alocar os recursos humanos existentes de acordo com as suas qualificações, apesar de nem todos possuírem a qualificação necessária para as funções que desempenham. Dessa forma, haverá departamentos com necessidades de pessoal qualificado.

4.3.4.2 Dimensão 2: Competitividade estrutural

Recursos

A combinação das diversões culturais, históricas, faunísticas e desportivas, pitorescamente localizadas nas margens da Albufeira de Massingir, assim como os Rios Elefantes, Limpopo e Shingwedzi, caracteriza o PNL. Podemos encontrar neste parque recursos faunísticos e florísticos, encontramos, paisagens pitorescas excepcionais planícies, costa, vales, rios, riachos, lagoas, lagos e estuários, lugares de pescas, Barragem.

Clima: ameno e propício.

Relevo: planícies arenosas recentes. Nuambia Sandveld e Pumbe Sandveld). Planícies Calcíticas com savanas de arbustos de Mopane (Terreno pedregoso com Adansonia/Mopane e Arbustos Mopane em terreno com acumulação alcalina). Planícies basálticas ou Gabróicas com savanas de arbustos C. Mopane (Terreno pedregoso com Combretum/Mopane e Arbustos Mopane em terreno basáltico). As planícies basálticas As Montanhas do Lebombo são formadas por um riolito/basalto, uma rocha ígnea ou vulcânica extrusiva.

A fauna é composta por elefantes, búfalos, pala-palas, rinocerontes, girafas, cabritos do mato e leões. A fauna é composta por 505 espécies de aves, 147 de mamíferos, 116 de répteis e duas endêmicas (lagarto das areias com cauda azul e lagarto de coaster com nariz em espatula). Além disso, 49 espécies de peixe são protegidas, sendo dos habitantes das lagoas sazonais e peixe

Flora: planícies arenosas, planícies calcíticas com savana de arbustos de mopane, matas de mopane, savana arborizada e planícies densas.

Paisagens pitorescas: um total de 10 tipos de paisagens, incluindo planícies arenosos, planícies calcilares com savana de arbustos de mopane, matas de mopane, savana arborizadas e planícies aluviais, que incluem, além das Unidades de Vegetação descritas, sistemas aquáticos que estão relacionados aos rios, planícies de inundação, depressões geológicas sazonalmente inundadas e a barragem. A topografia rochosa e fragmentada das montanhas dos Libombos é composta por diversos desfiladeiros e falésias íngremes, com os Penhascos de Shingwedzi e o desfiladeiro de Massingir sendo o mais notável. As áreas planas são dominadas pelo Mopane, enquanto as áreas arenosas são predominantes.

Os vales fluidos são compostos por rochas sedimentares.

Rios, lagos, riachos e cachoeiras: sistemas hidrográficos como Limpopo, Elefantes e Shingwedzi. Outras Lagoas: Chileusse, Vele, Dzendzenfu, Inhaphessane, Malopane, Furene, Pumbe, Nhavalungo, Nhatindzane e Namagungo.

As barragens de Massingir estão localizadas no rio dos Elefantes.

Local de observação da flora e da fauna: Percurso ecológico do Shingwedzi, percurso de Palarangala pela natureza bravia, percurso para caminhadas no Libombo e percurso para canoagem no rio dos Elefantes.

Por ser é uma intercessão da zona intertropical, e o tipo de flora e fauna é igual aos kruger, Limpopo e Gonarezhou, pelo que não se pode observar originalidades somente para o PNL



Figura 52: Recursos naturais do PNL
Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

No que tange aos *Culturais* pode-se encontrar diversidades de recursos culturais compostos por obras de arte feitos pelas comunidades, lugares turísticos, ruínas e sítios arqueológicos, manifestações e crenças populares, música e dança, comida e bebidas típicas, grupos étnicos nomeadamente:

Usos e costumes manifestações e crenças: obscurantismo, curandeirismo e zione cerimônias de invocação dos antepassados, para finalidades diversas

Dança e Música: Macuaela, Maesse, Marrabenta e Xingomana. As danças geralmente são feitas como divertimento e muitas vezes senão sempre é praticada para manifestar a satisfação popular por uma campanha agrícola bem-sucedida ou para uma cerimónia de lobolo, o nascimento, uma festa na aldeia, cerimónias de tristeza ou de adoração como é o caso de falecimentos ou pedido de sorte aos espíritos para acabar com uma epidemia, praga ou seca prolongada.

Feiras: feira de produtos locais organizados pelas comunidades em que o parque participa para divulgar seus produtos turísticos.

Artesanato: canoas, esculturais, cestos de palmeiras, ou seja, o artesanato feito em barro, palha ou madeira

Comida: Xima de farinha de milho, mapira, carne de vaca, peixe tilápia carne de cabrito, galinha cafreal e Xiguinha de cacana.

Bebida: bebidas canhú, feito de canhu, xilalassana feito de ananás bebida destiladas de caju, e cana de açúcar conhecido como tontonto, Maheu. Feito de farinha de milho

Grupos étnicos: changana-tsonga.

Centro científicos: centro científico do instituto Superior Politecnico de Gaza (ISPG), para monitoramento da fauna e flora.

- **Infraestrutura**

- *Do destino*

Mobilidade: De acordo com Ministério do turismo (2011) O acesso ao PNL por via rodoviária é muito fácil e pode ser feita a partir da África do Sul, do Zimbabué e de Moçambique; via aérea através dos aeroportos internacionais em Joanesburgo e Maputo, aeroporto regional em Phalaborwa e localmente em pistas de aterragem localizadas dentro do Parque e nas redondezas.

Os turistas podem deslocar-se a partir dos locais indicados a seguir para visitar o Parque: África do Sul – Parque nacional de Kruger (KNP) via os pontos de entrada de Pafuri e Giryondo atravessando uma rota “Selva-Praia” que liga a área do Lowveld (Mpumalanga) com a faixa costeira em Moçambique; O litoral oriental moçambicano - Bilene, Xai-Xai, Inhambane, Vilankulo, Maputo e Parque Transfronteiriço do Limpopo (LTP) como parte da rota para o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (GLTP) os portões de acesso terrestres são:

- Portão do posto fronteiriço de Giryondo: é um portão que inclui um posto fronteiriço formal ligando o PNL e o PNK (a nordeste de Letaba).
- Portão do posto fronteiriço do Pafuri: situado no norte do PNL e PNK. A partir do Portão do posto fronteiriço do Pafúri é possível atravessar o rio Limpopo, durante a estação seca apenas, e dispendo de uma viatura 4x4, e tomar a direcção do Parque Nacional do Banhine, Vilanculos, etc.
- A estrada entre Pafúri e Mapai localiza-se na Zona Tampão, pelo que as entradas só poderão ser pagas no Portão de Mapai.

- Portão de Entrada no Parque, de Massingir: O portão de Massingir localiza-se em Moçambique, na parte sul do Parque. Há chalés e locais para acampar na zona do portão de entrada de Massingir (Acampamento Albufeira. Actualmente, o PNL tem apenas um aeroporto registado – Giriyyondo

No que diz respeito ao alojamento, podemos encontrar alojamentos comunitários no Acampamento Salane, localizado à margem sul do rio Lialu, aproximadamente 50 km de distância da estrada, pertencente à comunidade do distrito de Chicualacuala. Sem água, mas com serviços de limpeza pela comunidade. O acampamento Chicumbane, situado a cerca de 4 km do aldeamento para o interior, não tem água, mas é servido pela comunidade. O alojamento Elephant 's Lodge está localizado na margem norte do rio Elefante, a cerca de 4 km do paredão da barragem de Massingir, situado na colina com uma altitude de cerca de 200 metros para o interior do rio dos Elefante. O lodge é ainda desconhecido, mas é provável que seja um lodge do tipo self-catering, com um estilo semelhante ao dos chalés de madeira de Albufeira.

Além disso, é possível encontrar abrigos comunitários em Covane e Mapai. Há também algumas unidades de alojamento na sede distrital de Massingir, mas são bastante modestas.

Alimentação: em algumas áreas das comunidades e dos distritos, há restaurantes e bares que servem à população local, mas, de alguma forma, podem servir ao turismo. Além disso, existem os acampamentos locais para a obtenção de alimentos, com a ajuda dos moradores locais.

- *Do atrativo*

Mobilidade: a mobilidade no destino é feita por estradas vicinais e picadas e trilhas ecológicas existentes, mas são bastante limitadas e em estado precário para viaturas 4x4, muitas das quais são sazonalmente intransitáveis. A única estrada significativa está localizada entre Giriyyondo e Massingir. Isso requer uma atualização significativa e uma manutenção permanente. Há duas pontes adequadas que atravessam o rio Shingwedzi, uma perto de Chimangue e outra perto de Chibotane, na zona tampão, apesar de terem sido danificadas durante as cheias de 2020. Além da má qualidade das estradas, o parque ainda sofre com a falta de sinalização no interior.

Alojamento: como o turismo é relevante para o parque, este criou dois tipos de acampamentos: Acampamentos temporários de repouso e acampamentos para safaris de veículos 4x4. O acampamento Temporário de repouso foi proposto para seis cidades: Águia pesqueira, Albufeira, Chimangue, Giriyyondo, Nhampfule e Pafuri. Veja as características na figura abaixo:

Água Pesqueira • Um parque de campismo situado entre a entrada para o parque em Massingir e Giriyondo, com vista para a Barragem e Massingir, são chalés e áreas de campismo tipo "overlander. Tem pessoal de limpeza, um guarda florestal, água quente, gás e iluminação através de energia solar	Albufeira • Um parque de campismo situado perto da entrada para o parque em Massingir, constituído por chalés e áreas de campismo com cozinha comunal, instalações de ablução.	Chimangue • Um acampamento constituído por várias tendas para safaris e locais de campismo com instalações de ablução, existência de água	Giriyondo • Constituído por várias locais de campismo com instalações de ablução; Sem água, acampamento nos bosques abertos ao longo dos Lebombos. Instalações sanitárias ambientais, chuveiros exteriores, círculo para lareira, áreas para lavagem	Nhampfule • Um acampamento existente que providencia vários locais de acampamento instalações e chuveiros partilhados	Pafuri • Local de campismo proposto com instalações de ablução, situado na floresta ribeirinha ao longo do rio Limpopo
--	--	---	--	---	--

Figura 53: Locais de Alojamento no interior do PNL

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

O texto descreve a possibilidade de observar os diferentes tipos de design das unidades de alojamento nos acampamentos de repouso através de imagens fornecidas.



Figura 54: Acampamento de repouso

Fonte: (Peace Park Foundation, 2006)

Os acampamentos para safaris de viaturas 4x4 estão interligados à rede de percursos para safaris de viaturas de tracção 4x4 na parte central do PNL. Esses acampamentos são para grupos pequenos - no máximo quatro viaturas e 16 visitantes - marcados como um único grupo. São eles: Banga Pan; Monso; Hassane; Machamba; Mamba Pan; Mbona Kaya (temporário); Nuambia; Sândalo; Shingwedzi Cliffs (temporário) e Tive Pan. vide a figura.55 que ilustra essa unidade de alojamento.



Figura 55: Acampamento de safári
Fonte: (PNL, 2024, p. 1)

Restauração: Todos os hotéis dispõem de uma cozinha minimamente equipada, o que permite aos turistas consumirem seus alimentos em locais específicos. Os turistas devem levar consigo alimentos.

Demanda

Ao contrário do que ocorre em outros parques, o Limpopo tem atraído uma grande quantidade de visitantes, a maioria deles oriundos da África do Sul, devido à proximidade da fronteira com Kruger parque, seguida de turistas nacionais, que também têm uma boa quota de mercados. A maioria dos visitantes é composta por casais e amigos, havendo um equilíbrio entre homens e mulheres. A faixa etária predominante é entre 25 e 65 anos. Os visitantes permanecem cerca de três a sete dias e têm um custo médio diário de aproximadamente 2500 mt, o equivalente a 172 reais. Os custos envolvem o pagamento do safari e o alojamento, uma vez que os alimentos já estão trazem consigo.

Os dados mostram que os fluxos turísticos ocorrem durante todo o ano, com picos em abril, que coincidem com o período de páscoa e férias, e dezembro, com as festas de natal e final de ano. O parque possui estudos de satisfação dos visitantes, que são realizados através do preenchimento dos livros de queixa e recomendações, embora nem todos os turistas conseguem deixar informações sobre algumas variáveis do estudo do perfil. A avaliação realizada permitiu a verificação de que é positiva.

Comunicação

A comunicação com o cliente de um espaço turístico assume um papel relevante, uma vez que diferentes canais são usados por diferentes públicos-alvo, o que, por sua vez, tem um impacto direto ou indireto no perfil dos turistas que o visitam.

A divulgação do parque é feita por várias vias: **impresso** através de folhetos, camisetas e bonés, mapas automotivos. **Eletrónico**: website (<https://parquelimpopo.gov.mz/pt/the-limpopo-national-park/>) e redes sociais (como o facebook, o instagram) e **eventos**: fóruns de ciências, feiras nacionais (da facim, da fikane) e internacionais (indaba), exposições e outros. As mensagens enviadas são diversas, mas algumas são de apelo às visitas, de carácter informativo, mas também de carácter conservacionista. Vale ressaltar que, para além do parque, existem outros órgãos que divulgam o local, como a ANAC, o INATUR e os operadores turísticos que lá operam.



Figura 56: Exemplo dos meios de divulgação do PNL
Fonte: (Facebook do PNL, 2024)

4.3.4.3 Dimensão 3: Competitividade social e cultural

Benefícios sociais e impactos

Ao estabelecer UC em uma área, deve-se ter em mente que esses espaços eram onde as comunidades dentro dela tiravam os seus sustentos, as pessoas compartilhavam o seu conhecimento e o poder. Dessa forma, devemos ter a certeza de que as pessoas vulneráveis não sejam prejudicadas pelas áreas protegidas, que as áreas protegidas não causem nem agravam a pobreza, e que os custos das áreas protegidas, sobretudo quando recaem sobre pessoas vulneráveis, não fiquem sem uma indenização adequada. É crucial estabelecer um relacionamento saudável e benéfico entre o PNL e a Comunidade para assegurar a sustentabilidade do Parque. É de responsabilidade do departamento de Desenvolvimento Comunitário do Parque a criação de diversos projetos e programas de integração da população para o empoderamento, denominados Restauração e Meios de Vida. Neste campo, o parque dispõe dos seguintes projetos:

Os projetos de reassentamento compreenderam a remoção das comunidades do interior do parque para a zona tampão, local mais seguro e protegido do conflito entre homem e animal. foram reassentadas 625 das 1.380 famílias desde o início do projeto, em 2005, e a previsão é que outra parte seja reassentada até 2026. As comunidades reassentadas têm um prazo de 2 anos para receber assistência do parque, que compreende o fornecimento de enxadas, combustíveis, sementes e motobombas.



Figura 57: Casa de reassentamentos das comunidades
Fonte: (PNL, 2021, p. 2)

A agricultura de conservação: tem como objetivo proporcionar técnicas agrícolas mais adequadas para as comunidades, ao contrário das práticas nocivas que contribuem para o empobrecimento da terra, através da oferta de sementes de qualidade e do plantio de culturas de alto rendimento, como café, hortícolas e frutas. Nestes projetos, o parque adquire sementes, capacita, organiza e acompanha as associações dos produtores, investem a equipe técnica no acompanhamento e monitoria e identifica os mercados para a venda dos produtos das comunidades.

O programa comunitário do parque instalou, em 2010, seis esquemas de irrigação para a comunidade. Estes esquemas foram estabelecidos na zona tampão do parque e, posteriormente, haverá uma expansão anual de 6 esquemas.

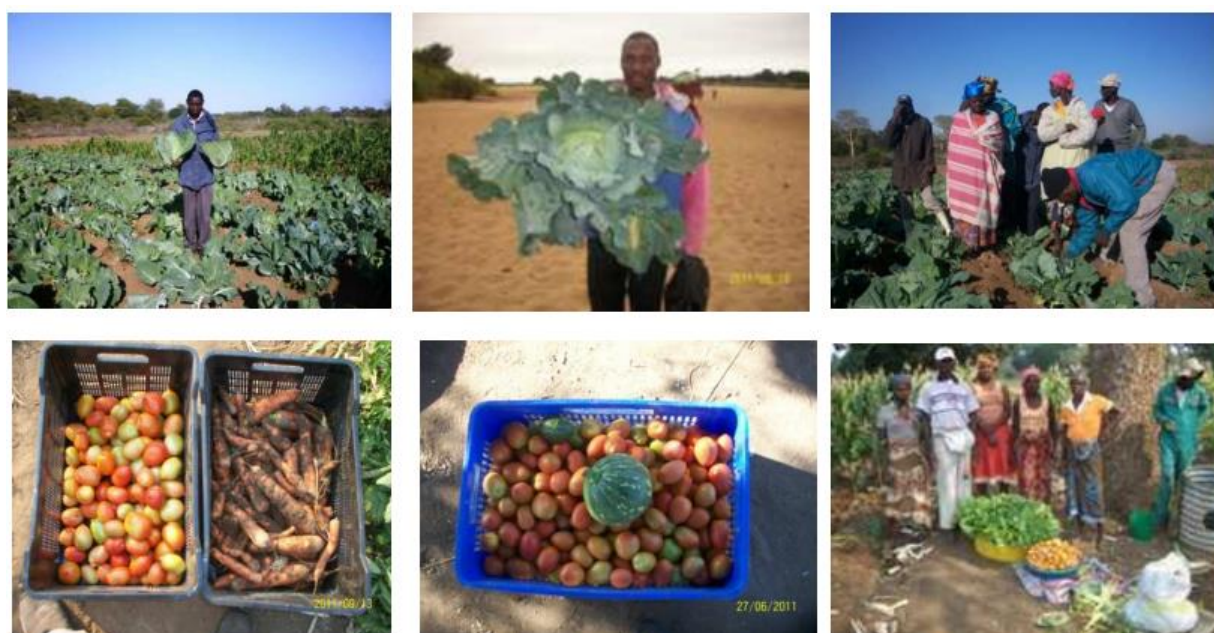


Figura 58: Atividades de empoderamento social no PNL
Fonte: (PNL,2015, p.1)

Além de melhorar as condições sociais e do desenvolvimento de aptidões e competências, esses esquemas de irrigação oferecem a oportunidade de gerar renda através da venda de produtos; melhorar a sustentabilidade alimentar devido à diminuição da dependência de colheitas irrigadas por chuvas imprevisíveis; melhorar a saúde comunitária através de uma fonte mais diversificada de alimentos.

Viveiros comunitários: oferecer um viveiro comunitário para árvores de fruto que tragam rendimentos, melhorando a alimentação e a segurança, oferecendo lenha disponível. Além disso, será possível plantar novas espécies de árvores nativas para as comunidades que foram reassentadas. A comunidade foi totalmente apoiada em formação relevante, tendo sido disponibilizados manuais de

gestão de viveiros para orientar a comunidade quanto à gestão do viveiro, à coleta de sementes, à preparação das sementeiras e à execução de um programa de monitorização. Além disso, foram ensinadas diversas técnicas de plantio e de produção, tais como o corte, a cobertura vegetal (cobrir as raízes com terra e estrume), o ensacamento e a irrigação por gotejamento.



Figura 59: programa de produção de Viveiros
Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

Projeto de geração de renda: Criação de galinhas em cativeiro, produção de ovos e apicultura. Neste projeto, o parque presta assessoria em todas as áreas, mas também oferece formação em gestão financeira e análise do mercado com o objetivo de assegurar a sustentabilidade a longo prazo do projeto.



Figura 60: Exemplo de programa de empoderamento social do PNL
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Programa de formação: O parque desenvolve um programa de formação no âmbito do apoio à agricultura, capacitando as comunidades para as técnicas de produção e fertilização. As mulheres são formadas para o atendimento ao turista e os homens para guias turísticos, além de fiscais comunitários para monitorar os animais e evitar o conflito entre homens e fauna bravia. Também está previsto o arranque do projecto OLOH, que apoiará as comunidades em matéria de Saúde agricultura e pecuária, mas também nas componentes de vulnerabilidades comunitária, como proporcionar água, mas dependerá do diagnóstico exacto das comunidades.

Empregabilidade das comunidades: em diversas atividades do parque, temos como exemplo para a abertura de trilhas e alargamento da vegetação do parque. Carregamento e distribuição de água nos postos de fiscalização, Financiamento para a agricultura, bem como os projecto

Entrega dos 20% dos rendimentos do turismo a partilham dos benefícios do Parque. A divisão proporcional destas receitas foi decidida pelo comité comunitário regional. Estes fundos são utilizados para vários projectos na comunidade incluindo a estrutura habitacional para o professor escolar, um quiosque ou centro de vendas artesanais e da Comunidade, bem como vários outros pequenos projectos para a criação de rendimentos.

4.3.4.4 Dimensão 4: Competitividade ambiental

Uso de recursos

Os serviços de abastecimento de água e saneamento são limitados, sendo que a maioria das comunidades rurais obtêm água através de pontos de captação ao longo dos rios para o consumo doméstico, sem o devido tratamento adequado. A potabilidade da água é determinada pelo purificador "Certeza".

A água localizada fora da barragem de Massingir é proveniente de furos e/ou do rio Shingwedzi. A qualidade e a quantidade de água nos furos são extremamente variáveis. Os furos são encontrados, em geral, nos antigos depósitos de crustáceos marinhos, o que resulta em uma degradação da qualidade da água.

Há diversas depressões geológicas que, sazonalmente, são inundadas e rios sazonais que fornecem fontes temporárias de água. Há alguns acampamentos em que a água é canalizada, como é o caso de Massingir e água pesqueira.

A energia elétrica é fornecida pela rede nacional de eletricidade, mas ainda há um grande déficit no fornecimento de energia à população rural, que depende de fontes alternativas. Há uma linha elétrica de 400 kVA que atravessa o parque na área de Pafuri, além de várias subestações em Massingir e a leste do Mapai conectadas à Chokwe (linhas de 110 kV)

Produções limpas

O Parque tem sua sede principal em Massingir, na margem norte da barragem de Massingir. Este espaço abriga a administração do parque, bem como o alojamento dos colaboradores. Além de oficinas, lojas, hangares, uma pista de pouso curto para aeronaves ultraleves, um hangar, um centro de controle e uma instalação de turismo rústico - a Albufeira. Esta é a única área do Parque que está conectada à rede de electricidade nacional e apresenta uma boa recepção para telemóveis. A maioria das infraestruturas deste acampamento é composta por material convencional (cimento, pedras locais e cobertura de telha). As estruturas administrativas são de madeira e palha.



Figura 61: Infraestrutura da Administração do PNL
Fonte: PNL, 2021, p. 1)

Porém existem acampamentos que o material de construção são nitidamente material local (produtos florestais madeireiros e cobertura de palha) como é o caso do acampamento do Giriyoondo.



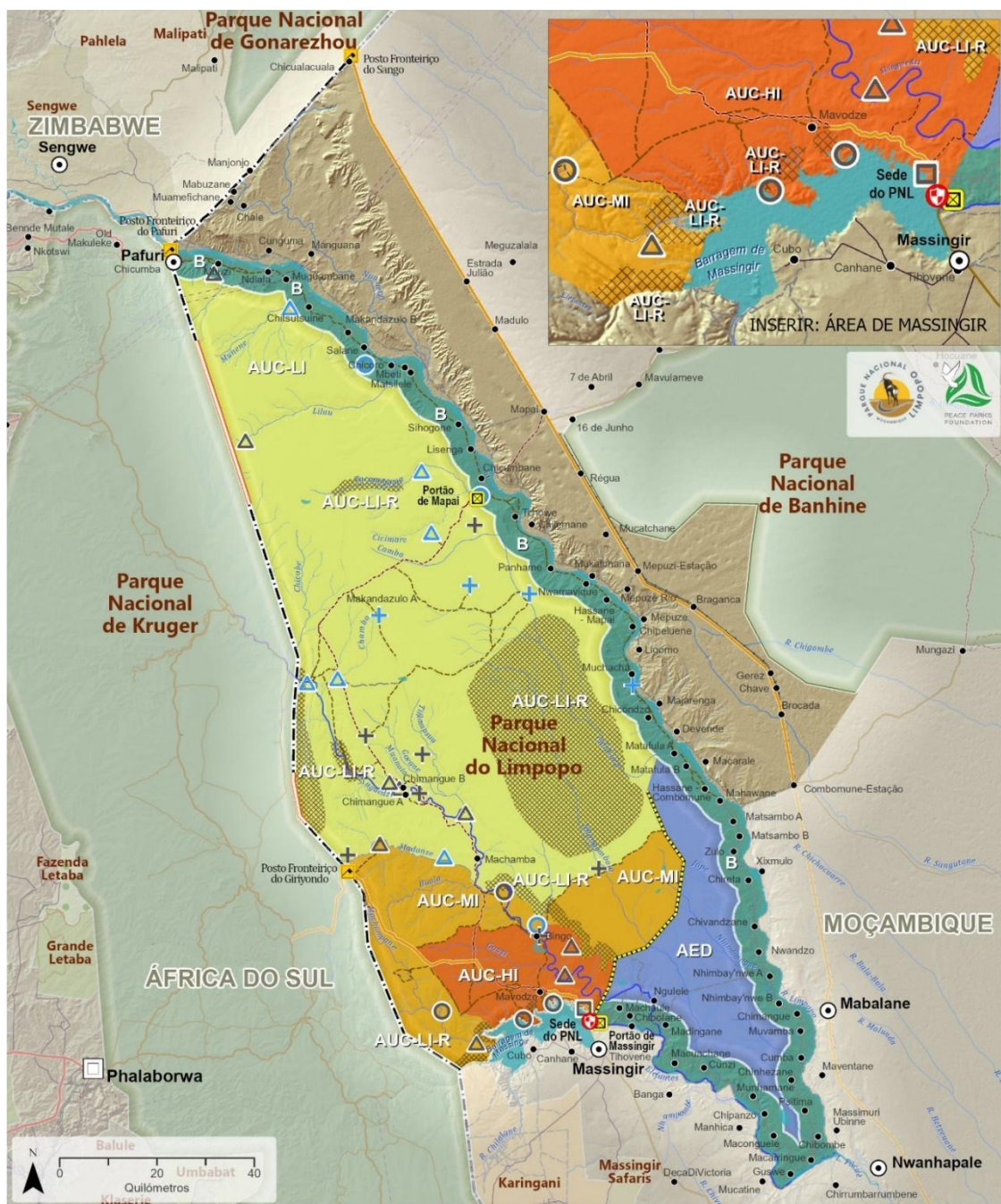
Figura 62: Tipo de material de construção no acampamento de Giriyondo- PNL
Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

Os acampamentos de safari 4x4 não têm recepção e os alojamentos são em tendas. Os banheiros e cozinhas são de material local. As edificações são mais frescas e mantêm uma adequação climática em função das variações climáticas.

A oferta formal de serviços de gestão de resíduos no PNL também não está disponível. O parque tem um programa de educação ambiental nas escolas, para evitar a proliferação dos resíduos. Para a coleta do lixo, realizam jornadas de limpeza, ensinam como separar o lixo, bem como as diferenças entre um tipo de lixo e outro. No acampamento, o lixo é incinerado, mas não existe um sistema de reaproveitamento e transformação de resíduos orgânicos em fertilizantes e adubos naturais e não poluentes. O parque se preocupa com a disseminação desses resíduos, sobretudo nas áreas de safari, pois podem causar danos aos animais.

Patrimônio cultural.

Tendo em vista a necessidade de regulamentação e controle das atividades realizadas dentro dos limites do parque e delimitação, elaborou-se um plano de zoneamento para o PNL com base na necessidade de equilibrar os impactos negativos na biodiversidade, visando maximizar as oportunidades econômicas e valores de conservação, gerando empreendimentos turísticos positivos. consequentemente benefícios sociais para o desenvolvimento económico da área. Vide Mapa. O plano de zoneamento apresenta as seguintes áreas:



ZONEAMENTO

Classificação de Zona

- Área de Uso Controlado - Intensidade Baixa - Restrito
- Área de Uso Controlado - Intensidade Baixa
- Área de Uso Controlado - Intensidade Média
- Área de Uso Controlado - Alta Intensidade
- Área de Desenvolvimento Económico
- Zona Tampão
- Nada de cercas

ADT PMAP (P 0-2) ADT PEN (P 3-5)

- Alta Intensidade
- Intensidade Média
- Intensidade Baixa
- Intensidade Limitada
- Intensidade Média
- Intensidade Baixa
- Intensidade Limitada



Figura 63: Mapa de Zoneamento do PNL

Fonte: (PNL, 2021, p. 22)

Área de Proteção Total (APT) – uma zona em que se procura um elevado grau de proteção dos recursos naturais

Área de Desenvolvimento de Turismo (ADT) – um local em que o desenvolvimento turístico pode ser realizado, mas sujeitos a restrições que são específicas ao local.

Área de Uso Controlado (AUC) – zona na qual as atividades e o desenvolvimento sustentável podem ser permitidos sujeitos a regras ou códigos de conduta específicos. Diferentes AUCs podem ter regras ou códigos de conduta diferentes, ligados à intensidade de uso alta, média ou baixa

Área de Desenvolvimento Comunitário – uma zona na qual as atividades consuetudinárias definidas das comunidades locais residentes podem ter lugar de uma forma regulamentada

Área de Desenvolvimento Econômico (ADE) relevantes para as ACTFs, nas quais as atividades económicas serão autorizadas respeitando os limites estabelecidos no seu Plano de Maneio. Vide o mapa do zoneamento

Em termos de preservação ambiental, as UCs devem ter projetos regulares e sistemáticos de preservação, ampliação e recuperação da biodiversidade na área de abrangência da UC. Os resultados mostram que os programas de reassentamento das comunidades evitam conflitos entre homens e animais e abates; a demolição da linha de fronteira permite a livre circulação dos animais entre os três parques; o programa de repovoamento de animais; e estudos de impacto ambiental para qualquer construção. Em relação aos recursos florais, existe uma recuperação natural. Além dos programas de preservação, o PNL também tem estratégias para limitar o número de visitantes para acesso e uso, de acordo com a capacidade natural de absorção e de recuperação dos impactos. No entanto, pelo nível de turismo desenvolvido no parque, ainda não há um aumento da capacidade de carga, o que significa que ainda há limites de absolvição. No entanto, o parque está ciente de que, no futuro, essas áreas poderão receber pressão de fluxo, logo, nos seus planos, já preconiza medidas de restrições de uso caso se descubra que elas estão prejudicando a fauna e a flora, que, de acordo com PPF (2011), são:

- a) Intensidade limitada – um número muito reduzido de instalações, somente para o desenvolvimento de infraestruturas não permanentes e onde o número máximo de turistas por local é 24 (existem 10 locais identificados no Parque)
- b) Baixa Intensidade – poucas instalações onde o número máximo de turistas por local é 48 (existem 15 destes locais no Parque)

- c) Intensidade média – número moderado de instalações onde o número máximo de turistas por local é 100 (existem sete destes locais no Parque)
- d) Intensidade alta – número elevado de instalações e onde o número máximo de turistas por local é 750 (existe um centro identificado no Parque).

Como actividades contínua e permanente de conservação, o PNL, tem feito Monitoramento da biodiversidade da UC e dos impactos de sua existência sobre a natureza e sociedade local, tal ação é feita pelas seguintes estratégias: Monitoramento dos animais através de colocação de colares, aos animais, contagens aéreas, patrulhas a pé de bicicleta, monitorizada e de carros. O primeiro censo completo do Parque foi finalizado em 2010. Os resultados do censo foram encorajadores situando-se numa contagem estimada de 1 400 elefantes e 1 050 de búfalos no Parque. Registou-se um aumento evidente dos números de Palancas o que é bastante satisfatório que a Palanca é o símbolo animal do Parque. Encontraram-se bons números de antílopes africanos (Kudu) e de Nyala distribuídos de forma uniforme por todo o Parque o que demonstra a sua resiliência à influência humana.

Assim os resultados nas três unidades de conservação, são ilustradas no quadro abaixo.

Atributo		Matriz Avaliativa da competitividade para as três UCs														
Dimensão1: Competitividade Governamental																
Pontuação		Nível com pto 1			Nível com pto 2			Nível com pto 3			Nível com pto 4			Nível com pto 5		
		PM	PG	PL	PM	PG	PL	PM	PG	PL	PM	PG	PL	PM	PG	PL
G1	Participação															
G2	Direção															
G3	Desempenho															
G4	Responsabilidade															
Comp. Governativa	PNM	Resultado: 1+5+2+2=10 – Em estruturação														
	PNG	Resultado=4+5+5+3=17 – Estruturado														
	PNL	Resultado=1+5+3+2=11 – Em estruturação														
Dimensão 2: Competitividade Estrutural																
E1	Recursos															
E2	Infra-Estrutura															
E3	Demanda															
E4	Comunicação Responsável															
Compt. Estrutural	PNM	Resultado:5+1+1+3=10 – Débil														
	PNG	Resultado: 5+5+4+5=19 – Forte														
	PNL	Resultado =5+3+3+3=14 – Moderada														
Dimensão 3: Competitividade Social e Cultural																
S1	Benefícios Sociais															
S2	Impacto na sociedade															
	PNM	Resultados: 1+1=2 – Débil														
	PNG	Resultados: 5+4=9 – Forte														

comp. Socio-cultural	PNL	Resultados: 3+3=6 – Moderada													
Dimensão 4: Competitividade Ambiental															
A1	Uso Recursos														
A2	Produções Limpas														
A3	Património Ambiental														
Compet Ambiental	PNM	Resultado: 2+2+2=6 - Débil													
	PNG	Resultado: 5+4+5=14 - Forte													
	PNL	Resultado: 3+3+4=9 - Moderada													
Competitividade Sustentável do Turismo nas UC (CSTUC)	PNM	RESULTADO FINAL: 10+10+2+6=28 – Moderada													
	PNG	RESULTADO FINAL: 17+19+9+14=59 – Forte													
	PNL	RESULTADO FINAL: 11+14+6+10=41 Moderada													

Quadro 31: Matriz da avaliação da competitividade para as três UC's

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

CAPÍTULO V: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a análise dos atributos nas três unidades de Conservação, é possível abordar-se certos pontos relevantes, levando em consideração os objetivos da pesquisa. Inicialmente, explorar os impactos do turismo nessas unidades. Em seguida, discutir-se a estrutura dos atributos de competitividade aplicada a cada unidade e os seus respectivos resultados.

5.1 O papel do turismo nas três UCs

Avaliou-se a contribuição do turismo nas três UCs com base nos efeitos/resultados da introdução e desenvolvimento do setor nessas áreas, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Seguindo essa abordagem, é possível observar semelhanças e diferenças entre as três unidades em relação aos impactos. Enquanto o PNM não traz benefícios devido à ausência de atividades turísticas, os PNG e PNL já apresentam vantagens nesse sentido. De forma geral, os dois geram impactos em diversas áreas, ainda que estejam em estágios iniciais do processo e impactem de forma mais reduzida:

Em âmbito econômico, é estimulado o aumento do investimento nas áreas de conservação e nas comunidades locais por meio do pagamento de taxas; impulsiona-se e diversifica-se a economia local; ajuda a melhorar as condições de vida ao promover a criação de empregos no parque, implementar projetos de geração de renda, educação e saúde, além de garantir o cumprimento dos 20% exigidos por lei.

Em aspecto ambiental, são difundidos princípios de conservação por meio de atividades educativas e de sensibilização tanto para a população local quanto para os turistas; colabora na gestão para influenciar a prática do turismo e o comportamento dos visitantes nos destinos, estabelecendo restrições por meio de zonas específicas, entre outras ações restaurativas; contribui para o desenvolvimento de estratégias de autofinanciamento das áreas protegidas, que contam com as receitas provenientes do turismo.

Para o PNG, apoia a pesquisa e desenvolvimento de boas práticas ambientais e sistemas, ao financiar atividades do funcionamento do laboratório paleontológico do parque, o mestrado em

biologia de conservação, bem como mapeamento das espécies. E elaboração de vídeos de sensibilização.

Em âmbito social, são criados ambientes atraentes nos destinos, tanto para moradores quanto para turistas, que podem servir de suporte para outras atividades compatíveis, ao realizar a conservação e restauração dos ecossistemas. Incentiva o crescimento da cultura, do artesanato e das artes por meio da promoção do turismo cultural, incluindo dança, festivais gastronômicos e feiras de artesanato organizadas pelos parques. Contribui para elevar o nível educacional das comunidades locais, ao implementar diversos projetos sociais educativos. Estes benefícios são mencionados por estudiosos como Bilro (2015, p.23), Rodrigues (2018) e Leung et al (2017) ao citarem os impactos positivos do turismo em UC.

5.2 Avaliação da estrutura de atributos da competitividade turística UC de Màngóé, Gorongosa e Limpopo

Essa discussão vai acontecer em duas etapas: na primeira, apresentaremos uma análise comparativa dos resultados de desempenho competitivo das três UCs; na segunda, destacamos a relevância dos resultados dos atributos em relação à literatura para melhorar os atributos delineados anteriormente.

5.2.1 Análise comparativa dos resultados de desempenho competitivo das três UCs

5.2.1.1 Dimensão 1: Competitividade governamental

Participação:

Em geral, as UCs parecem enfrentar dificuldades relacionadas à participação, visto que o parque nacional de Màngóé e o parque nacional de Limpopo possuem uma estrutura participativa representativa. Apesar de as comunidades participarem das atividades do parque, suas decisões ainda são basicamente consultivas e de aconselhamento, e não tanto deliberativas, carecendo de autoridade, o que pode ser considerado uma forma de participação passiva ou por consulta. No entanto, há um avanço visível no Parque Nacional de Gorongosa, onde as comunidades estão começando a exercer algum poder de deliberação e autoridade devido ao nível de envolvimento estabelecido entre a comunidade e o parque. Essa questão confere com os princípios de Borrini-Feyerabend et al (2012) e Leung et al (2019) destacando a importância da participação da comunidade para assegurar que todos

aqueles com direitos e interesses diretos recebam informações adequadas e suficientes, sejam devidamente representados e tenham voz nas recomendações e decisões.

Direção:

Neste indicador é evidente que existe um esforço abrangente nas três UCs, uma vez que estão alinhadas, possuem uma visão estratégica inspiradora, consistente e de longo prazo adequada à perspectiva das UCs, demonstram eficácia na gestão, visto que todos os esforços são direcionados para alcançar objetivos de conservação e outros, conforme planejado e monitorado, alinhados com os planos internacionais, nacionais e locais, bem como com seus mecanismos de avaliação e resposta.

Concordando com a Borrini-Feyerabend et al (2012), ao frisar que as práticas de governança e gestão para áreas protegidas devam ser coerentes com os valores acordados, compatíveis e bem articuladas com planos e políticas de outros níveis e setores e respeitem as obrigações nacionais e internacionais. Mas também como a visão de Leung et al (2019) quando afirma que a prática de visão de futuro pode levar a uma melhor conscientização das oportunidades para atividades de recreação e turismo. E ainda quando acrescenta dizendo que a comunicação, a monitoria e o *feedback* são fundamentais para aumentar o apoio e o conhecimento sobre sustentabilidade das UCs e melhoria de processos.

Desempenho

A governança tem a responsabilidade de assegurar a plena integração das áreas protegidas no ecossistema e na sociedade circundante, bem como a utilização eficaz dos recursos disponíveis. Isso possibilitará a tomada de decisões que sejam compreendidas, valorizadas, respeitadas e alcançadas pela maioria. Ao analisarmos a dinâmica dos três parques, percebemos que a distribuição e aplicação de recursos entre as UCs são subjetivas, gerando disparidades na alocação de recursos. O Parque Nacional de Mágoé demanda diversos tipos de recursos - básicos, essenciais e extraordinários - o que resulta na falta de implementação de várias ações planejadas. Por sua vez o PNG apresenta muitos recursos básicos e necessários, porém carece de alguns extraordinários para alcançar resultados superiores, estando em melhor posição nesse sentido. Por outro lado, o PNL possui recursos básicos, no entanto, requer recursos adicionais extraordinários para atingir resultados significativos. Ambos são regulados pela ANAC, o que significa que não há ajustamentos corporativos. Essas unidades, ao obter esses resultados, violam os princípios de Graham et al. (2003) ao não garantir a correta alocação de recursos humanos e financeiros de acordo com os objetivos e planos estabelecidos. No entanto,

seguem os princípios de Eagles (2009) no que diz respeito à transparência nos processos de gestão, prestando contas a todos os envolvidos, especialmente às comunidades, por meio de mecanismos acessíveis.

Responsabilidades

Assim como acontece com o atributo de participação, também se observa o mesmo padrão neste aspecto. Existem desafios na gestão das responsabilidades e autoridades das comunidades. Tanto no PNL quanto no PNM, as responsabilidades são distribuídas entre todos os envolvidos, porém há pouca delegação de autoridade para as comunidades locais, e muito menos no que diz respeito à assunção de funções e responsabilidades de gestão. Essa dinâmica muda um pouco no PNG, onde houve melhorias na delegação de autoridade para as comunidades locais, assim como na atribuição de funções e responsabilidades de gestão, uma vez que membros das comunidades ocupam cargos de gestão. Estes resultados ferem a ideias de Schramm (2021) quando relata que é preciso nos responsabilizarmos por nossas atitudes, escolhas e ações, olhando para e criando um futuro sustentável. E ainda alicerçadas pelas palavras de Arroyo (2008) quando enfatiza que a “cooperação é uma construção cultural estratégica baseada na interação social, em que os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos com equilíbrio por todo o sistema, cumprindo um papel imprescindível de mobilização de forças novas e inovadoras, únicas capazes de fazer o sistema ganhar, com saltos de qualidade”.

5.2.1.2 Dimensao 2: Competitividade estrutural

Recursos

Na variedade de recursos naturais e culturais, é perceptível um reforço e consolidação à medida que cada um dos três parques se destaca pela sua quantidade, qualidade, singularidades e excelente conservação, proporcionando assim uma oferta turística de alto nível. Embora apresentem pequenas diferenças em termos de diversidade, essas variações são compreensíveis devido às particularidades de cada unidade. É importante reconhecer o esforço significativo dedicado à gestão sustentável desses recursos, conforme destacado por Martins e Silva (2018, p.15), que ressaltam a importância de agir de forma responsável e ética, baseando-se nos princípios de equidade e empatia em todas as esferas sociais, ambientais e comerciais relacionadas ao uso dos recursos naturais. O ser humano deve adotar uma postura de convivência e respeito em relação à natureza, deixando de se posicionar como seu dominador e passando a atuar como seu administrador e guardião.

Infraestrutura

A melhoria das estruturas é crucial para impulsionar o turismo, tanto no destino - que geralmente se encontra próximo do parque na zona tamponada ou nas vilas locais, beneficiando as comunidades - como no atrativo exclusivo para turistas, localizado nos acampamentos dedicados a este fim. É notável que, no caso do Parque Nacional de Mágoé, os resultados não são satisfatórios devido à escassez e baixa qualidade das infraestruturas tanto no destino quanto no atrativo turístico. Este cenário pode ser atribuído à juventude do parque, porém, o PNG apresenta uma realidade oposta, com infraestruturas básicas adequadas no destino e excelentes estruturas de suporte e atendimento turístico no atrativo, destacando-se pela diversidade e qualidade superiores. Contudo o PNL, embora possua infraestrutura básica e turísticas adequadas, necessita de melhorar o seu processo de saneamento do meio.

O fato do PNM, não possuir infraestrutura turística, vem refletindo na dinâmica do seu turismo que é inexistente. Estes preceitos corroboram as ideias de Mill e Morrison (1992, p. 263) no UNWTO. (2014). quando identifica o destino como uma mistura de elementos interdependentes pois para produzir uma experiência de férias satisfatória todos os elementos devem estar presentes: Atrações – Instalações – Infraestrutura – Transporte – Hospitalidade”.

Demanda

No que diz respeito à demanda como atributo, é importante destacar a tendência de similaridade entre os parques de Limpopo e Gorongosa, que contam com estudos sobre a demanda. Porém o PNL, necessita de melhorar as formas de coleta bem como alguns indicadores de avaliação. Em contraste, no PNM, os resultados revelam a falta de dados sobre a demanda devido à ausência de fluxo turístico. Isso dificulta a elaboração de estratégias para atrair turistas e melhorar os serviços adequados ao perfil do visitante. Como resultado, os esforços em marketing serão intensificados.

De acordo com Leung (2019, p. 65), "A qualidade da experiência do visitante é um indicador essencial do turismo sustentável em áreas protegidas. Os dados informais fornecidos pelos visitantes por meio de feedbacks de serviço, registros ou mídias sociais oferecem informações valiosas sobre a experiência do visitante e possibilitam o monitoramento."

Comunicação

No que diz respeito à área de comunicação, a pesquisa revelou resultados distintos. No PNM e no PNL, foi observada uma quantidade significativa e com qualidade dos meios de comunicação direcionados ao público-alvo, bem como uma oferta notável de conteúdos de conservação. Porém necessita de melhorar a sua qualidade, abrangência, atualização e inovação, tornando-os estes menos conhecidos. Já no PNG, há disponibilidade de meios de divulgação com alcance amplo, diversificado e com qualidade excepcional, capazes de comunicar tanto em nível nacional quanto internacional, projetando a sua imagem positiva a nível internacional. Concordando com as considerações de Klein (2002) sobre o marketing responsável, que visa manter o consumidor bem informado sobre o produto, surgem questionamentos acerca desse consumo, sobre possíveis mudanças para tornar essa prática benéfica tanto para o consumidor quanto para o ambiente em que está inserido, promovendo assim uma maior conscientização sobre o produto. Esse aspecto se torna um fator de competitividade crucial, especialmente para locais de conservação ambiental mais delicados. Além disso, conforme ressaltado por Leung (2019), o Marketing de experiência representa uma maneira de agregar valor em áreas protegidas, gerando resultados altamente memoráveis e relevantes, os quais podem resultar em laços emocionais positivos, mudanças de comportamento e apoio à gestão.

5.2.1.3 Dimensão 3: Competitividade social e cultural

Benefícios sociais

No que concerne aos programas sociais, percebe-se discrepâncias entre as três UCs. Atualmente, não há programas sociais em andamento no Parque Nacional de M'angoé, tudo ainda está em fase de planejamento, ao passo que no PNG, encontramos iniciativas de empoderamento e desenvolvimento social muito positivas, demonstrando o compromisso do parque em assegurar os direitos consuetudinários das comunidades locais. Já no Parque de Limpopo, os programas de empoderamento e desenvolvimento social ainda estão em estágio inicial, não condizentes com a magnitude e a realidade empobrecida das comunidades locais. Esses resultados são desanimadores, especialmente quando diversos autores defendem que as áreas protegidas não devem prejudicar os meios de subsistência das pessoas vulneráveis e nem agravar a pobreza e os padrões migratórios prejudiciais socialmente. Além disso, corroborando com as afirmações de Candiott (2008, p. 50), “o turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento econômico que busca: 1. "Melhorar a qualidade de vida da comunidade local; 2. Proporcionar às visitantes experiências de alta qualidade; 3. Preservar a qualidade do ambiente, essencial tanto para a comunidade anfitriã quanto para os visitantes”.

No entanto, ainda é preciso avançar bastante para implementar efetivamente os valores da governança ética, embora já se tenham dado alguns passos na direção certa, ao analisar os resultados do Parque Nacional de Gorongosa

Impactos

Os programas de benefícios sociais criaram impactos, mostraram sobretudo as mudanças no padrão de vida da comunidade e, portanto, criaram as condições para que as comunidades deixem de exercer pressão sobre o uso dos recursos naturais e ofereçam mais atividades de conservação. Uma lacuna é observada em todas as três áreas. Portanto, para o PNM, onde não há implementação dos programas, não há impacto. Por outro lado, a PNG, por ter alguns programas muito expressivos e transparentes, traz grandes impactos para reduzir as desigualdades sociais nas comunidades e aumentar a sua prosperidade, comum e individual. De qualquer forma, a PNL, tendo algum programa, mas sem expressividade, traz um impacto mediano na comunidade. Para Borrini-Feyarabend et al (2012), nenhum indivíduo ou comunidade deveria arcar com um custo desproporcional para a preservação de bens e serviços que beneficiem a todos.

5.2.1.4 Dimensão 2: Competitividade ambiental

Uso de recursos

Em relação aos atributos de uso de recursos como água e energia, foram obtidas respostas diferentes nos três parques. Quanto ao PNM, não utilizam sistemas eco eficazes de captação, aproveitamento e reaproveitamento de água, nem de controle de água potável, pois em toda a extensão do parque a água não é captada e transportada devidamente. Porém, o PNG, esse cenário se modifica, possui água encanada que inclui o processo de coleta, transporte, tratamento e distribuição proporcionado por um sistema ecoeficiente. E, por fim, no PNL existe um nível intermediário com coberturas que possuem sistemas eficientes de captação, aproveitamento e reaproveitamento de água, em alguns acampamentos, mas em outros isso não acontece. Em relação à energia, o PNM possui 1 (uma) fonte de energia, proveniente do gerador captado através de painel solar, portanto sua matriz energética não é diversificada mesmo sendo baseada em fontes renováveis e limpas, mas seu uso é insuficiente. No mesmo contexto, PNG possui duas (2) fontes de energia, a rede nacional e um gerador também captado através de painel solar, o que significa que sua matriz energética é diversificada e baseada em fontes renováveis e limpas. Por último, o Parque Nacional do Limpopo possui uma (1) fonte de energia da rede nacional, o que significa que a sua matriz energética não é diversificada, mas

sim baseada em fontes renováveis e limpas. Idealmente, a UC teria sistemas de tratamento de água eco-eficazes, bem como uma variedade de fontes de energia renováveis, porque não só são inesgotáveis (em comparação com os combustíveis fósseis, por exemplo), como podem ser implementadas em qualquer parte do mundo, mas também produzem menos danos causados pela água. meio ambiente, este último é muito importante dado o contexto das UCs.

Produções limpas

Ao falar em produção mais limpa, focamos na presença da arquitetura sustentável e na adaptabilidade da estrutura do edifício ao ambiente em que está inserido. (Nadalipour e Khoshku, 2018). Em termos de produção mais limpa, existem semelhanças e diferenças entre as três UCs no que diz respeito à construção sustentável e à adaptabilidade das estruturas arquitectónicas ao ambiente em que estão inseridas, pois o PNM possui infraestrutura adequada em termos arquitetura, mas sem conforto ou qualidade. Para PNG e PNL, estes edifícios sustentáveis oferecem excelente adequação arquitetônica e térmica sem sacrificar o conforto e a qualidade. Contudo o PNL, precisa melhorar alguns serviços básicos na área de camping. Leung et al (2019) O design sustentável se esforça para criar conexões fortes entre as instalações e os ecossistemas nos quais estão localizadas. Para Leung et al (2019). O design sustentável se esforça para criar conexões fortes entre as instalações e os ecossistemas nos quais estão localizadas. E segundo Caeiro (2018, p. 4), “a responsabilidade exige princípios de ‘recuperação e economia circular’, o que significa ter em conta a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia” Ações para promover a reestruturação do modelo económico turístico através da coordenação dos sistemas de produção e consumo.

Nos requisitos de gestão de resíduos sólidos, podemos observar que PNM e PNL apresentam resultados semelhantes, pois seus processos de gestão de resíduos sólidos são inferiores, enquanto PNG possui processos de gestão de resíduos superiores. Para Houtte (2015), o lixo é uma das questões mais avaliadas que afetam a qualidade das experiências na natureza.

Para Leung et al (2019) O projeto sustentável se esforça para criar uma associação íntima entre uma instalação e o ecossistema no qual ela é construída. Alicerçada pelas palavras de Caeiro, (2018, p.4), quando retrata que “o facto de a responsabilidade acarretar princípios de “restauração e economias circular”, isso implica olhar na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia, ações essas que promove um modelo económico do turismo reorganizado, através da coordenação dos sistemas de produção e consumo.

Património ambiental

Existem semelhanças e diferenças quando se trata de património ambiental. A semelhança é que todos os três parques possuem restrições espaciais, medidas preventivas e corretivas para controlar a biodiversidade, proporcionando assim diversas e excelentes estratégias e programas para a proteção, expansão e restauração da biodiversidade. Mas a diferença surge quando vemos as estratégias utilizadas para limitar a intensidade do tráfego turístico, o PNM não tem tal estratégia porque não tem turistas, mas deveria ter uma estratégia planejada. A PNG, por seu lado, dispõe de estratégias atuais e eficazes para produzir resultados, pelo que, até à data, nunca registou uma capacidade de carga excessiva, apesar das muitas chegadas de turistas. Por último, o PNL não tem uma estratégia em vigor, uma vez que os turistas não ultrapassaram a capacidade até agora, mas tem planos

Observando as estratégias planeadas por PNG e PNL, elas vão ao encontro do que Leung (2019) afirma de que a forma mais tradicional de pensar no aumento da oferta é através da dimensão espacial, ampliando a área física disponível aos visitantes (por exemplo, criando novos ou áreas protegidas expandidas, instalações melhoradas e ampliadas, ou mudança de alguns dos horários de pico de uso para períodos de uso mais baixo, o que pode aliviar parte da pressão do uso excessivo). Na reforma sumária, a competitividade das três UCs é apresentada com base nos resultados. A avaliação é marcada pela cor laranja.

5.2.2 Implicações teóricas do modelo

Com base nos modelos teóricos desenvolvidos para avaliar a competitividade turística, Porter (1999); Dwyer e Kim (2002); Heath (2003); Ritchie e Crouch (2003); Dwyer e Kim (2006); Mazaro (2006) e WFT (2017) esta tese desenvolveu uma estrutura de atributos (Matriz Competitividade Sustentável do Turismo nas unidades de Conservação-CSTUC) e a aplicou em três UCs. A aplicabilidade do modelo, concebido para destinos turísticos como UC, teve alinhamento teórico combinados, dos autores clássicos da competitividade, bem como autores de sustentabilidade e unidades de conservação, dando origem a 4 dimensões:

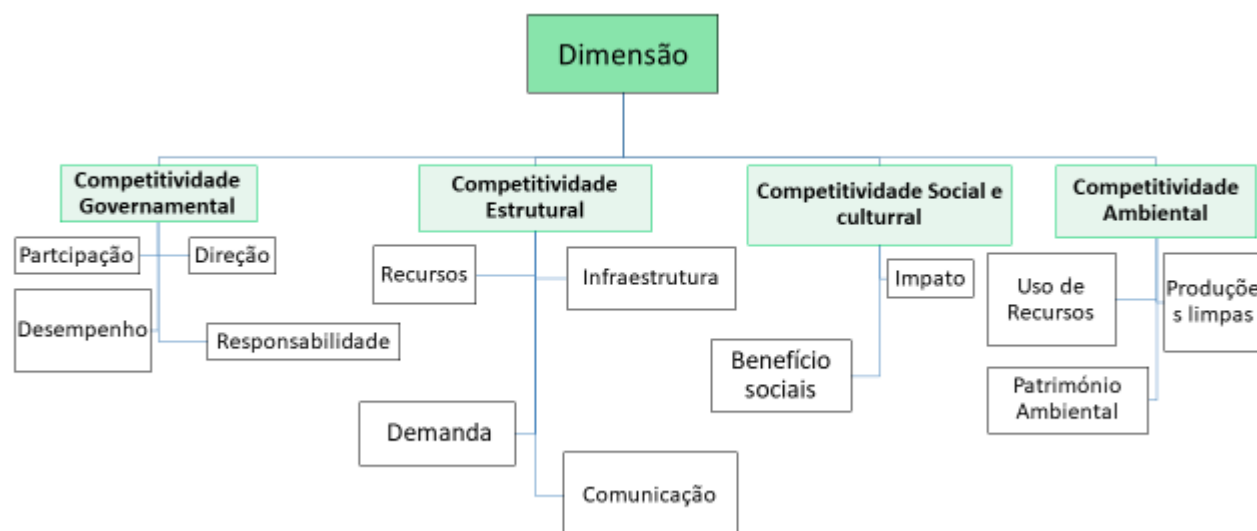


Figura 64: Atributos de competitividade turística para UC
 Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Atributo participação: a importância desta característica como componente da competitividade está relacionada com a tomada de decisões, que seja diretamente ou através das instituições representativas desses interesses legítimos. É defendido por vários escritores competitivos clássicos como Heath (2003) na sua dimensão cimento (Gestão participativas), Ritchie e Crouch (2003) na dimensão Política, Planejamento e desenvolvimento (análise competitiva colaborativa) Mazaro (2006) na dimensão Sustentabilidade turística: natural e Social (participação cidadã). Mas também por autores que defendem atributos de boa governança nas UCs. Como Borrini-Feyerabend et al (2012) Institute on Governance, 2002; Graham et al., 2003; Abrams et al., 2003; Borrini-Feyerabend et al., 2006; e Eagles, 2009. Dudley, 2008 e Leung et al (2019).

Atributo direção: A utilização deste atributo é norteadora pela sua importância na mobilização de recursos e no direcionamento das atividades relacionadas às tarefas dos diversos membros da equipe e na garantia da eficácia dos processos de UC. Portanto, é defendido tanto como elemento de competitividade como por escritores clássicos sobre competitividade como por exemplo Heath (2003) na dimensão Condutores Chaves do sucesso, (Visão compartilhada do turismo e lideranças, Valores e princípios norteadores, Prioridade estratégica no fator pessoa). Por Mazaro (2006) na dimensão Governança (Visão do Futuro, carácter estratégico) por autores de competitividade sustentável como Nadalipour e Khoshkhoo (2018) na dimensão a formulação e gestão de políticas sustentáveis do destino (A visão, as políticas e os planos turísticos estabelecidos em um destino) e por fim, dos autores de governança nas áreas protegidas que são Institute on Governance,

2002; Graham et al., 2003; Abrams et al., 2003; Borrini-Feyerabend et al., 2006; e Eagles, 2009. Dudley, 2008. Leung, et al (2019) e Irving et al (2020) quando afirmam que “No contexto da crise atual, deve ser criada uma nova compreensão do desenvolvimento do turismo numa base sustentável e baseada na perspectiva ética e cívica da visão estratégica de Médio e Longo Prazo e na interpretação do próprio fenómeno turístico e da sua demolição nas políticas públicas

Atributo desempenho: este indicador é apresentado porque é importante compreender que as ações e decisões estão relacionadas com os resultados alcançados e quais os fatores que podem limitar ou aumentar a sua eficácia como administrador de UC. Defendidos pelos escritores de governança nas áreas protegidas que são Institute on Governance, (2002); Graham et al., (2003); Abrams et al., (2003); Borrini-Feyerabend et al., (2006); (Eagles, 2009) e Dudley, 2008).

Atributo responsabilidade: Este indicador é fortemente apoiado como atributo de competitividade por é Heath (2003) na dimensão condutores chaves do sucesso (liderança), e autores de Governança como; Graham et al., 2003; Abrams et al., (2003); Borrini-Feyerabend et al. (2006); e Eagles (2009). Dudley (2008), bem como os da sustentabilidade competitiva como Arroyo (2008, p. 78) Leal e Duarte (2021) e On Governance (2002) quando retratam que o princípio de responsabilidade está relacionado, fundido, intrínseco, nos postulados éticos de justiça intra e intergeracional que se traduz numa base ética do desenvolvimento sustentável.

Recursos: Este atributo é muito importante para a competitividade pois tem em vista a representação dos atrativos que promove os deslocamentos turísticos é corroborado por vários escritores, por Health (2003) quando descreve com As Fundações (história, cultura, clima, eventos.) Ritchie e Crouch (2003 na dimensão Recursos principais e atrativos (Geografia e Clima, a cultura e a história, o conjunto de atividades, eventos especiais, entretenimento) Mazaro (2006) na dimensão competitividade turística (Recursos turístico, atrativos turísticos) Dwyer e Kim (2006) na dimensão recursos (Recursos Herdados: naturais e culturais Recursos criados: recursos de apoio) WEF (2017) na dimensão recursos culturais (Recursos naturais e Recursos culturais e viagens de negócios) Nadalipour e Khoshkhoo (2018) A competitividade sociocultural do destino (atrações culturais, hospitalidade)

Infraestrutura: Este fator competitivo é descrito por vários autores pois representa as infraestruturas básicas e específicas para atender aos turistas. Crouch e Ritchie (1999), Heath (2003), Dwyer e Kim (2003) Mazaro (2006) e WEF (2017) denominam de factores de suporte, situação

condicional ou blocos de construção que proporcionam as fundações sobre as quais uma atividade turística de sucesso pode ser estabelecida, ou seja fatores que refletem o resultado do setor de turismo no destino sendo a forma como elas são trabalhadas com eficiência e de longo prazo, constituirá vantagem competitiva.

Demanda: O atributo demanda é descrito com base na importância da obtenção de informações confiáveis dos turistas que pode influenciar o desenvolvimento de estratégias de marketing persuasivas e unificadoras para atrair turistas para um destino. Principalmente destinos sensíveis como UC. Tanto que é defendido como atributo da competitividade por todos os autores clássicos como Health (2003), Mazaro (2006), Dwyer e Kim (2006) sobre competitividade de destinos. Alguns falam da importância da gestão da demanda, outros falam dos motivos da procura, da satisfação dos visitantes, outros ainda apresentam isso como condições da demanda.

Comunicação: A sua relevância incide na sua capacidade de avaliação do destino em implementar estratégias de comunicação, para com o público alvo. Percepções trazidas por Ritchie e Crouch (2003 na dimensão gestão do destino (Marketing) Heath (2003) dimensão bloco de construção (estratégia de Marketing) Mazaro (2006) na dimensão competitividade (Marketing responsável) Leung et al (2012)

Benefícios sociais e impactos na sociedade: estes dois atributos são defendidos porque são usados para mensurar a capacidade das UCs, para proporcionar benefícios sociais e impactos resultantes destes, para as comunidades locais. Health (2003) na sua dimensão cimento (equilíbrio no envolvimento e os benefícios aos stakeholders direto ou indiretos) escritores que referenciam a sustentabilidades em UC, tais como Rodríguez-Díaz e Pulido-Fernández et al (2020); Nadalipour e Khoshkhoo (2017), Eddyono et al (2021); Mira et al Velazco et al (2022); Zhang et al (2022); Liu et al (2022); Fernandez et al (2022); Esser et al. (1994); ao mencionar que a competitividade não é sustentável sem ter em conta os interesses de todos os intervenientes e avançar para um desenvolvimento equilibrado, que exige harmonia entre turistas, pessoas, locais, empresas e organizações que participam no processo turístico com clara vantagem, se de outra forma, o objetivo da competitividade é o desenvolvimento do turismo e não o desenvolvimento do turismo sustentável

Uso de recursos e produções limpas: propõe-se estes atributos, porque podem avaliar sistemas ecoeficientes de gestão da água e energia nas UCs. Autores como WEF (2017) dimensão Política turística e condições de apoio (sustentabilidade ambiental). Nadalipour e Khoshkhoo, (2018),

Caeiro, (2018), Mazaro (2005) e Leung et al (2019) quando estes afirmam que “escolha materiais para projeto e construção local com base de fontes que minimizem os danos e promovam aspectos como durabilidade, reciclagem, disponibilidade e sustentabilidade. Incorpora um design que seja compatível com a paisagem cultural e física local, bem como com as condições climáticas; e use espécies de plantas nativas para paisagismo para design e controle natural de insetos.

Patrimônio ambiental: é um atributo de competitividade porque pode avaliar se um destino possui estratégias sustentáveis para preservar, expandir e restaurar a biodiversidade. Autores como Caeiro (2018), Nadalipour e Khoshkhoo (2018), Almeida e Short (2005) CEETO, (2018), Leung et al (2019), Bilro (2015), Rodrigues (2018) e Leung et al. (2017)) Klein (2021, p.27) A União Europeia (2021) protege esta função.

CAPÍTULO VI: CONCLUSÃO

6.1 Contexto e objetivos

Esta tese teve como finalidade propor e validar atributos de competitividade para mensurar destinos turísticos específicos como UC. Para isso foram definidos 3 objetivos específicos: primeiro, analisar o papel do turismo nas UCs, segundo, descrever os atributos que tornam as unidades de conservação competitivas e, por fim, construir e avaliar a estrutura dos atributos da competitividade do turismo para UC, sendo usado como caso de estudos 3 UCs em Moçambique-Africa

O trabalho baseou-se na hipótese de que a competitividade do turismo é uma ferramenta útil para despertar os esforços que cada destino turístico empreende na procura de uma variedade de atributos capazes de fornecer soluções inovadoras para o turismo. Sua análise visa melhorar a qualidade da informação para o planejamento turístico que busca gerar negócios turísticos sustentáveis, principalmente nas economias que sobrevivem pelas atividades turísticas em prol da qualidade de vida da população local e da melhoria do destino turístico. Considerou-se também que a especificidade e a sensibilidade das UCs como destinos turísticos merecem atenção especial na aplicação dos modelos de medição da competitividade existentes.

6.2 Procedimentos metodológico

A jornada percorrida até o momento foi longa e complexa, que teve início com a definição da problemática da pesquisa, e o levantamento do estado da arte sobre o tema competitividade, modelos, sustentabilidade e UCs, que foi fortemente embasado por renomados escritores tanto clássicos, como contemporâneos. Essas referências proporcionaram uma compreensão ampla do tema em estudo, servindo como base fundamental na construção teórica do modelo proposto. As metodologias utilizadas estão devidamente detalhadas no trabalho, que foi desenvolvido sob a perspectiva epistemológica sistêmica preconizada por Ludwig Von Bertalanffy. Foi utilizado o trabalho de escritório para desenvolver os atributos com base nos fundamentos metodológicos da OCDE. A validação prática da estrutura foi realizada por meio de visitas presenciais para coletar dados no local, entrevistas com gestores, legisladores e outros intervenientes em três UCs em Moçambique, em um estudo de múltiplos casos. As informações foram processadas por meio de análise de conteúdo, análises comparativas e apresentadas em textos, tabelas, esquemas e gráfico

6.3 Resultados e contribuições

O trabalho avança um modelo de investigação que representa uma ferramenta metodológica para medir a competitividade em UCs um contributo para o avanço do tema competitividades em destinos turísticos especificamente as UCs. Procurou-se construir um conjunto de atributos com um número mínimo de dimensões e critérios que pudessem representar de forma objetiva e atual as UCs, resultando em um modelo que inclui 4 dimensões, 13 atributos e 24 critérios. A disposição dos atributos proposta nesta Tese não segue uma lógica rígida de *layout* fixo, mas segue uma correlação com as dimensões.

Partindo de estudos anteriores sobre o assunto, o modelo proposto acrescenta novos elementos à análise da competitividade dos destinos. Foi incluído no modelo o estudo da capacidade de carga do destino, um fator importante para regular o fluxo turístico nas UCs. Foram considerados também atributos como práticas sustentáveis e restaurativas, significativos no contexto das UC, pois permitem avaliar em que medida priorizam práticas que respeitam as características locais e promovem a reposição da biodiversidade para diversos fins - algo que modelos anteriores não consideravam.

Uma segunda inovação do modelo proposto está relacionada a dois atributos. O primeiro é o desempenho, argumentando que a transparência na prestação de contas e nas decisões das UCs, principalmente para as comunidades, é um elemento essencial para a competitividade. A segunda é referente a participação, em que a sua medição deve perceber também se as decisões comunitárias possuem autoridade.

A terceira inovação está relacionada com a melhoria de dois aspectos. Primeiramente, a comunicação é aprimorada ao abranger elementos de avaliação, como verificar se as mensagens transmitidas contêm conteúdo conservacionista. Em segundo lugar, os benefícios sociais são considerados ao incluir não apenas a medição dos benefícios obtidos, mas também os impactos que tais benefícios geram nas comunidades.

No que diz respeito à metodologia, o estudo projetava, em sua fase inicial, realizar uma revisão da literatura sobre competitividade turística e, de modo específico, sobre a UC. Acredita-se que este trabalho também contribui para o conhecimento nessa área, possibilitando uma revisão crítica dos modelos existentes, das dimensões e atributos utilizados, bem como alguns exercícios de sistematização teórica que podem ser úteis para futuras pesquisas nesse campo.

Por outro lado, a utilização da metodologia da OCDE, com sua diversidade e abrangência na construção, seleção e validação de indicadores, pode se apresentar como uma valiosa alternativa metodológica, reforçando sua utilidade em projetos semelhantes.

Quanto as questões de investigação o trabalho propunha inicialmente contruir uma *framework* com atributos, critérios para avaliar a competitividade das UCs, pelo que foi proposto o modelo. Ela se mostrou adequada na proposição de atributos que contribuíram para aferir a competitividade turística das UCs e que reflitam as premissas da sustentabilidade. Os atributos conseguiram refletir as especificidades e complexidade das UCs, a multidimensão de aspectos que devem ser considerados ao avaliar a competitividade da UCs.

Portanto, o comportamento dos atributos mostra que existe uma forte relação entre elas e as dimensões, e o desempenho de alguns atributos influencia o desempenho do grupo. Ela permite avaliar a evolução da situação das UCs, no atendimento dos atributos privilegiando abordagens que possam ser aplicáveis à generalidade destes destinos, independentemente da sua posição geográfica.

O modelo não só possibilita a comparação entre si e individual, frente a critérios internacionais de competitividades de destinos, como também mapear a diferença de situações ou realidades nas UCs analisadas quanto a capacidade atual de competitividade turística bem como revelar o potencial e trajetórias rumo a posições competitivas mais robustas em termos de competitividade do destino.

Por fim, a aplicação prática desse modelo em três UCs representa uma contribuição objetiva para a avaliação da competitividade desses destinos e serve como ponto de partida para uma análise sistemática do fenômeno, bem como para uma possível expansão para um conjunto maior de UCs. Esta valiosa contribuição não apenas beneficia o meio acadêmico, permitindo o uso do modelo em futuras pesquisas sobre o tema, mas também as UCs, ao possibilitar uma análise das suas fraquezas e ameaças e sugerir maneiras de transformá-las em forças, oportunidades, com as quais a ANAC pode reforçar o seu conjunto de instrumentos capaz de planejar, desenvolver e aprimorar a competitividade.

A partir da análise realizada com base no modelo, o PNG revelou uma forte competitividade, uma vez que houve evidências positivas em relação ao desempenho de seus atributos e critérios. O parque demonstra possuir recursos e infraestruturas que são adequados para o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, demonstra robustez no que diz respeito à comunicação com seu público-alvo e oferece benefícios sociais, como maior satisfação, o que contribui para o desenvolvimento social das comunidades ao seu redor. O parque também adota sistemas ecoeficientes de captação de

água e energia, bem como uma boa gestão da capacidade de carga, o que lhe permite controlar a superlotação turística. O Parque de Limpopo encontra-se em uma posição competitiva mais frágil, pois cumpre os critérios de forma mediana, mostrando-se vulnerável em relação ao PNG em diversos atributos de desempenho, como variedade de fontes de financiamento, qualificação dos recursos, pesquisa das expectativas dos clientes e iniciativas para diminuir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento comunitário. Por outro lado, o Parque de Magoé está mais distante desses critérios e é menos competitivo, pois falha em vários aspectos, especialmente no que se refere à satisfação. É preocupante a escassez de recursos financeiros, humanos e materiais, a falta de demanda turística, a ausência de benefícios para as comunidades locais e a falta de um sistema de gestão da capacidade de carga.

Por estas razões, esta tese é inédita em termos de aplicação de um modelo teórico a um destino como uma UC onde existem poucas iniciativas deste tipo, o que representa uma novidade e oferece pequenos atalhos para oportunidades, consistência e continuidade para avaliar a competitividade de qualquer UC possibilitando o desenvolvimento sustentável do turismo.

6.4 Linhas para futuras investigações

Quanto às fragilidades do estudo, reconheceu-se que o público para o qual o estudo foi realizado, neste caso, os administradores e funcionários das UCs, que embora se tratasse de uma amostra representativa, na análise realizada, poderia aumentar, poder-se-ia procurar também outras partes interessadas, por ex. Locais e empresas de turismo. Outra ideia é aprimorar os atributos com base na abordagem metodológica dos grupos focais, ou outras metodologias que inclua muitos outros pesquisadores e especialistas nesta área do conhecimento.

Este tema não se esgota com a apresentação do modelo, de forma que se sugere que sejam feitos estudos em outras UCs aplicando o modelo, visando aferir a sua consistência. O resultado do estudo aqui proposto não recomenda a generalização dos padrões encontrados para outras UCs pelo que cada área possui a sua especificidade, e para tomada de decisão requer o estudo nesta mesma área, usando o modelo.

Como parte dos resultados, propõe-se investigação para melhorar o planejamento do turismo nas áreas protegidas aqui propostas, particularmente no parque nacional de Magoé, que ainda está na sua “infância” neste aspecto, dando possibilidade de um planejamento preciso e adequado e que paute pelos princípios da sustentabilidade e ao mesmo tempo da competitividade.

BIBLIOGRAFIA

- Abrams, P., G. Borrini-Feyerabend, J. Gardner and P. Heylings, (2003). *Evaluating Governance — A handbook to accompany a participatory process for a Protected Area*, Report for Parks Canada and Ceesp/Cmwg/ Tilcepa.
- Administração Nacional das Áreas de Conservação (2021). *Plano de manejo do parque nacional de Limpopo*. Versão 2 Maputo.
- Agostinho, A (2022). *Competitividade: conceito e medição*. dissertação de mestrado em economia da empresa e da concorrência ISCTE Business School.
- Almeida, I e Abranja, N (2009). *Turismo e sustentabilidade*. COGITUR Journal of tourism studies. V. 2, n. 2 p. 15-31 (2009)
- Alveres, D, Dalonso, Y e Lourenço, J. (2019). Modelos de avaliação de destinos turísticos: conceção e aplicabilidade. *RTA | ECA-USP | v. 30, n. 1, p. 1-23, jan./abr.*,
- Alves, N (2010). *análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do litoral norte do estado de sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território*. Tese não publicada na Universidade Federal de Sergipe.
- An L; Markowski J; Bartos M; Rzenca A e Namiecinski P (2019) An evaluation of destination attractiveness for nature-based tourism: Recommendations for the management of national parks in Vietnam. *Nature Conservation* 32: 51–80. <https://doi.org/10.3897/natureconservation.32.30753>
- ANAC (2015). *Plano estratégico da administração nacional das áreas de conservação 2015-2024*
- ANAC (2016). *Plano de manejo do parque nacional de Magoé*. 1ed. Maputo, Moçambique,
- Andreazza, G. e Flores, L. (2017). *competitividade de um destino turístico: estudo do potencial turístico de Itajaí-sc na perspectiva dos turistas*. In 11º Fórum internacional de turismo do Iguaçu 28,29 e 30 de junho de 2017 Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil.
- Anjos, F e Limberger, P. (2013). *Destino turístico e gestão integrada*. in VII Fórum internacional de turismo do Iguaçu 12 a 14 de junho de 2013 Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil V.1, P 1-11
- Anza, A e Nhamanga, L (2019). *Conhecendo o parque nacional e Magoé*. Inventário de recursos. Tete, Moçambique: ANAC
- Arroyo, J (2008). Cooperação econômica versus competitividade social. Revista. *Katál*. Florianópolis V. 11 N. 1 P. 73-83 Jan./Jun. 2008.
- Barbosa, R(2017) *Organizações solidárias em UC: Os casos da associação Bom Sucesso e da coopetral no estado do Amapá*. Dissertação de mestrado. CDS.

Basto, M e Oliveira, U (2015). *Análise de discurso e Análise de conteúdo: um breve levantamento bibliométrico de suas aplicações nas ciências sociais aplicadas da Administração*. XII seminário da SEGET.

Bazo, D; Florim, L e Mateus, M. (2017). *Destinos turísticos - termos chave do turismo*. Trabalho de disciplina apresentado na escola de comunicação e artes curso de Bacharelado em Turismo. São Paulo.

Beni, M. (2006). *Políticas e Planejamento do turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph,

Bensusan, N (2006). *Conservação da biodiversidade em Áreas Protegidas*. Rio de janeiro: FVG

Bhawsar, P. & Chattopadhyay, U. (2015). *Competitiveness: Review, Reflections and Directions*. Global Business Review

Bilro, M (2015). *As atividades educativas de exploração na natureza no desenvolvimento de competências pessoais e sociais nos jovens e na promoção do turismo na natureza responsável*. Dissertação não publicado. ESHTe

Biofund (2021). *Áreas De Conservação* <https://Www.Biofund.Org.Mz/Mocambique/Areas-De-Conservacao-De-Mocambique/> consultado no dia 22 de abril de 2022

Biro, S. (2015). *Os impactos do turismo e diferentes tipos de visitantes na comunidade: uma investigação empírica de turismo no parque nacional de Gorongosa*. Blog ciências geográfica. Disponível em <http://birosamuelbiro.blogspot.com/2015/10/impactos-do-turismo-no-parque-nacional.html> consultado no dia 29 de abril de 2024.

Birochi, R (2017) *Metodologia de estudo e de pesquisa em administração* florianópolis: departamento de ciências da administração / UFSC.

Blanco-Cerradelo, L.; Gueimonde-Canto, A. António Fraiz-Brea, J. and Diéguez-Castrillón, M.I. (2017). Dimensions of destination competitiveness: analyses of protected areas in Spain, *Journal of CR 29,4 330 Cleaner Production*, Vol. 177, pp. 782-794, doi: 10.1016/j.jclepro.2017.12.242

Borrini-Feyerabend, G. And O. Hamerlynck, (2012) *Réserve de biosphere transfrontiere du delta du sénégál— proposition de gouvernance partagée*, Report For The International Union For The Conservation Of Nature, January ; Disponível em Francês Em Gbf@Cenesta.Org.

Borrini-Feyerabend, G., J. Johnston and D. Pansky, (2006) *Governance of Protected Areas*. Pages 116-145 In Lockwood, M., A. Kothari and G. Worboys (Eds.), *Managing Protected Areas: A Global Guide*, Earthscan, London,

Botelho, E e Bartholo, R. (2015). *O turismo no Parque Nacional Da Restinga de Jurubatiba e as possíveis aproximações com o quilombo machadinha (Quissamã*. Texto de debate

- Brito, Daguiete. (2008). Conflitos em UCs. In: Pracs: *Revista de humanidades* do curso de ciências sociais Unifap.N.1. Dez
- Britto, L E Martins, (2014) *Desenvolvimento sustentável e competitividade empresarial: Uma Análise à luz do paradigma da sustentabilidade*. Artigo Disponível Em Www.Ensinosuperior.Sed.Sc.Gov.Br
- Bucley, Ralf (2006). *Adventure tourism. international centre for ecotourism research*. Griffith University. Gold Coast, Austrália.
- London Fennell, David A. (2002). *Ecoturismo: uma introdução*. Tradução de Inês Lohbauer – Contexto: São Paulo.
- Burnier E. (2006). *El sistema de atividade turística* in Secall, R. (coord). Estrutura de mercados turísticos (pp 15 a 72.) Barcelona: editorial UOC. [E-book] disponível em <https://books.google.co.mz/books?id=WSkyOx2EZAC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false> Consultado no dia [03/09/2021]
- Caeiro, S (2018). *Educação para a sustentabilidade: introdução ao tema e principais conceitos*. UAB
- Camison, C (2020). Competitiveness and sustainability in tourist firms and destinations. *sustainability* 2020, 12, 2388; doi:10.3390/su12062388
- Candiotto, L (2008). Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. *Revista formação*, n.16, volume 1 – p.48-59
- Carmona, V.; Costa, B. e Ribeiro, H. (2014). Competitividade e turismo: estudo da produção científica internacional. *Revista brasileira de pesquisa em turismo*. São Paulo, 8(2), p. 201-221,
- Carvalho, A (2019) *Inovação em turismo através da cocriação em eventos populares – O caso de São João do Porto*. 291 f. Dissertação não publicada. Universidade de Aveiro. Portugal.
- Castro, R e Maia, R (2017). *Bases epistemológicas da criação de áreas naturais protegidas: de yellowstone ao surgimento das reservas extrativistas na amazônia brasileira*. Debates
- CEETO - Central Europe Eco-Tourism: (2018) *Handbook of successful and innovative practices for a sustainable tourism inside protected areas: tools for nature protection* DT.1.2.3 Ver.2.0
- Coelho, P (2018), *Turismo e sustentabilidade na região do algarve*. Dissertação não publicada. ISCTE Business Scholl, Lisboa
- Correia, J (2011). *Concepção e Implementação de um WebSIG no Parque Nacional da Gorongosa usando software de código aberto e livre*. Dissertação. Universidade Nova de Lisboa
- Cooper, C (2001). *Turismo: Princípios e Prática*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman
- Crouch, G. e Ritchie, J. (2003). Tourism, competitiveness, and societal prosperity. *Journal of business research*, 44, 137-152

- Cunha, L. 2013. *Economia e política do turismo*. Lisboa: Lidel Edições Técnica
- Cunha, D. e Jesus, G (2020) *Turismo sustentável: uma breve revisão sistemática*. Anais do fórum regional de administração. P. 138-156.
- Cunha, L. (2006). *Economia e política do turismo*. Lisboa: Editorial Verbo
- De Moraes, A 2006) Competitividade e sustentabilidade. É possível as cidades turísticas serem sustentáveis e competitivas Ao Mesmo Tempo? *Pasos. Revista De Turismo Y Patrimonio Cultural*, Vol. 4, Núm. 3, setembro, 2006, Pp. 443-446
- Diniz, E. M. (2002). Rio+10 resultados. *Revista do departamento de geografia*, n. 15, p. 31–35.
- Domareski Ruiz e T. Gandara, G e Manoel, J (2013 a). A relação entre o planejamento urbano e a competitividade dos destinos turísticos. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, vol. 7, núm. 2, maio-agosto, p. 260- 280
- Domareski-Ruiz; T e Anjos; F e Anjos, S (2013 b.) *Competitividad de destinos turísticos: Estudio de caso do Foz do Iguaçu. Cuadernos de turismo*, v. 31, p. 83-103, 2013.
- Domaresk-Ruiz (2015) *A dinâmica evolutiva da competitividade do destino turístico Curitiba.*” Tese não publicada – UFPR, Curitiba.
- Dudley, N. (2008) *Guidelines for applying protected area management*. Categories, IUCN, gland (Switzerland).
- Dunn, J (2020). *Handbook on constructing composite indicators methodology and user guide*. Isbn 978-92-64-04345-9 - © OECD 2008
- Dwyer, L. & Kim, C. (2003) Destination competitiveness: determinants and indicators. *Current Issues in tourism*, v. 6, n.5, p. 369-413, 2003.
- Eagles, P. 2001. International trends in park tourism. *EUROPARC 2001*, Edition 4, Matrei, 43 pp.
- Eagles, P. F. J. (2009) Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas”, *Journal of sustainable tourism*, 17, 2: 231-248.
- Eddyono, F.; Darusman, D.; Sumarwan, U E Sunarminto, T (2021). Optimization model: The innovation and future of e-ecotourism for sustainability. emerald publishing limited, *Journal of tourism futures* Issn 2055-5911 1-18. Doi 10.1108/Jtf-03-2021-0067
- Enciclopédia significados (2024) significados de atributos. Disponível em <https://www.significados.com.br/atributos/> consultado no dia [29/07/2024]

- Esser, K., Wolfgang, H., Messer, D., & Meyer-Stammer, J. (1994). *Competitividad sistémica: competitividad internacional de las empresas y políticas requeridas*. Berlin: Instituto Aleman De Desarrollo, Estudios E Informes.
- Evans, N. (2016). Sustainable competitive advantage in tourism organizations: A strategic model applying service dominant logic and tourism's defining characteristics. *Tourism Management Perspectives*, 18, 14-25.
- Fagundes, C; Schreber, D; Ashton, M Et al (2018). Gestão ambiental, turismo sustentável e produção orgânica: Tripé de êxito em organização do sul do Brasil. *Rosa dos ventos*, vol. 10, núm. 2, 2018 Universidade de Caxias do Sul, Brasil
- Fennel, D. A. (2002). *Ecoturismo: Introdução*. São Paulo: Contexto.,
- Fennel, D. (2013). *Ecotourism* (5ª ed.). London, United Kingdom: Routledge.
- Fernandes, R. S. & M. A. M. Pereira (2015). *Actividades recreativas na reserva marinha parcial da Ponta do Ouro (2010-2014)*. Volume 1: Informação Geral. Relatório de Investigação No 8: 9 Pp. Maputo, CTV
- Ferreira, L (2009). Planeamento estratégico de destinos turísticos. *revistas Cabo-Verdes redes de desenvolvimento regional*. Cabo Verde.
- Flores, L. e Mendes, J. (2014). Perspetivas do destino turístico: repensando o sentido do conceito. *Revista brasileira de pesquisa em turismo*. São Paulo, 8(2), pp. 222-237, maio/ago. 2014.
- Fonseca, A.V. (2017). A Competitividade dos destinos turísticos pela ótica do mercado emissor francês. dissertação não publicada. ESHTe
- Fonseca, M (2013). Construção de um produto turístico de safaris no PNG (Moçambique) Dissertação não publicada. ESHTe
- Fontana, R (2017). *Gestão de destinos turísticos: o papel das organizações públicas e privadas*. tese não publicada Universidade do Vale do Itajaí
- Franco, J; Schittini, G e Braz, V (2015). *História da conservação da natureza e das Áreas Protegidas: panorama geral história*, Rio Grande, 6 (2): 233-270, 2015
- Gabriele, P.; Treinta, F.; Farias Filho, J.; Souza, M.; Tschaffon, P. e Brantes, S (2012). Sustentabilidade e vantagem competitiva estratégica: um estudo exploratório e bibliométrico. *Revista produção online*, Florianópolis, Sc, V.12, N. 3, P. 729-755, jul./set.
- Garelli, S. (2018). *30 Years of competitiveness research*. institute for management of development, lausanne.
- Gerhardt, T e Silveira, D (2009). *Método de pesquisa*. Porto Alegre UFGR

- Gil, A, (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. - São Paulo: Atlas
- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas.
- Governo de Moçambique (2020) *Plano nacional de desenvolvimento territorial: relatório r1/02 diagnóstico nacional*. Moçambique.
- Governo de Moçambique, (2018). *Turismo baseado na natureza nas áreas de conservação*. Relatório da conferência internacional. Maputo 7 A 9 De Junho De 2018.
- Graham, J.; B. Amos e T. Plumptre, (2003). *Governance principles for Protected Areas in the 21st century*. a discussion paper, institute on governance in collaboration with parks Canada and canadian international development agency, Ottawa.
- Guerreiro, S. (2017). *Determinantes da competitividade de lisboa como destino turístico*. 302f tese de doutor em turismo, especialidade de gestão de destinos turísticos. Instituto de geografia e ordenamento do território, Universidade de Lisboa
- Haguenauer, L. (2012). *Competitividade: conceitos e medidas*. texto para discussão, IEI/UFRJ, n. 211, 1989, mimeo. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/1989> Haguenauer.pdf. Acesso em 18 de março de 2022
- Honguane, A (2006). *Perfil diagnóstico da zona costeira de Moçambique* diagnosis of Mozambique coastal zone. Revista de gestão costeira integrada 7(1):69-82 (2007) artigo sem revisão editorial.
- Houtte, M (2015). *Sustainable tourism management in protected areas using a systemic approach a case study from Þingvellir national park, Iceland*. dissertação não publicada. a Magister Scientiarum.
- Ignarra, L (2013). *Fundamentos do turismo* 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: cengage learning
- Institute on Governance, (2002). *governance principles for protected areas in the 21st century, discussion paper for parks Canada*, Ottawa.
- Instituto Nacional de Estatística, I. P (2021). *estatística do turismo 2020*. Portugal: Instituto Nacional De Estatística, I. P.
- Irving, M; Coelho, A e Arruda, T. (2020). *Turismos, sustentabilidade e pandemias: Incertezas e caminhos possíveis para planeamento turístico no horizonte da Agenda 2030*. Observatório de Inovação do Turismo - *Revista Acadêmica* Vol. XVI, nº Especial, dezembro – 2020, p 73-105
- IUCN (2019). *Relatório anual 2019*. Ecuador: Uicn-Sur
- IPDT –Turismo e consultoria (2024) *maximizando o potencial do turismo: a importância de gestão dos destinos*. Blog disponível em [Potencial do Turismo: A Importância da Gestão dos Destinos \(ipdt.pt\)](https://ipdt.pt) consultando no dia 23/07/2024

- IUCN. (2019). *Lista verde de áreas protegidas e conservadas da UICN*: Manual do usuário, versão 1.2. Gland, Suíça: IUCN.
- Klarin, T. (2018). The concept of sustainable development: from its beginning to contemporary issues. *Zagreb international review of economics & business*, Vol. 21, No. 1, Pp. 67-94
- Klein, Naomi (2021). *A Tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record.
- Körössy, N (2008). *Do turismo predatório ao turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística*. Caderno Virtual de Turismo Vol. 8, N° 2 p. 56-68(2008)
- Kupfer, D (1992). *Padrões de concorrência e competitividade*. Texto para Discussão 265, IEI/UFRJ, publicado nos Anais do XX Encontro Nacional da ANPEC, Campos de Jordão, SP.
- Lamas. S.; Silva, C.; Hofstaetter, M.; Souza, C. e Marques Júnior, S. (2018). *sustentabilidade no turismo ou turismo sustentável: uma revisão conceitual*. In Santos, F. Perna, J; Santos, L. N. Pereira, N & Renda, A (Ed). *Sustentabilidade: O futuro do turismo* (chap. IV, pp. 85-102). Faro: UAlg ESGHT.
- Leal, A.; Durante D. (2021). O princípio da responsabilidade em Hans Jonas como proposta ética para uma sociedade sustentável. *desenvolvimento meio ambiente*, V. 58, P. 82-104, jul./dez. 2021.
- Lei n.º 16/2014 *Lei da conservação da natureza em Moçambique* de 20 de junho de 2014. BR. Série 1 número 50.
- Lei n.º 5/2017, *Lei da proteção, conservação e uso sustentável da diversidade biológica Moçambique de 17 de dezembro de 2017*. BR. série 1 número 105
- Leiper (1990). Tourist attraction systems. *annals of tourism research*. Vol. 17, N° 3, pp. 367-384
- Leung, T; Spence Ley, A.; Spence Ley. G.; Buckley, R. e Graves, C. (2017) *Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas: desenvolvendo capacidades para proteger o planeta* série diretrizes para melhores práticas em áreas protegidas da WCPA da UICN n 27
- Leung, Y.; Spenceley, A.; Hvenegaard, G. e Buckley, Ralf. (Eds.) (2019). *Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas. diretrizes para sustentabilidade*. Série diretrizes para melhores práticas para áreas protegidas no. 27, Gland, Suíça: Uicn. Xii + 120 Pp.
- Liu H.; Hasan M.; Cui D.; Yan J. e Sun G (2022). *Evaluation of tourism competitiveness and mechanisms of spatial differentiation in Xinjiang, China*. PLoS ONE 17(2): e0263229. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0263229>

- Lopez-Torres, G.; Montejano-García, S.; Javier Alvarez-Torres, F. and Perez-Ramos, M (2021). *Sustainability for competitiveness in firms – a systematic literature review*. Doi 10.1108/Mbe-02-2021-0023. Ssn 1368-3047;
- Louro, C.; Fernandes R.; Pereira, M. e Salomão, A. (2016). *Desafios e oportunidades de gestão das Áreas de Conservação Marinhas em Moçambique. Estudo de Caso: Reserva marinha parcial da Ponta do Ouro*. Relatório anual de governação ambiental. 100 pp. Maputo: Centro Terra Viva
- Mabureza, T (2020, p. 41). *Turismo e população local em áreas protegidas: parque nacional do limpopo (moçambique)* Dissertação não publicada da Universidade Federal Fluminense. Brasil.
- Magalhães, M. (2004). *Metodologia para desenvolvimento de sistemas de indicadores: uma aplicação no planeamento e gestão da política nacional de transportes*. Dissertação e Mestrado, não publicado, Universidade de Brasília
- Manente, M. (2008). *Central paper, Session 4: Tourism destination management*. Disponível em: http://statistics.unwto.org/sites/all/files/pdf/manente_eng_0.pdf Marketing consultado no dia [25/04/2022]
- Marconi, M e Lakatos, E (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. – 5ed.- São Paulo: Atlas
- Martín-González, R.; Swart, K. e Luque-Gil, A. (2021). Tourism competitiveness and sustainability indicators in the context of surf tourism: The case of Cape Town. *Sustainability* 2021, 13, 7238. <https://doi.org/10.3390/Su13137238> [25/04/2022]
- Martins, P e Silva, C (2018). Turismo de natureza ou na natureza ou ecoturismo? reflexões e contribuições sobre um tema Em constante debate *Revista Turismo em Análise - RTA* | ISSN: 1984-4867 v. 29, n. 3, p. 487-505, set./dez., 2018.
- Matos, E & Medeiros, R (2011) conservação e desenvolvimento de comunidades tradicionais: o caso de Chimanimani no centro de Moçambique Artigo *Geo UERJ* - Ano 13, nº. 22, v. 1, 1º semestre de 2011 - ISSN 1981-9021 <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj> [25/06/2022]
- Mazaro, R (2005). *Sistemas regionais de inovação em turismo e contexto da experiência: uma abordagem conceitual*. ix seminário da associação nacional pesquisa e pós-graduação em turismo 30 de agosto e 01 setembro de 2012 – Universidade Anhembi Morumbi - São Paulo
- Mazaro, R (2006). *Competitividad de destinos turísticos y sostenibilidad estratégica. proposición de un modelo de evaluación de factores y condiciones determinantes*. Tesis não publicada na universidade de Baecelona.
- Mazaro, R (2010). Atualização da sustentabilidade estratégica como instrumento de gestão de destinos turísticos. *Revista turismo e desenvolvimento* no 13/14. P 771-781

- Mazaro, R. (2017). Inovação em turismo e competitividade regional: abordagem conceitual e ensaio de aplicação. *RTA | ECA-USP* | v. 28, n. 1. p. 1-18, jan./abr.,
- Mazo, A; Oliveira, R; Biancolino. C. e Tomazzoni, E. (2020). Análise bibliográfica e sistemática da literatura acadêmica sobre “cidades inteligentes”, “turismo” e “competitividade” *Turismo, visão e ação*, v 23, n1, p 148-168, jan./abr - Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil.
- Medeiros, L e Moraes, P (2013, p. 217). Turismo e sustentabilidade ambiental: Referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. *Revista meio ambiente e sustentabilidade* | vol.3 n.2 p. 198-234| jan./jun. 2013
- Meira, J. Dos Anjos, F e Da conceição, C (2015). *Aplicação da abordagem sistêmica no turismo: uma análise dos artigos publicados nos anais dos seminários da ANPTUR XII Seminário da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em turismo* –Natal/RN
- Mendonça, A.; Moellwald, M. e Dal Mago, D.; (2014) *Metodologia para estudo de caso: livro didático*. Palhoça: Unisulvirtual, 99 p.: il.; 28 cm.
- Melo, M; Guedes, N e Melo, G et al (2021). *Unidades de conservação: empreendedorismo e Inovação para um turismo sustentável no Mato Grosso do Sul* [livro eletrônico]. -- 1. Ed. -- Recife, PE: Café com literatura
- MICULTUR- Ministério da cultura e turismo (2016) *plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique*. II Volume
- Miki, A; Gandara, J; Muñoz, D. (2012) O estado atual de pesquisas sobre competitividade turística no Brasil. *Caderno virtual de turismo*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.212- 223, ago.
- MIMAIP- Ministério do mar, águas interiores e pescas (2020) *Relatório de actualização de informação da actividade da pesca artesanal no banco de Sofala*. Maputo
- Ministério de Administração Estatal (2005). *Perfil do distrito de Gorongosa, província de Sofala*. Série perfis distritais. Edição 2005
- Ministério do Brasil (2020). *Anuário estatístico de turismo 2021 - Volume 48 - Ano base 2020 - 1ª Edição*
- Ministério do Turismo do Brasil (2010, p. 15). *Turismo de aventura: orientações básicas* 3ª Edição 75 p. 24 cm.
- MITUR (2003). *Plano de manejo e desenvolvimento: Parque nacional de Limpopo*. Moçambique.
- Miranda, N (2013). *Análise da competitividade e desenvolvimento dos destinos turísticos da grande lisboa e oeste* dissertação não publicada. Instituto Politécnico do Porto. Porto

- MITADER-Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, (2016) *Plano Estratégico Do Desenvolvimento de Terra Ee Ambiente*. Mozambique
- MITADER-Ministério de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, (2019) *Plano nacional de Desenvolvimento Territorial*. Relatório R.I/02 – Diagnóstico Nacional. Versão Final. Mozambique
- Monteiro, M (2014). *Competitividade de destinos turísticos: O caso das ilhas de Cabo Verde*. Dissertação não publicada. Instituto politécnico de Bragança.
- Nadalipour, Z; Khoshkhoo. M. e Eftekhari, A. (2018). An integrated model of destination sustainable competitiveness review: *An international business journal* Vol. 29 No. 4. pp. 314-335
- Nunes, E & Martins, M (2019). Indicadores de sustentabilidade para o turismo sustentável: um estudo no município de Bananeiras (PB). *Revista brasileira de ecoturismo*, São Paulo, v.12, n.2, mai./jul 2019, p.258-273.
- Oliveira, A (2017). *Unidades de conservação: desafios e alternativas de gestão econômica dos parques nacionais* dissertação não publicada. Universidade de Brasília
- Oliveira, R. (2013). *Empreendedorismo e inovação no turismo. A herança magna como atração cultural*. Relatório de estágio não publicado. Universidade de Coimbra
- Ombe, Z e Fungulani, A 1996). *Alguns aspectos da história da conservação em Moçambique*. Maputo: Editora Escolar
- OIT-Moçambique, (2019) *1º Boletim Estatístico sobre Protecção Social*. Maputo
- Peace Park Foundation (2006). *Camp on the banks of the massingir dam and enjoy the Limpopo Park* <https://www.peaceparks.org/camp-on-the-banks-of-the-massingir-dam-and-enjoy-the-limpopo-park/> [22/05/2022]
- Pellizzaro, P.; Hardt, L.; Hardt, C.; Hardt, M. e Sehli (2015). Gestão e manejo de áreas naturais protegidas: contexto internacional. *Ambiente & sociedade* São Paulo v. XVIII, n. 1. p. 21-40 n.
- PNG (2024). *Accommodation facilities* disponível Em <https://parquelimpopo.gov.mz/pt/accommodationfacilities/> Consultado Em 29/04/2024
- PNG-(2020). Nossa Gorongosa – juntos, criamos um impacto Real. *Revista anual destaques da Gorongosa*. Beira.
- PNG-(2021). Nossa Gorongosa – juntos, criamos um impacto Real. *Revista anual destaques da Gorongosa*. Beira.
- PNG-(2022). Nossa Gorongosa – juntos, criamos um impacto real. *Revista Anual destaques da Gorongosa*. Beira.

- PNG-(2023). Nossa Gorongosa – juntos, criamos um impacto real. *Revista Anual destaques da Gorongosa*. Beira.
- PNL (2024). *História* site disponível Em <https://Parquelimpopo.Gov.Mz/Pt/History/>
- PNL- Parque Nacional do Limpopo (2011). *plano estratégico para a comercialização do turismo*. elaborado pela Peace park foundation: Maputo, Moçambique,
- PNL-Parque nacional de Limpopo, (2015). *Parque nacional do Limpopo - folha informativa*. Elaborado pela Peace park foundation: Maputo, Moçambique.
- Pollice, F. e Iulio, R. (2011). Avaliação da competitividade turística do território. finisterra: *Revista portuguesa de geografia*, V. 46, N. 91, P.121-138, 2011.
- Porsse, A (2016). *Metodologia de elaboração de indicadores*. UFPR
- Porter, M. E. (1999). *Competição: estratégias competitivas essenciais*. (6a ed.). Rio de Janeiro: Campus
- Prodanov, C e Freitas. E (2013). *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale.
- Przybyszewski, J.; Fernandes, P e Niadas, A (2017) *Desenvolvimento e Turismo Em Unidades de Conservação Potiguares*. Rev. Anais Bras. de Est. Tur./ ABET, Juiz de Fora, v.7, n.2, p.65 – 81, Maio/Ago.
- Pulido-Fernández, J.; Cárdenas-García, P.J. e Espinosa-Pulido, J.A. (2019). *Does environmental sustainability contribute to tourism growth? an analysis at the country level*. J. Clean. Prod. 2019, 213, 309–319.
- Raza, S. Standing, C. (2008). Systemic model for managing and evaluating conflicts in organizational change. *Systemic practice and action research*. V.24, P.187-210.
- Ribeiro, R(2017). *Hospitalidade e competitividade em unidades de conservação: estudo de casos múltiplos na rota das emoções*. Dissertação não publicada. Universidade Anhembí Morumbi
- Ritchie, B. e Crouch, G. (2000). *Special issues on the competitive destination. strategies for successful tourism development*. *Journal of hospitality and leisure*.
- Rocha, S (2013) *Determinantes de competitividade de destinos turísticos aplicados aos roteiros regionais: uma avaliação do roteiro Seridó/rn*. dissertação não publicada. UFRN
- Rocha, S Costa, M. e Dos Anjos, F (2017). Competitividade de destinos turísticos em áreas protegidas naturais”. *Revista turydes: turismo y desarrollo*, N. 25 (Diciembre).

- Rodrigues, AFC (2018). *Turismo de natureza na serra da Lousã*. Dissertação não publicada. Universidade de Coimbra.
- Rodrigues, M (2017). *Avaliação das Estratégias de Gestão de Risco no Turismo Ativo: Caso do Mergulho na praia do Tofo-Inhambane em Moçambique*. Dissertação não publicada. ESHTe
- Rodríguez-Díaz, B e Pulido-Fernández, J (2020). Sustainability as a key factor in tourism competitiveness: a global analysis. *Sustainability* 2020, 12, 51; Doi:10.3390/Su12010051.
- Rodríguez-López, N. Diéguez-Castrillón, M. Gueimonde-Canto, A. (2021). Sustainability and tourism competitiveness in protected areas: State of art and future lines of research. *Sustainability* 2019, 11, 6296; Doi:10.3390/Su11226296
- Rodríguez-López, N.; Diéguez-Castrillón, M. e Gueimonde-Cant, A (2019). Sustainability and tourism competitiveness in protected areas: State of art and future lines of research *Sustainability*
- Rosa, S e Anjos, F (2018). A competitividade de destinos turísticos em áreas protegidas naturais, *Revista turydes: turismo y desarrollo*, n. 25 (diciembre / dezembro 2018)
- Ruiz T. (2015) *A Competitividade das destinações turísticas: O caso de Foz do Iguaçu (PR), Brasil*. Dissertação não publicada. UNIVALI.
- Salgado, C. (2017) *Transient Competitive Advantage Motel (TCAM): um Modelo para Analise da Conjuntura De Empresas No Contexto De Vantagens Transitórias*. Tese não publicada: UFRN
- Sancho, A. (2017). *Turismo no entorno de parques: um olhar territorial*. artigo científico Belo Horizonte, 01 De janeiro - 30 junho De 2017. Vol.14, Nº1, 2017
- Santos, B (2016). *Gestão de unidades de conservação em contexto metropolitano representações e conflitos na região metropolitana de salvador* Tese não publicado. Universidade federal da Bahia.
- Santos, L E Neris, L 2021, P. 29). A sustentabilidade como direito fundamental: instrumentos constitucionais para o cumprimento da agenda 2030. *Revista manus iuris*. Mossoró: Universidade federal rural do semi-árido.
- Schramm, H (2021) que é o *Turismo responsável* e qual a sua importância Blog disponível <https://nunypelomundo.com/o-que-e-turismo-responsavel/>. Consultado no dia 12 de abril de 2022
- Sette, I Santos, G E Uvinha, R (2017). Modelos de competitividade de destinos turísticos: evolução e críticas tourism destination competitiveness models: Evolution and criticisms. Observatório de inovação do turismo - Revista acadêmica Vol. Xi, Nº 1. junho.

- Silva, M e Edson, M (2020). *O desenvolvimento sustentável como vantagem competitiva empresarial: um levantamento bibliográfico*. Revista eletrônica calafiori (Online) Issn: 2319-0132, V. 4, N. 2, Dez 2020.
- Silva, C (2021) *Desenvolvimento e Turismo em Unidades de Conservação Potiguares*. Tese não publicada. UFRN.
- Simões, J. Te Lopes, E (2020). Destinos turísticos: sistemas de gestão e certificação. *Journal of tourism and heritage research*, vol. nº 3, nº 2 p. 207-220.
- Sousa, T. (2018) *Modelo de competitividade de destino turístico inteligente*. Tese não publicado La universidad de Alicante (UA) Itajahi
- Spenceley, A (2006). *Tourism in the great limpopo transfrontier park, development southern Africa*, artigo 23:5, 649-667,
- Spenceley, A (2020). *The importance of nature-based tourism & sustainable development. virtual knowledge exchange hosted by the global wildlife program nature-based tourism: tools and resources for sustainable development* 27/28 July 2020
- Spenceley, A.; McCool, S.; Newsome, D.; Báez, A.; Barborak, J.; Blye, C.; Bricker, K.; Cahyadi, H.; Corrigan, K.; Halpenny, E.; Hvenegaard, G.; Malleret, D.; Yu-Fai Leung, K.; Ante Mandić, A.; Naidoo, R.; Rüede, D.; Sano, J.; Sarhan, M.; Santamaria, V.; Sousa, T. e Zschiegner (2021) *Tourism in protected and conserved areas amid the covid-19 pandemic*. Parks Vol 27 (Special Issue) March 2021, p.103-118.
- Stanford, D. (2008). Exceptional visitors: dimensions of tourist responsibility in the context of new zealand. *Journal of sustainable tourism*, 16(3), 258-275.
- Streimikiene, D. Svagzdiene, B Jasinskas, E (2020). Sustainable tourism development and competitiveness: The systematic literature review, *sustainable development*. 2021; 29:259–271.
- Thiollent. M. (2000.) *Metodologia da pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez.
- Thong, J.Z., Mohamad, A.A., & Lo, M.C. (2020). Endowed and created resources towards ecotourism competitiveness: Natural protected areas in sarawak. *Geo journal of tourism and geosites*, 32(4), 1252–1258.
- UICN (2012). *Siting and design of hotels and resorts: principles and case studies for biodiversity conservation*. gland, Switzerland: IUCN. <https://Portals.Iucn.Org/Library/Efiles/Documents/2012-013.Pdf>. Accessed 15 February 2022.

- UNWTO (2019). *Economic impact of global wildlife tourism*. Available at: <https://www.atta.travel/news/2019/08/the-economic-impact-of-globalwildlife-tourism-wttc/> (Accessed: 10 October 2022)
- UNWTO. (2014). *Glossary of tourism terms*. World tourism organization. <http://doi.org/10.1177/1479164111417471>
- UNWTO (2017). *Discussion Paper on the occasion of the international year of sustainable tourism for development 2017*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO (2015) *Código de ética mundial para o turismo: por um turismo responsável*. Di em https://www.each.usp.br/turismo/livros/codigo_de_etica_mundial_para_o_turismo_UNWTO.pdf consultado no dia 12 de maio de 2024
- UNWTO (2024) *Barómetro ONU Turismo* disponível em <https://www.unwto.org/es/barometro-del-turismo-mundial-de-onu-turismo> consultado no dia 21 de julho de 2024
- Urano, D (2016). Contribuições de leiper, wahab e cuervo para a abordagem sistêmica do turismo. *Revista de turismo contemporâneo– Rtc*, Natal, V. 4, Ed. Especial, P. 77-95, abr.
- Velazco, S.; Bedrij, N.; Rojas, J.; Keller, H.; Ribeiro, B e De Marco, P (2022) Quantifying The Role of protected areas for safeguarding the uses of biodiversity. *Biological Conservation* 268 109525
- Viana, F e Nascimento, M (2009). O turismo de natureza como atrativo turístico do município de Portalegre, Rio Grande do Norte Campinas, Setur/SBE. *Pesquisas em turismo e paisagens cársticas*, 2(1), 2009.
- Vieira, D.; Hoffmann, V.; Dias, C. & Carvalho, J. (2019). atributos determinantes da competitividade dos destinos de sol e praia brasileiros. *Revista brasileira de pesquisa em turismo*, São Paulo, 13 (2), p. 128 - 143, maio/ago. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i2.1557>
- Vitor, R.; Bernardo, A. 3 Wache, F (2020) *Avaliação e hierarquização de atrativos turísticos no distrito de Mágoè, Moçambique*. Boletim campineiro de geografia. V.10, N 1
- WEF. (2017). *Em the global competitiveness report 2017- 2018*. Geneva: WEF
- Wikipedia Project, (2023). *Parque nacional da gorongosa*. Disponível em https://Pt.Wikipedia.Org/Wiki/Parque_Nacional_Da_Gorongosa Consultado no Dia [27/04/2024]
- World Bank Group (2021) *Banking on protected areas promoting sustainable protected area tourism to benefit local economies*. Public Disclosure Authorized.
- World Bank Group, (2015). *Conservation and development in Mozambique: lessons from the transfrontier conservation areas program and new perspectives for the Mozbio program*. Brochura.

- WWF (2016). *Conservação em Números: construindo o futuro das áreas de conservação em Moçambique*. Relatório. WWF-Moçambique
- Young, C (2010). Sustentabilidade e Competitividade: O Papel Das Empresas. *Revista de Economia Mackenzie* Volume 5 N. 5 P. 87-101
- Zhang, X.; Zhong, L. E Yu, X. (2022). Sustainability assessment of tourism in protected areas: a relational perspective. *Global ecology and conservation* 35 (2022) E02074.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Local _____ Data ____//____//2023 O presente guião de entrevista, e sobre a Atributos de Competitividade para Destinos Aplicados À UC Preposição De *Framework* Para Análise E Orientação Estratégica, e realize-se no âmbito da investigação académica e científica de formação para o grau de Doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-Brasil (UFRN). Os dados recolhidos são confidenciais, e só serão usados no âmbito académico

	ATRIBUTO	CRITÉRIO		Fonte de informação
DIMENSÃO 1: COMPETITIVIDADE GOVERNAMENTAL				
G1	Participação	Estrutura representativa	Estrutura de gestão que permita a participação dos setores diretamente envolvidos e/ou impactados pelas decisões da UC	Análise documental: documentos normativos e planos de maneios regulamentos internos
			Composição dos órgãos de gestão e de tomada de decisão com a participação de representações dos setores envolvidos	Análise documental : documentos normativos e planos de maneios regulamentos internos e relatório de encontros
			Instrumento normativo que define atribuições e responsabilidades dos órgãos de gestão e do papel de líderes e de colaboradores	Análise documental: normas e planos de maneios regulamentos internos
		Processo participativo	Caráter ativo e permanente do funcionamento da UC	Análise documental; planos de actividades
			Atribuições e tipologia de decisões de responsabilidade dos órgãos de gestão da UC	Análise documental: documentos normativos e planos de maneios regulamentos internos
			Caráter deliberativo/poder das decisões tomadas pelo órgão de gestão da UC conforme previsto em seus instrumentos normativos próprios	Análise documental: documentos normativos e planos de maneios regulamentos internos. Relatório de encontros
G2	Direção	Visão estratégica	Definição de estratégias comprometidas com os princípios da sustentabilidade e das UCs	Análise documental: documentos normativos e planos de maneios regulamentos internos. Relatório de encontros
			Horizonte temporal do plano de gestão e das estratégias e de seu compromisso com os impactos de longo prazo	Análise documental: documentos normativos e planos de maneios regulamentos internos
		Eficácia de gestão	Plano de gestão que contemple as diretrizes gerais e estratégias de gestão da UC, suas metas e métodos de implantação	Análise documental: e planos de maneios regulamentos internos e outros planos
			Sistemas de gestão que permitam o acompanhamento e avaliação da implantação das estratégias e de cumprimento de metas	Análise documental: documentos, relatório de monitoria de processos

			Processos de gestão que possibilite o feedback permanente e o ajuste das decisões ao contexto e conjuntura, bem como correção de rumos para busca dos resultados	Análise documental: documentos dos mecanismos de feedback e correção dos processos de gestão
G3	Desempenho	Recursos	Aporte de recursos de capital que possibilitem a gestão e operação de forma sustentada e continuada da UC	Análise documental do relatório financeiros e
			Diversidade das fontes de financiamento e aporte de recursos financeiros para a gestão e Desenvolvimento da UC	Análise documental dos Planos estratégico –operacional mostrando diversidade de financiamento Mudanças verificadas nas uc
			Qualificação e alocação dos RH locais na composição dos órgãos de gestão e operação d a UC	Análise documental: organograma da UC e relatórios de encontros
		Transparência	Manutenção de meios de acesso á informações sobre decisões e ações relativas ao funcionamento e desempenho da UC	Análise documental/entrevista: fontes de partilha de informações.
			Prestação de conta :quem presta as contas e quais os mecanismos (via relatório, apresentação em fórum)	Entrevista aos gestores da UC. Análise documental: (via relatório, apresentação em fórum)
			Mecanismo de compartilhamento dos Documentos das UC bem como as linhas de responsabilidade e relatórios/prestações de contas.	Entrevista aos gestores do parque. Análise documental
G4	Responsabilidade de	Compromisso e integridade	Tipo de governança.	Entrevista aos gestores
			Responsabilidades específicas por áreas funcionais e pelos intervenientes da UC	Análise documental: análise dos estatutos e regulamentos internos da UC
			Autoridade e responsabilidade na execução das tarefas e seu relacionamento com qualificação dos diversos intervenientes	Análise documental: análise dos estatutos e regulamentos internos da UC, bem como dos processos individuais.
DIMENSÃO 2: COMPETITIVIDADE ESTRUTURAL				
C1	Recursos	Naturais	Quantidade de recursos naturais preservados/mantidos na UC	Análise documental: plano de manejo
			Diversidade dos recursos naturais presentes na UC	Análise documental: plano de manejo Entrevistas aos gestores
			Originalidade dos Recursos Humanos.	Entrevista aos gestores e pesquisadores
		Culturais	Quantidade de recursos culturais preservados/mantidos na UC	Análise documental: plano de manejo
			Diversidade dos recursos culturais presentes na UC	Análise documental: plano de manejo Entrevistas aos gestores

			Originalidade dos recursos culturais	Entrevista aos gestores e pesquisadores e comunidades locais
C2	Infraestrutura	Do destino	Alimentação	Entrevista aos colaboradores e observação
			Hospedagem	Entrevista aos colaboradores e observação
			Mobilidade	Entrevista aos colaboradores e observação
		Do atrativo	Alimentação	Entrevista aos colaboradores e observação
			Hospedagem	Entrevista aos colaboradores e observação
			Mobilidade	Entrevista aos colaboradores e observação
C3	Demanda	Perfil	Características dos visitantes da UC	Entrevista aos Turistas Análise documental: relatório estatísticos de entrada
			Gasto médio diário dos visitantes da UC	Entrevista aos turistas e relatórios de demanda
			Permanência dos visitantes	Entrevista aos turistas e relatórios de demanda
		Gestão da demanda	Sazonalidade do fluxo de visitantes distribuído ao longo do ano	Entrevista aos gestores e relatórios de demanda
			Estudos de expectativa e satisfação dos visitantes	Entrevista aos gestores e relatórios de demanda Análise documental
C4	Comunicação	Estratégia de comunicação	Meios de divulgação do parque e uso todas as atuais possibilidades de comunicação com o público-alvo	Análise documental/documentos de marketing e entrevista aos gestores
			Mensagem e conteúdo que correspondam a proposta de preservação e de educação para a sustentabilidade próprias de uma UC	Análise documental: spot publicitários dos parques, site
DIMENSÃO 3: COMPETITIVIDADE SOCIAL				
S1	Benefícios sociais	Cadeia produtiva	Programas e projetos institucionais de integração dos negócios e agentes locais às atividades da UC	Análise documental: projectos de integração Entrevista as comunidades locais
		Pessoas e oportunidades	Programas e projetos institucionais de formação e qualificação da população local para incorporação às atividades da UC	Análise documental: planos de formação. Entrevista aos locais
		Impacto na sociedade	Redução da desigualdade	Contribuição da UC para inserção das comunidades afetadas pela sua concepção e implementação no processo de desenvolvimento local e para a redução da pobreza
S3		Aumento da Prosperidade	Contribuição da UC para a inserção de pessoas ao processo de desenvolvimento local sustentável e para a prosperidade individual e coletiva dos locais	Análise documental: programas de desenvolvimento local das UC. Empregos criados pela UC Projetos comunitários para o seu empoderamento.

DIMENSÃO 2: COMPETITIVIDADE AMBIENTAL				
A1	Uso de recursos	Água:	Fontes de abastecimento de água para uso na UC	Entrevista a gestores e observação
			Índices de consumo de água	Entrevista a gestores e observação
		Energia	Fontes de energia consumida	Entrevista a gestores e observação
			Índices de Consumo de energia	Entrevista a gestores e observação
A2	Produções limpas	Material	Infraestrutura de operação e de recepção de visitantes compatíveis com as características, costumes e disponibilidade de recursos locais	Observação da UC
			Edificações urbanismo planejado para aproveitamento de materiais locais e adequação às condições climáticas locais para conforto físico e térmico	Observação
		Resíduo	Programa de redução da produção de lixo não orgânico e restrições de entrada de resíduos na UC	Entrevista aos gestores e observação
			Programa de colecta selectiva de lixo:reutilizável, de tratamento, de reciclagem e de descarte de resíduos sólidos	Entrevista aos gestores e observação
			Programa de reaproveitamento e transformação de lixo orgânico em fertilizantes e adubos naturais e não poluentes	Entrevista aos gestores e observação
A3	Patrimônio Ambiental	Preservação e conservação	Regulamentação e controle de atividades realizadas dentro dos limites da UC e delimitação/demarcação de áreas de uso público e restrito	Análise documental: plano de manejo do parque para o zoneamento. Observação do zoneamento
			Programas permanentes e sistemáticos de preservação, ampliação e de recuperação da biodiversidade na área da abrangência da UC	Análise documental: planos e programas de reabilitação, mecanismos de conservação. Entrevista aos gestores de implementação das boas práticas da conservação e Ações preventivas e corretivas da alteração da paisagem, reflorestamento
		Gestão de Capacidade de carga	Delimitação da intensidade do fluxo de visitantes para acesso e uso, em conformidade com sua capacidade natural de absorção e de recuperação desses impactos	Análise documental: plano de manejo e zoneamento para interesse turístico Entrevista aos gestores de práticas
			Monitoramento permanente e continuado da biodiversidade da UC e dos impactos de sua existência sobre a natureza e sociedade local	Análise documental Planos e relatórios de monitoria Entrevista das práticas e Ações preventivas e corretivas da alteração da paisagem, reflorestamento

APÊNDICE B:

GUIÃO DE OBSERVAÇÃO

Local _____ Data ____//____//2024 O presente guião de observação, e sobre Atributos de Competitividade Para Destinos Aplicados á UC: Preposição De *Framework* Para Análise E Orientação Estratégica e realize-se no âmbito da investigação académica e científica de Formação para o grau de Doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-Brasil (UFRN). Os dados recolhidos são confidenciais, e só serão usados no âmbito académico.

Categorias	Tipo	Quant	Qualidades	Adequação turística	Estado de conservação	Observação
Sítios naturais	Montanhas					
	Planícies					
	Flora e fauna					
	Costa					
	Rios e cachoeiras					
	Lagoas, lagos e estuários					
	Quedas de águas					
	Lugares de caça e pesca					
	Paisagens pitorescas					
	Lugar de observação de Fauna e Flora					
	Grutas e caverna					
Museus e manifestações culturais e históricos	Museus					
	Obra de arte e técnica					
	Lugares turísticos					
	Ruínas e sítios arqueológicos					
Folklore	Manifestações e crenças populares					
	Feiras e mercados					
	Música e dança					
	Artesanais e artes populares					
	Comida e bebida típicas					
	Grupos étnicos					
Representações técnicas científicas artísticas e contemporânea	Arquitetura popular e espontânea					
	Obras de arte e técnica					
	Centros científicos e técnicos					
Acontecimentos e eventos programados	Artísticos					
	Desportivo					
	Feiras e exposições					
	Concursos					
Infra-estrutura Turística	Equ.de hospedagens					
	Equ. Alimentação					
	Serviço de transporte					
	Equ.Agenciamento					

	Equ.lazer e entretenimento					
	Outros equipamentos					
Infraestrutura geral	Informações básicas do município					
	Meios de acesso ao local					
	Sistema de comunicação					
	Sistema de segurança					
	Sistema médico-hospitalar					
	Sistema educacional.					
	Outros Serviços e Equipamentos de Apoio					
Arquitetura e meio	Construções sustentáveis					
Sinalização	Sinalização turística					
Conservação da natureza	Atitude no tratamento do lixo					
	Atitude com a fauna e flora					

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

APÊNDICE C

Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Fui informado (a) de que será realizada uma pesquisa intitulada “Atributos de Competitividade Para Destinos Aplicados À Unidades de Conservação: Preposição De *Framework* para Análise E Orientação Estratégica o objetivo é avaliar a competitividades turística das unidades de conservação. A pesquisa insere-se no âmbito da elaboração da Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Brasil. Caso eu aceite participar desta pesquisa, serei entrevistado (a) por meio de um roteiro semiestruturado e durante a entrevista serão realizadas perguntas de caráter pessoal e profissional. Tenho ciência de que a entrevista será gravada para facilitar sua posterior transcrição.

O meu nome jamais será mencionado quando forem apresentados os resultados da pesquisa, mas autorizo que mencione o nome da instituição em que estou afiliado(a). Não recebi qualquer pagamento para participar desta pesquisa. Não sofrerei nenhum prejuízo ou punição se, mesmo depois de iniciar a entrevista, eu resolver parar ou não me dispuser a responder alguma ou algumas questões.

Se eu estiver de acordo em participar da pesquisa, ser-me-á solicitado, para assinar, junto com o pesquisador, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso eu prefira não assinar, minha decisão será respeitada e isso não me impedirá de participar da pesquisa.

Após ter recebido as informações acima, este Termo de Consentimento foi lido e eu decidi participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida.

_____, ____ de _____ de 2024.

Entrevistado (a)

(Maria Albertina Pinto Rodrigues Munguambe: 840490071)

Pesquisadora